



BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Avenida da Liberdade, n.º 195, 1250 – 142 Lisboa - Portugal

Nº de Mat. na Conservatória Registo Comercial Lisboa e de Pessoa Coletiva 500 852 367

Capital Social: 5.040.124.063,26 euros representado por 4.017.928.471 ações

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO E INDIVIDUAL

1º SEMESTRE DE 2013

(Informação financeira auditada elaborada de acordo com os *IFRS* conforme adotados pela União Europeia)

(De acordo com o disposto no artigo 9º do Regulamento CMVM nº 5/2008)

Índice

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Aspetos mais relevantes da atividade e resultados

2. Enquadramento macroeconómico

3. Resultados

- 3.1 Resultado financeiro
- 3.2 Serviços a clientes
- 3.3 Resultados de operações financeiras e diversos
- 3.4 Custos operativos
- 3.5 Eficiência
- 3.6 Provisões
- 3.7 Rendibilidade

4. Atividade

- 4.1 Evolução geral
- 4.2 Principais áreas de negócio (segmentos operacionais)

5. Solidez financeira e outros indicadores

- 5.1 Qualidade do crédito
- 5.2 Liquidez, solvabilidade e solidez financeira
- 5.3 Indicadores de referência do Banco de Portugal

6. Principais riscos e incertezas para o 2º semestre de 2013

7. Atividade e resultados do BES (individual)

- 7.1 Evolução da atividade e qualidade dos ativos
- 7.2 Condições de funcionamento, eficiência e rendibilidade

8. Informações diversas

- 8.1 Posição acionista e obrigacionista dos dirigentes do BES
- 8.2 Participações qualificadas no capital social do BES
- 8.3 Ações próprias do BES
- 8.4 Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à transparência da informação e à valorização dos ativos

9. Declaração de conformidade sobre a informação financeira apresentada

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS

- Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares e Notas Explicativas
- Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares e Notas Explicativas
- Relatório de Revisão Limitada sobre Informação Semestral Consolidada
- Relatório de Revisão Limitada sobre Informação Semestral Individual

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ASPETOS MAIS RELEVANTES DA ATIVIDADE E RESULTADOS

- ❑ Ainda em fase de acentuada contração económica em Portugal devido à crise internacional e ao programa de austeridade a evolução do Grupo BES foi caracterizada no semestre da seguinte forma: a carteira de crédito aumentou 712 milhões de euros (+2,8% anualizado), assente no segmento de empresas com um acréscimo de 997 milhões de euros (+5,4% anualizado); o crédito a particulares manteve a trajetória de redução que atingiu 285 milhões de euros (-4,1%) devido à redução da procura e ao reembolso do crédito à habitação.
- ❑ A captação de depósitos de clientes evoluiu favoravelmente (variação face ao p.h.a.a.: +15,7%; +5,1 mil milhões de euros) impactando positivamente no rácio de transformação que atingiu 125% (jun,12: 147%); o financiamento líquido de aplicações junto do BCE diminuiu para 8,3 mil milhões de euros (jun,12: 13,7 mil milhões de euros) tendo o Grupo, em janeiro, amortizado antecipadamente 1,0 mil milhões de euros do empréstimo *LTRO*, e a *pool* de colaterais elegíveis para operações de *repos* atingiu 24,6 mil milhões de euros (jun,12: 27,0 mil milhões de euros).
- ❑ As consequências da recessão económica, principalmente ao nível das empresas, determinaram o aumento do número de insolvências com impacto direto nas imparidades e no provisionamento e afetaram negativamente as receitas: o produto bancário diminuiu 17,6% e o reforço de provisões aumentou 75,3%. Estes fatores determinaram o apuramento de um prejuízo no semestre de 237,4 milhões de euros.
- ❑ No quadro dos desafios que o setor financeiro atravessa e considerando o contexto económico e financeiro do país, o Grupo BES lançou um programa de racionalização e de redução gradual de custos operacionais, na área doméstica, a implementar no triénio 2013-2015 e que deverá originar poupanças de 100 milhões de euros durante aquele período. A área doméstica foi determinante na redução dos custos com pessoal, conseguindo-se operar uma diminuição de 3,7% nestes custos, suportada nas remunerações variáveis e na diminuição do número de colaboradores (menos 104 colaboradores). Sem o impacto das novas consolidações a redução destes custos teria sido de 4,6%.
- ❑ O resultado da área internacional no semestre atingiu 18,9 milhões de euros, tendo o lucro do segundo trimestre no valor de 14,5 milhões de euros melhorado relativamente ao conseguido no trimestre anterior que foi de 4,4 milhões de euros, apesar da desaceleração da atividade nas diferentes plataformas operacionais. As unidades em fase de lançamento em Moçambique e Venezuela ainda não contribuíram para os resultados. De referir que a Sucursal no Luxemburgo, apesar da sua juventude, já entrou em fase de rentabilidade positiva.

- O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias aumentou para 5,1% (dez,12: 3,9%) e o rácio de crédito em risco atingiu 10,7% (dez,12: 9,4%). Em consequência, a carga de provisionamento passou de 1,62% (ano de 2012) para 2,16%. O saldo das provisões para crédito em balanço aumentou para 3,1 mil milhões de euros (+28,7% face a jun,12).
- O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias atingiu 120,4%, e a cobertura do crédito em risco por provisões era de 57,1%. O rácio "Provisões para crédito/Crédito a clientes" continuou a aumentar, atingindo 6,1% (jun,12: 4,8%).
- No âmbito da recuperação do crédito em risco destaque para a política de cobertura das operações de crédito com particulares e empresas por garantias reais (57%) e para a recuperação pró-ativa das garantias, que fez elevar o valor dos imóveis em balanço para 2,0 mil milhões de euros. Neste procedimento, a avaliação dos imóveis é conservadora no momento da entrada no balanço. De realçar a capacidade de venda daqueles ativos, que totalizou 225,5 milhões de euros (+94%) no primeiro semestre, sem registo de perdas adicionais relevantes (foi estabelecido um objetivo para a venda de imóveis em 2013 de 400 milhões de euros).
- O rácio *Core Tier I* situou-se em 10,4%, mantendo-se acima do requisito mínimo de 10% fixado pelo Banco de Portugal; de acordo com os critérios da *EBA* o rácio *Core Tier I* é de 9,6% (requisito mínimo: 9%).
- No final do 2º trimestre a subsidiária BES Vida, realizou a operação de monetização do valor da carteira de produtos de Vida Risco, que resultou na transferência de todos os riscos inerentes para a *Munich Reinsurance Company*, uma das maiores resseguradoras mundiais. Esta operação teve um impacto de cerca de 40pb no rácio *Core Tier I* e integra um conjunto de medidas que visam uma gestão eficiente dos rácios de capital do Grupo.
- Realização da Assembleia Geral do BES Angola em 28 de junho de 2013 na qual foi aprovada a eleição de novos membros do Conselho de Administração, presidido pelo Eng.º António Paulo Cassoma, individualidade de relevo em Angola. Também foi aprovado o aumento do capital social por montante equivalente a 500 milhões de USD.
- O BES reforçou a sua posição no capital do Moza Banco adquirindo, a 17 de junho, 24% do capital social ao Grupo Geocapital e passando a deter uma participação de 49%. Assim, em conjunto com o seu parceiro a Moçambique Capitais que detém 51%, pode implementar um plano de expansão da atividade mais ambicioso.

PRINCIPAIS INDICADORES	30-Jun-13	30-Jun-12	Variação
ATIVIDADE (milhões de euros)			
Ativos Totais ⁽¹⁾	96 388	98 041	-1,7%
Ativo	82 646	85 292	-3,1%
Crédito a Clientes (bruto)	51 111	51 176	-0,1%
Depósitos de Clientes	37 912	32 765	15,7%
<i>Core Capital</i> - Banco de Portugal	6 293	6 708	-6,2%
<i>Core Capital</i> - EBA	5 801	6 319	-8,2%
SOLVABILIDADE			
Rácio de Solvabilidade ⁽²⁾			
- <i>CORE TIER I</i> - Banco de Portugal	10,4%	10,5%	-0,1 pp
- <i>CORE TIER I</i> - EBA	9,6%	9,9%	-0,3 pp
- <i>TIER I</i>	10,1%	10,4%	-0,3 pp
- TOTAL	10,7%	11,1%	-0,4 pp
LIQUIDEZ (milhões de euros)			
Financiamento líquido do BCE ⁽³⁾	8 251	13 679	- 5 428
Carteira Elegível para Operações de <i>Repos</i> (BCE e outros)	24 605	26 988	- 2 383
Rácio Crédito/Depósitos ⁽⁴⁾ (%)	125%	147%	-22 pp
QUALIDADE DOS ATIVOS			
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	5,1%	3,3%	1,8 pp
Provisões para Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	120,4%	144,0%	-23,6 pp
Crédito em Risco/Crédito Total	10,7%	7,9%	2,8 pp
Provisões para Crédito/Crédito a Clientes (bruto)	6,1%	4,8%	1,3 pp
Custo do Risco ⁽⁵⁾	2,16%	1,38%	0,78 pp
RESULTADOS / RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício (M€)	-237,4	25,5
Rendibilidade dos Capitais Próprios (<i>ROE</i>) ⁽⁶⁾	-6,45%	0,64%
Rendibilidade do Ativo (<i>ROA</i>) ⁽⁶⁾	-0,56%	0,07%
EFICIÊNCIA			
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	57,3%	47,0%	10,3 pp
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	69,2%	52,8%	16,4 pp
REDE DE DISTRIBUIÇÃO (nº)			
Rede de Retalho	769	781	-12
- Doméstica	652	678	-26
- Internacional	117	103	14

(1) Ativo Líquido + *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado

(2) Valores calculados com base no método *IRB Foundation*

(3) Inclui financiamento e aplicações do/no SEBC; o valor positivo significa um recurso; o valor negativo significa uma aplicação

(4) Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objetivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

(5) Provisões para Crédito/Crédito a Clientes bruto

(6) Cálculo com resultado anualizado

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O 2º trimestre de 2013 ficou marcado por uma elevada volatilidade nos mercados financeiros, alimentada pela incerteza em torno de uma possível atenuação do *quantitative easing* (QE) da Reserva Federal Americana. Esta possibilidade refletiu-se numa subida da *yield* dos *Treasuries* a 10 anos, de 1,85% para 2,487% no conjunto do trimestre. Na Zona Euro, a *yield* dos *Bunds* a 10 anos acompanhou este movimento, com uma subida de 1,289% para 1,728%. Este contexto traduziu-se ainda numa apreciação de 1,43% do dólar face ao euro, para EUR/USD 1,30, mas sobretudo face às divisas dos mercados emergentes (+10,2% face ao real, para USD/BRL 2,229, nomeadamente). O 2º trimestre ficou também marcado por sinais de uma recuperação moderada da atividade nos EUA e Japão, e por sinais da recessão no conjunto da Zona Euro, extensíveis às economias da periferia. A circulação da liquidez na Zona Euro – e, em particular, na periferia – continuou a evoluir de forma desfavorável. A taxa Euribor a 3 meses subiu marginalmente no trimestre, de 0,211% para 0,218%. Neste contexto, em maio o BCE reduziu a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 25pb, para 0,5%, sugerindo a manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período prolongado de tempo.

O mercado acionista beneficiou desta combinação entre retoma da atividade e políticas monetárias expansionistas mas, no final de um trimestre volátil, e com os receios de atenuação do QE do Fed, as valorizações nos principais índices revelaram-se moderadas. Nos EUA, os índices S&P500 e Dow Jones ganharam 2,36% e 2,27%, respetivamente. Na Zona Euro, os índices DAX e CAC40 valorizaram-se 2,1% e 0,2%, enquanto o IBEX caiu 1,99%. Refletindo o arrefecimento da atividade na China, associado a um menor suporte da política monetária, o índice Shanghai Composite caiu 11,5%. No Brasil, o índice Bovespa registou uma queda de 15,78%, refletindo a subida dos juros associada às pressões inflacionistas, uma revisão em baixa das expectativas de crescimento e as tensões políticas e sociais vividas no final do trimestre.

Em Portugal, o Tesouro levou a cabo, em maio, uma nova emissão de dívida pública de longo prazo (3 mil milhões de euros, maturidade em 2024 e *yield* de 5,669%), com um acolhimento favorável dos investidores externos. O 2º trimestre ficou ainda marcado por alguns sinais de recuperação da atividade, sobretudo visíveis nas exportações e, em menor grau, na produção industrial e nas vendas a retalho. O PIB deverá ter registado a primeira variação trimestral positiva desde 2010, em torno de 0,5%. No entanto, a subida dos juros de mercado associada à esperada atenuação dos estímulos monetários do Fed, bem como as dificuldades associadas ao processo de consolidação orçamental e, já no início do 3º trimestre, uma deterioração do sentimento decorrente de uma crise política, interromperam a tendência de descida dos *spreads* e das *yields* da dívida pública. Neste contexto, o PSI-20 perdeu 4,56% no trimestre.

3. RESULTADOS

O processo de ajustamento económico e financeiro de Portugal e a recessão que também tem vindo a afetar a União Europeia continuaram a ter repercussões no desempenho do setor financeiro nacional durante o semestre agora findo. A evolução positiva que o PIB português terá tido no 2º trimestre, a dinâmica do setor exportador que terá originado um excedente nas contas com o exterior, e a ligeira inversão da tendência na evolução do consumo, constituem sinais de que Portugal poderá estar a aproximar-se de uma fase de recuperação do ciclo que, acreditamos, poderá gradualmente consolidar-se.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

milhões de euros

Variáveis	até Jun,13	até Jun,12	Variação	
			absoluta	relativa
Resultado Financeiro	470,4	607,6	- 137,2	-22,6%
+ Serviços a Clientes	343,1	452,0	- 108,9	-24,1%
= Produto Bancário Comercial	813,5	1 059,6	- 246,1	-23,2%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	168,9	131,9	37,0	28,0%
= Produto Bancário	982,4	1 191,5	- 209,1	-17,6%
- Custos Operativos	563,0	559,5	3,5	0,6%
= Resultado Bruto	419,4	632,0	- 212,6	-33,6%
- Provisões líquidas de Reposições	747,3	426,3	321,0	75,3%
para Crédito	553,1	352,0	201,1	57,1%
para Títulos	52,8	18,8	34,0	...
para Outros Ativos	141,4	55,5	85,9	...
= Resultado antes de Impostos	- 327,9	205,7	- 533,6	...
- Impostos sobre Lucros	- 103,0	101,4	- 204,4	...
- Contribuição sobre o Setor Bancário	13,0	14,0	- 1,0	-7,1%
= Resultado após Impostos	- 237,9	90,3	- 328,2	...
- Interesses que não Controlam	- 0,5	64,8	- 65,3	...
= Resultado do Exercício	- 237,4	25,5	- 262,9	...

Sem prejuízo de um maior desenvolvimento nos pontos seguintes, o desempenho do Grupo no 1º semestre do corrente exercício caracterizou-se pela:

- progressão do reforço dos equilíbrios do balanço, designadamente, da melhoria do rácio de transformação, da liquidez e manutenção de adequados níveis de capitalização que continua a permitir ao Grupo BES dispor da resiliência necessária à superação do atual ciclo recessivo;

- pressão sobre a qualidade dos ativos e reforço das imparidades em consequência da recessão económica e manutenção do desemprego em níveis muito elevados com impactos na
- redução das receitas, quer pela via da quebra do comissionamento, quer da margem financeira que também tem vindo a ser pressionada pelo encarecimento dos recursos, induzido pela forte concorrência, inexistência do mercado interbancário e exigência de *spreads* elevados pelo mercado no financiamento *wholesale*;
- alta volatilidade dos mercados financeiros que reduziu as oportunidades nos ganhos de *trading*;
- gestão rigorosa dos custos, designadamente na área doméstica, através do aprofundamento da racionalização dos recursos humanos e materiais utilizados.

Adicionalmente, no final do 2º trimestre, o Grupo, através da BES Vida, procedeu ao resseguro da carteira de seguros-vida risco. Esta operação, que faz parte de um conjunto de medidas que visa uma gestão eficiente dos rácios de capital, teve um impacto favorável de 40pb no rácio *Core Tier I* e de 128 milhões de euros nos resultados do Grupo. Pese embora a contribuição positiva desta operação nos resultados, os factos acima evidenciados levaram ao apuramento de um prejuízo de 237,4 milhões de euros no semestre.

Atividade Doméstica e Internacional

Na linha do registo do trimestre anterior, a atividade doméstica no segundo trimestre continuou a ser afetada pela persistência da recessão económica com impactos no produto bancário (-14,3%) e no custo com as imparidades (+76,6%) que conduziram a um prejuízo de 256,3 milhões de euros.

A área internacional melhorou o seu desempenho no segundo trimestre que se traduziu num resultado de 14,5 milhões de euros que é mais do triplo do apurado no trimestre anterior (4,4 milhões de euros), com recuperação do resultado financeiro que passou a um registo de crescimento de 11,1% (1º trim,13: -2,9%) e com uma progressão do produto bancário que superou em 30,2% o registo do primeiro trimestre. Em relação ao período homólogo de 2012, a redução de resultados decorre, por um lado, do menor contributo do BES Angola e do início de atividade das novas unidades no exterior, designadamente em Moçambique, onde o Grupo reforçou a sua posição acionista no Moza Banco para 49%, na Venezuela e no Luxemburgo.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Atividade Doméstica e Atividade Internacional

milhões de euros

Variáveis	ATIVIDADE DOMÉSTICA			ATIVIDADE INTERNACIONAL		
	até Jun,13	até Jun,12	Variação	até Jun,13	até Jun,12	Variação
Resultado Financeiro	261,3	419,4	-37,7%	209,1	188,2	11,1%
+ Serviços a Clientes	237,1	276,0	-14,1%	106,0	176,0	-39,8%
= Produto Bancário Comercial	498,4	695,4	-28,3%	315,1	364,2	-13,5%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	189,1	106,3	77,8%	- 20,2	25,6	...
= Produto Bancário	687,5	801,7	-14,3%	294,9	389,8	-24,3%
- Custos Operativos	375,3	387,8	-3,2%	187,7	171,7	9,3%
= Resultado Bruto	312,2	413,9	-24,6%	107,2	218,1	-50,8%
- Provisões líquidas de Reposições	669,1	378,9	76,6%	78,2	47,4	64,9%
para Crédito	492,2	307,9	59,8%	60,9	44,1	38,2%
para Títulos	49,9	18,8	...	2,9	0,0	...
para Outros Ativos	127,0	52,2	...	14,4	3,3	...
= Resultado antes de Impostos	- 356,9	35,0	...	29,0	170,7	-83,0%
- Impostos sobre Lucros	- 103,2	71,4	...	0,2	30,0	...
- Contribuição sobre o Setor Bancário	13,0	14,0	-7,1%	-	-	-
= Resultado após Impostos	- 266,7	- 50,4	...	28,8	140,7	-79,5%
- Interesses que não Controlam	- 10,4	2,3	...	9,9	62,5	-84,1%
= Resultado do Exercício	- 256,3	- 52,7	...	18,9	78,2	-75,8%

Relativamente ao desempenho das diversas geografias onde o Grupo opera são de assinalar: a recuperação no Reino Unido que vem observando um papel crescente na captação de recursos *wholesale*; a performance positiva nos EUA; a evolução desfavorável das unidades localizadas no continente africano; e os impactos da recessão económica na Península Ibérica com efeitos negativos nas unidades em Espanha.

ATIVIDADE INTERNACIONAL
Resultado por geografia

milhões de euros

Geografias	até Jun,13	até Jun,12	Variação absoluta
África ⁽¹⁾	7,7	43,0	- 35,3
Brasil	1,4	10,2	- 8,8
Espanha	- 14,3	10,5	...
TRIÂNGULO ESTRATÉGICO	- 5,2	63,7	- 68,9
Reino Unido	19,4	11,4	8,0
EUA	4,7	3,9	0,8
Outros	0,0	- 0,8	0,8
TOTAL	18,9	78,2	- 59,3

⁽¹⁾ engloba Angola, Moçambique, Cabo Verde, Líbia e Argélia

3.1 Resultado Financeiro

A redução do resultado financeiro para 470,4 milhões de euros (-22,6%) teve origem na área doméstica e resulta dos condicionalismos que têm incidido sobre a economia portuguesa, da dinâmica de ajustamento do balanço às restrições financeiras e da evolução e volatilidade das taxas de juro. Com efeito, o volume de atividade geradora de juros manteve-se próximo dos 70 mil milhões de euros, mas a taxa de juro média dos ativos financeiros (crédito, títulos e outras aplicações) reduziu-se 69pb, muito para além da taxa média dos passivos financeiros (cuja taxa diminuiu apenas 29pb em relação ao 1º semestre de 2012), o que acabou por provocar uma redução da margem em 40pb (de 1,76% para 1,36%).

RESULTADO E MARGEM FINANCEIRA

Variáveis	milhões de euros						
	até Jun,13			até Jun,12			
	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	
ATIVOS FINANCEIROS	69 763	4,66	1 614	69 435	5,37	1 848	
Crédito a Clientes	50 199	4,64	1 155	50 473	5,27	1 319	
Títulos e Outras Aplicações	19 564	4,73	459	18 962	5,62	529	
APLICAÇÕES DIFERENCIAIS	-	-	-	320	-	-	
ATIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	69 763	4,66	1 614	69 755	5,35	1 848	
PASSIVOS FINANCEIROS	66 663	3,46	1 144	69 755	3,59	1 240	
Depósitos	36 289	2,84	511	34 353	3,27	557	
Dívida Titulada e Outros Passivos	30 374	4,20	633	35 402	3,89	683	
RECURSOS DIFERENCIAIS	3 100	-	-	-	-	-	
PASSIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	69 763	3,30	1 144	69 755	3,59	1 240	
MARGEM/RESULTADO		1,36	470		1,76	608	
Euribor 3 meses (valor médio)		0,21%			0,87%		

À semelhança dos trimestres anteriores, a gestão da intermediação financeira continuou a ser desenvolvida num cenário adverso marcado pelas seguintes condicionantes: acesso restrito aos mercados financeiros de médio e longo prazo; inexistência de um mercado interbancário; necessidade de redução do nível de financiamento do BCE; intensa concorrência ao nível da captação de recursos junto dos clientes empresas, institucionais e do retalho; evolução desfavorável da economia com efeitos negativos na qualidade dos ativos; inexistência de estímulos à reanimação económica e consequente manutenção da fraca procura de crédito; e manutenção de taxas de referência em mínimos históricos.

Neste contexto, os proveitos e os custos tiveram a seguinte evolução:

- os juros ativos elevaram-se a 1614 milhões de euros, sendo de sublinhar o facto de a redução (-69pb) da taxa média dos ativos, face ao primeiro semestre de 2012 (passando

- de 5,35% para 4,66%), estar próxima da trajetória observada na Euribor a 3 meses (-66pb). No que respeita ao crédito, sublinhamos a evolução implícita dos *spreads* médios da carteira que observaram um pequeno acréscimo para 4,43% (1ºsem,12: 4,40%);
- o custo dos recursos no semestre foi de 1144 milhões de euros, tendo ocorrido uma redução homóloga de 43pb na taxa média dos depósitos, que evoluiu para 2,84% e um aumento na taxa média da dívida titulada e outros passivos remunerados de 31pb, atingindo 4,20% - o encarecimento deste último grupo de recursos decorre da diminuição do valor médio do financiamento do BCE (-2,4 mil milhões de euros) e das emissões de dívida junto do mercado internacional ocorridas em janeiro de 2013 e no 4º trimestre de 2012. A redução de apenas 29pb operada no conjunto dos passivos financeiros, ficando bem aquém da evolução da Euribor 3 meses (-66pb), coloca em evidência a pressão sobre o custo dos passivos do setor financeiro que acabou por determinar a redução do resultado financeiro.

3.2 Serviços a Clientes

O comissionamento registou uma redução de 24,1% decorrente da redução geral da atividade. Esta evolução é menos expressiva (-5,6%) se excluirmos os efeitos do custo com as garantias prestadas pelo Estado Português e outras comissões de natureza não recorrente registadas no 1º semestre de 2012.

SERVIÇOS A CLIENTES

Tipo de Comissões	até		Variação	
	até Jun,13	até Jun,12	absoluta	relativa
Cobrança de Vabres	8,4	8,7	-0,3	-3,6%
Operações sobre Títulos	38,7	37,4	1,3	3,5%
Garantias Prestadas	74,8	68,9	5,9	8,6%
Gestão de Meios de Pagamento	37,7	39,2	-1,5	-3,9%
Comissões sobre Empréstimos e Similares ⁽¹⁾	82,3	80,9	1,4	1,7%
Créditos Documentários	35,9	42,8	-6,9	-16,2%
Gestão de Ativos ⁽²⁾	42,9	38,5	4,4	11,4%
Cartões	17,8	20,4	-2,6	-12,7%
Bancasseguros	11,3	27,5	-16,2	-59,1%
Assessoria, <i>Serviceing</i> e Diversos ⁽³⁾	-6,7	87,7	-94,4	...
TOTAL	343,1	452,0	-108,9	-24,1%
<i>Custos com garantias do Estado</i>	<i>30,1</i>	<i>27,4</i>		
<i>Comissões não recorrentes do BESA</i>	<i>-</i>	<i>84,0</i>		
TOTAL comparável	373,2	395,4	-22,2	-5,6%

⁽¹⁾ Inclui comissões sobre empréstimos, *project finance*, financiamentos externos e *factoring*

⁽²⁾ Inclui fundos de investimento e gestão de carteiras

⁽³⁾ Inclui custos com as garantias prestadas pelo Estado

O comissionamento sobre garantias prestadas aumentou 8,6%; os serviços relacionados com os mercados de capitais (nomeadamente as operações sobre títulos) evoluíram positivamente (+3,5%); o comissionamento da gestão de ativos, reflexo do incremento da atividade relacionada com fundos de investimento e da atividade de gestão discricionária de carteiras, apresenta-se superior em 11,4% ao registo do 1º semestre de 2012.

Os serviços mais diretamente relacionados com a atividade empresarial, como os financiamentos (cobranças, empréstimos, *corporate* e *project finance*) e os créditos documentários, em consequência da situação económica e do *deleverage*, apresentam crescimentos modestos ou mesmo reduções. Os proveitos da utilização de cartões e de gestão de meios de pagamento (que agrega comissões de contas à ordem, transferências e ordens de pagamento) também sofreram uma erosão, consistente com a evolução do desemprego e das políticas de austeridade incidentes sobre as famílias. A bancasseguros, que abrange os produtos, tanto de poupança, como os seguros não vida, continua a apresentar uma evolução negativa.

A qualidade de serviço tem constituído uma das prioridades estratégicas e fator de diferenciação do Grupo BES, cujos desenvolvimentos têm suportado a melhoria conseguida nos níveis de satisfação dos nossos clientes. Os resultados do *European Consumer Satisfaction Index (ECSI)* - estudo internacional reconhecido pela sua credibilidade e realizado em vários países europeus - comprovam o êxito da estratégia prosseguida. O BES atingiu, em 2012, o 2º lugar na Satisfação dos Clientes no ranking global da banca nacional e o 1º lugar se considerarmos os cinco maiores bancos. De igual modo, nas restantes dimensões que compõem o estudo - qualidade, expectativas, imagem e preço - o BES atingiu uma posição de topo, com destaque em variáveis determinantes da satisfação dos clientes, tais como atendimento e capacidade de aconselhamento, cumprimento de prazos, qualidade e disponibilidade dos balcões e dos canais diretos, níveis de serviço, relação qualidade - preço, entre outras.

De referir ainda que o BES foi nomeado, pelo 7º ano consecutivo, o melhor banco na prestação de serviços de subcustódia em Portugal, pela revista internacional *Global Finance*. De entre os principais critérios de seleção, destacam-se o relacionamento com clientes, a qualidade do serviço prestado, os preços competitivos, o tratamento de situações de exceção, as plataformas tecnológicas utilizadas, o apoio *post-settlement*, os planos de continuidade de negócio e o conhecimento da regulamentação e das práticas locais.

3.3 Resultados de Operações Financeiras e Diversos

Os resultados de operações financeiras e diversos ascenderam a 168,9 milhões de euros que comparam com 131,9 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DIVERSOS

Tipo de Resultados	milhões de euros		
	até Jun,13	até Jun,12	Variação absoluta
Taxa de Juro, Crédito e Cambial	47,5	320,4	-272,9
Taxa de Juro	120,9	280,0	-159,1
Crédito	-42,8	10,1	-52,9
Cambial e Outros	-30,6	30,3	-60,9
Ações	39,5	-91,8	131,3
Negociação	-13,3	-192,4	179,1
Dividendos	52,8	100,6	-47,8
Outros Resultados	81,9	-96,7	178,6
TOTAL	168,9	131,9	37,0

O segundo trimestre do ano ficou marcado pelos receios de retirada dos incentivos por parte do FED e pela instabilidade social registada em alguns países emergentes, o que levou os investidores a considerarem que estes mercados não apresentavam um prémio de risco ajustado. Tendo em consideração o clima económico vivido no final do semestre, assistiu-se assim a uma desvalorização acentuada dos ativos e das moedas destes países.

O Grupo BES atingiu resultados de mercado positivos, explicados fundamentalmente pela política de desinvestimento, com especial enfoque na área de taxa de juro.

A rubrica de "Outros Resultados" inclui 182 milhões de euros (valor bruto) provenientes do contrato de resseguro celebrado pelo BES Vida, nos termos do qual foi ressegurada toda a carteira de seguros de vida (risco individual) da seguradora.

3.4 Custos Operativos

Os custos operativos totalizaram 563,0 milhões de euros, valor próximo do registo do 1º semestre de 2012 (559,5 milhões de euros), apesar da expansão internacional e dos efeitos das novas consolidações, sem as quais os custos teriam tido uma redução de 0,5%.

CUSTOS OPERATIVOS

Natureza	milhões de euros			
	até Jun,13	até Jun,12	Variação	
			absoluta	relativa
Custos com Pessoal	289,5	291,5	-2,0	-0,7%
Gastos Gerais Administrativos	220,9	214,2	6,7	3,2%
Amortizações	52,6	53,8	-1,2	-2,2%
TOTAL	563,0	559,5	3,5	0,6%
<i>Excluindo novas consolidações</i>	<i>554,4</i>	<i>557,3</i>	<i>-2,9</i>	<i>-0,5%</i>
Atividade Doméstica	375,3	387,8	-12,5	-3,2%
<i>Excluindo novas consolidações</i>	<i>366,7</i>	<i>385,6</i>	<i>-18,9</i>	<i>-4,9%</i>
Atividade Internacional	187,7	171,7	16,0	9,3%

A área doméstica continua a evidenciar uma redução dos gastos conseguindo alcançar uma diminuição de 12,5 milhões de euros (-3,2%) que é mais expressiva (-4,9%) se excluirmos os efeitos das novas consolidações. Os custos da área internacional registaram um aumento de 9,3% reflexo, fundamentalmente, dos encargos com a expansão geográfica que tem vindo a ser realizada no mercado angolano.

CUSTOS COM PESSOAL

Natureza	milhões de euros			
	até Jun,13	até Jun,12	Variação	
			absoluta	relativa
Remunerações	231,3	233,7	-2,4	-1,0%
Pensões, Seg.Social e Outros Encargos Sociais	58,2	57,8	0,4	0,6%
TOTAL	289,5	291,5	-2,0	-0,7%
<i>Excluindo novas consolidações</i>	<i>286,9</i>	<i>290,6</i>	<i>-3,7</i>	<i>-1,2%</i>
Atividade Doméstica	185,5	192,6	-7,1	-3,7%
<i>Excluindo novas consolidações</i>	<i>182,9</i>	<i>191,7</i>	<i>-8,8</i>	<i>-4,6%</i>
Atividade Internacional	104,0	98,9	5,1	5,1%

A área doméstica foi determinante na redução dos custos com pessoal ao se ter conseguido operar uma diminuição de 3,7% nestes custos, suportada nas remunerações variáveis e na diminuição no número de colaboradores (menos 104 colaboradores). Sem o impacto das novas consolidações a redução destes custos teria sido de 4,6%. A evolução dos custos com pessoal da área internacional (+5,1%) decorre da expansão das atividades do Grupo e do necessário acréscimo de 264 colaboradores.

O aumento dos gastos gerais administrativos foi de 3,2%, tendo a atividade internacional registado um agravamento de 17,2% e a atividade doméstica uma redução de 2,1%. As amortizações, que totalizaram 52,6 milhões de euros, apresentam-se inferiores ao valor do semestre homólogo do ano anterior (53,8 milhões de euros), continuando a área internacional a ter necessidade de realizar investimentos em ativos tangíveis e intangíveis com consequente aumento das amortizações (+6,7%), enquanto a área doméstica, em consequência das medidas de racionalização e do encerramento de balcões (26 unidades desde o final do 1º semestre de 2012), observou uma diminuição de 5,4%.

Plano de redução gradual de custos

No quadro dos desafios que o setor financeiro atravessa e considerando o contexto económico e financeiro do país, o Grupo BES lançou um programa de racionalização e de redução gradual de custos operacionais, a implementar no triénio 2013-2015, que deverá originar poupanças de 100 milhões de euros durante aquele período. O processo é gradual, sendo que este ano a redução de custos será de 3%, em 2014 de 5% e em 2015 de 6%.

3.5 Eficiência

A quebra tanto do produto bancário comercial como do produto bancário total, não obstante a redução dos custos operativos domésticos, conduziu a uma regressão dos indicadores de eficiência:

INDICADORES DE EFICIÊNCIA

Indicadores	até Jun,13	até Jun,12	Variação
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	57,3%	47,0%	10,3 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	69,2%	52,8%	16,4 p.p.

3.6 Provisões

Em consequência do contexto económico anteriormente referido, o Grupo reconheceu um custo com imparidades que totalizou no semestre 747,3 milhões de euros representativo de um aumento de 75,3% em relação ao 1º semestre do ano anterior. O reforço de provisões para crédito elevou-se a 553,1 milhões de euros (+57,1%); o custo com a imparidade na carteira de títulos foi de 52,8 milhões de euros; para imóveis adquiridos por recuperação de créditos atingiu

um reforço de 79,4 milhões de euros; e a dotação de provisões para imparidades em outros ativos elevou-se a 62,0 milhões de euros.

REFORÇO DE PROVISÕES

Reforços para imparidades de	milhões de euros			
	até Jun,13	até Jun,12	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito	553,1	352,0	201,1	57,1%
Títulos	52,8	18,8	34,0	...
Imóveis por recuperação de crédito	79,4	15,1	64,3	...
Outros ativos e contingências	62,0	40,4	21,6	53,3%
TOTAL	747,3	426,3	321,0	75,3%

Em 30 de junho de 2013 o saldo das provisões para crédito em balanço ascendia a 3134 milhões de euros (+28,7%), o que fez elevar o rácio "Provisões para Crédito/Crédito a Clientes" para 6,1% (jun,12: 4,8%).

PROVISÕES PARA CRÉDITO

	milhões de euros			
	Jun,13	Jun,12	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Clientes (bruto)	51 111	51 176	- 65	-0,1%
Reforço de Provisões (1º semestre)	553,1	352,0	201,1	57,1%
Saldo de Provisões em balanço	3 134,2	2 434,7	699,5	28,7%
Carga de Provisionamento (anualizada)	2,16%	1,38%	0,78 pp	
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	6,1%	4,8%	1,3 pp	

A carga de provisionamento do crédito (2,16%) foi superior em 78pb à do 1º semestre de 2012 (1,38%).

3.7 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios (*ROE*) e dos ativos (*ROA*) evoluiu conforme se apresenta no quadro seguinte:

RENDIBILIDADE⁽¹⁾

Indicadores	até Jun,13	até Jun,12
Rendibilidade dos Capitais Próprios (<i>ROE</i>)	-6,45%	0,64%
Rendibilidade dos Ativos (<i>ROA</i>)	-0,56%	0,07%

(1) Cálculo realizado com base no resultado apurado até junho, anualizado

A rendibilidade do Grupo continua a ser prejudicada pelo exigente esforço de provisionamento necessário para fazer face ao agravamento dos riscos e à desvalorização de certos ativos devido ao ciclo recessivo que tem incidido sobre a economia doméstica.

4. ATIVIDADE

4.1 Evolução Geral

No 1º semestre do corrente exercício a atividade do setor financeiro e do Grupo BES continuou a ser determinada pelo processo de ajustamento no sentido da manutenção de níveis de rácios de capital acima dos recomendados pelas autoridades e da concretização do *deleverage*. Neste contexto, assinalamos desde logo a evolução francamente positiva do rácio de transformação que passou para 125% tendo sido decisivo a progressão dos depósitos que aumentaram 15,7% (+5,1 mil milhões de euros) em relação ao p.h.a.a.. De facto o dinamismo da captação de recursos constitui um dos aspetos mais marcantes do semestre, dado ter-se alcançado variações sensíveis nos recursos de clientes com expressão no balanço (+11,8%), na bancasseguros (+35,7%) e no *asset management* (+12,0%) fazendo com que os recursos totais de clientes tenham alcançado 58,6 mil milhões de euros representativos de um aumento de 6,2 mil milhões de euros (+11,8%) em relação a junho de 2012.

ATIVOS, CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES

	milhões de euros					
	30-Jun-13	31-Dez-12	30-Jun-12	Variação		Variação absoluta Jun,13/Dez,12
				Jun,13/ Jun,12 absoluta	relativa	
Ativos Totais ⁽¹⁾	96 388	97 765	98 041	-1 653	-1,7%	-1 377
Ativo	82 646	83 691	85 292	-2 646	-3,1%	-1 045
Crédito a Clientes (bruto)	51 111	50 399	51 176	- 65	-0,1%	712
Crédito a Particulares	13 477	13 762	13 979	- 502	-3,6%	- 285
Habitação	10 974	11 134	11 412	- 438	-3,8%	- 160
Outro Crédito a Particulares	2 503	2 628	2 567	- 64	-2,5%	- 125
Crédito a Empresas	37 634	36 637	37 197	437	1,2%	997
<i>(Incluindo cedências a fundos de reestruturação)</i>	<i>38 596</i>	<i>37 556</i>	<i>37 514</i>	<i>1 082</i>	<i>2,9%</i>	<i>1 040</i>
Recursos Totais de Clientes	58 580	56 188	52 401	6 179	11,8%	2 392
Recursos de Clientes de Balanço	47 410	44 785	42 425	4 985	11,8%	2 625
Depósitos	37 912	34 540	32 765	5 147	15,7%	3 372
Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes ⁽²⁾	4 529	5 254	5 999	-1 470	-24,5%	- 725
Produtos de Seguros Vida	4 969	4 991	3 661	1 308	35,7%	- 22
Recursos de Desintermediação	11 170	11 403	9 976	1 194	12,0%	- 233
Rácio Crédito/Depósitos ⁽³⁾	125%	137%	147%	-22 p.p.		-12 p.p.

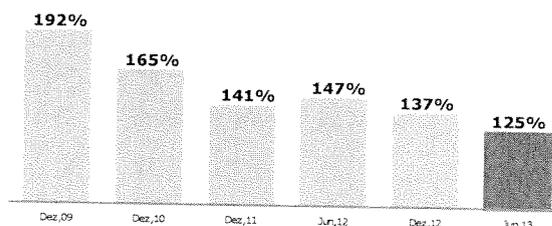
⁽¹⁾ Ativo + *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

⁽²⁾ Inclui recursos associados às operações de titularização consolidadas e papel comercial

⁽³⁾ Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objetivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

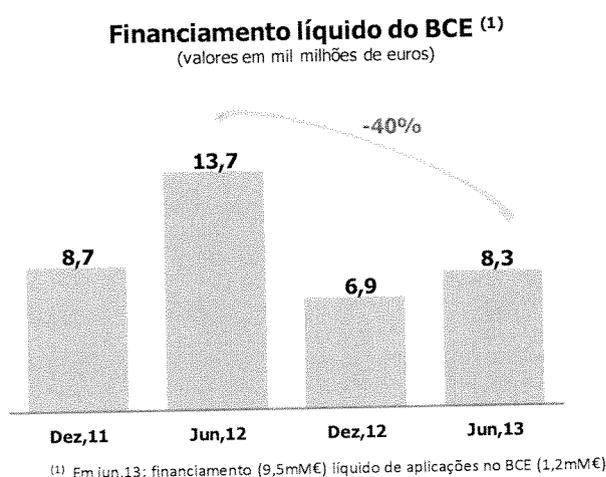
Por outro lado, no semestre, a carteira de crédito aumentou 712 milhões de euros (+2,8% anualizado), assente no segmento de empresas que teve um acréscimo de 997 milhões de euros (+5,4% anualizado), confirmando mais uma vez o apoio que o Grupo BES continua a dedicar à dinamização do setor empresarial e em especial ao exportador. O crédito a particulares manteve a tendência de decréscimo que foi de 285 milhões de euros (-4,1% anualizado) devido à contração da procura e ao reembolso do crédito à habitação. Em relação a junho de 2012, ajustado do efeito das operações de cedência a fundos de reestruturação, o crédito a empresas teria aumentado 2,9%, em base comparável.

O dinamismo conseguido nos depósitos versus o do crédito teve reflexos muito positivos na liquidez do Grupo, designadamente na evolução do rácio crédito/depósitos que passou para 125% (jun,12: 147%; dez,12%: 137%).

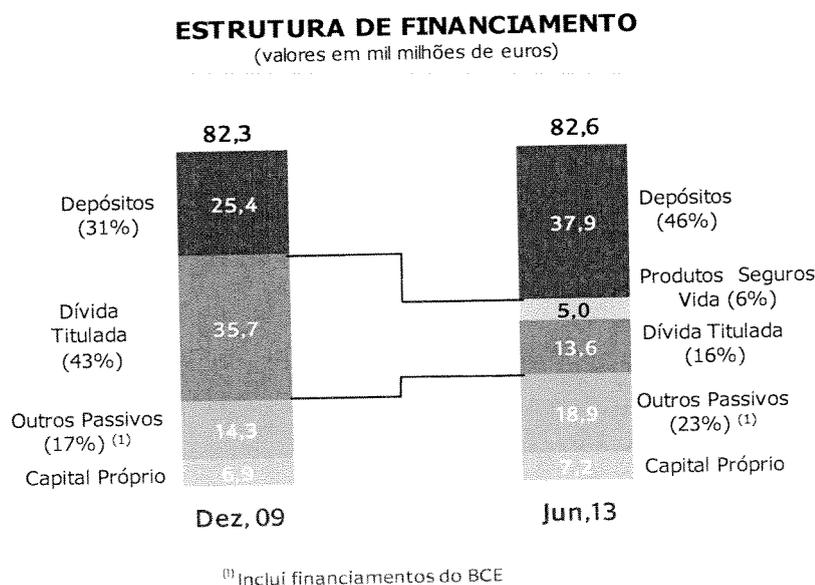
Rácio Crédito/Depósitos⁽¹⁾


⁽¹⁾ Calculado nos termos definidos para efeitos da elaboração do *Funding & Capital Plan (F&CP)*

Paralelamente, e considerando os demais meios de financiamento da atividade, realçamos a redução do financiamento do BCE, líquido de aplicações, para 8,3 mil milhões de euros, ou seja, uma diminuição de cerca de 40% face ao montante máximo atingido em junho de 2012, confirmando a melhoria nos níveis de liquidez que o Grupo já vem evidenciando nos últimos trimestres. O aumento do financiamento líquido, face a dez,12, deve-se à mobilização de liquidez que o Grupo detinha sob a forma de depósitos junto do BCE que passaram de 3,4 mil milhões de euros (dez,12) para 1,2 mil milhões de euros (jun,13).



No semestre manteve-se a tendência de melhoria da estrutura de financiamento do ativo no sentido de uma maior representatividade dos depósitos de clientes e de uma redução na dependência dos mercados financeiros promovendo, por essa via, uma gestão financeira mais autónoma e menos dependente das oscilações conjunturais do mercado de dívida.



Em junho de 2013 os depósitos consolidaram novamente a posição como principal fonte de financiamento (46% ou 52%, se considerarmos também os recursos de clientes sob a forma de produtos de seguros vida) e a dívida titulada representava apenas 16% do ativo, contrastando significativamente com a representatividade no final do exercício de 2009 (data imediatamente antes da agudização da crise da Zona Euro ocorrida no início de 2010), altura em que a dívida titulada representava 43% do financiamento do ativo naquela data e os depósitos apenas 31%.

Atividade Doméstica e Internacional

A área internacional procurou beneficiar da dinâmica das economias onde opera, designadamente das emergentes, tendo alcançado um aumento de 2,4% no ativo e de 10,0% na carteira de crédito. Os recursos totais de clientes apresentam um decréscimo de 6,4% refletindo a evolução da dívida titulada colocada em clientes institucionais, sobretudo através da Sucursal do BES em Londres.

ATIVIDADE DAS UNIDADES OPERACIONAIS DOMÉSTICAS E NO EXTERIOR

Variáveis	milhões de euros					
	Atividade Doméstica			Atividade Internacional		
	30-Jun-13	30-Jun-12	Variação	30-Jun-13	30-Jun-12	Variação
Ativos Totais ⁽¹⁾	67 351	69 675	-3,4%	29 037	28 366	2,4%
Ativo	56 496	59 956	-5,8%	26 150	25 336	3,2%
Crédito a Clientes (bruto)	38 377	39 604	-3,1%	12 734	11 572	10,0%
Recursos Totais de Clientes	43 902	36 719	19,6%	14 679	15 682	-6,4%
Rácio Crédito/Depósitos ⁽²⁾	125%	147%	-22 P.P.	126%	146%	-20 P.P.

⁽¹⁾ Ativo Líquido + Atividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

⁽²⁾ Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objetivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

4.2 Principais Áreas de Negócio (Segmentos Operacionais)

Caracterização Geral do Grupo

O Grupo BES desenvolve a sua atividade suportada em propostas de valor direcionadas para a satisfação das necessidades dos clientes particulares, empresas e institucionais, com o centro de decisão e principal mercado em Portugal.

As ligações históricas com África e com a América do Sul, nomeadamente com Angola e com o Brasil, a internacionalização das empresas nacionais, a crescente interdependência das

economias na Península Ibérica e as importantes comunidades de cidadãos portugueses estabelecidas em vários continentes, têm constituído a base para a expansão da estrutura internacional do Grupo.

No acompanhamento do desempenho por áreas de negócio são considerados os seguintes Segmentos Operacionais:

- Banca Comercial Nacional (inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*)
- Banca Comercial Internacional
- Banca de Investimento
- Gestão de Ativos
- Atividade de Seguros Vida (desde a aquisição da BES Vida em maio de 2012)
- Mercados e Participações Estratégicas
- Centro Corporativo

Cada segmento engloba as estruturas diretamente dedicadas do BES, bem como as unidades do Grupo com o qual a atividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional (encarada numa ótica de centro de investimento) é complementada, a nível da Comissão Executiva do BES, pela definição de estratégias e planos comerciais próprios para cada Segmento Operacional.

Complementarmente é utilizada uma segunda segmentação da atividade e dos resultados baseada em critérios geográficos, individualizando a performance das unidades localizadas em Portugal (área doméstica) e das localizadas no exterior (área internacional).

4.2.1 Retalho

Este segmento engloba a atividade com clientes particulares, com destaque para a captação de depósitos, a venda de produtos de poupança, a gestão de contas e de meios de pagamento, a subscrição de produtos de seguros para particulares, os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia, a concessão de crédito à habitação e ao consumo e o financiamento dos pequenos negócios.

BANCA DE RETALHO

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,13	Jun,12	Variação
BALANÇO			
Crédito a Clientes (bruto)	15 149	16 293	-7,0%
Recursos de Clientes	13 304	12 611	5,5%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Produto Bancário Comercial	309,4	281,0	10,1%
Res. Operações Financeiras e Diversos	15,6	19,6	-20,6%
Produto Bancário	325,0	300,6	8,1%
Custos Operativos	192,2	208,1	-7,7%
Provisões	32,0	41,6	-23,1%
Resultado antes de Impostos	100,8	50,9	98,0%
<i>Cost to Income</i>	59,1%	69,2%	-10,1 pp

Este segmento de atividade está assente numa rede de balcões que atingiu no final do 1º semestre de 2013 um total de 652 unidades em Portugal (uma redução líquida de 14 agências desde o início do ano). O processo de otimização desta área de negócio permitiu registar uma redução homóloga de 7,7% dos custos operativos. A rede inclui 43 Postos Avançados e agências resultantes de parcerias com agentes de seguros ao abrigo do programa *Assurfinance*.

A atividade de retalho continua a ser marcada por uma trajetória de crescimento significativa e sustentada dos recursos totais: +9,65% face a junho de 2012. Os recursos de clientes em balanço apresentam um crescimento de 5,5% face ao período homólogo, sendo de salientar o forte desempenho registado nos depósitos (+831 milhões de euros face ao período homólogo). Os níveis de crescimento de recursos registados pelo segmento de retalho, particularmente expressivos quando considerados à luz do contexto de adversidade económica que as famílias portuguesas enfrentam atualmente, decorrem da capacidade do Grupo em encontrar soluções de valor acrescentado para os seus clientes, mesmo em situações de mercado mais adversas, e da confiança que os clientes depositam na marca BES.

Para o crescimento dos recursos neste semestre contribuiu também a captação de novos clientes, tendo sido captados 48,6 mil clientes novos. Os resultados positivos na aquisição de novos clientes resultam da articulação entre a rede de balcões e os principais canais de captação de clientes (em particular os programas *Cross-Segment*, *Assurfinance* e de Promotores Externos) que mantiveram um contributo central para o desempenho comercial do Retalho. A captação total do Grupo, incluindo as unidades internacionais, ascendeu a 86,7 mil clientes, o que representa um aumento de 13,0% face ao período homólogo.

O Retalho tem procurado assegurar em permanência uma gestão otimizada da margem dos recursos, como forma de preservar a evolução do produto bancário. No primeiro semestre de 2013 foi possível conjugar um crescimento expressivo de recursos com uma otimização da margem financeira que registou uma melhoria de 63 pontos base para 2,76%. Em consequência, o produto bancário deste segmento registou um crescimento homólogo de 8,1%. A evolução do produto bancário, aliada à redução dos custos e dos níveis de imparidade permitiu melhorar o resultado antes de impostos da área para 100,8 milhões de euros.

A atividade do Retalho foi ainda caracterizada pela manutenção de políticas seletivas de concessão de crédito e por importantes níveis de *cross-selling*. A dinâmica comercial tem-se baseado num conjunto alargado de produtos, serviços e ferramentas inovadoras. A título de exemplo importa destacar o crescimento da produção em diversas famílias de seguros, como por exemplo, os seguros de saúde, onde o lançamento da fórmula Essencial permitiu mais do que duplicar a venda de novas apólices face ao período homólogo, ou os seguros vida risco, que registam um aumento de 33,8% face a junho de 2012.

No que se refere aos **Canais Diretos**, o número de clientes que utilizam frequentemente o *Internet Banking* de particulares – **BESnet** - atingiu 365 mil (+7,2% face ao período homólogo) mantendo a primeira posição de *Internet Banking* em Portugal, com 44,9% de penetração na base de clientes, de acordo com os últimos dados Marktest. O número de acessos alcançou os 19,6 milhões o que representa um crescimento de 11,7% face ao período homólogo. Olhando para a satisfação na utilização de sistemas de *internet banking*, de acordo com os últimos dados Marktest, o BESnet notabilizou-se como o serviço de *internet banking* que recolhe o mais elevado grau de satisfação, obtendo a liderança destacada na totalidade dos oito critérios de avaliação (segurança, *design*, serviços disponíveis, facilidade de utilização, disponibilidade, rapidez de carregamento das páginas, rapidez de execução de operações, satisfação global com o serviço de *internet banking*), em todas as vagas mensais do 2º trimestre. O **BESmobile** continua a crescer de forma muito significativa, com uma adesão que atingiu os 48,3 mil clientes muito frequentes no final do primeiro semestre, ultrapassando o número de clientes muito frequentes da Banca Telefónica. Dados da Marktest reforçam ainda mais a liderança destacada na utilização pelos clientes deste canal, com mais de 8,6% dos clientes em que o BES é o primeiro banco terem declarado ter utilizado o **BESmobile** nos últimos 3 meses. Os Canais Diretos continuam a afirmar-se como canal privilegiado no relacionamento com os clientes, nomeadamente através: (i) da disponibilização completa do lote de serviços, consultas e transações possíveis de serem realizadas remotamente de forma automática; (ii) da disponibilização de um dispositivo de

vendas com particular incidência nos produtos de poupança e seguros, sendo possível a compra imediata na *internet*, a compra com apoio remoto de um operador telefónico ou o agendamento de uma reunião com o balcão ou gestor de conta respetivo; (iii) da integração das plataformas de *CRM* (balcão, BESnet e BESdirecto), com ofertas personalizadas para cada cliente no momento da sua interação com o canal remoto, revelando taxas de sucesso muito interessantes, o que confirma a adequação das ofertas às necessidades dos clientes.

No primeiro semestre de 2013 o **Banco BEST** atingiu um valor de 2,1 mil milhões de euros de ativos de clientes sob custódia e apurou um resultado líquido de 6,0 milhões de euros, representativo de um crescimento de 37% face ao 1º semestre do ano anterior. O Banco Best foi recentemente distinguido com três prémios que confirmam o seu sucesso enquanto líder na inovação da oferta de serviços e produtos financeiros em Portugal: (i) melhor *site / App Mobile* (ACEPI) - o serviço de *Mobile Banking* foi o vencedor da categoria para *eCommerce*, no âmbito dos Prémios Navegantes XXI 2013 da ACEPI (Associação do Comércio Electrónico e Publicidade Interactiva), que distinguem os melhores projetos de comércio eletrónico e de marketing digital. Considerado como um dos serviços de *Mobile Banking* mais completos do mercado português e disponibilizando uma ampla panóplia de operações bancárias correntes, o *Mobile Banking* do Banco Best oferece ainda um completo serviço de Bolsa, que permite aos clientes acompanhar as principais bolsas a nível mundial e negociar mais de 1200 títulos; (ii) melhor *site B2B* (ACEPI) – também no âmbito dos Prémios Navegantes XXI 2013 da ACEPI, as soluções *B2B* e *White Label* foram os vencedores da categoria melhor *site eCommerce B2B*. Através destas soluções, o Banco Best atua como um prestador de serviços de *wealth management* a nível mundial, sendo um exemplo único em Portugal de exportação de serviços e tecnologia bancária; (iii) melhor projeto tecnológico em Portugal (*CIO Awards 2013*) – o motor de pesquisa “Best Guru” foi premiado como o melhor projeto tecnológico desenvolvido em Portugal, na edição de 2013 dos *CIO Awards* promovidos pela *IDC*, empresa líder mundial na área de *market intelligence*. O “Best Guru” é um inovador motor de pesquisa para produtos de investimento que permite um acesso fácil, rápido e direto ao portefólio de milhares de produtos de *asset management* e *trading* do Banco Best, incluindo mais de 2000 fundos de investimento de quarenta sociedades gestoras, cerca de 1800 certificados, mais de 1000 ações dos principais mercados internacionais e obrigações e *ETF* de todo o mundo.

O **Banco Espírito Santo dos Açores** prosseguiu a sua atividade condicionado pela situação de crise que se vive tanto no País, com na Região mantendo a sua estratégia de aumento da quota de mercado e de captação de novos clientes, através de assinatura de novos protocolos com

empresas e instituições regionais. Continuou a assistir-se a uma desaceleração na concessão de crédito, a um esforço suplementar no controlo e recuperação do crédito em situação irregular e ao reforço na captação de recursos. Assim, é de salientar a evolução registada nos depósitos de clientes (+3,0%) e no crédito concedido a clientes (-6,3%). O semestre encerrou com um ativo de cerca de 459 milhões de euros e o resultado líquido apresentou-se negativo em cerca de 276 mil euros decorrente, essencialmente, da quebra verificada no resultado financeiro (-37%) e do esforço de provisionamento para crédito que foi superior em cerca de 1,1 milhões de euros ao registo de junho de 2012. De salientar a deliberação da Assembleia Geral do Banco de aumentar o seu capital social em 1.137.500,00 euros para 18.637.500,00 euros, operação que se concretizou no final do mês de junho.

4.2.2 Empresas e Institucionais

Esta área integra a atividade das empresas de média e grande dimensão, por um lado, e os clientes institucionais e municípios, por outro. O Grupo BES detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e com vocação exportadora.

BANCA DE EMPRESAS E INSTITUCIONAIS

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,13	Jun,12	Variação
BALANÇO			
Crédito a Clientes (bruto)	21 727	21 433	1,4%
Recursos de Clientes	10 786	9 508	13,4%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Produto Bancário Comercial	308,8	250,7	23,2%
Res. Operações Financeiras e Diversos	7,1	5,6	25,9%
Produto Bancário	315,9	256,3	23,2%
Custos Operativos	29,7	31,4	-5,7%
Provisões	459,6	208,6	120,3%
Resultado antes de Impostos	-173,4	16,2
<i>Cost to Income</i>	9,4%	12,3%	-2,9 pp

A evolução dos resultados deste segmento continua influenciada pela aumento da sinistralidade do crédito, o que se tem vindo a traduzir em necessidades de reforço do provisionamento. Para contrariar o impacto deste efeito, o Grupo BES tem atuado ao nível dos seguintes vetores: (i) intensificação das práticas de prevenção do risco, nomeadamente através de maiores níveis de colateralização das operações de crédito, tanto nas novas operações como no *stock*; (ii) atualização permanente das políticas de *pricing*, tanto ao nível dos *spreads* de crédito, como ao nível das taxas praticadas na captação de recursos e no combate a práticas de descontos/isenções no comissionamento e (iii) otimização da base de custos. A atuação ao nível

do preço permitiu registar, um crescimento do produto bancário de 23,2% face ao período homólogo do ano anterior. As iniciativas de reestruturação da base de custos permitiram atingir uma quebra homóloga de 5,7% dos mesmos.

Não obstante, e apesar da forte quebra da procura de crédito pelo setor empresarial, o Grupo BES manteve um nível de concessão de novo crédito equivalente aos reembolsos efetuados pelos clientes, mantendo-se a carteira de crédito essencialmente estável, reflexo do apoio ao tecido empresarial, nomeadamente disponibilizando um serviço de apoio especializado às empresas exportadoras e aos modelos de negócio com cariz inovador.

O Grupo BES continua o seu esforço de apoio às empresas portuguesas nos seus processos de internacionalização. A Unidade Internacional Premium congrega este acompanhamento com *desks* especializados por áreas geográficas, que se articulam com a força comercial do Grupo, disponibilizando uma oferta dinâmica e ajustada a cada uma das fases dos processos de internacionalização dos seus clientes.

Em destaque este ano está o apoio dado pela Unidade Internacional Premium na aproximação dos seus clientes a novos mercados e no reforço da abordagem a ligações existentes. Durante o primeiro semestre de 2013 o BES realizou, com grande sucesso, missões empresariais à Indonésia (com extensão a Timor) e à Argélia. Encontram-se em preparação para o segundo semestre do ano uma missão à Polónia e uma vinda de empresários líbios a Portugal. Estima-se que este ano, através das missões empresariais, o BES acompanhe cerca de 100 empresas portuguesas em contactos diretos com cinco mercados distintos.

Essencial na preparação destas missões é a coordenação entre a procura (mercados externos e setores com potencial) e a oferta (capacidade produtiva e qualidade das empresas portuguesas). Por um lado, o BES disponibiliza o BES *Fine Trade*, ferramenta desenvolvida pela ES Research. Trata-se de um estudo estatístico realizado para os bens transacionáveis, que identifica mercados com potencial, setores com oportunidades e produtos procurados, oferecendo aos empresários uma visão global daqueles que serão os seus mercados estratégicos. Por outro lado, o sucesso das missões é resultado também do estreito contacto com as entidades relevantes na geografia (Câmaras, Associações, Diplomacia) e a forte relação com os bancos locais.

No comércio internacional, o Grupo BES lidera no *trade finance* com uma quota de mercado de 30,9% e sete prémios consecutivos da revista *Global Finance* para *Best Trade Finance Bank*. Estes resultados devem-se, por um lado, à relação de proximidade estabelecida com os clientes

através das equipas de gestores de negócio internacional, e que sempre que necessário fazem-se acompanhar por especialistas de *trade finance*, e por outro, ao reforço da relação com uma vasta rede de bancos correspondentes que vem sendo estabelecida por uma experiente equipa de gestores de instituições financeiras. A coordenação com as Unidades Internacionais do Grupo BES torna mais forte a capacidade de resposta aos clientes nas 25 geografias de presença, o que se tem vindo a refletir em maiores níveis de comissionamento.

No caso específico da interligação económica do mercado ibérico, a continuação da articulação entre a rede doméstica e a rede do Grupo em território espanhol tem permitido assegurar uma ação comercial de captação e desenvolvimento de negócio: 90 clientes captados no 1º semestre neste universo de empresas. Cerca de 50% das empresas ibéricas de bom risco são clientes do Grupo BES.

A atividade de apoio à Inovação e ao Empreendedorismo por parte do Grupo BES tem prosseguido o seu forte dinamismo neste primeiro semestre de 2013. Por um lado, mantém-se uma tendência crescente do número de oportunidades de alto potencial levantadas por todo o país, tanto de perfil mais tecnológico, como de perfil mais empreendedor. A clara melhoria da estruturação do Ecosistema da Inovação em Portugal que se tem observado nos últimos três anos, começa a refletir-se na quantidade e qualidade de *leads* para apoio e investimento por parte do Grupo. Concretamente, em termos de investimento, o 1º semestre de 2013 registou um conjunto de operações fechadas bem maior que no passado, com 5 empresas portuguesas acrescentadas ao portefólio da Espírito Santo Ventures. Esta aposta prioritária do Grupo BES em investir em *Start-Ups*, com resultados expressivos nos últimos 24 meses já permitiu atingir uma trintena de participadas em Portugal.

No conjunto das sucessivas Linhas PME Investe e PME Crescimento, o Grupo tem promovido, proativamente, junto do tecido empresarial estes importantes instrumentos de apoio às PMEs nacionais. Na globalidade das linhas já foram aprovados 2885 milhões de euros de crédito. Na atual linha PME Crescimento 2013, o BES é líder com uma quota global de 23,6% (279 milhões de euros), com destaque para a linha dedicada às empresas exportadoras, onde regista uma quota de mercado de 43,1%.

Face ao atual contexto de mercado, o apoio à tesouraria das empresas continua a constituir um dos principais focos de atuação. Neste campo importa realçar a liderança destacada do Grupo

BES nas soluções de *factoring*, com uma quota de mercado de 25,8%, representativa de 1659 milhões de euros de crédito sob gestão.

O BES Express Bill continua a ser uma solução de gestão de pagamentos e recebimentos exclusiva do BES, que tem ganho uma preponderância muito significativa. Esta solução assegura às empresas aderentes uma fonte de liquidez fundamental e constitui um instrumento gerador de confiança nas transações comerciais entre elas. Até ao momento mais de 13 mil empresas aderiram ao BES Express Bill, estando aprovados cerca de 2400 milhões de euros em limites de crédito, o que permite garantir e antecipar mais de 12000 milhões de euros de pagamentos por ano.

Na área dos Canais Diretos, o número de clientes frequentes no *Internet Banking* para empresas – BESnetwork – atingiu 61 mil neste semestre, o que representa um crescimento homólogo de 8,7%, enquanto o número de acessos se situou em 8,4 milhões (+13,7% face a junho de 2012). Pelo segundo ano consecutivo, o BESmobile conquistou o prémio da prestigiada revista *Global Finance* para o melhor serviço de *Mobile Banking* de empresas da Europa, no ano de 2013. Os resultados divulgados já durante o mês de julho do ano corrente, consagraram ainda, pela quarta vez na sua história e pelo terceiro ano consecutivo, o BES como tendo o *Best Corporate/Institutional Internet Bank* em Portugal, confirmando a qualidade e versatilidade do serviço BESnetwork.

4.2.3 *Private Banking*

Esta área de negócio abrange a atividade com clientes *private* integrando todos os produtos do ativo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e os produtos de seguros.

PRIVATE BANKING

Variáveis	Jun,13	Jun,12	Variação
<small>milhões de euros</small>			
BALANÇO			
Crédito a Clientes (bruto)	935	962	-2,8%
Recursos de Clientes	1 647	1 924	-14,4%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Produto Bancário Comercial	65,7	43,1	52,6%
Res. Operações Financeiras e Diversos	4,3	2,7	55,4%
Produto Bancário	70,0	45,8	52,8%
Custos Operativos	8,4	9,0	-6,4%
Provisões	2,9	1,0
Resultado antes de Impostos	58,6	35,8	63,9%
<i>Cost to Income</i>	12,1%	19,7%	-7,6 pp

Os recursos totais de clientes nesta importante área de negócio registaram um crescimento de 5,3% face ao período homólogo. Estes volumes incorporam um forte crescimento nos recursos fora de balanço (+13,8%) fruto de uma preferência acrescida dos clientes por outros produtos de investimento. No que diz respeito aos depósitos, é de salientar que no 1º semestre de 2013, o *Private Banking* inverteu a tendência de quebra verificada ao longo de 2012 e registou um crescimento de 10,5% face aos níveis registados no final de 2012.

As iniciativas de melhoria de margem de recursos levadas a cabo ao longo de 2012 e do 1º semestre 2013 permitiram alcançar um aumento de produto bancário de 52,8%. A estrutura de custos operativos foi otimizada, o que conduziu a uma quebra de 6,4% face ao 1º semestre de 2012. A conjugação destes dois fatores permitiu alcançar uma melhoria no resultado antes de impostos face ao ano anterior evoluindo para 58,6 milhões de euros.

4.2.4 Banca Comercial Internacional

As unidades de negócio localizadas no exterior, que integram este segmento operacional, continuam a evidenciar um desempenho globalmente positivo, com reflexos no dinamismo da captação de recursos de clientes (+24,9%) – em grande medida baseado na emissão de obrigações colocadas em clientes institucionais através da Sucursal de Londres do BES - e do crédito a clientes (+11,4%) estando este ligado à expansão da atividade da nossa filial em Angola. A redução do produto bancário, designadamente do BES Angola, e o crescimento dos custos operativos (+15,0%) e das provisões (+118,1%) fez com que o resultado antes de impostos, no montante de 41,1 milhões de euros, se apresente inferior ao do 1º semestre do ano precedente.

BANCA COMERCIAL INTERNACIONAL

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,13	Jun,12	Variação
BALANÇO			
Crédito a Clientes (bruto)	12 144	10 900	11,4%
Recursos de Clientes	10 942	8 762	24,9%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Produto Bancário Comercial	261,7	293,6	-10,9%
Res. Operações Financeiras e Diversos	-12,6	17,6	-171,2%
Produto Bancário	249,2	311,2	-19,9%
Custos Operativos	125,1	108,8	15,0%
Provisões	82,9	38,0	118,1%
Resultado antes de Impostos	41,1	164,4	-75,0%
<i>Cost to Income</i>	50,2%	35,0%	15,2 pp

Durante o segundo trimestre do ano, a atividade da **Sucursal do BES em Espanha** manteve uma evolução positiva, não obstante a persistente instabilidade económica e financeira nacional e internacional, com destaque para os seguintes aspetos: (i) continuação da expansão da rede, com abertura de balcões em *Palma de Mallorca* e *Logroño* (onde até agora não existia presença) e dois postos em Madrid; (ii) crescimento de 55,5% dos depósitos de clientes (46,4% desde o final de 2012) e de apenas 1,0% do crédito, evolução que confirma a prossecução da política de reforço da auto-suficiência financeira da sucursal; (iii) manutenção dos volumes de risco fora de balanço em torno dos 1300 milhões de euros, em linha com a evolução verificada ao longo de meses anteriores; (iv) continuidade no apoio à atividade internacional das empresas, que registou um crescimento de 1,8%; (v) crescimento do número de clientes (+38,7% face a junho de 2012), com um incremento de mais de 8500 clientes face ao registo de dezembro de 2012, suportado, sobretudo, na banca de particulares e *private* (+40,7%); (vi) prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com forte reforço do provisionamento exigido pela situação económica, sua evolução e seus efeitos diretos e induzidos. Reflexo dos referidos desenvolvimentos foi possível manter a tendência de melhoria das margens das aplicações creditícias, compensando os efeitos da pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência na captação de depósitos. De assinalar o crescimento do produto bancário (+3,7%) e a contenção de custos (-2,5%), que permitiram um aumento de 5,3%, em termos homólogos, do resultado de exploração que se situou em 28,2 milhões de euros.

A **Sucursal do BES em Londres (Reino Unido)** centra o seu negócio na banca de *Wholesale* ao nível do mercado europeu. Durante o primeiro semestre de 2013, o ativo manteve-se acima dos 5,5 mil milhões de euros sustentado pelo programa de *EMTN*, apesar de refletir alguma redução dos recursos de clientes em balanço. A angariação de depósitos, no entanto, encontra-se 108% acima dos valores registados em dezembro de 2012. Por outro lado, o crédito a clientes bruto apresenta níveis muito semelhantes aos do final de 2012 (-2,5%) e aos do período homólogo (-3,6%). Apesar do contexto adverso, é importante destacar que o produto bancário comercial se situou em 27,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 53% em termos homólogos. Simultaneamente, e em linha com o ocorrido no exercício anterior, a estrutura de custos continua em processo de ajustamento sendo de destacar a redução de 7%, em termos homólogos.

O **Espírito Santo Bank** (Miami/EUA) encerrou o primeiro semestre de 2013 com um balanço caracterizado por ativos de qualidade e fortes rácios de capital e de liquidez, atingindo os seus níveis mais elevados em ativos, crédito e depósitos. Assim, o ativo apresenta-se superior em 100

milhões de dólares ao valor apurado no final de 2012, os depósitos cresceram 88,7 milhões de dólares (+17%) no mesmo período e o crédito aumentou 66,1 milhões de dólares (+15%). Este crescimento deve-se ao facto do mercado residencial no sul da Florida se encontrar em recuperação tendo o banco focado a sua atuação nos clientes não residentes, compradores de segundas residências que constituem um segmento de mercado atrativo e de elevada qualidade de risco, sem no entanto deixar de manter padrões conservadores e seguros de avaliação do crédito. Em 2013 foi reafirmado o *rating* "5 Star" atribuído, pela primeira vez em 2012, pelo *Bauer Financial* baseado na qualidade dos ativos, liquidez e solvabilidade. Os ativos sob gestão atingiram 1,4 mil milhões de dólares em 30 de junho de 2013.

A **Sucursal do BES em Nova Iorque (EUA)** concentra a sua atividade na banca de *Wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. Durante este semestre permaneceram as dificuldades no acesso à liquidez nos mercados. Nesta conjuntura, a atividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na desalavancagem (continuação de redução da carteira de crédito, -24% face a junho de 2012) e gestão e monitorização do risco, de acordo a estratégia internacional do Grupo. De realçar o resultado alcançado que se situou em 3,8 milhões de euros.

A atividade do **Banco Espírito Santo Angola (Angola)**, durante primeiro semestre de 2013, foi marcada pelo início da implementação do novo plano estratégico que visa a evolução do modelo de negócio nas seguintes vertentes: (i) evolução para um modelo de banca aspiracional, com enfoque nos segmentos de maior valor nas empresas (*top corporate*) e particulares (*top private*), prevendo-se o desenvolvimento da oferta para entrada em novos segmentos de empresas (petrolíferas, médias e pequenas empresas) e particulares (segmento de afluentes), com o objetivo de aumentar o número atual de clientes ativos; (ii) expansão da rede de agências, com abertura de novos balcões e novos centros de empresa num espaço de 2 anos; (iii) revisão da estratégia comercial, com implementação de formas de comunicação e marketing centradas na oferta e na criação de um novo modelo de dinamização comercial, (iv) desenvolvimento de uma estratégia multi-canal que permita maior alcance na angariação de clientes e na prestação de serviços inovadores. O Banco continuou a ser reconhecido internacionalmente, tendo sido distinguido, no período em análise, como o "Melhor Banco de Angola" em 2012, *Best Trade Finance Bank* e *Best Foreign Exchange Provider* prémios atribuído pela revista *Global Finance*. No que se refere à atividade, os ativos totalizaram 8489 milhões de euros, representando um acréscimo de 12% quando comparado com o período homólogo do ano anterior, impulsionados pelo aumento da carteira de crédito que totalizou 5699 milhões de euros (+25%) e pelos recursos de clientes que cresceram 7%. O produto bancário foi de 116,4 milhões

de euros (menos 32% em termos homólogos) devido, essencialmente, à redução do nível de comissionamento em que, no período homólogo, se incluíam comissões não recorrentes. O resultado financeiro foi de 99,3 milhões de euros (+27%) e os custos operativos aumentaram 23%. Com a referida redução das comissões e com o reforço do provisionamento, impulsionado pelo crescimento do crédito, o resultado líquido no período foi de 25,9 milhões de euros.

A atividade do **BES Cabo Verde (Cabo Verde)** centra-se no mercado local de empresas, com particular importância para as empresas do setor público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de afluente local. Durante o primeiro semestre de 2013, o Banco manteve o seu volume de negócios (+0,5% face a dez,12), encerrando o período com um ativo de 137 milhões de euros.

A atividade do **Banco Espírito Santo do Oriente (Macau)**, continua a registar uma evolução positiva nas áreas de *corporate banking* e de *trade finance*, sustentada pelos fluxos comerciais entre a República Popular da China e os países de expressão portuguesa onde o Grupo BES está presente. De referir o crescimento da atividade relacionada com os créditos documentários (nomeadamente *L/C Advising, Forfaiting e Discount*) fruto de uma contínua ação comercial e operacional do Banco, em concertação com a área Internacional do BES e do bom relacionamento com os principais bancos chineses, com quem se tem vindo a estabelecer acordos instrumentais no desenvolvimento deste tipo de negócio. A fidelização e o crescimento da base de depósitos ao longo dos últimos anos, continuam a assumir particular relevância no contexto atual, tendo-se continuado a desenvolver iniciativas comerciais junto dos vários segmentos de clientes que permitiram registar um aumento de 75% dos depósitos de clientes, comparativamente ao período homólogo do ano anterior. Não obstante a desaceleração da atividade económica a nível global, o resultado bruto aumentou 31%, face aos valores registados em junho de 2012.

A atividade desenvolvida pela **Banque Espírito Santo et de la Vénétie (França)** no 1º semestre de 2013 saldou-se por um resultado bruto de exploração de 8,6 milhões de euros, superior em 1% ao do período homólogo de 2012. O produto bancário relativo ao conjunto das atividades de banca comercial progrediu 1% e o produto bancário total situou-se em 22,5 milhões de euros (+5% face a junho de 2012). Os custos gerais, em consequência do processo de reorganização das equipas dedicadas às operações e apoio comercial, sistemas de informação e controlo e do recurso a serviços prestados por consultores externos, sofreram um aumento de

13%. O nível de provisionamento (custo do risco) situou-se nos 6,8 milhões de euros (+158% em termos homólogos) e o resultado líquido apurado foi de 605 mil euros.

Em junho de 2013, o BES aumentou a sua participação no capital do **Moza Banco (Moçambique)** passando a deter 49%. O Banco prossegue a execução do plano de expansão comercial tendo inaugurado mais três balcões, contando atualmente com um total de 23 agências. A atividade continua a apresentar uma forte dinâmica, destacando-se o crescimento de 220% do ativo, em termos homólogos e em moeda local, e dos depósitos e crédito a clientes (+290% e +241%, respetivamente).

Após a abertura da **Sucursal do BES na Venezuela**, em janeiro de 2012, a atividade tem vindo a centrar-se numa maior aproximação à comunidade portuguesa residente no país e às grandes empresas e instituições locais. No final deste semestre o total de ativos desta unidade ascendia a 146 milhões de euros.

A **Sucursal do BES no Luxemburgo**, também inaugurada em janeiro de 2012, tem vindo a desenvolver a sua atividade como plataforma de atuação junto da comunidade emigrante portuguesa residente nesta geografia e em países vizinhos no centro da Europa, oferecendo aos clientes da rede global do Grupo BES a possibilidade de opção por uma praça financeira segura e credível. Em junho de 2013, o total de ativos ascendia a 840 milhões de euros tendo gerado um resultado líquido de 1,3 milhões de euros.

Na **Líbia**, que se encontra em fase de consolidação política, social e económica, o **Aman Bank** tem vindo a retomar a execução dos planos comerciais e de reforço operacional de modo a participar nas oportunidades de crescimento do país. Durante o primeiro semestre, aumentou o seu ativo em 6% e gerou um resultado líquido de 3,1 milhões de euros.

4.2.5 Banca de Investimento

Esta área de negócio inclui, para além da atividade bancária tradicional com clientes empresariais e institucionais, os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de ações, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços relacionados com a banca de investimento.

BANCA DE INVESTIMENTO

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,13	Jun,12	Variação
BALANÇO			
Crédito a Clientes (bruto)	2 146	2 316	-7,3%
Recursos de Clientes	1 067	1 052	1,4%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Produto Bancário Comercial	93,1	105,4	-11,6%
Res. Operações Financeiras e Diversos	28,2	18,0	56,5%
Produto Bancário	121,3	123,4	-1,7%
Custos Operativos	86,3	85,8	0,6%
Provisões	26,6	14,1	88,1%
Resultado antes de Impostos	8,4	23,5	-64,1%
<i>Cost to Income</i>	71,1%	69,5%	1,6 pp

O contexto macroeconómico e político em que decorreu o 2º trimestre impôs alguma pressão à atividade de banca de investimento. No entanto, manteve-se a forte dinâmica da área de mercado de capitais, tendo o BES Investimento (BESI) liderado as principais emissões realizadas em Portugal no período em análise, bem como diversas operações na Polónia, Reino Unido, México e Brasil. O produto bancário, no montante de 121,3 milhões de euros foi ligeiramente inferior (1,7%) ao verificado no 1º semestre de 2012 e os custos operativos mantiveram-se praticamente em linha com o período homólogo (+0,6%). O aumento das imparidades de crédito penalizou de forma importante o resultado antes de impostos, que registou uma descida homóloga de 64,1% e ascendeu a 8,4 milhões de euros.

No que respeita à área internacional, cuja atividade representou 57% do produto bancário, é de salientar o início de atividade no México da subsidiária a 100% Lusitânia Capital, SOFOM, E.N.R., uma sociedade não bancária que tem a capacidade de assessorar e apoiar financeiramente projetos em moeda local, o que, a par com as atividades de representação e assessoria já desenvolvidas com o suporte do escritório de representação local, reforça a presença no mercado mexicano, um dos mercados da região que evidencia atualmente boas perspetivas de desenvolvimento.

As principais operações concluídas durante o 2º trimestre de 2013 foram as seguintes:

- **Fusões e Aquisições** - em Portugal o BESI concluiu a assessoria à *China Three Gorges* na aquisição de 49% do capital social da EDP Renováveis Portugal e de 25% dos suprimentos realizados à sociedade (valor do negócio implícito para 100% de 1000 milhões de euros) e à Arena Atlântida na aquisição do Pavilhão Atlântico. O BESI prestou ainda assessoria à DST

na venda de um ativo de rendimento a um fundo de investimento imobiliário. No Brasil, prestou-se assessoria à Codimetal na aquisição de 70% do capital acionista da Trefinox. No final do 1º semestre de 2013 e de acordo com a Bloomberg, o BESI manteve a liderança do mercado de F&A em Portugal, por nº e valor de operações concluídas e alcançou a segunda posição no mercado ibérico, por valor de operações concluídas;

- **Project Finance e Securitização** - no Brasil, o BESI concedeu um empréstimo ponte, no valor de 20 milhões de reais, à ATTEND Ambiental, SPE, uma parceria entre a Estre Ambiental (55%) e a Sabesp (45%) para a implantação e operação de estações de pré-tratamento de efluentes não-domésticos na região metropolitana de São Paulo. Concluíram-se igualmente os serviços de assessoria e repasse dos recursos de longo prazo do BNDES à ViaBahia - empresa controlada pela *ISOLUX-Corsán* e *Engevix* e responsável pela construção e operação de 680 kms de rodovias no estado da Baía - no montante de 46 milhões de reais;
- **Acquisition Finance e Outros Financiamentos** – em Portugal, o BESI atuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Arena Atlântida para a aquisição do Pavilhão Atlântico, atualmente denominado Meo Arena. No mercado polaco, continuou a apoiar o desenvolvimento dos negócios de vários dos seus clientes locais e internacionais, preferencialmente através da emissão de garantias bancárias, totalizando o montante de 71 milhões de zlotys no 2º trimestre de 2013. No Brasil, participou no Pré-Pagamento de Exportação ao grupo *Los Grobo Ceagro*, com o montante de 4,5 milhões de dólares, e na emissão de uma Cédula de Crédito à Exportação pela Belagrícola (participação no montante de 20 milhões de reais). Concluíram-se ainda 49 operações de financiamento (incluindo renovações), no montante total de 267 milhões de reais, destacando-se pela sua atuação no apoio a empresas ibéricas que estão a expandir as suas atividades no Brasil;
- **Mercado de Capitais – Renda Variável** - o BESI destacou-se: (i) na Polónia, como *Joint Global Coordinator* e *Joint Bookrunner* na venda de uma participação de 25% da *KRUK*, por parte do *PE Fund Enterprise Investors*, através de *accelerated bookbuilding* (251,8 milhões de zlotys); (ii) no Brasil, como *Joint Bookrunner* no *follow on* da *BHG* (378 milhões de reais), e (iii) no Reino Unido, como *Joint Bookrunner* na colocação de 131,6 milhões de novas ações da *Vertu Motors Plc* (50 milhões de libras) e como *Sole Bookrunner* na colocação de 1,2 milhões de ações da *Ted Baker* (20 milhões de libras);
- **Mercado de Capitais – Renda Fixa** - salienta-se a atuação do BESI (i) na Península Ibérica, como *Joint Lead Manager* das emissões de obrigações da Portugal Telecom (1000 milhões de euros) e da ESFIL (200 milhões de euros), como *Sole Lead Manager* na emissão de obrigações da ESF Portugal (80 milhões de euros), da Sonae Investimentos (50 milhões de euros) e da Ascendi (15 milhões de euros) e como *Joint Global Coordinator* da OPS de

obrigações da Benfica SAD (45 milhões de euros); (ii) no Brasil, como *Joint Bookrunner* na emissão de *debêntures* de infraestrutura da Concessionária Rodovias do Tietê (1065 milhões de reais) e na emissão de *bonds* da *Andrade Gutierrez* (500 milhões de dólares); e (iii) no México, como *Sole Lead Manager* das emissões de *bonds* do Crediamigo (30 milhões de dólares);

- **Corretagem** - o BESI manteve uma posição de destaque na atividade em Portugal (3º lugar, com uma quota de mercado de 6,3%) e em Espanha (7º lugar, com uma quota de mercado de 5,0%). No Brasil, ocupou a 25ª posição no *ranking* Bovespa, com uma quota de mercado de 1%. Na Polónia, posicionou-se na 19ª posição no *ranking* das corretoras polacas, com uma quota de mercado de 1,5%.

A atuação e o esforço desenvolvido pelo Banco mereceram a atenção e o reconhecimento de diversas entidades internacionais, de que resultaram as seguintes distinções: (i) *Best Investment Bank* in Portugal, atribuída pela revista *World Finance*; (ii) *Best M&A House* in Portugal, atribuída pela revista *EMEA Finance*; e (iii) *Best Investment Bank* in Portugal, atribuída pela revista *Euromoney*.

4.2.6 Gestão de Ativos

Este segmento engloba toda a atividade de gestão de ativos desenvolvida, fundamentalmente, pela Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF), em território nacional e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo, Angola e Brasil) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de gestão de carteiras.

GESTÃO DE ATIVOS

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,13	Jun,12	Variação
ATIVOS SOB GESTÃO	15 723	13 125	19,8%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Produto Bancário	30,0	34,1	-11,9%
Custos Operativos	8,6	8,8	-1,6%
Provisões	0,1	0,8	-87,0%
Resultado antes de Impostos	21,3	24,5	-13,1%
<i>Cost to Income</i>	28,7%	25,7%	3,0 pp

O aumento dos ativos sob gestão, deveu-se em grande medida à progressão das atividades de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras e à atividade no Luxemburgo que compensaram a redução ou estabilização relativa dos volumes nos restantes segmentos de negócio. Na atividade internacional, apesar do aumento dos ativos sob gestão no Luxemburgo, verificou-se globalmente uma redução de cerca de 5%.

A ESAF foi eleita a melhor sociedade gestora de fundos de investimento mobiliário em Portugal em 2012, numa iniciativa da *Morningstar* em conjunto com o Diário Económico, tendo ainda recebido as seguintes distinções: (i) melhor sociedade gestora nacional de obrigações; (ii) melhor fundo nacional obrigações Euro (Espírito Santo Obrigações Europa); (iii) melhor fundo estrangeiro obrigações Euro (Espírito Santo Euro Bond); e (iv) melhor fundo nacional misto moderado Euro (Espírito Santo Estratégia Activa). Este ano, a ESAF foi também premiada com os *Lipper Funds Awards*, em Espanha e na Europa.

4.2.7 Atividade de Seguros Vida

Esta área de negócio abrange a atividade desenvolvida pela companhia de seguros BES Vida que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização e PPR's.

ATIVIDADE DE SEGUROS VIDA

Variáveis	milhões de euros		
	Jun,13	Jun,12	Variação
BALANÇO			
Recursos de Clientes	4 969	3 661	35,7%
GANHOS E PERDAS			
Margem Bruta da Atividade Seguradora	300,2	40,3	...
Custos Operativos	5,6	2,1	161,6%
Provisões	0,2	1,8	-86,9%
Resultado líquido apropriado pelo Grupo BES	212,6	17,4	...

O resultado da BES Vida do 1º semestre de 2013 encontra-se influenciado pela operação de monetização do valor da carteira de produtos de Vida Risco, que resultou na transferência de todos os riscos inerentes a essa carteira para um ressegurador, mantendo no entanto a BES Vida a gestão dos contratos e o relacionamento com os clientes. Esta operação resultou num impacto positivo nos resultados da Companhia de cerca de 150 milhões de euros. Outro fator, também relevante na evolução dos resultados, diz respeito a um acréscimo da atividade com uma

produção de 851,6 milhões de euros, representativa de um aumento dos prémios face ao período homólogo do ano anterior de mais de 469,3%. Este semestre ficou ainda marcado por uma forte dinamização da produção dos produtos de Capitalização e PPR. Destaque ainda para uma forte redução no volume de indemnizações durante os primeiros seis meses de ano, quando comparado com o período homólogo de 2012 (-35,9%), devido a uma diminuição verificada no volume de resgates e de vencimentos dos produtos financeiros.

4.2.8 Mercados e Participações Estratégicas

Este segmento congrega a atividade de gestão financeira global do Grupo, que engloba tanto a tomada e cedência de fundos nos mercados financeiros, como o investimento e gestão de risco de instrumentos de crédito, de taxa de juro, cambial e de ações, quer de natureza estratégica, quer relacionados com a atividade corrente da área de mercados. Considera-se ainda a atividade com investidores institucionais não residentes e os efeitos decorrentes de decisões de ordem estratégica com impacto transversal a todo o Grupo.

MERCADOS E PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

milhões de euros			
Variáveis	Jun,13	Jun,12	Variação
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Produto Bancário	-429,2	79,8
Custos Operativos	30,4	24,9	21,9%
Provisões	142,9	120,4	18,7%
Resultado antes de Impostos	-602,5	-65,5

A redução do financiamento do BCE, a emissão de obrigações, designadamente no mercado internacional no final do ano de 2012 e em janeiro de 2013, bem assim como a política de definição de spreads nos produtos estratégicos comercializados com os clientes empresas e particulares da área doméstica, não incorporando a volatilidade das condições prevalecente nos mercados, refletiram-se num produto bancário negativo na área. Adicionalmente, ocorreu um agravamento das imparidades para a carteira de títulos, para os imóveis adquiridos por recuperação de créditos e para ativos diversos que fizeram elevar o custo com as mesmas para 142,9 milhões de euros justificando o prejuízo de 602,5 milhões de euros da área.

5. SOLIDEZ FINANCEIRA E OUTROS INDICADORES

5.1 Qualidade do Crédito

A evolução do crédito, crédito vencido, crédito em risco, provisões para imparidade e indicadores de sinistralidade e rácios de cobertura tem sido como segue:

QUALIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

	30-Jun-13	31-Dez-12	30-Jun-12	Variação no semestre	
				absoluta	relativa
DADOS DE BASE (milhões de euros)					
Crédito a Clientes (bruto)	51 111	50 399	51 176	712	1,4%
Crédito Vencido	2 849	2 185	1 908	664	30,4%
Crédito Vencido > 90 dias	2 603	1 966	1 691	637	32,4%
Crédito em Risco ⁽¹⁾	5 485	4 758	4 049	727	15,3%
Provisões para Crédito	3 134	2 692	2 435	442	16,5%
INDICADORES (%)					
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	5,6	4,3	3,7	1,3	PP
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	5,1	3,9	3,3	1,2	PP
Crédito em Risco ⁽¹⁾ / Crédito a Clientes (bruto)	10,7	9,4	7,9	1,3	PP
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	110,0	123,2	127,6	-13,2	PP
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	120,4	136,9	144,0	-16,5	PP
Provisões para Crédito / Crédito em Risco ⁽¹⁾	57,1	56,6	60,1	0,5	PP
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	6,1	5,3	4,8	0,8	PP
Carga de Provisões para Crédito	2,16	1,62	1,38	0,54	PP

⁽¹⁾ De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal. O crédito em risco inclui: a) crédito (vencido + vincendo) com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias; b) créditos reestruturados em que tenha havido capitalização de juros ou capital sem cobertura total por garantias ou que os juros e outros encargos não tenham sido pagos na íntegra pelo devedor; c) prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias em que se verifique a falência ou liquidação do devedor.

O rácio "Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito a clientes" passou para 5,1% (dez,12: 3,9%). O crédito em risco evoluiu para 10,7% do crédito total (dez,12: 9,4%), tendo uma cobertura, não considerando os colaterais existentes, de 57,1% por provisões (dez,12: 56,6%).

A cobertura do crédito total por provisões (provisões para crédito/crédito a clientes) continuou a ser reforçada, passando a representar 6,1% do crédito (dez,12: 5,3%).

O agravamento da sinistralidade centrou-se, sobretudo, no crédito a empresas que passou para 6,8% (dez,12: 5,2%) e no crédito a particulares para consumo e finalidades diversas que atingiu 8,1% (dez,12: 7,4%). De realçar o facto de o crédito à habitação continuar a ser o tipo de crédito que apresenta o menor crescimento na sinistralidade, continuando a apresentar-se inferior a 1% (0,9%).

SINISTRALIDADE POR TIPO DE CRÉDITO

Finalidade	30-Jun-13	31-Dez-12	30-Jun-12	Varição no semestre (p.p.)
CRÉDITO VENCIDO	5,6%	4,3%	3,7%	1,3
Particulares	2,3%	2,2%	1,8%	0,1
- Habitação	0,9%	0,9%	0,9%	0,0
- Outros Fins	8,1%	7,4%	6,0%	0,7
Empresas	6,8%	5,2%	4,4%	1,6

Os rácios de sinistralidade do Grupo comparam favoravelmente com o total do sistema bancário nacional que apresenta uma sinistralidade de 9,8% nas empresas (Grupo BES: 6,8%), de 2,0% na habitação (Grupo BES: 0,9%) e de 12,3% no outro crédito a particulares (Grupo BES: 8,1%), de acordo com os últimos dados estatísticos publicados pelo Banco de Portugal (maio de 2013).

No âmbito da atividade de recuperação do crédito em risco e da execução das garantias reais, assinalamos a capacidade pró-ativa do Grupo na concretização de dações em cumprimento e de adjudicações das garantias hipotecárias que está na origem do registo no balanço consolidado de 2,0 mil milhões de euros de imóveis incluídos na rubrica de ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são contabilizados no momento inicial pelo seu justo valor, determinado com base no valor de venda imediata (VVI) do imóvel constante da avaliação realizada por perito independente. Nos períodos subsequentes, os imóveis são objeto de reavaliações regulares e, sempre que o novo VVI é inferior ao valor de balanço, são constituídas ou reforçadas as provisões para a imparidade. A repartição entre a área doméstica e internacional dos referidos imóveis é como segue:

IMÓVEIS POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

	milhões de euros		
	30-Jun-13	31-Mar-13	31-Dez-12
Área doméstica	2 185	2 122	1 965
Área internacional	138	137	120
Valor bruto de Balanço	2 323	2 259	2 085
Provisões para imparidade	290	267	240
Valor líquido de Balanço	2 032	1 992	1 845

O Grupo procura ativamente promover a venda destes imóveis, contando para o efeito com vários canais internos e externos de comercialização, apoiados por políticas de dinamização de

vendas inovadoras e adaptadas a cada canal e mercados alvo. O objetivo de vendas para 2013 está fixado em 400 milhões de euros, tendo-se alcançado no primeiro semestre vendas de 1774 imóveis com um valor bruto de balanço de 225,5 milhões de euros representativo de um aumento de 94% face ao primeiro semestre de 2012 não se tendo apurado resultados de significado material.

5.2 Liquidez, Solvabilidade e Solidez Financeira

5.2.1 Liquidez

Em maio, o BCE cortou a taxa de juro de referência em 25pb, de 0,75% para 0,5%, face à persistência da fragilidade da atividade económica e à necessidade de continuar os estímulos à economia europeia. A taxa de facilidade de depósito manteve-se a 0%. Foi ainda anunciado o prolongamento até julho de 2014 das operações de cedência de liquidez a 3 meses nos montantes solicitados pela banca, assegurando a obtenção de liquidez por um período mais alargado.

Os estímulos do BCE contribuíram para a redução das *yields* da dívida pública dos países periféricos, com a *yield* da República Portuguesa a 10 anos a atingir os 5,5% em maio (7% no início do ano).

Neste contexto, Portugal executou em maio uma nova emissão *benchmark* a 10 anos, no montante de 3 mil milhões de euros. A emissão teve uma procura superior a 10m milhões de euros e foi colocada com um *spread* de 400pb face à taxa *mid-swap* (*yield* 5,67%).

Já em junho, as declarações do Presidente da Reserva Federal americana provocaram reações adversas dos mercados, com a interpretação de que os estímulos monetários seriam aligeirados a partir do segundo semestre de 2013 e que as taxas de juro de referência seriam revistas em alta mais cedo do que o anteriormente esperado. Assim, as *yields* das dívidas públicas inverteram o ciclo de descida, tendo a *yield* da República Portuguesa a 10 anos atingido os 6,4% no final de junho.

No final do junho, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto era de 24,6 mil milhões de euros, dos quais 21,8 mil milhões de euros elegíveis junto do Banco Central Europeu. Neste total está incluída toda a exposição à dívida pública portuguesa no montante global de 4,4 mil milhões de euros (dos quais 1,4 mil milhões de euros com maturidade até 1

ano). Relativamente à exposição a dívida pública de outros países “periféricos”, o Grupo BES detinha uma exposição de 2,2 mil milhões de euros (dos quais 1,5 mil milhões de euros com maturidade até 1 ano), repartidos da seguinte forma: 1,9 mil milhões de euros de dívida pública espanhola, 218 milhões de euros de dívida pública italiana, 48 milhões de euros de dívida pública grega e não detinha qualquer exposição à dívida pública irlandesa.

A tomada líquida ao BCE situa-se em 8,3 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 5,4 mil milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

5.2.2 Solvabilidade

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método *IRB Foundation*) para cobertura do risco de crédito e da abordagem *TSA* para a cobertura do risco operacional.

De acordo com a regulamentação portuguesa em vigor (Aviso 3/2011 do Banco de Portugal) os bancos portugueses deveriam cumprir com um rácio *Core Tier I* de 10% em dezembro de 2012. Por outro lado, os bancos europeus incluindo os portugueses, deveriam ter apresentado um rácio *Core Tier I* de 9% em 30 de junho de 2012 de acordo com as regras definidas pela Autoridade Bancária Europeia (*EBA*).

Recomendações de Basileia III

No final do terceiro trimestre de 2010, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia tomou um conjunto de decisões relativas ao funcionamento do sistema financeiro mundial que se materializaram em recomendações que passaram a ser conhecidas como Basileia III. Os bancos abrangidos irão dispor de um período transitório (de 1 de janeiro de 2013 até 1 de janeiro de 2019) para cumprimento das regras aprovadas que têm em vista a garantia de uma maior solidez das instituições e a prevenção de novas crises financeiras no futuro.

As regras de Basileia III apontam para o seguinte enquadramento regulamentar a alcançar, de forma gradual, até 1 de janeiro de 2019:

- rácio mínimo *Core Tier I*: 7% (4,5% de valor base e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio mínimo *Tier I*: 8,5% (6,0% de valor e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio total: 10,5%;

- introdução de um *buffer* anti-ciclo entre 0% e 2,5% de elementos *Core Tier I* em condições a designar pelas autoridades regulamentares;
- fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo *BIS III* e para as novas deduções à base de capital;
- estabelecimento de rácios de alavancagem e de liquidez de curto e de médio/longo prazos em condições a definir.

O Grupo continua a acompanhar muito de perto a evolução do enquadramento regulamentar, bem como os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de apurar as regras finais que suportarão os novos rácios prudenciais regulamentares na União Europeia.

Rácios de Capital

A informação relevante sobre os ativos de risco, fundos próprios e rácios de capital de acordo com abordagem *BIS II IRB* é a seguinte:

ATIVOS DE RISCO, CAPITAIS ELEGÍVEIS E RÁCIOS DE CAPITAL

Variáveis	milhões de euros	
	30-Jun-13	31-Dez-12
Ativos de Risco Equivalentes (A)	60 685	61 681
<i>Banking Book</i>	55 443	56 484
<i>Trading Book</i>	1 548	1 503
Risco Operacional	3 694	3 694
Fundos Próprios		
Core Tier I (B)	6 293	6 471
Core Tier I EBA (B')	5 801	6 092
Tier I (C)	6 124	6 439
Complementares e Deduções	397	518
Fundos Próprios Totais (D)	6 521	6 957
Rácio Core Tier I (B/A)	10,4%	10,5%
Rácio Core Tier I EBA (B'/A)	9,6%	9,9%
Rácio Tier I (C/A)	10,1%	10,4%
Rácio de Solvabilidade (D/A)	10,7%	11,3%

O capital *Core Tier I* teve uma redução de 178 milhões de euros no semestre devido, fundamentalmente, à incorporação do resultado do período (-237 milhões de euros) e da variação das reservas de justo valor negativas nos instrumentos de capital (-63 milhões de

euros), parcialmente compensadas pela redução dos ativos intangíveis e do *goodwill* (130 milhões de euros) que inclui o efeito da operação de resseguro da BES Vida.

Em consequência da redução dos capitais e dos ativos de risco equivalentes o rácio *Core Tier I* situou-se em 10,4%, cumprindo com o nível fixado pelo Banco de Portugal (mínimo de 10%) e o rácio *Core Tier I* calculado segundo a metodologia da *EBA* é de 9,6%, acima do valor mínimo de 9% fixado por aquela Autoridade Europeia.

5.3 Indicadores de Referência do Banco de Portugal

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos através da Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelas Instruções n.º16/2008, n.º23/2011 e n.º23/2012, para o final do 1º semestre de 2013, em comparação com os evidenciados no período homólogo do ano anterior.

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL

	%	
	30-Jun-13	30-Jun-12
SOLVABILIDADE		
Fundos Próprios/Ativos de Risco ^(a)	10,7	11,1
Fundos Próprios de Base/Ativos de Risco ^(a)	10,1	10,4
<i>Core Tier I</i> /Ativos de Risco ^(a)	10,4	10,5
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento ^(b) / Crédito Total ^(c)	6,2	4,2
Crédito com Incumprimento, líquido ^(c) / Crédito Total, líquido ^(c)	0,0	-0,5
Crédito em Risco ^(c/f) / Crédito Total ^(c)	10,7	7,9
Crédito em Risco, líquido ^(c/f) / Crédito Total, líquido ^(c)	4,9	3,3
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Ativo Líquido médio	-0,8	0,5
Produto Bancário ^(d) / Ativo Líquido médio	2,4	2,9
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios médios ^(e)	-8,9	5,9
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento ^(d) + Amortizações / Produto Bancário ^(d)	57,3	47,0
Custos com Pessoal / Produto Bancário ^(d)	29,5	24,5
TRANSFORMAÇÃO		
(Crédito Total ^(c) - Provisões para Crédito ^(c))/ Depósitos de Clientes ^(f)	125	147

^(a) Valores calculados com base no método *IRB Foundation*

^(b) De acordo com a definição constante da Carta Circular n.º 99/2003/DSB do Banco de Portugal

^(c) De acordo com a definição constante da Instrução n.º22/2011 do Banco de Portugal

^(d) De acordo com a definição constante da Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal

^(e) Incluem Interesses que não controlam

^(f) De acordo com a definição constante da Instrução n.º23/2004 do Banco de Portugal

A análise dos indicadores apresentados permite destacar os seguintes aspetos: (i) os rácios de solvabilidade cumprem com os limites mínimos estabelecidos pelo Banco de Portugal; (ii) os indicadores de qualidade de crédito registam um agravamento; (iii) a evolução dos indicadores de rentabilidade reflete os prejuízos registados no período; (iv) a redução do produto bancário fez evoluir desfavoravelmente os níveis de eficiência; e (v) o rácio de transformação evidencia uma evolução positiva

6. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2013

No que respeita à segunda metade do corrente exercício, para além da expectativa de ter ocorrido uma evolução positiva do PIB português no 2º trimestre, espera-se que a mesma se venha a confirmar na segunda metade do ano.

No entanto não podemos deixar de referir que o processo de ajustamento económico e financeiro de Portugal e a recessão que também tem vindo a afetar a União Europeia continuarão a ter repercussões no desempenho do setor financeiro nacional durante os próximos seis meses. Assim, os principais riscos e incertezas que podem afetar a atividade e resultados do Grupo BES durante o segundo semestre do exercício de 2013 prendem-se com (i) o grau de sucesso do Governo Português no cumprimento das metas e compromissos consagrados no Memorando de Política Económica e Financeira acordada com a CE/BCE/FMI; (ii) a evolução geral dos mercados financeiros, nomeadamente no que respeita ao ritmo de retirada de estímulos, gradual e condicional, por parte da autoridade monetária norte americana; (iii) a condução da política monetária por parte do BCE, nomeadamente no que se refere à evolução futura dos juros de referência (iv) a continuação das dificuldades de acesso do setor bancário português aos mercados monetário e financeiro e (v) a necessidade de reforço da captação de recursos junto dos clientes, no atual contexto de restrições no acesso dos bancos portugueses aos mercados internacionais.

Em consequência, as perspetivas para o segundo semestre apontam para que a atividade do Grupo BES se continue a desenrolar em torno das seguintes linhas de orientação:

- prosseguir políticas comerciais que conduzam a melhorias no rácio crédito/depósitos, promovendo a captação de depósitos e mantendo as políticas de seletividade no crédito;
- continuar a desenvolver uma gestão financeira prudente, promovendo a manutenção de adequados níveis de liquidez e uma gestão de ativos e passivos adaptada à atual situação económica e financeira do país;

- continuar a implementar medidas que promovam a gestão eficiente do balanço de forma a cumprir os níveis exigidos pelas Autoridades de Supervisão para os rácios de capital;
- continuar a desenvolver os mecanismos que conduzam ao reforço da mitigação, perceção e controlo dos riscos;
- prosseguir a política de provisionamento do crédito e dos demais ativos alinhada com a evolução dos riscos;
- aprofundar e desenvolver o “Plano de redução gradual de custos” para o período de 2013-2015;
- continuar a apoiar as PME’s, com especial relevo para as exportadoras, no acesso ao crédito e no esforço de procura de novos mercados internacionais nomeadamente naqueles em que o Grupo BES está presente.

De referir ainda que nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras é feita uma abordagem da gestão dos principais riscos de atividade (risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional) a que o Grupo BES e o BES se encontram expostos no decurso do normal desenvolvimento das respetivas atividades.

7. ATIVIDADE E RESULTADOS DO BES (INDIVIDUAL)

7.1. Evolução da Atividade e Qualidade dos Ativos

A evolução da atividade do BES caracterizou-se pela redução do ativo em 5,7 mil milhões de euros (face a junho de 2012) localizada, no fundamental, na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (menos 4,4 mil milhões de euros). No que respeita aos meios de financiamento é de assinalar o aumento dos depósitos de clientes em 4,7 mil milhões de euros e, por outro lado, a redução dos recursos bancários (onde se incluem as operações com o BCE) em 8,1 mil milhões de euros.

No que se refere aos recursos de clientes, os depósitos registaram um crescimento de 16,0%, em termos homólogos. Os recursos de clientes com expressão no balanço, influenciados pela progressão dos depósitos, apresentam um aumento de 13,9% face a junho de 2012 e os recursos totais de clientes aumentaram para 53,7 mil milhões de euros (+12,0%).

ATIVO, CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES

Variáveis	30-Jun-13	30-Jun-12	milhões de euros	
			Variação	
			absoluta	relativa
Ativo	67 432	73 132	-5 700	-7,8%
Crédito a Clientes (bruto)	40 345	40 869	- 524	-1,3%
Crédito a Particulares	10 044	10 519	- 475	-4,5%
Habitação	8 012	8 350	- 338	-4,0%
Outro Crédito a Particulares	2 032	2 169	- 137	-6,3%
Crédito a Empresas	30 301	30 350	- 49	-0,2%
Recursos Totais de Clientes	53 685	47 917	5 768	12,0%
Recursos de Clientes de Balanço	37 402	32 828	4 574	13,9%
Depósitos	34 169	29 451	4 718	16,0%
Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes	3 233	3 377	- 144	-4,3%
Recursos de Desintermediação	16 283	15 089	1 194	7,9%

No âmbito da qualidade do crédito a clientes a evolução do crédito vencido há mais de 90 dias, no semestre, evidencia um agravamento com reflexos no rácio de sinistralidade que evoluiu para 5,98% (dez, 12: 4,58%), com o rácio de cobertura a situar-se em 116,6%. Ainda no contexto da cobertura do crédito por provisões, realçamos a evolução do rácio provisões/crédito total (vivo e vencido), que tem vindo a aumentar de forma consistente, evoluindo de 5,35% (jun,12) para 6,97%.

QUALIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

	30-Jun-13	31-Dez-12	30-Jun-12	Variação no semestre	
				absoluta	relativa
DADOS DE BASE (milhões de euros)					
Crédito a Clientes (bruto)	40 345	39 269	40 869	1 076	2,7%
Crédito Vencido	2635,1	2003,0	1724,0	632,1	31,6%
Crédito Vencido >90 dias	2412,1	1798,4	1526,4	613,7	34,1%
Provisões para Crédito	2811,8	2402,1	2184,8	409,7	17,1%
INDICADORES (%)					
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	6,53	5,10	4,22	1,43	p.p.
Crédito Vencido > 90 dias/ Crédito a Clientes (bruto)	5,98	4,58	3,73	1,40	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	106,7	119,9	126,7	-13,2	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido >90 dias	116,6	133,6	143,1	-17,0	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	6,97	6,12	5,35	0,85	p.p.

7.2. Resultados

O resultado do BES foi negativo em 465,8 milhões de euros, influenciado pelo reforço das provisões para imparidades decorrente do aumento das insolvências e do desemprego que concorreram também para a redução significativa das receitas. A recessão económica tem tido efeitos inevitáveis na redução da qualidade dos ativos e consequente contribuição para a geração do produto bancário, num contexto de fortes restrições financeiras do país materializadas no acesso muito limitado aos mercados de capitais, na inexistência de um mercado interbancário, na intensa concorrência na captação de recursos e na manutenção de taxas de referência em mínimos históricos.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Variáveis	até Jun,13	até Jun,12	Variação	
			absoluta	relativa
Resultado Financeiro	166,0	367,4	-201,4	-54,8%
+ Serviços a Clientes	268,4	224,7	43,7	19,4%
= Produto Bancário Comercial	434,4	592,1	-157,7	-26,6%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	-63,1	309,5	-372,6
= Produto Bancário	371,3	901,6	-530,3	-58,8%
- Custos Operativos	371,2	381,1	-9,9	-2,6%
= Resultado Bruto	0,1	520,5	-520,4	-100,0%
- Provisões líquidas de Reposições	585,8	308,8	277,0	89,7%
para Crédito	492,1	277,7	214,4	77,2%
para Títulos	60,8	29,7	31,1	104,3%
para Outros Ativos	32,9	1,4	31,5
= Resultado antes de Impostos	-585,7	211,7	-797,4
- Impostos sobre Lucros	-132,2	42,9	-175,1
- Contribuição sobre o Setor Bancário	12,3	13,3	-1,0	-7,0%
= Resultado do Exercício	-465,8	155,5	-621,3

O produto bancário apresenta uma redução de 58,8% (face a junho de 2012) fruto da quebra quer do resultado financeiro (-54,8%), quer dos resultados de operações financeiros e diversos que se apresentam negativos em 63,1 milhões de euros. De assinalar o crescimento de 19,4% do comissionamento e a redução de 2,6% dos custos operativos. O reforço de provisões elevou-se a 585,8 milhões de euros, valor que representa uma acréscimo de 89,7% face ao período homólogo, sendo que 84% deste montante se destina a fazer face à imparidade do crédito.

8. INFORMAÇÕES DIVERSAS

8.1 Posição acionista e obrigacionista dos dirigentes do BES

Os valores mobiliários emitidos pelo BES, ou os instrumentos financeiros com eles relacionados, detidos por titulares dos Órgãos Sociais do BES, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, eram as seguintes, em 30 de junho de 2013:

POSIÇÃO ACIONISTA DOS TITULARES DOS ÓRGÃO SOCIAIS DO BES

Titular	Valores Mobiliários	Nº títulos detidos em 31/12/2012	Movimento no 1º Semestre de 2013			Nº títulos detidos em 30/06/2013
			Data	Aquisições	Alienações	
RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA SALGADO	Ações BES	3 806 915	-	-	-	3 806 915
JOSÉ MANUEL PINHEIRO ESPÍRITO SANTO SILVA	Ações BES	1 009 271	-	-	-	1 009 271
ANTÓNIO JOSÉ BAPTISTA DO SOUTO	Ações BES	106 081	-	-	-	106 081
JORGE ALBERTO CARVALHO MARTINS	Ações BES	144 058	-	-	-	144 058
ANÍBAL DA COSTA REIS DE OLIVEIRA	Ações BES	1 010 000				1 010 000
MANUEL FERNANDO MONIZ GALVÃO ESPÍRITO SANTO SILVA	Ações BES	6 831	-	-	-	6 831
JOSÉ MARIA ESPÍRITO SANTO SILVA RICCIARDI	Ações BES	30 000	-	-	-	30 000
RUI MANUEL DUARTE SOUSA DA SILVEIRA	Ações BES	6 366	-	-	-	6 366
JOAQUIM ANÍBAL BRITO FREIXIAL DE GOES	Ações BES	151 204	-	-	-	151 204
RICARDO ABECASSIS ESPÍRITO SANTO SILVA	Ações BES	160 000	-	-	-	160 000
AMÍLCAR CARLOS FERREIRA DE MORAIS PIRES	Ações BES	334 725	-	-	-	334 725
JOÃO EDUARDO MOURA DA SILVA FREIXA	Ações BES	131 281	-	-	-	131 281
PEDRO MOSQUEIRA DO AMARAL	Ações BES	192 500	-	-	-	192 500
HORÁCIO LUIS AFONSO	Ações BES	4 125	-	-	-	4 125

POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS TITULARES DOS ÓRGÃO SOCIAIS DO BES

Titular	Valores Mobiliários	Nº títulos detidos em 31/12/2012	Movimento no 1º Semestre de 2013				Nº títulos detidos em 30/06/2013
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (euros)	
ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA PINTO	Obrigações BES 4 anos 7% (PTBEQOM0015)	100 000	-	-	-	-	100 000
	Obrigações BES LDN 05/12 (SCBESOOE0608)	252 000	13-02-2013	-	252 000	92%	0
JOSÉ MANUEL PINHEIRO ESPÍRITO SANTO SILVA	Obrigações BES 5,625% DUE junho 2014	200 000	-	-	-	-	200 000
ANTÓNIO JOSÉ BAPTISTA DO SOUTO	Obrigações BES 5,625% DUE junho 2014	350 000	-	-	-	-	350 000
	Obrigações BES DUE 02/2013 (PTBLMWOM0002)	350 000	30-01-2013	-	350 000	99%	0
	Obrigações BES LDN 07/12 (SCBESOOE0678)	167 000	-	-	-	-	167 000
JORGE ALBERTO CARVALHO MARTINS	Obrigações BES 2009/05-06-2014	250 000	-	-	-	-	250 000
ANÍBAL DA COSTA REIS DE OLIVEIRA	Obrigações BES Finance 0312 (SCBESOOE0567)	302 000	10-01-2013	-	116 000	86%	-
			25-03-2013	-	186 000	87%	0
RUI MANUEL DUARTE SOUSA DA SILVEIRA	Obrigações BES LDN 05/12 (SCBESOOE0626)	108 000	28-01-2013	-	108 000	91%	0
	BES LUX 01/13 07P01 (SCBESOOE0779)	0	29-01-2013	140 000	-	71%	140 000
JOAQUIM ANÍBAL BRITO FREIXIAL DE GOES	Obrigações BES 5,625% DUE junho 2014	50 000	-	-	-	-	50 000
AMÍLCAR CARLOS FERREIRA DE MORAIS PIRES	Obrigações BES DUE 3,875% 2015	250 000	-	-	-	-	250 000
	Obrigações BES DUE 5,625% junho 2014	250 000	-	-	-	-	250 000
JOÃO EDUARDO MOURA DA SILVA FREIXA	Obrigações BES Finance 0312 (SCBESOOE0567)	233 000	25-03-2013	-	233 000	87%	0
	Obrigações BES LDN 10/12 (SCBESOOE0752)	1 069 000	-	-	-	-	1 069 000
RICARDO ABECASSIS ESPÍRITO SANTO SILVA	Obrigações BES 5,625%	50 000	-	-	-	-	50 000

Apresenta-se de seguida a listagem dos movimentos realizados durante o semestre pelos outros dirigentes do BES, ou de sociedade que o domine e pelas pessoas estreitamente relacionadas com aqueles, relativas às ações do BES ou aos instrumentos financeiros com elas relacionados, de acordo com o disposto no nº 6 e 7 do artigo 14º do Regulamento nº 5 /2008 da CMVM:

POSIÇÃO ACIONISTA DOS OUTROS DIRIGENTES DO BES

Titular	Valores Mobiliários	Nº títulos detidos em 31/12/2012	Movimento no 1º Semestre de 2013			Preço médio (euros)	Nº títulos detidos em 30/06/2013
			Data	Aquisições	Alienações		
António Manuel Rodrigues Marques	Ações BES	133 797	-	-	-	-	133 797
António Miguel Natário Rio -Tinto	Ações BES	13 453	08-02-2013	-	13 453	0,997	0
Bernardo Leite Faria Espírito Santo	Ações BES	7 636	-	-	-	-	7 636
Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino	Ações BES	176 043	-	-	-	-	176 043
João Filipe Carvalho Martins Pereira	Ações BES	45 226	-	-	-	-	45 226
João Maria de Magalhães Barros de Mello Franco	Ações BES	82 385	-	-	-	-	82 385
Jorge Daniel Lopes da Silva	Ações BES	36 423	-	-	-	-	36 423
José Alexandre Maganinho Pinto Ribeiro	Ações BES	220 000	-	-	-	-	220 000
Manuel José Dias de Freitas	Ações BES	91 767	11-03-2013	-	80 000	0,960	11 767
Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão	Ações BES	18 023	-	-	-	-	18 023
Pedro Roberto Menéres Cudell	Ações BES	35 000	-	-	-	-	35 000
Rui José Costa Raposo	Ações BES	3 361	-	-	-	-	3 361
Rui Manuel Fernandes Pires Guerra	Ações BES	439 100	-	-	-	-	439 100

No âmbito do cumprimento do estipulado nos números 6 e 7 do artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, apresenta-se de seguida a listagem das transações realizadas durante o 1º semestre de 2013, relativas às ações do Banco Espírito Santo S.A. ou instrumentos financeiros com elas relacionados efetuadas pelos titulares dos seus Órgãos Sociais e pelos outros dirigentes do BES:

LISTAGEM DAS TRANSAÇÕES EFECTUADAS POR OUTROS DIRIGENTES DO BES

Titular	Data da operação	Valores Mobiliários	Tipo de transação	Quantidade	Preço unitário (euros)
António Miguel Natário Rio -Tinto	08-02-2013	Ações BES	Venda	3 599	0,997
				9 854	0,997
Manuel José Dias de Freitas	11-03-2013	Ações BES	Venda	7 958	0,960
				72 042	0,960

8.2 Participações Qualificadas no Capital Social do BES

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo n.º 20 do Código dos Valores Mobiliários, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento da CMVM n.º 5 /2008, eram os seguintes em 30 de junho de 2013:

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO BES

Titular	Posição em 30/06/2013	
	Nº de ações detidas	% direitos de voto
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A. (Luxemburgo)		
- diretamente	42.982.596	1,07%
- através da BESPARG, SGPS, S.A. [sociedade dominada pela Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A., que por sua vez é participada em 100% pela Espírito Santo Financial Group, S.A.]	1.417.916.095	35,29%
- através dos membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização	7.421.472	0,18%
- através de empresas por si dominadas direta e indiretamente e/ou elementos dos seus órgãos de Administração e Fiscalização	22.458.331	0,56%
Total Imputável	1.490.778.494	37,10%
CRÉDIT AGRICOLE, S.A. (França)		
- diretamente	434.252.321	10,81%
Total Imputável	434.252.321	10,81%
BRADPORT, SGPS, S.A.* (Portugal)		
- diretamente	194.104.165	4,83%
Total Imputável	194.104.165	4,83%
SILCHESTER INTERNATIONAL INVESTORS LIMITED (Reino Unido)		
- diretamente	226.727.742	5,64%
Total Imputável	226.727.742	5,64%
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. (Portugal)		
- através da PT Prestações-Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA	84.109.047	2,09%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo PT	485.929	0,01%
Total Imputável	84.594.976	2,10%
CAPITAL RESEARCH AND MANAGEMENT (EUA)		
- diretamente	102.979.223	2,56%
Total Imputável	102.979.223	2,56%

* Sociedade de direito português detida a 100% pelo Banco Bradesco, S.A. (Brasil)

8.3 Ações Próprias do BES

As transações com ações próprias realizadas no decurso do 1º semestre de 2013 reportaram-se exclusivamente a transações realizadas pela subsidiária BES Vida, Companhia de Seguros que detinha ações do BES em carteira.

TRANSAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS

	Número de ações	Preço por ação (euros)	Valor de balanço (milhares euros)
Saldo no início do exercício	10 388 056	0,673	6 991
Ações adquiridas no semestre ⁽¹⁾	2 084 826	0,896	1 868
Ações alienadas no semestre ⁽¹⁾	12 197 591	0,661	8 058
Saldo em 30 de junho de 2013	275 291	2,909	801

(1) ações adquiridas/alienadas que passaram a integrar e/ou deixaram de fazer parte da carteira da BES Vida

Informação detalhada sobre o movimento ocorrido nas ações próprias consta da Nota 44 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

8.4 Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Ativos

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)*, bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)*, no que se refere à transparência da informação e à valorização de ativos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nos 46/2008/DSB de 15 de julho de 2008 e 97/2008/DSB de 3 de dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspetos mencionados nas respetivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*.

No presente capítulo procurou-se dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras bem assim como, atento ao facto de estarmos perante informações intercalares, em outros documentos anteriormente divulgados pelo Grupo BES, nomeadamente Relatório de Gestão e Notas Explicativas relativos ao exercício de 2012.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto 4 do Relatório de Gestão de 2012, faz-se uma descrição detalhada do modelo de negócio do Grupo. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) do Grupo é apresentada no ponto 4.2 do Relatório de Gestão do 1º semestre de 2013 e na Nota Explicativa 4¹.

2. Estratégias e objetivos

As estratégias e objetivos do Grupo estão divulgados no ponto 1 do Relatório de Gestão de 2012 e na Nota Explicativa 51 do exercício de 2012 e do 1º semestre de 2013, no ponto referente aos Planos de Financiamento e de Capitalização (2011-2015), não se tendo registado alterações relevantes nas linhas de orientação em que a mesma se desenvolverá.

As operações de titularização estão detalhadas na Nota Explicativa 49.

3., 4. e 5. Atividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 4.2 do Relatório de Gestão do 1º semestre de 2013 e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação detalhada acerca das atividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto 6 do Relatório de Gestão do exercício de 2012 dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Grupo BES, mantendo-se tal informação atualizada.

Na Nota 51 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter uma perceção detalhada sobre os riscos incorridos pelo Grupo e quais os mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos

Em 2012 a atividade desenvolveu-se num quadro de referência de deterioração da situação económica do país, com impacto no agravamento do risco pelo que o Grupo realizou um reforço total de provisões de 1430,0 milhões de euros (+609,0 milhões de euros que no exercício de 2011).

Grande parte da atividade do 1º semestre de 2013 desenrolou-se num contexto de deterioração da situação económica do país, com fortes impactos no agravamento do risco, fazendo elevar a

¹ Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

carga de provisionamento para 2,16% (ano de 2012: 1,62%). Adicionalmente ocorreu uma evolução desfavorável das cotações em instrumentos financeiros que fizeram com que a reserva de justo valor, no semestre, se reduzisse em 233,2 milhões de euros.

12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os ativos e passivos detidos para negociação, dos ativos ao justo valor através de resultados e dos ativos disponíveis para venda encontram-se desagregados, por instrumento financeiro, nas Notas 7 e 8. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos ativos disponíveis para venda constam das Notas 23 e 45, com as posições mais significativas detalhadas na Nota 23.

13. Turbulência financeira na cotação das ações do BES

No ponto 1 do Relatório de Gestão do exercício de 2012 e no ponto III.8 do Relatório do Governo da Sociedade de 2012 apresenta-se a evolução da cotação das ações do BES durante o exercício de 2012. No 1º semestre de 2013 a cotação da ação BES iniciou-se com um valor de 0,895 euros, atingindo 0,615 euros no final de junho, ou seja, uma desvalorização de 31,3%. A desvalorização ocorreu, sobretudo, na parte final do semestre que associamos à volatilidade provocada pela incerteza sobre a possível atenuação do *quantitative easing* da Reserva Federal Americana a qual afetou a evolução dos mercados acionistas a nível global.

14. Risco de perda máxima

Na Nota Explicativa 51 divulga-se informação relevante sobre as perdas suscetíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 50 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFETADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

17. Mitigantes do risco de crédito

18. Informação sobre as exposições do Grupo

Em 30 de Junho de 2013, a exposição do Grupo BES no que se refere a títulos de dívida pública dos países da periferia totalizava 6,6 mil milhões de euros (dez,12: 3,9 mil milhões de euros), repartida da seguinte forma: Portugal: 4,4 mil milhões de euros (dez,12: 3,2 mil milhões de euros), Espanha: 1,9 mil milhões de euros (dez,12: 606 milhões de euros), Itália: 218 milhões de euros (dez,12: 28 milhões de euros) e Grécia: 48 milhões de euros (dez,12: 3 milhões de euros).

O Grupo não detinha, à data, qualquer exposição a títulos de dívida pública irlandesa (dez,12: 25 milhões de euros).

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Na Nota Explicativa 51 do exercício de 2012 e do 1º semestre de 2013 consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados. Considera-se suficiente a informação aí divulgada dado o detalhe e quantificação apresentados.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Todas as estruturas relacionadas com operações de securitização originadas pelo Grupo encontram-se descritas na Nota 49. Nenhum dos *SPE* foi consolidado por força da turbulência provocada pelos mercados.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos ativos segurados

O Grupo não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação

As informações sobre estas entidades encontram-se referidas nas Nota 2 e Nota 49.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas 2 e 50 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPETOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Grupo BES, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, cumpre com todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas em vigor ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Paralelamente, procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado, atendendo por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, aos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus acionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacam-se os Relatórios de Gestão Anual, Semestral e Trimestral, as Demonstrações Financeiras e respetivas Notas e o Relatório de Governo da Sociedade.

Os Relatórios de Gestão e as demonstrações financeiras, que são objeto de divulgação ao mercado com uma periodicidade trimestral, são preparados tendo por base os *IFRS* que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

O Relatório de Governo da Sociedade proporciona uma visão detalhada sobre a estrutura governativa do Grupo.

O Relatório de Sustentabilidade (parte integrante do Relatório de Gestão Anual) transmite a perspetiva do Grupo em termos de responsabilidade social num contexto dos inúmeros desafios que o mundo atual coloca, sejam ambientais, de carência social ou do domínio da inovação e do empreendedorismo.

O sítio do BES na internet (www.bes.pt) constitui um meio privilegiado na divulgação de toda a informação relevante do Grupo BES.

No ponto III.16 do Relatório de Governo da Sociedade de 2012 encontram-se detalhados os meios e formas utilizados pelo Grupo na comunicação com a comunidade financeira, em geral.

9. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., a seguir identificados nominativamente, declaram que:

- (i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005;
- (ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. (Grupo BES), relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adotadas na

- União Europeia, e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de fevereiro;
- (iii) tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas nas alíneas (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BES e do Grupo BES, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração do dia 26 de julho de 2013;
- (iv) o relatório de gestão intercalar, relativo ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, contém uma indicação dos acontecimentos importantes que ocorreram neste período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 26 de julho de 2013

O Conselho de Administração

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
Vogal do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2013

	Jun,12	Dez,12	Jun,13
	(eur '000)	(eur '000)	(eur '000)
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 645 779	1 377 541	1 209 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	723 147	681 077	565 008
Ativos financeiros detidos para negociação	3 904 089	3 925 399	3 218 830
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 193 701	2 821 553	3 893 846
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 298 311	10 755 310	12 129 272
Aplicações em instituições de crédito	2 084 440	5 426 518	2 453 506
<i>(das quais, no Sistema Europeu de Bancos Centrais)</i>	-	<i>(3 350 000)</i>	<i>(1 200 000)</i>
Crédito a clientes	48 740 843	47 706 392	47 976 727
<i>(Provisões)</i>	<i>(2 434 698)</i>	<i>(2 692 342)</i>	<i>(3 134 195)</i>
Investimentos detidos até à maturidade	1 310 181	941 549	1 025 271
Ativos com acordo de recompra	-	-	-
Derivados de cobertura	484 841	516 520	391 719
Ativos não correntes detidos para venda	2 164 049	3 277 540	3 365 181
Propriedades de investimento	385 311	441 988	393 232
Outros ativos tangíveis	864 595	931 622	954 282
Ativos intangíveis	485 202	555 326	434 889
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	577 263	580 982	608 300
Ativos por impostos correntes	37 894	24 648	32 926
Ativos por impostos diferidos	665 476	728 905	935 750
Provisões técnicas de resseguro cedido	3 097	3 804	12 082
Outros ativos	3 723 982	2 994 154	3 046 075
Devedores por seguro direto e resseguro	8 564	567	352 078
Outros	3 715 418	2 993 587	2 693 997
TOTAL DO ATIVO	85 292 201	83 690 828	82 646 114
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	14 355 628	10 893 320	10 041 724
<i>(dos quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)</i>	<i>(13 697 132)</i>	<i>(10 279 382)</i>	<i>(9 495 599)</i>
Passivos financeiros detidos para negociação	2 166 806	2 122 025	1 568 181
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	5 767 090	5 088 658	5 197 142
Recursos de clientes e outros empréstimos	32 764 762	34 540 323	37 911 655
Responsabilidades representadas por títulos	15 615 163	15 424 061	12 732 272
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	-
Derivados de cobertura	184 334	125 199	169 602
Contratos de Investimento	1 844 172	3 413 563	3 474 902
Passivos não correntes detidos para venda	165 429	175 945	155 579
Provisões	186 671	236 950	192 602
Provisões técnicas	1 816 956	1 577 408	1 494 592
Passivos por impostos correntes	44 495	221 199	123 261
Passivos por impostos diferidos	135 536	154 015	171 761
Instrumentos representativos de capital	-	-	-
Outros passivos subordinados	833 727	839 816	830 932
Outros passivos	1 886 752	1 145 602	1 350 167
Credores por seguro direto e resseguro	11 098	2 040	22 415
Outros passivos	1 875 654	1 143 562	1 327 752
TOTAL DO PASSIVO	77 767 521	75 958 084	75 414 372
CAPITAL			
Capital	5 040 124	5 040 124	5 040 124
Prémios de emissão	1 066 932	1 069 517	1 068 670
Outros instrumentos de capital	29 469	29 295	29 322
Ações próprias	(11 415)	(6 991)	(801)
Ações preferenciais	193 094	193 289	167 952
Reservas de reavaliação	(821 210)	(686 666)	(885 760)
Outras reservas e resultados transitados	1 339 526	1 328 630	1 399 469
Resultado do exercício	25 457	96 101	(237 455)
Dividendos antecipados	-	-	-
Interesses que não controlam	662 703	669 445	650 221
TOTAL DO CAPITAL	7 524 680	7 732 744	7 231 742
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	85 292 201	83 690 828	82 646 114

O Diretor do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013

	Jun,12	Jun,13
	(eur '000)	(eur '000)
Juros e rendimentos similares	2 067 513	1 726 023
Juros e encargos similares	1 459 870	1 255 637
Margem financeira	607 643	470 386
Rendimentos de instrumentos de capital	100 575	52 751
Rendimentos de serviços e comissões	525 836	422 491
Encargos com serviços e comissões	91 896	94 300
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(16 251)	(162 404)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	84 994	240 880
Resultados de reavaliação cambial	(869)	(1 755)
Resultados de alienação de outros ativos	(24 974)	(4 126)
Prémios líquidos de resseguro	16 734	14 977
Custos com sinistros líquidos de resseguro	76 266	122 469
Variações das provisões técnicas líquidas de resseguro	60 650	274 477
Outros resultados de exploração	(15 819)	(122 603)
Produto da atividade	1 170 357	968 305
Custos com pessoal	291 512	289 532
Gastos gerais administrativos	214 189	220 939
Amortizações do exercício	53 756	52 499
Provisões líquidas de reposições e anulações	678	(29 777)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	352 001	553 096
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	18 865	52 685
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	54 843	171 238
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	7 282	1 089
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	191 795	(340 818)
Impostos		
Correntes	44 899	108 849
Diferidos	56 624	(211 753)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	90 272	(237 914)
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	(2 582)	(3 133)
Interesses que não controlam	64 815	(459)
Resultado consolidado do exercício	25 457	(237 455)

O Diretor do Departamento de
Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2013

milhares de euros

	Jun,13			Jun,12
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
ATIVO				
Caixa e disponibilidades bancos centrais	451 915	-	451 915	905 445
Disponibilidades em outras instituições de crédito	176 147	-	176 147	208 357
Ativos financeiros detidos para negociação	1 386 109	-	1 386 109	1 968 947
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 092 980	-	3 092 980	2 057 090
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 596 514	286 708	9 309 806	13 702 088
Aplicações em Instituições de Crédito	6 501 392	55	6 501 337	6 434 969
Crédito a clientes	40 344 697	2 423 904	37 920 793	39 105 280
Investimentos detidos até à maturidade	661 155	25 565	635 590	763 287
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	340 280	-	340 280	447 482
Ativos não correntes detidos para venda	1 555 691	213 581	1 342 110	1 067 709
Propriedades de investimento	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	1 074 199	744 782	329 417	357 388
Ativos intangíveis	667 456	561 911	105 545	111 919
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 494 468	398 887	2 095 581	1 950 504
Ativos por impostos correntes	1 552	-	1 552	571
Ativos por impostos diferidos	971 608	-	971 608	757 740
Outros ativos	2 884 387	113 442	2 770 945	3 293 291
TOTAL DE ATIVO	72 200 550	4 768 835	67 431 715	73 132 067
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	9 254 714	-	9 254 714	13 483 066
Passivos financeiros detidos para negociação	1 248 467	-	1 248 467	1 671 848
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	5 106 462	-	5 106 462	8 975 915
Recursos de clientes e outros empréstimos	34 169 149	-	34 169 149	29 451 165
Responsabilidades representadas por títulos	8 887 163	-	8 887 163	9 251 204
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	775 072	-	775 072	1 071 907
Derivados de cobertura	108 218	-	108 218	93 206
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Provisões	515 598	-	515 598	545 455
Passivos por impostos correntes	33 330	-	33 330	10 938
Passivos por impostos diferidos	123 987	-	123 987	138 943
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	796 665	-	796 665	799 330
Outros passivos	683 067	-	683 067	1 305 855
TOTAL DE PASSIVO	61 701 892	-	61 701 892	66 798 832
CAPITAL				
Capital	5 040 124	-	5 040 124	5 040 124
Prémios de emissão	1 060 774	-	1 060 774	1 059 036
Outros instrumentos de capital	220 756	-	220 756	225 958
Ações próprias	(801)	-	(801)	(801)
Reservas de reavaliação	(916 508)	-	(916 508)	(764 371)
Outras reservas e resultados transitados	791 282	-	791 282	617 771
Resultado do exercício	(465 804)	-	(465 804)	155 518
Dividendos antecipados	-	-	-	-
TOTAL DE CAPITAL	5 729 823	-	5 729 823	6 333 235
TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL	67 431 715	-	67 431 715	73 132 067

O Diretor do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2013

	milhares de euros	
	Jun,13	Jun,12
Juros e rendimentos similares	1 154 519	1 587 623
Juros e encargos similares	988 482	1 220 238
Margem financeira	166 037	367 385
Rendimentos de instrumentos de capital	61 167	86 169
Rendimentos de serviços e comissões	406 105	322 644
Encargos com serviços e comissões	143 242	105 022
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(207 568)	(48 218)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	98 363	215 261
Resultados de reavaliação cambial	(5 422)	(7 390)
Resultados de alienação de outros ativos	536	(12 469)
Outros resultados de exploração	(17 056)	69 945
Produto bancário	358 920	888 305
Custos com pessoal	175 643	178 728
Gastos gerais administrativos	155 175	159 869
Amortizações do exercício	40 378	42 527
Provisões líquidas de reposições e anulações	(31 050)	(23 877)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	500 729	290 952
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	60 759	29 740
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	55 319	11 970
Resultado antes de impostos	(598 033)	198 396
Impostos	(132 229)	42 878
Correntes	3 140	22 422
Diferidos	(135 369)	20 456
Resultado após impostos	(465 804)	155 518
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	(925)	(2 655)
O Diretor do Departamento de Planeamento e Contabilidade	O Conselho de Administração	

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS

○ **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS**

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

	Notas	(milhares de euros)			
		Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
		30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Juros e proveitos similares	5	865 670	995 264	1 726 023	2 067 513
Juros e custos similares	5	617 136	682 167	1 255 637	1 459 870
Margem financeira		248 534	313 097	470 386	607 643
Rendimentos de instrumentos de capital		50 884	63 835	52 751	100 575
Rendimentos de serviços e comissões	6	212 968	284 066	422 491	525 836
Encargos com serviços e comissões	6	(47 777)	(46 485)	(94 300)	(91 896)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(91 915)	(13 315)	(162 404)	(16 251)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	79 878	144 834	240 880	84 994
Resultados de reavaliação cambial	9	(16 928)	(33 781)	(1 755)	(869)
Resultados de alienação de outros ativos	10	2 215	(14 336)	(4 126)	(24 722)
Prémios líquidos de resseguro	11	(5 075)	16 734	14 977	16 734
Custos com sinistros líquidos de resseguro	12	(50 392)	(76 266)	(122 469)	(76 266)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	13	224 160	60 650	274 477	60 650
Outros resultados de exploração	14	(83 545)	43 575	(122 603)	73 767
Provetos operacionais		523 007	742 608	968 305	1 260 195
Custos com pessoal	15	143 888	148 421	289 532	291 512
Gastos gerais administrativos	17	112 025	112 006	220 939	214 189
Depreciações e amortizações	30 e 31	26 555	27 102	52 499	53 756
Provisões líquidas de anulações	40	(24 015)	6 901	(29 777)	678
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	365 953	203 045	553 096	352 001
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	23, 24 e 26	34 382	16 591	52 685	18 865
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	28, 31 e 34	130 861	9 192	171 238	54 843
Custos operacionais		789 649	523 258	1 310 212	985 844
Alienação de subsidiárias e associadas	1	-	(252)	-	(252)
Resultados da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	1 e 55	-	(89 586)	-	(89 586)
Resultados de associadas	32	(744)	3 836	1 089	7 282
Resultado antes de impostos		(267 386)	133 348	(340 818)	191 795
Impostos sobre o rendimento					
Correntes	41	65 175	3 880	108 849	44 899
Diferidos	41	(161 812)	80 133	(211 753)	56 624
		(96 637)	84 013	(102 904)	101 523
Resultado líquido do período		(170 749)	49 335	(237 914)	90 272
Atribuível aos acionistas do Banco		(175 419)	13 901	(237 455)	25 457
Atribuível aos interesses que não controlam	45	4 670	35 434	(459)	64 815
		(170 749)	49 335	(237 914)	90 272
Resultados por ação básicos (em euros)	18	-0,04	0,00	-0,06	0,01
Resultados por ação diluídos (em euros)	18	-0,04	0,00	-0,06	0,01

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(milhares de euros)

	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Resultado líquido do período				
Atribuível aos acionistas do Banco	(175 419)	13 901	(237 455)	25 457
Atribuível aos interesses que não controlam	4 670	35 434	(459)	64 815
	<u>(170 749)</u>	<u>49 335</u>	<u>(237 914)</u>	<u>90 272</u>
Outro rendimento integral do período				
Itens que não serão reclassificados para resultados				
Benefícios de longo prazo	(12 297)	(48 370)	(12 297)	(48 462)
Impostos sobre o rendimento sobre os benefícios de longo prazo	(1 708)	-	(1 708)	-
	<u>(14 005)</u>	<u>(48 370)</u>	<u>(14 005)</u>	<u>(48 462)</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados				
Diferenças de câmbio	(40 949)	52 731	5 855	20 404
Impostos sobre o rendimento sobre as diferenças de câmbio	(2 056)	(7 278)	(14 959)	(3 485)
	<u>(43 005)</u>	<u>45 453</u>	<u>(9 104)</u>	<u>16 919</u>
Ativos disponíveis para venda				
Ganhos e perdas no período	(144 830)	252 174	(43 904)	423 090
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	(45 147)	(127 240)	(186 896)	(64 398)
Impostos sobre o rendimento	33 611	3 690	57 869	(45 574)
	<u>(156 366)</u>	<u>128 624</u>	<u>(172 931)</u>	<u>313 118</u>
Total do rendimento integral do período	<u>(384 125)</u>	<u>175 042</u>	<u>(433 954)</u>	<u>371 847</u>
Atribuível aos acionistas do Banco	<u>(373 997)</u>	<u>113 886</u>	<u>(434 164)</u>	<u>297 620</u>
Atribuível aos interesses que não controlam	<u>(10 128)</u>	<u>61 156</u>	<u>210</u>	<u>74 227</u>
	<u>(384 125)</u>	<u>175 042</u>	<u>(433 954)</u>	<u>371 847</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO
BALANÇO CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2013	31.12.2012
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	1 209 218	1 377 541
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	565 008	681 077
Ativos financeiros detidos para negociação	21	3 218 830	3 925 399
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	22	3 893 846	2 821 553
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	12 129 272	10 755 310
Aplicações em instituições de crédito	24	2 453 506	5 426 518
Crédito a clientes	25	47 976 727	47 706 392
Investimentos detidos até à maturidade	26	1 025 271	941 549
Derivados para gestão de risco	27	391 719	516 520
Ativos não correntes detidos para venda	28	3 365 181	3 277 540
Propriedades de investimento	29	393 232	441 988
Outros ativos tangíveis	30	954 282	931 622
Ativos intangíveis	31	434 889	555 326
Investimentos em associadas	32	608 300	580 982
Ativos por impostos correntes		32 926	24 648
Ativos por impostos diferidos	41	935 750	728 905
Provisões técnicas de resseguro cedido	33	12 082	3 804
Outros ativos	34	3 046 075	2 994 154
Devedores por seguro directo e indirecto		352 078	567
Outros activos		2 693 997	2 993 587
Total de Ativo		82 646 114	83 690 828
Passivo			
Recursos de bancos centrais	35	10 041 724	10 893 320
Passivos financeiros detidos para negociação	21	1 568 181	2 122 025
Recursos de outras instituições de crédito	36	5 197 142	5 088 658
Recursos de clientes	37	37 911 655	34 540 323
Responsabilidades representadas por títulos	38	12 732 272	15 424 061
Derivados para gestão de risco	27	169 602	125 199
Contratos de investimento	39	3 474 902	3 413 563
Passivos não correntes detidos para venda	28	155 579	175 945
Provisões	40	192 602	236 950
Provisões técnicas	33	1 494 592	1 577 408
Passivos por impostos correntes		123 261	221 199
Passivos por impostos diferidos	41	171 761	154 015
Passivos subordinados	42	830 932	839 816
Outros passivos	43	1 350 167	1 145 602
Credores por seguro directo e indirecto		22 415	2 040
Outros passivos		1 327 752	1 143 562
Total de Passivo		75 414 372	75 958 084
Capital Próprio			
Capital	44	5 040 124	5 040 124
Prémios de emissão	44	1 068 670	1 069 517
Outros instrumentos de capital	44	29 322	29 295
Ações próprias	44	(801)	(6 991)
Ações preferenciais	44	167 952	193 289
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	45	513 709	641 964
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco		(237 455)	96 101
Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco		6 581 521	7 063 299
Interesses que não controlam	45	650 221	669 445
Total de Capital Próprio		7 231 742	7 732 744
Total de Passivo e Capital Próprio		82 646 114	83 690 828

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

	Notas	30.06.2013	30.06.2012
(milhares de euros)			
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		1 566 170	1 915 739
Juros e custos pagos		(1 189 994)	(1 589 770)
Serviços e comissões recebidas		424 662	531 584
Serviços e comissões pagas		(97 959)	(95 055)
Prémios de seguros		(113 090)	(61 900)
Recuperações de créditos		3 508	12 068
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(503 928)	(202 567)
		89 369	510 099
<i>Variação nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		1 261 686	4 396 608
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		(1 585 798)	187 671
Aplicações em outras instituições de crédito		800 124	1 183 620
Recursos de outras instituições de crédito		113 503	(475 960)
Crédito a clientes		(1 015 840)	(518 818)
Recursos de clientes e outros empréstimos		3 364 352	(1 465 095)
Derivados para gestão do risco		66 155	197 681
Outros ativos e passivos operacionais		336 348	(554 611)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		3 429 899	3 461 195
Impostos sobre os lucros pagos		(77 795)	(26 589)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		3 352 104	3 434 606
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	(32 969)	(30 161)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	1	3 129	54 122
Dividendos recebidos		55 393	102 426
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(29 534 914)	(43 229 475)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		28 712 890	40 915 487
Investimentos detidos até à maturidade		(68 195)	215 262
Emissão de contratos de investimento de seguros		(18 945)	1 839 316
Compra de imobilizações e propriedades de investimento		(93 880)	(428 361)
Venda de imobilizações e propriedades de investimento		1 183	1 333
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(976 308)	(560 051)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	995 276
Compra de ações preferenciais		(19 560)	(11 613)
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		3 133 460	8 651 605
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(5 792 763)	(11 533 178)
Reembolso de passivos subordinados		(8 229)	(214 151)
Ações próprias		(339)	(10 418)
Juros de outros instrumentos de capital		(1 425)	(1 409)
Dividendos de ações preferenciais pagos		(10 713)	(10 996)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(2 699 569)	(2 134 884)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(323 773)	739 671
Caixa e equivalentes no início do período		2 024 533	1 542 251
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(1 063)	42 631
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(323 773)	739 671
Caixa e equivalentes no fim do período		1 699 697	2 324 553
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa		237 557	257 819
Disponibilidades em Bancos Centrais	15	971 661	1 387 960
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)	15	(74 529)	(44 373)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	565 008	723 147
Total		1 699 697	2 324 553

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Grupo Banco Espírito Santo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares em 30 de junho de 2013

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde atua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a atividade como banco comercial em 1920 na sequência da aquisição da Espírito Santo & C^a, casa bancária que já desenvolvia operações de banca de retalho. Em 1937 ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de julho de 1999 passou a adotar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro – Grupo BES – formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima cujas ações ordinárias se encontram cotadas na *NYSE Euronext Lisbon*. Em 30 de junho de 2013, encontravam-se também admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo 168 mil ações preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e também pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de retalho de 769 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de dezembro de 2012: 775), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 10 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais o Banco detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas diretamente no BES:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100,00%	Integral
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BESVIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	100,00%	Integral
Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company	2003	2010	Libia	Banca	40,00% ^{a)}	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Serviços, SA	1998	1997	Espanha	Colocação de seguros	100,00%	Integral
Espírito Santo Activos Financeiros, SA	1998	2000	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
Espírito Santo Vanguarda, SL	2011	2011	Espanha	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	86,00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	51,94%	Integral
BESA/ACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	63,70%	Integral
BESA/ACTIF Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	63,70%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	99,99%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PQMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	90,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	80,99%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100,00%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100,00%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vendido	99,15%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Espírito Santo - Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	82,28%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	88,26%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Cont., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de Imóveis	81,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	60,68%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	61,14%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES FME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100,00%	Integral
Fundo PCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
Fundo Gestão Património Imobiliário - FUNGEPI - BES	1997	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	82,17%	Integral
Fundo de Gestão de Património Imobiliário - FUNGEPI - BES II	2011	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	94,54%	Integral
FUNGERE - Fundo de Gestão de Património Imobiliário	1997	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	97,24%	Integral
Imovestimento - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2012	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
Predloc Capital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2006	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
BESA Valorização - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2012	2012	Angola	Fundo de Gestão Imobiliária	51,94%	Integral
FLITPTREL VIII, SA	2011	2011	Portugal	Exploração empreendimentos turísticos	10,00% ^{a)}	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	86,63%	Integral
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25,00%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCGM)	1995	1995	França	Construção e gestão de Imóveis	22,50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44,00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50,00%	Eq. Patrimonial
Banco Delle Tre Venezia, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20,00%	Eq. Patrimonial
Nanlum, SA	1998	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41,06%	Eq. Patrimonial
Ascendil Douro - Estradas do Douro Interior, SA	2008	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% ^{b)}	Eq. Patrimonial
Ascendil Pínhai Interior - Estradas do Pínhai Interior, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% ^{b)}	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, SA	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,50% ^{b)}	Eq. Patrimonial
Ijat Leasing, Argélia	2011	2011	Argélia	Leasing	35,00%	Eq. Patrimonial
Tranquilidade Corporação Angolana de Seguros, S.A.	2007	2012	Angola	Seguros	10,91% ^{b)}	Eq. Patrimonial
Edenred Portugal, SA	1984	2013	Portugal	Prestação de serviços diversos	50,00%	Eq. Patrimonial

a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.

b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

b) Subgrupos:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de Investimento	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestão de Fundos	50,00%	Integral
<i>HLC - Centrais de Cogeração, SA</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,50%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest, SA</i>	2002	2005	Portugal	Gestão e desenvolvimento imobiliário	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Synergy Industry and Technology, SA</i>	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	26,00%	Eq. Patrimonial
<i>Saiga Investments</i>	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	45,05%	Eq. Patrimonial
<i>ZBCapital Luxembourg S.C.A SICAR</i>	2011	2011	Luxemburgo	Fundo de Investimento	42,12%	Eq. Patrimonial
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Investment Sp. Z.o.o.</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Securities India</i>	2011	2011	Índia	Corretagem	75,00%	Integral
<i>Lustiana Capital S.A.P.L. de C.V., SOFOM, E.N.R.</i>	2013	2013	México	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Investment Holding, Limited</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Executon Holding, Limited</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>MCO2 - Sociedade Gestora de Fundos de investimento Mobiliário, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de fundos de investimento	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Polish Hotel Capital SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Investimentos, SA</i>	1996	1996	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de Investimento	80,00%	Integral
<i>ZBCapital, SA</i>	2005	2005	Brasil	Capital de risco	45,00%	Eq. Patrimonial
<i>ZB Capital Luxembourg General Partners Sarl</i>	2011	2011	Luxemburgo	Gestora de Fundos	45,00%	Eq. Patrimonial
<i>BES Seguridades do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80,00%	Integral
<i>Gespar Participações, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80,00%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda.</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	85,00%	Integral
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de investimento	80,00%	Integral
<i>Esírito Santo Serviços Financeiros DTVM, SA</i>	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	80,00%	Integral
<i>R Invest, Ltda.</i>	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
<i>R Consult Participações, Ltda.</i>	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
<i>BRB Internacional, SA</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, SA</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest- SGH, SA</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	98,99%	Integral
<i>Fundo Esírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,67%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo FIM BES Moderado</i>	2004	2009	Brasil	Fundo de investimento	84,16%	Integral
<i>Fundo BES Absolute Return</i>	2002	2009	Brasil	Fundo de investimento	43,61% ^{a)}	Integral
BES Beteteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Bank Esírito Santo International, Ltd. (BESI)</i>	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
BES África, SGPS, SA (BES ÁFRICA)	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Banco Esírito Santo Cabo Verde, SA</i>	2010	2010	Cabo Verde	Banca	99,99%	Integral
<i>Maza Banco, SA</i>	2008	2010	Moçambique	Banca	49,00%	Eq. Patrimonial
ESAF - Esírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>Esírito Santo International Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	89,81%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>Esírito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>Capital Mais - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	Serviços de assessoria financeira	89,99%	Integral
<i>Esírito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	44,10%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de patrimónios	89,99%	Integral
<i>ESAF - Esírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA</i>	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>Unit Serviços, SA</i>	2000	2000	Portugal	Gestão de portais na Internet	33,33%	Eq. Patrimonial
<i>PCR Esírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização</i>	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	50,00%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo Bem Comum, PCR</i>	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	20,00%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)</i>	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	41,67%	Eq. Patrimonial
<i>Banque Esírito Santo et de la Vénézie, SA (ES Vénézie)</i>	1927	1992	França	Banca	42,69%	Eq. Patrimonial

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	60,68%	Integral
<i>Atlantic Ventures Corporation</i>	2006	2006	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	60,68%	Integral
<i>Sousacamp, SGPS, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	23,73%	Eq. Patrimonial
<i>Global Active - SGPS, SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	27,10%	Eq. Patrimonial
<i>Outsystems, SA</i>	2007	2007	Portugal	Tecnologias de Informação	17,77% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA</i>	2006	2006	Portugal	Tecnologias de Informação	19,64% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Multiwave Photonics, SA</i>	2003	2008	Portugal	Tecnologias de Informação	12,60% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Bio-Genesis</i>	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	18,16% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>YDreams - Informática, SA</i>	2000	2009	Portugal	Tecnologias de Informação	29,12%	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	61,14%	Integral
<i>Nutrigreen, SA</i>	2007	2009	Portugal	Prestação de serviços diversos	12,23% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Advance Clione Systems, SA</i>	2008	2009	Portugal	Tratamento eliminação de resíduos inertes	19,56% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Watson Brown, HSM, Ltd</i>	1997	2009	Reino Unido	Reciclagem de borracha	21,95%	Eq. Patrimonial
<i>Domática, Electrónica e Informática, SA</i>	2002	2011	Portugal	Tecnologias de Informação	14,42% ^{b)}	Eq. Patrimonial
Fundo FCR PME J BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
<i>Mobile World - Comunicações, SA</i>	2009	2009	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
<i>MMCI - Multimédia, SA</i>	2008	2008	Portugal	Comerc. e prestação serviços multimédia	26,98%	Eq. Patrimonial
<i>TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA</i>	2006	2006	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
<i>Enkrott, SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	16,52% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Palexpo - Imagem Empresarial, SA</i>	2009	2009	Portugal	Fabrico de mobiliário	27,26%	Eq. Patrimonial
<i>Rodl - Stinks & Ideas, SA</i>	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	24,81%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
<i>Espírito Santo Gestión, SA, SGIC</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
<i>Espírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	95,00%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	99,99%	Integral
<i>ES Financial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	99,99%	Integral
<i>Taglde Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de Investimentos Imobiliários	99,99%	Integral
<i>ES Investment Advisors, Inc.</i>	2011	2011	Estados Unidos	Consultoria de Investimentos	99,99%	Integral
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	100,00%	Integral
<i>Caravela Defensive Fund</i>	2006	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
<i>Caravela Balanced Fund</i>	2006	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	54,95%	Integral
<i>ES Plano Dinâmico</i>	2008	2012	Portugal	Fundo de Investimento	97,79%	Integral
<i>ES Arrendamento</i>	2009	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
<i>Espírito Santo Investments SICAV-SIF Liquidity Fund</i>	2012	2013	Luxemburgo	Fundo de Investimento	51,13%	Integral
<i>Orey Reabilitação Urbana</i>	2006	2012	Portugal	Fundo de Investimento	77,32%	Integral
<i>Fimes Oriente</i>	2004	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
<i>ES Concessions International Holding, BV</i>	2010	2010	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
<i>Empark - Aparcamientos y Servicios, SA</i>	1968	2009	Espanha	Exploração de parques estacionamento	15,92% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>ES Concessions Latam, BV</i>	2011	2011	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
<i>Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV</i>	2008	2008	México	Concessionária de auto-estradas	14,33% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Ascend! Group SGPS, SA</i>	2010	2010	Portugal	Gestão de participações sociais	28,66%	Eq. Patrimonial
<i>Auvisa - Autovía de los Viñedos, SA</i>	2003	2010	Espanha	Concessionária de auto-estradas	35,83%	Eq. Patrimonial

- a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.
- b) A percentagem apresentada reflete o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano de Constituição	Ano de aquisição	Sede	% Interesse económico	Método de consolidação
Lusitano SME No.1 plc ^(*)	2006	2006	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.6 plc ^(*)	2007	2007	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Project Finance No.1, FTC ^(*)	2007	2011	Portugal	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc ^(*)	2008	2008	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Leverage Finance No. 1 BV ^(*)	2010	2010	Holanda	100%	Integral
Lusitano Finance No. 3 ^(*)	2011	2011	Portugal	100%	Integral
IM BES Empresas 1 ^(*)	2011	2011	Espanha	100%	Integral
CLN Magnolia Finance 2038	2008	2008	Irlanda	100%	Integral

(*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização (ver Nota 43)

A consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	193 478	195 586
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	3 499 558	3 803 343
Responsabilidades representadas por títulos	711 528	703 797

Durante o primeiro semestre de 2013, as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo BES foram as seguintes:

- Empresas subsidiárias

- * O BES1 adquiriu o restante capital da Espírito Santo Investment Holding, Limited, passando a deter 100% desta sociedade.

- Empresas associadas (ver Nota 32)

- * Em junho de 2013, no âmbito da cedência do negócio dos cartões de refeição À La Card, o BES entrou no capital da Edenred Portugal, SA, detendo uma participação de 50%, passando esta empresa a ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. O valor de aquisição teve por base a valorização do negócio cedido na data da transferência (8 113 milhares de euros), deduzida da alienação de parte das ações adquiridas inicialmente e da anulação da mais-valia gerada na transação, na proporção do capital da Edenred detida, fixando-se em 928 milhares de euros;
- * Em junho de 2013, a BES África adquiriu 23,9% do capital social do Moza Banco por 24 856 milhares de euros, passando a deter 49% deste banco. O goodwill gerado por esta aquisição, e registado na rubrica investimentos em associadas, foi de 16 872 milhares de euros, passando a totalizar 21 065 milhares de euros.

Durante os primeiros seis meses de 2012 as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo BES foram as seguintes:

- Empresas subsidiárias (ver Nota 54)

- Em maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a deter a totalidade do capital desta empresa, pelo que a mesma passou a ser consolidada integralmente;

- Empresas associadas (ver Nota 32)

- Em abril de 2012 a ES Capital adquiriu 42,99% da 2BCapital Luxembourg S.C.A SICAR pelo valor de 854 milhares de euros; em maio de 2012 participou no aumento de capital, a que correspondeu um investimento de 15 619 milhares de euros;
- Em junho de 2012, a ES Concessões transferiu as participações que detinha na SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, SA e Portvias - Portagem de Vias, SA para a Ascendí Group, SGPS, SA, tendo obtido uma menos-valia no valor de 296 milhares de euros.

Durante o primeiro semestre de 2013 e 2012, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	30.06.2013						
	Aquisições			Vendas			Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
Empresas subsidiárias							
BES África	-	28 000	28 000	-	-	-	-
Espírito Santo Investment Holding	20 281	11 714	31 995	-	-	-	-
ES Tech Ventures	-	6 500	6 500	-	-	-	-
	20 281	46 214	66 495	-	-	-	-
Empresas associadas							
Moza Banco	-	24 856	24 856	-	-	-	-
Edenred	8 113	-	8 113	(3 129)	-	(3 129)	-
	8 113	24 856	32 969	(3 129)	-	(3 129)	-
	28 394	71 070	99 464	(3 129)	-	(3 129)	-

(a) Aumentos / reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

	30.06.2012						
	Aquisições			Vendas			Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
Empresas subsidiárias							
BES Vida (b)	225 000	-	225 000	-	-	-	(89 586)
	225 000	-	225 000	-	-	-	(89 586)
Empresas associadas							
Moza Banco	-	2 033	2 033	-	-	-	-
Empark	-	-	-	-	(2 584)	(2 584)	-
Portvias	-	-	-	(1 067)	-	(1 067)	590
Scutvias	-	-	-	(49 783)	-	(49 783)	(886)
Ascendí Group	-	11 462	11 462	-	-	-	-
Coreworks	-	-	-	-	(286)	(286)	-
Sousacamp	-	-	-	-	(3 700)	(3 700)	-
Fin Solutia	-	-	-	(1 219)	-	(1 219)	(6)
2B Capital Luxembourg	854	15 619	16 473	-	-	-	-
Nova Figfort	-	-	-	(719)	-	(719)	-
Sopratutto Cafés	-	-	-	(1 334)	-	(1 334)	50
Ydreams	-	204	204	-	(711)	(711)	-
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA (c)	-	-	-	-	(11)	(11)	-
	854	29 318	30 172	(54 122)	(7 292)	(61 414)	(252)
	225 854	29 318	255 172	(54 122)	(7 292)	(61 414)	(89 838)

(a) Aumentos / reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

(b) Empresa que passou a consolidar integralmente

(c) Empresa que deixou de integrar o perímetro de consolidação do Grupo, passando a ser registada na carteira de activos disponíveis para venda

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia à data de apresentação das contas.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013. As demonstrações financeiras consolidadas intercalares agora apresentadas foram preparadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas com referência a 31 de dezembro de 2013.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas intercalares referentes a 30 de junho de 2013 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de dezembro de 2012, exceto no que se refere à adoção da IFRS 13 *Fair Value Measurement*, da IAS 1 *Presentation of Financial Statements* e da IAS 19 *(Revised) Employee Benefits*. A natureza e os efeitos decorrentes da adoção destas normas foram os seguintes:

- IFRS 13 *Fair value measurement*

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação acerca da mensuração do justo valor e substitui as disposições que se encontravam dispersas nas várias IFRS. Em particular, esta Norma define justo valor como o preço pelo qual uma transação ordenada de venda de um ativo ou de transferência de um passivo seria concretizada entre participantes de mercado na data da mensuração.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, o Grupo aplicou as orientações relativas ao *fair value measurement* prospectivamente. Contudo, as alterações decorrentes da adoção da IFRS 13 não tiveram impacto relevante na mensuração dos ativos e passivos do Grupo.

- *IAS 1 Presentation of Financial Statements - Presentation of items of other comprehensive income*
Na sequência das alterações à IAS 1, o Grupo modificou a apresentação da Demonstração do Rendimento Integral tendo separado os itens que não serão reclassificados para resultados em períodos subsequentes daqueles itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados no futuro. A apresentação da informação comparativa foi igualmente modificada.

A adoção da IAS 1 não teve qualquer impacto nos ativos, passivos, resultados do período e outro rendimento integral do Grupo.

- *IAS 19 (Revised) Employee Benefits (2011)*

Segundo o estabelecido na IAS 19 (2011), o Grupo passou a determinar o proveito/custo de juros com o plano de pensões multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento teórico dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Anteriormente o Grupo calculava o rendimento esperado dos ativos do fundo com base na expectativa de rentabilidade a longo prazo.

As alterações decorrentes da adoção da IAS 19 (Revised) não tiveram efeito relevante nas contas do Grupo.

Em maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida e o controlo sobre a sua atividade, tendo esta entidade, desde então, passado a ser consolidada pelo método integral. Até 31 de maio de 2012, a BES Vida era registada nas contas consolidadas do BES pelo método da equivalência patrimonial. Assim, para efeitos de análise comparativa, deverá ser considerado o facto de os valores de 2012 refletirem apenas um mês de atividade da BES Vida. Os impactos decorrentes da primeira consolidação da BES Vida, refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas de 2012, são apresentados na Nota 54.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de julho de 2013.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é

reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respetivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 - Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- 4 As atividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas atividades;
- * O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das atividades da SPE;
- * O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua atividade;
- * O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objetivo de obter os benefícios decorrentes da sua atividade.

Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da atividade de gestão de ativos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo exceto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua atividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respetivas unidades de participação.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adotada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos diretamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de janeiro de 2010, e conforme o *IFRS 3 – Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos sem a respetiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos acionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido diretamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflete as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transações;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se

reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros ativos (ver Nota 34) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

• Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado

por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não

substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transação e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- ◊ a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- ◊ a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- ◊ a existência de credores privilegiados;
- ◊ a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;

- e o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- a o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados, com base em características semelhantes de risco de crédito em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

2.6. Outros ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou significativa no seu valor de mercado face ao custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. Estes ativos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em

resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As ações preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa

efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o

montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.11. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do grupo) é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são

remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (n.º1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114.º do RGICSF).

O Grupo tem como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) *Método de Mercado*

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

b) *Método do Rendimento*

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) *Método do Custo*

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

2.13. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.14. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento teórico dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

Semestralmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios

de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Acionistas de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associado um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de ações e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre ações do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os diretores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os diretores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.17. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, exceto no que se refere a ativos e passivos financeiros a taxa variável a qual é reestimada periodicamente tendo em consideração os impactos nos *cash flows* futuros estimados decorrentes da variação na taxa de juro de referência.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Reporte por segmentos

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.23. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.25. Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são objeto de amortização.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.26. Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiros e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro (IFRS 4). Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prêmios

Os prêmios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os prêmios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prêmios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efetuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Provisão para compromissos de taxa ("Liability adequacy test")

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte

volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do goodwill registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo goodwill, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao goodwill quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.5. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efetuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às atividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos seus resultados.

3.6. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.7. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.8. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.9. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados, (iii) provisão para sinistros, (iv) provisão para compromissos de taxa e (v) provisão para prémios não adquiridos. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários Market Consistent. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo BES desenvolve a sua atividade centrada no setor financeiro direcionado para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado natural de atuação. As ligações históricas com a América do Sul e África, a internacionalização das empresas nacionais e a emigração de portugueses para vários países do mundo, têm merecido especial atenção do Grupo que conta já com uma estrutura internacional com uma contribuição relevante para a sua atividade e resultados.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com o BES como principal unidade operacional – com uma rede de 623 balcões em Portugal e com sucursais em Londres, Nova Iorque, Espanha (28 balcões), Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela, Luxemburgo, uma sucursal financeira na Zona Franca da Madeira e 10 escritórios de representação – com o BES Investimento (banca de investimento), com o BES Angola (46 balcões), BES Açores (18 balcões), Banco BEST (10 balcões), Espírito Santo Bank, BES Oriente, Aman Bank, BES Cabo Verde, BES Vénétie, Espírito Santo Ativos Financeiros (ESAF), BES Seguros (ramo de seguros não vida) e BES Vida, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; (2) Banca Comercial Internacional; (3) Banca de Investimento; (4) Gestão de Ativos; (5) Atividade de Seguros Vida; (6) Mercados e Participações Estratégicas; e (7) Centro Corporativo. Cada segmento engloba as estruturas do BES que a ele se encontram direta e indiretamente dedicadas, bem assim como as unidades autónomas do Grupo cuja atividade mais se identifica com um daqueles segmentos. Para além da avaliação individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa ótica de centro de investimento), há, a nível da Comissão Executiva, definições de estratégias, programas comerciais e avaliação de desempenho de cada segmento operacional.

Complementarmente, o Grupo utiliza uma segunda segmentação da sua atividade e resultados segundo critérios geográficos, separando a atividade e resultados que é objeto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Banca Comercial Nacional

Este Segmento Operacional inclui toda a atividade bancária com clientes particulares e empresas desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de empresas e outros canais e engloba os seguintes subsegmentos:

- a) **Retalho:** corresponde a toda a atividade desenvolvida em Portugal com os clientes particulares e pequenos negócios. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento dos pequenos negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia.
- b) **Empresas e Institucionais:** congrega a atividade do BES em Portugal com as empresas de média e grande dimensão, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituído por 24 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais e municípios. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e vocação exportadora.
- c) **Private Banking:** agrega a atividade com clientes *private* integrando todos os produtos do ativo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e os produtos de seguros.

Banca Comercial Internacional

Este Segmento Operacional integra as unidades localizadas no exterior cuja atividade é dirigida tanto a empresas como particulares, excluindo o negócio de banca de investimento e de gestão de ativos, o qual está integrado nos segmentos correspondentes.

De entre as unidades que concorrem para este segmento, salientamos o BES Angola e as sucursais do BES em Espanha, Londres, Nova Iorque, Cabo Verde, Luxemburgo e Venezuela. Os produtos e serviços disponibilizados abrangem os depósitos, todas as modalidades de crédito, operações de *leveraged finance*, *structured trade finance* e *project finance*. Este segmento, no contexto da execução da estratégia de captação de recursos, tem vindo a assumir um papel de relevo designadamente junto de clientes institucionais.

Banca de Investimento

Inclui os ativos, passivos, proveitos e custos das unidades operacionais que consolidam no BES Investimento o qual congrega a atividade de banca de investimento do Grupo originada em Portugal e no estrangeiro. Para além da atividade bancária tradicional com clientes empresariais e institucionais, inclui os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de ações, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimentos.

Gestão de Ativos

Segmento que agrega a atividade de *asset management* desenvolvida fundamentalmente pela subsidiária ESAF tanto em território nacional, como no estrangeiro (Espanha, Brasil, Angola e Luxemburgo) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além de prestação de serviços de gestão discricionária e de gestão de carteiras.

Atividade de Seguros Vida

Este segmento de negócio abrange a atividade desenvolvida pela Companhia de Seguros BES Vida, que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização, e PPR's.

Mercados e Participações Estratégicas

Neste segmento inclui-se a atividade de gestão financeira global do Grupo, designadamente os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (ações e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais a todo o Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a atividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial e ainda a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transacionados.

Centro Corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento, Contabilidade, Gestão e Controlo de Risco, Comunicação Institucional, Auditoria Interna, Organização e Qualidade, entre outras.

4.2. Critérios de imputação da atividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2, tendo sido adotados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (sucursais no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada *per se* atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, ativos, passivos, capital próprio afeto, proveitos e custos.

Estruturas do BES dedicadas ao Segmento

A Atividade do BES abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objeto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada, para os produtos não massa, diretamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos diretos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indiretos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo do Custeio Baseado em Atividades (CBA); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade; (vii) afetação da totalidade do capital próprio do BES ao segmento de Mercados e participações estratégicas.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base no CBA sem qualquer margem das estruturas fornecedoras; as decisões de natureza estratégica e/ou natureza excecional são analisadas casuisticamente sendo os rendimentos e/ou encargos, regra geral, imputados ao segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Banco estando a respetiva Atividade e resultados incluídos no segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Juros ativos e passivos

Sendo a Atividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a Atividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da atividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Mercados e Participações Estratégicas para o caso das associadas do BES. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afetas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Ativos não correntes

Os ativos não correntes, na ótica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros ativos tangíveis e os Ativos intangíveis. No BES estes ativos encontram-se afetos ao segmento de Mercados e participações estratégicas; para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Impostos sobre lucros

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afeta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os ativos e passivos por impostos diferidos estão afetos ao segmento Mercados e participações estratégicas.

Ativos por benefícios pós-emprego

Os ativos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os impostos sobre lucros, sendo afetos ao segmento Mercados e participações estratégicas. Atendendo a que os fatores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos ativos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à atuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja atividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são o BES Angola e suas filiais, a BES África, o Aman Bank, o BES Oriente, o Espírito Santo Bank, o BES Cabo Verde, Espírito Santo Vénétie, Banco Delle Tre Venezie, Moza Banco, Ijar Leasing Argélie, Tranquilidade Angola, as sucursais do BES em Londres, Espanha, Nova Iorque, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo e ainda as unidades localizadas no exterior do BES Investimento e da ESAF.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respetivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em									
	30.06.2013									
	Retalho	Empresas e Instituições	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de ativos	Seguros Vida	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	217 786	175 706	57 433	194 777	38 779	979	78 641	(293 715)	-	470 386
Outros proventos operacionais	107 099	140 204	12 568	54 265	81 548	29 047	221 521	(148 333)	-	497 919
Proventos operacionais totais	324 885	315 910	70 001	249 042	120 327	30 026	300 162	(442 048)	-	968 305
Custos operacionais	224 137	489 270	11 359	208 016	112 866	8 730	5 850	173 281	76 703	1 310 212
<i>Dos quais:</i>										
<i>Provisões/imparidade</i>	31 958	459 616	2 921	82 904	26 583	107	237	142 903	-	747 239
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas	-	-	-	120	420	-	-	549	-	1 089
Resultado antes de impostos e minoritários	100 748	(173 360)	58 642	41 146	7 881	21 296	294 312	(614 780)	(76 703)	(340 818)
<i>Proventos operacionais intersegmentos</i>	424	16 186	-	98 896	(5 072)	(6 628)	(117)	(88 892)	-	13 485
Total do Ativo líquido	15 421 842	24 141 712	1 707 739	23 920 990	6 602 285	208 195	7 384 768	3 258 583	-	82 646 114
Total do Passivo	15 232 210	24 315 071	1 649 142	22 240 934	5 918 273	29 994	6 949 966	(921 218)	-	75 414 372
Investimentos em associadas	-	-	-	8 860	57 713	-	-	541 727	-	608 300

(milhares de euros)

Período de seis meses findo em										
30.06.2012										
	Retalho	Empresas e Instituições	Private banking	Banco comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de ativos	Seguros Vida	Mercedes e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	182 781	115 137	35 320	156 461	45 883	1 709	30 101	40 251	-	607 643
Outros proveitos operacionais	117 701	141 166	10 493	154 470	76 240	32 368	10 238	109 836	-	652 552
Proveitos operacionais totais	300 482	256 323	45 813	310 931	122 123	34 097	40 339	150 087	-	1 260 195
Custos operacionais	249 656	240 073	10 040	146 843	99 931	9 584	3 952	145 310	80 455	985 844
<i>Dos quais:</i>										
<i>Provisões/imparidade</i>	41 955	208 625	1 027	38 017	14 134	823	1 806	120 390	-	426 387
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	(6)	-	-	(246)	-	(252)
Resultado da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(89 586)	-	(89 586)
Resultados de associadas	-	-	-	300	687	-	-	6 295	-	7 282
Resultado antes de impostos e minoritários	50 826	16 250	35 773	164 388	22 873	24 513	36 387	(78 760)	(80 455)	191 795
<i>Proveitos operacionais intersegmentos</i>	4 611	15 568	6	249 032	(7 048)	(7 125)	(420)	(241 199)	-	13 425
Total do Ativo líquido *	15 633 394	23 032 898	1 491 100	22 096 488	6 484 489	189 948	6 657 573	8 104 938	-	83 690 828
Total do Passivo *	15 542 145	23 032 898	1 491 149	20 607 324	5 745 347	23 622	6 385 553	3 130 046	-	75 958 084
Investimentos em associadas *	-	-	-	8 539	57 456	-	-	514 987	-	580 982

* - Valores com referência a 31 de Dezembro de 2012

O reporte efetuado de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é o seguinte:

(milhares de euros)

30.06.2013											
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do período	(256 358)	(14 284)	(3 631)	19 361	4 685	1 425	6 028	930	2 605	1 784	(237 455)
Ativo líquido	56 495 830	5 597 889	919 453	5 453 703	1 224 409	2 676 515	8 547 118	201 486	339 443	1 190 268	82 646 114
Investimentos em ativos tangíveis	3 058	1 360	-	316	94	3 490	74 349	3	-	257	82 927
Investimentos em ativos Intangíveis	9 261	1 403	-	269	69	628	143	176	-	2 663	14 612

(milhares de euros)

30.06.2012											
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do período	(52 736)	10 545	2 157	11 406	3 862	10 246	40 217	1 485	2 007	(3 732)	25 457
Ativo líquido *	59 175 822	4 652 643	464 238	5 944 423	1 393 230	2 439 976	7 970 699	208 048	446 385	995 364	83 690 828
Investimentos em ativos tangíveis *	9 929	2 939	976	388	44	305	126 709	181	-	7 329	148 800
Investimentos em ativos Intangíveis *	375 338	4 318	51	887	149	901	382	444	-	6 038	388 508

* - Valores com referência a 31 de Dezembro de 2012

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	1 155 127	1 317 963
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	126 129	121 069
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	21 477	38 841
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	185 209	283 698
Juros de derivados para gestão de risco	206 893	259 720
Juros de ativos detidos até à maturidade	20 352	31 522
Outros juros e proveitos similares	10 836	14 700
	1 726 023	2 067 513
Juros e custos similares		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	424 054	413 690
Juros de recursos de clientes	511 351	557 249
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	172 978	233 488
Juros de derivados para gestão de risco	107 844	213 949
Juros de passivos subordinados	34 998	34 782
Outros juros e custos similares	4 412	6 712
	1 255 637	1 459 870
	470 386	607 643

A rubrica de juros de crédito inclui o valor de 48 501 milhares de euros (30 de junho de 2012: 37 898 milhares de euros) relativo a juros de crédito vencido (ver Nota 25).

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

NOTA 5 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	231 048	312 500
Por garantias prestadas	111 573	112 449
Por operações realizadas com títulos	34 936	32 350
Por compromissos perante terceiros	12 930	17 688
Outros rendimentos de serviços e comissões	32 004	50 849
	422 491	525 836
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	41 650	39 947
Por operações realizadas com títulos	10 671	15 058
Por garantias recebidas	30 941	28 161
Outros encargos com serviços e comissões	11 038	8 730
	94 300	91 896
	328 191	433 940

Em 30 de junho de 2013, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 30,1 milhões de euros (30 de junho de 2012: 27,4 milhões de euros) relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações.

NOTA 7 - RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2013			30.06.2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	65 000	123 536	(58 536)	230 016	72 830	157 186
De outros emissores	8 029	7 515	514	6 087	24 058	(17 971)
Ações	26 579	41 572	(14 993)	25 749	38 414	(12 665)
Outros títulos de rendimento variável	233	172	61	88	269	(181)
	99 841	172 795	(72 954)	261 940	135 571	126 369
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	961 060	964 840	(3 780)	687 930	714 683	(26 753)
Contratos sobre taxas de juro	3 182 208	3 278 223	(96 015)	3 204 541	3 151 572	52 969
Contratos sobre ações/índices	1 613 947	1 614 654	(707)	542 051	543 689	(1 638)
Contratos sobre créditos	296 609	329 263	(32 654)	378 071	407 822	(29 751)
Outros	16 719	12 878	3 841	25 693	9 449	16 244
	6 070 543	6 199 858	(129 315)	4 838 286	4 827 215	11 071
	6 170 384	6 372 653	(202 269)	5 100 226	4 962 786	137 440
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	18 042	3 443	14 599	30 762	187	30 575
De outros emissores	25 242	25 483	(241)	16 210	18 514	(2 304)
Ações	12 840	4 769	8 071	(1 120)	4 017	(5 137)
Outros títulos de rendimento variável	38 392	61 177	(22 785)	18 272	116 549	(98 277)
	94 516	94 872	(356)	64 124	139 267	(75 143)
Outros Ativos financeiros ⁽¹⁾	36 319	9 204	27 115	14 950	15 598	(648)
Passivos financeiros ⁽¹⁾	186 838	173 732	13 106	111 113	189 013	(77 900)
	317 673	277 808	39 865	190 187	343 878	(153 691)
	6 488 057	6 650 461	(162 404)	5 290 413	5 306 664	(16 251)

(1) inclui a variação de justo valor de ativos/passivos objeto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 30 de junho de 2013, esta rubrica inclui um efeito negativo de 35,7 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (30 de junho de 2012: efeito positivo de 12,1 milhões de euros).

NOTA 8 - RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2013			30.06.2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	229 924	12 165	217 759	255 763	22 333	233 430
De outros emissores	6 101	6 082	19	53 624	34 896	18 728
Ações	21 346	3 421	17 925	37 001	200 308	(163 307)
Outros títulos de rendimento variável	9 790	4 613	5 177	7 964	11 821	(3 857)
	267 161	26 281	240 880	354 352	269 358	84 994

Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 82,9 milhões de ações da EDP e 113,0 milhões de ações da Portugal Telecom, tendo obtido no conjunto uma menos-valia de 181,2 milhões de euros. Durante o primeiro semestre de 2013 não foram efetuadas vendas relevantes de ações da Portugal Telecom ou da EDP.

As transações com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 48.

NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2013			30.06.2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	509 939	511 694	(1 755)	525 256	526 125	(869)
	509 939	511 694	(1 755)	525 256	526 125	(869)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 10 - RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Créditos a clientes	(489)	(17 412)
Ativos não correntes detidos para venda	(4 412)	(3 636)
Outros	775	(3 674)
	(4 126)	(24 722)

Em 30 de junho de 2012, a rubrica de crédito a clientes inclui uma perda de 16,2 milhões de euros relativa à venda de 108,1 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de ativos do Grupo - *deleverage*. Em 2013 não se verificaram vendas de crédito de valor material.

NOTA 11 - PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Prémios brutos emitidos	42 363	17 324
Prémios de resseguro cedido	(27 344)	(588)
Prémios líquidos de resseguro	15 019	16 736
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	(42)	(2)
Prémios líquidos de resseguro	14 977	16 734

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Anuidades	-	372
Tradicionais	30 044	9 898
Capitalização com participação nos resultados	12 319	7 054
	42 363	17 324

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definidos pelo IFRS 4, os contratos de seguros emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

NOTA 12 - CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Seguro direto		
Montantes pagos	(134 876)	(81 854)
Variação da provisão para sinistros	5 422	5 009
	(129 454)	(76 845)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	7 802	321
Variação da provisão para sinistros	(817)	258
	6 985	579
	(122 469)	(76 266)

NOTA 13 - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das provisões técnicas líquidas de resseguro podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Provisão matemática	85 063	58 151
Provisão para participação nos resultados	(883)	(720)
Outras provisões técnicas	(42)	2 846
Provisões para resseguro	10 045	373
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	180 294	-
	274 477	60 650

A rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro cedido, inclui o *upfront fee* líquido, decorrente da celebração de um tratado de resseguro mediante o qual a BES Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de junho de 2013.

A partir desta data, a BES Vida passará a ceder ao ressegurador todos os prémios e sinistros associados às apólices incluídas no âmbito deste tratado. A Companhia irá efetuar o *servicing* destes contratos, bem como a distribuição dos respetivos produtos.

No âmbito do tratado celebrado, a BES Vida recebeu um *upfront fee*, tendo transferido todos os riscos e benefícios associados a estes contratos. Nessa base, os riscos de (i) vida, (ii) invalidez, e (iii) anulação de contratos foram transferidos, pelo que o *upfront fee* foi reconhecido na totalidade nesta data líquido do respetivo *value in force* da carteira, reconhecido como um ativo na data de aquisição da BES Vida (ver Notas 31 e 54).

NOTA 14 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Serviços informáticos	2 171	3 220
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Notas 38 e 42)	(14 808)	99 737
Resultados de operações de crédito	3 508	12 068
Serviços não recorrentes de consultoria	864	2 528
Impostos diretos e indiretos	(20 462)	(21 061)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(6 312)	(4 717)
Outros custos de exploração decorrentes da atividade de sociedades detidas para venda	(42 054)	(7 397)
Quotizações e donativos	(3 970)	(4 390)
Outros	(41 540)	(6 221)
	(122 603)	73 767

Os impostos diretos e indiretos incluem 13,0 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (30 de junho de 2012: 14,0 milhões de euros), criada pela Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro (ver Nota 41).

NOTA 15 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Vencimentos e salários	220 702	222 924
Remunerações	219 494	220 736
Prémios por antiguidade (ver Nota 16)	1 208	2 188
Encargos sociais obrigatórios	48 870	51 317
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 16)	8 188	4 307
Outros custos	11 772	12 964
	289 532	291 512

Incluído em outros custos a 30 de junho de 2013 encontra-se o montante de 463 milhares de euros (30 de junho de 2012: 752 milhares de euros) relativo ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF, conforme política contabilística descrita na Nota 2.16. O detalhe deste plano é analisado na Nota 16.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	30.06.2013	30.06.2012
Colaboradores do BES	6 656	6 694
Colaboradores das subsidiárias do Grupo	3 408	3 210
Total colaboradores do Grupo	10 064	9 904

NOTA 16 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Em 30 de dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT e ainda as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efetuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares,

contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem em simultâneo transmitidos para o Estado.

A referida transmissão consistiu numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício) em 31 de dezembro de 2011, tendo-se verificado, nessa data, as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos			
	30-06-2013		31-12-2012	
	1º ao 4º ano	5º ano e subsequentes	1º ao 4º ano	5º ano e subsequentes
Pressupostos Atuariais				
Taxas de rendimento projetado		4,50%		5,50%
Taxa de desconto		4,50%		4,50%
Taxa de crescimento de pensões	0,00%	0,75%	0,00%	0,75%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,75%	1,00%	1,75%
Tábua de Mortalidade masculina			TV 73/77 - 1 ano	
Tábua de Mortalidade feminina			TV 88/90	

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	30.06.2013	31.12.2012
Ativos	6 023	5 311
Reformados e sobreviventes	5 744	5 734
TOTAL	11 767	11 045

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Total de responsabilidades	(1 207 708)	(1 206 283)
Pensionistas	(438 832)	(448 265)
Ativos	(768 876)	(758 018)
Coberturas		
Saldo dos Fundos	<u>1 202 329</u>	<u>1 220 885</u>
Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Notas 34 e 43)	<u>(5 379)</u>	<u>14 602</u>
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 091 029	1 078 732

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.16 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia, quando aplicável, à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Responsabilidades no início do período	1 206 283	1 077 864
Custo do serviço corrente	8 188	12 012
Custo dos juros	27 103	58 994
Contribuições dos participantes	1 591	3 259
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos	-	65 366
- (Ganhos) e perdas de experiência	(16 393)	40 300
Pensões pagas pelo fundo	(14 808)	(27 481)
Custos com serviços passados	-	(21 813)
Diferenças cambiais e outros	(4 256)	(2 218)
Responsabilidades no final do período	1 207 708	1 206 283

A evolução do valor dos fundos de pensões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo dos fundos no início do período	1 220 885	1 184 878
Rendimento real do fundo	(1 063)	(24 299)
Contribuições do Grupo	-	86 410
Contribuições dos empregados	1 591	3 259
Pensões pagas pelo fundo	(14 808)	(27 481)
Diferenças cambiais e outros	(4 276)	(1 882)
Saldo dos fundos no final do período	1 202 329	1 220 885

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Ações	209 965	178 654
Obrigações	364 501	335 192
Imóveis	431 289	370 769
Outros	196 574	336 270
Total	1 202 329	1 220 885

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como seguem:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Ações	2 925	1 200
Obrigações	2 595	6 382
Imóveis	227 751	298 022
Total	233 271	305 604

No exercício de 2012 o Grupo adquiriu 49 779 e 37 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Grupo, pelo valor de 158,1 milhões de euros e 87,2 milhões de euros, respetivamente.

A evolução das perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no início do período	1 078 732	886 964
(Ganhos) e perdas atuariais no período:		
- Alteração de pressupostos	-	65 366
- (Ganhos) e perdas de experiência	11 309	127 103
Outros	988	(701)
Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no final do período	1 091 029	1 078 732

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Custo do serviço corrente	8 188	6 431
Custo/(proveito) de juros	464	(2 124)
Custos com benefícios pós emprego	8 652	4 307

De acordo com o referido na Nota 2.16, a partir de 1 de janeiro de 2013 e na sequência da alteração do IAS 19 – Benefícios dos empregados, os custos/proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) e similares.

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
No início do período	14 602	107 014
Custo do período	(8 652)	(8 544)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(11 309)	(191 768)
Contribuições efetuadas no período	-	86 410
Outros (a)	(20)	21 490
No final do período	(5 379)	14 602

(a) Em 2012 inclui o proveito de 21,8 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades	(1 207 708)	(1 206 283)	(1 077 864)	(2 205 366)	(2 125 202)
Saldo dos fundos	1 202 329	1 220 885	1 184 878	2 206 313	2 198 280
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(5 379)	14 602	107 014	947	73 078
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(16 393)	40 300	(110 266)	25 201	51 583
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	27 702	86 803	268 043	66 895	(90 994)

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo (com um peso de 45% na remuneração total anual) e uma outra ao desempenho de médio prazo (10% no conjunto da remuneração total anual). Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverão ser pagos durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%.

As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos de valorização das opções	
	1ª atribuição	2ª atribuição
Data inicial de referência	12-04-2011	12-10-2012
Data final de referência	31-03-2014	15-01-2016
Número de acções atribuídas	2 250 000	6 280 045
Preço de exercício (euros)	3,47	0,67
Taxa de Juro	2,31%	0,67%
Volatilidade	40,0%	65,00%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130	1 940

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado nos primeiros seis meses de 2013 um custo de 463 milhares de euros respeitante à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo (30 de junho de 2012: 752 milhares de euros dos quais 172 milhares de euros respeitam à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo).

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.16, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efetiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 28 226 milhares de euros e 28 691 milhares de euros respetivamente (ver Nota 43). Os custos reconhecidos no primeiro semestre de 2013 com os prémios por antiguidade foram de 1 208 milhares de euros (30 de junho de 2012: 2 188 milhares de euros).

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os utilizados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 17 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Rendas e alugueres	37 844	35 833
Publicidade e publicações	13 654	17 395
Comunicações e expedição	22 069	23 090
Conservação e reparação	11 212	10 903
Deslocações e representação	16 427	14 767
Transporte de valores	3 593	4 162
Seguros	4 295	4 352
Serviços de informática	31 846	31 971
Trabalho independente	3 920	4 007
Mão de obra eventual	2 331	2 467
Sistema eletrónico de pagamentos	5 406	6 271
Serviços judiciais, contencioso e notariado	9 822	8 698
Consultoria e auditoria	14 723	10 214
Água, energia e combustíveis	5 868	5 548
Material de consumo corrente	2 589	2 914
Outros custos	35 340	31 597
	220 939	214 189

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e custos com formação e fornecimentos externos diversos.

NOTA 18 - RESULTADOS POR AÇÃO
Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco ⁽¹⁾	(237 303)	92 578	26 078
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas (milhares)	4 017 928	3 096 971	2 176 013
Número médio ponderado de ações próprias em carteira (milhares)	(1 318)	(11 910)	(16 201)
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	4 016 610	3 085 061	2 159 812
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do BES (em euros)	(0,06)	0,03	0,01

⁽¹⁾ Corresponde ao resultado líquido do período ajustado do dividendo das ações preferenciais e da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos, na medida em que as ações subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

NOTA 19 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Caixa	<u>237 557</u>	<u>303 538</u>
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	12 215	26 136
Outros bancos centrais	<u>959 446</u>	<u>1 047 867</u>
	<u>971 661</u>	<u>1 074 003</u>
	<u>1 209 218</u>	<u>1 377 541</u>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de caráter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 12 215 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 26 136 milhares de euros), que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de junho de 2013 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 0,50% (31 de dezembro de 2012: 0,89%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de junho de 2013 foi incluído no período de observação de 12 de junho de 2013 a 9 de julho de 2013, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 264,3 milhões de euros.

NOTA 20 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	81 659	138 854
Cheques a cobrar	<u>75 145</u>	<u>107 354</u>
	<u>156 804</u>	<u>246 208</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	375 940	392 183
Cheques a cobrar	2 999	8 962
Outras disponibilidades	<u>29 265</u>	<u>33 724</u>
	<u>408 204</u>	<u>434 869</u>
	<u>565 008</u>	<u>681 077</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 21 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 207 959	1 347 806
De outros emissores	344 760	259 203
Ações	41 177	51 911
Outros títulos de rendimento variável	<u>1 275</u>	<u>2 014</u>
	<u>1 595 171</u>	<u>1 660 934</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 623 659	2 264 465
	<u>3 218 830</u>	<u>3 925 399</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 552 775	2 121 229
Vendas a descoberto	15 406	796
	<u>1 568 181</u>	<u>2 122 025</u>

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	106 474	138 710
De 3 meses a um ano	76 507	130 677
De um a cinco anos	1 208 395	757 798
Mais de cinco anos	161 343	576 127
Duração indeterminada	42 452	57 622
	1 595 171	1 660 934

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Em 30 de junho de 2013, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 51 – Gestão dos riscos de atividade.

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são analisados como segue:

	30.06.2013			31.12.2012		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	2 108 301			1 217 845		
- vendas	2 107 370	23 082	8 025	1 226 399	6 968	12 443
Currency Swaps						
- compras	3 700 495			3 357 723		
- vendas	3 695 266	3 689	2 370	3 344 104	1 753	2 002
Currency Futures ^{a)}	127 443			278 317		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	87 425			118 945		
- vendas	89 233	28 127	25 059	115 406	25 690	18 343
Currency Options	4 414 940	57 241	57 909	2 414 534	41 415	46 846
	16 330 473	112 139	93 363	12 073 273	75 826	79 634
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	900 000	486		200 000		16
Interest Rate Swaps	27 293 576	1 378 235	1 260 037	30 649 333	1 953 058	1 812 560
Swaption - Interest Rate Options	87 000	96	96	363 000	1 556	1 556
Interest Rate Caps & Floors	3 976 442	33 918	32 485	4 918 557	40 843	38 562
Interest Rate Futures ^{a)}	6 950 819			3 784 771		
Interest Rate Options	597 218	365	367	1 903 388	1 341	1 341
	39 805 055	1 413 100	1 292 985	41 819 049	1 996 798	1 854 035
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps	904 409	26 341	69 718	664 516	86 202	24 936
Equity / Index Options	946 037	29 086	68 302	2 712 479	60 726	131 146
Equity / Index Futures ^{a)}	53 223			96 583		
Future Options ^{a)}	509 899			82 234		
	2 413 568	55 427	138 020	3 555 812	146 928	156 082
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	2 213 126	42 993	28 407	2 774 760	44 913	31 478
Total	60 762 224	1 623 659	1 552 775	60 222 914	2 264 465	2 121 229

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem.

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o escalonamento dos derivados detidos de negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	15 057 041	(14 619)	13 956 784	71 133
De 3 meses a um ano	9 561 562	(25 856)	9 998 962	(46 401)
De um a cinco anos	19 586 268	27 070	18 719 605	21 460
Mais de cinco anos	16 557 353	84 289	17 547 563	97 044
	60 762 224	70 884	60 222 914	143 236

NOTA 22 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 323 905	515 994
De outros emissores	1 368 533	1 118 425
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 201 408	1 187 134
	3 893 846	2 821 553

A opção do Grupo em designar estes ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	518 090	486 789
De 3 meses a um ano	1 505 905	239 972
De um a cinco anos	243 659	224 257
Mais de cinco anos	386 156	733 700
Duração indeterminada	1 240 036	1 136 835
	3 893 846	2 821 553

NOTA 23 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	6 335 806	58 870	(53 489)	-	6 341 187
De outros emissores	3 260 850	63 594	(61 946)	(27 712)	3 234 786
Ações	1 526 314	96 665	(94 830)	(213 980)	1 314 169
Outros títulos de rendimento variável	1 293 615	11 459	(22 777)	(43 167)	1 239 130
Saldo a 30 de junho de 2013	12 416 585	230 588	(233 042)	(284 859)	12 129 272
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 405 389	-	-	-	4 405 389
De outros emissores	3 887 038	266 574	(79 726)	(17 171)	4 056 715
Ações	1 557 346	82 153	(45 387)	(185 190)	1 408 922
Outros títulos de rendimento variável	908 326	16 472	(4 908)	(35 606)	884 284
Saldo a 31 de dezembro de 2012	10 758 099	365 199	(130 021)	(237 967)	10 755 310

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

Em 30 de junho de 2013, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 51 – Gestão dos riscos de atividade.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos Ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	237 967	188 236	168 282
Dotações	64 133	81 774	21 459
Utilizações	(7 422)	(24 382)	(4 044)
Reversões	(10 149)	(3 062)	(863)
Diferenças de câmbio e outras	330	(4 599)	3 402
Saldo final	284 859	237 967	188 236

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o escalonamento temporal dos ativos financeiros detidos para venda, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	2 298 177	2 859 487
De 3 meses a um ano	2 276 466	1 263 814
De um a cinco anos	1 899 480	1 227 774
Mais de cinco anos	3 315 664	3 114 316
Duração indeterminada	2 339 485	2 289 919
	12 129 272	10 755 310

As principais exposições em ações, com referência a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012, são as seguintes:

(milhares de euros)					
30.06.2013					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	346 678	-	(77 618)	-	269 060
EDP- Energias de Portugal	173 826	41 010	-	-	214 836
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	81 004	1 440	-	-	82 444
	601 508	42 450	(77 618)	-	566 340

(milhares de euros)					
31.12.2012					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	346 637	-	(10 757)	-	335 880
EDP- Energias de Portugal	173 826	24 447	-	-	198 273
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	81 004	-	(15 813)	-	65 191
	601 467	24 447	(26 570)	-	599 344

Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 82,9 milhões de ações da EDP e 113,0 milhões de ações da Portugal Telecom, tendo obtido no conjunto uma menos-valia de 181,2 milhões de euros. Durante o primeiro semestre de 2013 não foram efetuadas vendas relevantes de ações da Portugal Telecom ou da EDP.

NOTA 24 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos no Banco de Portugal	1 200 000	3 350 000
Depósitos em outras instituições de crédito	266 706	39 372
Empréstimos	114 006	127 581
Aplicações de muito curto prazo	20 001	34 085
Outras aplicações	1 220	84 474
	<u>1 601 933</u>	<u>3 635 512</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	42 940	833 223
Aplicações de muito curto prazo	193 759	148 696
Empréstimos	442 133	703 798
Outras aplicações	173 042	105 653
	<u>851 874</u>	<u>1 791 370</u>
Perdas por imparidade	(301)	(364)
	<u>2 453 506</u>	<u>5 426 518</u>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de junho de 2013, venciam juros à taxa média anual de 1,46% (31 de dezembro de 2012: 1,73%). Os principais depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros à taxa média de 0,24%.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	1 946 441	5 063 107
De 3 meses a um ano	200 081	96 652
De um a cinco anos	25 871	79 623
Mais de cinco anos	281 414	187 427
Duração indeterminada	-	73
	<u>2 453 807</u>	<u>5 426 882</u>

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	364	297	219
Dotações	93	257	1 109
Reversões	(160)	(169)	(1 038)
Diferenças de câmbio e outras	4	(21)	7
Saldo final	301	364	297

NOTA 25 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2013	31.12.2012
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	13 411 426	12 605 085
Créditos em conta corrente	4 926 242	5 247 361
Locação financeira	2 382 396	2 560 544
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	407 005	454 624
<i>Factoring</i>	1 404 661	1 412 476
Descobertos	43 379	76 303
Outros créditos	115 976	310 168
A particulares		
Habitação	9 885 760	10 067 167
Consumo e outros	1 595 498	1 726 910
	34 172 343	34 460 638
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	9 065 937	8 593 536
Créditos em conta corrente	2 135 306	2 181 087
Locação financeira	72 418	69 732
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	163 566	145 877
<i>Factoring</i>	56 692	52 494
Descobertos	633 952	581 680
Outros créditos	272 290	458 646
A particulares		
Habitação	984 659	964 525
Consumo e outros	704 555	705 091
	14 089 375	13 752 668
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	246 426	219 416
De 3 meses a 1 ano	783 349	608 075
De 1 a 3 anos	1 140 553	791 568
Há mais de 3 anos	678 876	566 369
	2 849 204	2 185 428
	51 110 922	50 398 734
Perdas por imparidade	(3 134 195)	(2 692 342)
	47 976 727	47 706 392

Em 30 de junho de 2013, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 3 499,6 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 3 803,3 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 1 e 49). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 38 e 49).

Em 30 de junho de 2013, o crédito vivo inclui 5 567,5 milhões de euros de crédito à habitação afeto à emissão de obrigações hipotecárias (31 de dezembro de 2012: 5 605,1 milhões de euros) (ver Nota 38).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	7 602 095	7 932 875
De 3 meses a um ano	5 999 546	6 143 518
De um a cinco anos	10 688 777	10 058 945
Mais de cinco anos	23 971 300	24 077 968
Duração indeterminada	2 849 204	2 185 428
	51 110 922	50 398 734

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	2 692 342	2 434 698	2 167 444
Dotações	790 463	571 109	445 044
Utilizações	(63 546)	(162 291)	(46 203)
Reversões	(237 367)	(108 278)	(93 043)
Efeito do desconto	(48 501)	(40 392)	(37 898)
Diferenças de câmbio e outras	804	(2 504)	(646)
Saldo final	3 134 195	2 692 342	2 434 698

O efeito do desconto reflete o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)							
30.06.2013							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	12 950 413	2 611 949	24 683 833	150 754	37 634 246	2 762 703	34 871 543
Crédito a particulares - Habitação	2 322 003	164 045	8 652 389	8 665	10 974 392	172 710	10 801 682
Crédito a particulares - Outro	540 996	171 178	1 961 288	27 604	2 502 284	198 782	2 303 502
Total	15 813 412	2 947 172	35 297 510	187 023	51 110 922	3 134 195	47 976 727

(milhares de euros)							
31.12.2012							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	12 510 484	2 195 708	24 126 648	149 576	36 637 132	2 345 284	34 291 848
Crédito a particulares - Habitação	2 362 525	160 135	8 771 297	6 884	11 133 822	167 019	10 966 803
Crédito a particulares - Outro	585 945	168 948	2 041 835	11 091	2 627 780	180 039	2 447 741
Total	15 458 954	2 524 791	34 939 780	167 551	50 398 734	2 692 342	47 706 392

Os créditos com imparidade calculada em base individual correspondem aos créditos com evidência objetiva de perda e aos créditos classificados com “Créditos de Risco Superior”. A evidência objetiva de perda verifica-se quando ocorre um evento de “*default*”, isto é, no momento a partir do qual sucede uma alteração significativa na relação credor-mutuário, a qual sujeita o credor a uma perda monetária. Os “Créditos de Risco Superior” correspondem a créditos sem evidências objetivas de perda, mas com indícios de risco (e.g. clientes com crédito vencido; clientes em contencioso na Central de Responsabilidades de Crédito; clientes com *rating/scoring* de risco superior; clientes pertencentes ao Departamento de Acompanhamento de Empresas).

O juro reconhecido na conta de exploração, no primeiro semestre de 2013, relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 346,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 825,4 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido.

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, as operações de crédito têm garantias associadas, nomeadamente hipotecas ou penhores. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliado periodicamente.

Seguidamente apresenta-se o valor do crédito e respetivos colaterais:

	30.06.2013		31.12.2012	
	Valor do crédito	Justo valor do colateral	Valor do crédito	Justo valor do colateral
(milhares de euros)				
Crédito à Habitação				
Hipotecas	10 786 857	10 764 599	10 951 831	10 930 789
Penhores	5 087	4 014	4 739	4 570
Não colateralizado	182 448	-	177 252	-
	<u>10 974 392</u>	<u>10 768 613</u>	<u>11 133 822</u>	<u>10 935 359</u>
Outro crédito a particulares				
Hipotecas	304 898	286 243	310 561	291 897
Penhores	399 001	296 160	585 020	388 748
Não colateralizado	1 798 385	-	1 732 199	-
	<u>2 502 284</u>	<u>582 403</u>	<u>2 627 780</u>	<u>680 645</u>
Crédito a empresas				
Hipotecas	9 425 461	8 390 019	10 034 387	9 122 921
Penhores	4 569 963	2 847 834	6 884 077	3 562 838
Não colateralizado	23 638 822	-	19 718 668	-
	<u>37 634 246</u>	<u>11 237 853</u>	<u>36 637 132</u>	<u>12 685 759</u>
Total	51 110 922	22 588 869	50 398 734	24 301 763

NOTA 26 - INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	30.06.2013		31.12.2012	
(milhares de euros)				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos		403 583		295 271
De outros emissores		647 253		685 389
		<u>1 050 836</u>		<u>980 660</u>
Perdas por imparidade		(25 565)		(39 111)
		<u>1 025 271</u>		<u>941 549</u>

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 30 de junho e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	102 245	14 715
De 3 meses a um ano	36 520	175 566
De um a cinco anos	387 147	230 854
Mais de cinco anos	524 924	559 525
	1 050 836	980 660

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	39 111	30 048	32 316
Dotações / (reversões)	(1 232)	9 062	(1 802)
Utilizações	(12 315)	-	(467)
Diferenças de câmbio e outras	1	1	1
Saldo final	25 565	39 111	30 048

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46.

NOTA 27 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	30.06.2013			31.12.2012		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
Derivados para gestão do risco						
Derivados para gestão do risco - ativo	138 535	253 184	391 719	153 897	362 623	516 520
Derivados para gestão do risco - passivo	(83 934)	(85 668)	(169 602)	(43 581)	(81 618)	(125 199)
	54 601	167 516	222 117	110 316	281 005	391 321
Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros						
Crédito a clientes	49 438	-	49 438	22 391	-	22 391
	49 438	-	49 438	22 391	-	22 391
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	(57 054)	-	(57 054)	(67 996)	-	(67 996)
Recursos de clientes	(646)	(54 732)	(55 378)	(787)	(90 099)	(90 886)
Responsabilidades representadas por títulos	(24 340)	40 003	15 663	(38 472)	47 631	9 159
	(82 040)	(14 729)	(96 769)	(107 255)	(42 468)	(149 723)
	(32 602)	(14 729)	(47 331)	(84 864)	(42 468)	(127 332)

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritos e aos respetivos derivados encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 30 de junho de 2013, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 2,6 milhões de euros (30 de junho de 2012: proveito de 0,2 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo traduz-se numa redução acumulada em 30 de junho de 2013 do passivo em 131,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 167,1 milhões de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	1 344 522	6 514	1 674 024	13 571
De 3 meses a um ano	6 582 335	11 929	2 361 702	25 889
De um a cinco anos	7 308 343	114 911	7 205 288	205 686
Mais de cinco anos	1 358 377	88 763	984 230	146 175
	16 593 577	222 117	12 225 244	391 321

NOTA 28 - ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	657 925	155 579	731 767	175 945
Imóveis	3 071 747	-	2 843 378	-
Equipamento	3 708	-	2 524	-
Outros ativos	3 501	-	3 501	-
	3 078 956	-	2 849 403	-
Perdas por imparidade	(371 700)	-	(303 630)	-
	2 707 256	-	2 545 773	-
	3 365 181	155 579	3 277 540	175 945

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, (i) os ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo, e (ii) imóveis, entre outros, recebidos em dação por recuperação de créditos.

Em 30 de junho de 2013 o valor relativo a instalações descontinuadas incluídas na rubrica Imóveis ascende a 20 629 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 21 598 milhares de euros), tendo o Grupo registado imparidade para estes ativos no valor total de 10 585 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 11 193 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	303 630	175 865	181 449
Alterações no perímetro de consolidação	-	116 654	-
Dotações / (Reversões)	147 028	19 969	20 209
Utilizações	(81 066)	(4 319)	(25 345)
Diferenças de câmbio e outras	2 108	(4 539)	(448)
Saldo final	371 700	303 630	175 865

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda (excluindo os ativos de subsidiárias adquiridas para revenda) durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo inicial	2 849 403	1 536 884
Alterações no perímetro de consolidação	18 024	530 343
Entradas	393 047	996 260
Vendas	(221 279)	(218 735)
Outros movimentos	39 761	4 651
Saldo final	3 078 956	2 849 403

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. No entanto, face às atuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, o Grupo continua a desenvolver esforços com vista à concretização do programa de alienações estabelecido.

Na sequência das alienações de imóveis ocorridas nos primeiros seis meses de 2013, o Grupo registou uma perda de 4 412 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 5 914 milhares de euros).

NOTA 29 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica propriedades de investimento durante o primeiro semestre de 2013 apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do período	441 988	-
Alterações no perímetro de consolidação ^{a)}	-	446 135
Benfeitorias	216	748
Outros movimentos	(48 972)	(4 895)
	393 232	441 988

^{a)} Respeita à entrada da BES Vida, Fungere e Fungepi no perímetro de consolidação do Grupo

O valor de balanço das propriedades de investimento corresponde ao justo valor das propriedades tal como determinado por um avaliador registado e independente cuja qualificação profissional e experiência na respetiva categoria e localização da propriedade tenha sido devidamente reconhecida. O justo valor é determinado tendo em consideração transações de mercado recentes para propriedades similares e em localizações semelhantes às das propriedades de investimento do Grupo sempre que possível.

As propriedades de investimento constituem um grupo de ativos detidos pela subsidiária BES Vida e por fundos imobiliários consolidados pelo Grupo e incluem propriedades comerciais que se encontram alugadas a terceiros. A maioria dos contratos de aluguer não têm um termo específico, sendo possível o locatário cancelar o mesmo a qualquer momento. Contudo, para uma pequena parcela destas propriedades comerciais alugadas a terceiros, existe uma cláusula inicial de não-cancelamento de cerca de 10 anos. Os alugueres subsequentes são negociados com o locatário.

NOTA 30 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Imóveis		
De serviço próprio	473 824	472 650
Beneficiações em edifícios arrendados	230 555	228 098
Outros	1 088	1 139
	705 467	701 887
Equipamento		
Equipamento informático	293 027	308 497
Instalações interiores	140 563	142 759
Mobiliário e material	133 456	131 075
Equipamento de segurança	44 240	42 469
Máquinas e ferramentas	35 557	34 961
Material de transporte	14 704	12 627
Outros	1 543	6 135
	663 090	678 523
Outras imobilizações	624	624
	1 369 181	1 381 034
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	314	344
Imóveis	429 017	396 237
Equipamento	2 445	2 092
Outros	75	54
	431 851	398 727
	1 801 032	1 779 761
Depreciação acumulada	(846 750)	(848 139)
	954 282	931 622

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras Imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de dezembro de 2011	686 681	651 863	643	326 485	1 665 672
Adições	2 745	16 064	-	10 933	29 742
Abates / vendas	(18 304)	(9 464)	(17)	-	(27 785)
Transferências (a)	21 638	1 595	-	(28 712)	(5 479)
Variação cambial e outros movimentos (b)	10 414	9 338	2	7 606	27 360
Saldo a 30 de junho de 2012	703 174	669 396	628	316 312	1 689 510
Adições	2 665	11 551	-	104 842	119 058
Abates / vendas	(1 987)	(3 101)	1	(850)	(5 937)
Transferências (a)	1 221	3 414	-	(5 880)	(1 245)
Variação cambial e outros movimentos	(3 186)	(2 737)	(5)	(15 697)	(21 625)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	701 887	678 523	624	398 727	1 779 761
Adições	780	9 357	-	72 790	82 927
Abates / vendas	(3 521)	(22 098)	-	-	(25 619)
Transferências (a)	3 922	676	-	(6 110)	(1 512)
Variação cambial e outros movimentos	2 399	(3 368)	-	(33 556)	(34 525)
Saldo a 30 de junho de 2013	705 467	663 090	624	431 851	1 801 032
Depreciações					
Saldo a 31 de dezembro de 2011	288 649	525 076	269	-	813 994
Depreciações do período	10 943	20 034	6	-	30 983
Abates / vendas	(17 673)	(8 984)	-	-	(26 657)
Transferências (a)	(846)	(362)	-	-	(1 208)
Variação cambial e outros movimentos (b)	262	7 585	(44)	-	7 803
Saldo a 30 de junho de 2012	281 335	543 349	231	-	824 915
Depreciações do período	11 063	19 872	4	-	30 939
Abates / vendas	(994)	1 219	-	-	225
Transferências (a)	(264)	(51)	-	-	(315)
Variação cambial e outros movimentos	(787)	(6 900)	62	-	(7 625)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	290 353	557 489	297	-	848 139
Depreciações do período	10 534	18 884	-	-	29 418
Abates / vendas	(3 521)	(20 915)	-	-	(24 436)
Transferências (a)	(368)	(104)	-	-	(472)
Variação cambial e outros movimentos	(152)	(5 657)	(90)	-	(5 899)
Saldo a 30 de junho de 2013	296 846	549 697	207	-	846 750
Saldo líquido a 30 de junho de 2013	408 621	113 393	417	431 851	954 282
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012	411 534	121 034	327	398 727	931 622
Saldo líquido a 30 de junho de 2012	421 839	126 047	397	316 312	864 595

(a) Respeitam a Imobilizado (Imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Ativos não correntes detidos para venda

(b) Inclui 8 743 milhares de euros de Imóveis, 7 919 milhares de euros de equipamento e 6 647 milhares de euros de amortizações acumuladas relativos à entrada no perímetro de consolidação da Bes Vida

NOTA 31 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Goodwill	311 105	313 665
Value In Force ^(a)	-	109 937
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	65 260	58 186
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	654 219	645 010
Outras	952	951
	655 171	645 961
Imobilizações em curso	31 586	33 701
	1063 122	1161 450
Amortização acumulada	(618 561)	(596 345)
Perdas por imparidade	(9 672)	(9 779)
	434 889	555 326

^(a) relativo à BES Vida; no âmbito da operação de resseguro da carteira de seguros vida, o valor remanescente passou a ser contabilizado em Outros passivos (ver nota 43)

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Subsidiárias		
BES Vida	234 574	234 574
ES Investment Holding ^(a)	46 237	48 567
ES Gestion	2 459	2 459
Aman Bank	16 046	16 046
Concordia	1 649	1 756
Outros	2 247	2 370
Outras unidades geradoras de caixa		
Leasing e Factoring	7 893	7 893
	311 105	313 665
Perdas por imparidade	(9 672)	(9 779)
	301 433	303 886

^(a) Holding detentora do Execution Noble

Em 2012, o Grupo adquiriu o controlo da BES Vida, tendo determinado na data de aquisição o justo valor dos ativos e passivos adquiridos. O justo valor de ativos e passivos incluía o montante de 107 768 milhares de euros (76 515 milhares de euros, líquido de imposto), relativo ao *value in force* da carteira de seguros do ramo vida, o qual foi reconhecido como um ativo intangível (ver Nota 54). Este ativo será amortizado durante a vida remanescente dos contratos adquiridos.

No entanto, considerando o tratado de resseguro celebrado em 2013 e descrito na nota 13, que ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor no Grupo com referência a 30 de junho de 2013, transferindo para o ressegurador todos os riscos e benefícios associados a estes contratos, o respetivo *value in force* no valor líquido de 137 476 milhares de euros foi desreconhecido. O *value in force* dos restantes contratos adquiridos, no montante líquido de 30 375 milhares de euros, tem natureza de passivo e, como tal, foi transferido para a rubrica de outros passivos (ver Nota 43).

Nos ativos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas portadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.14).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	<i>Goodwill e Value In Force</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de dezembro de 2011	97 739	658 113	917	26 413	783 182
Adições:					
Geradas Internamente	-	-	-	3 633	3 633
Adquiridas a terceiros (a)	278 032	5 287	-	8 021	291 340
Abates / vendas	-	(1 411)	-	(1 104)	(1 515)
Transferências	-	6 333	-	(6 333)	-
Variação cambial e outros movimentos (b) (c)	(18 069)	10 117	37	30	(7 885)
Saldo a 30 de junho de 2012	357 702	678 439	954	31 660	1068 755
Adições:					
Geradas Internamente	-	54	-	4 624	4 678
Adquiridas a terceiros (a)	66 479	6 246	-	16 131	88 856
Abates / vendas	-	(3)	-	1	(2)
Transferências	-	19 922	-	(19 922)	-
Variação cambial e outros movimentos	(579)	(1 462)	(3)	1 207	(837)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	423 602	703 196	951	33 701	1161 450
Adições:					
Geradas Internamente	-	-	-	3 659	3 659
Adquiridas a terceiros	-	4 445	2	6 506	10 953
Abates / vendas (e)	(137 476)	(443)	-	-	(137 919)
Transferências (e)	30 375	11 476	-	(11 476)	30 375
Variação cambial e outros movimentos	(5 396)	805	(1)	(804)	(5 396)
Saldo a 30 de junho de 2013	311 105	719 479	952	31 586	1063 122
Amortizações					
Saldo a 31 de dezembro de 2011	-	542 344	878	-	543 222
Amortizações do período	-	22 746	27	-	22 773
Abates / vendas	-	(1 310)	-	-	(1 310)
Variação cambial e outros movimentos (d)	-	9 161	-	-	9 161
Saldo a 30 de junho de 2012	-	572 941	905	-	573 846
Amortizações do período	-	23 370	9	-	23 379
Abates / vendas	-	(8)	-	-	(8)
Variação cambial e outros movimentos	-	(873)	1	-	(872)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	-	595 430	915	-	596 345
Amortizações do período	-	23 080	1	-	23 081
Abates / vendas	-	(443)	-	-	(443)
Variação cambial e outros movimentos	-	(422)	-	-	(422)
Saldo a 30 de junho de 2013	-	617 645	916	-	618 561
Imparidade					
Saldo a 31 de dezembro de 2011	9 628	-	-	-	9 628
Variação cambial e outros movimentos	79	-	-	-	79
Saldo a 30 de junho de 2012	9 707	-	-	-	9 707
Variação cambial e outros movimentos	72	-	-	-	72
Saldo a 31 de dezembro de 2012	9 779	-	-	-	9 779
Variação cambial e outros movimentos	(107)	-	-	-	(107)
Saldo a 30 de junho de 2013	9 672	-	-	-	9 672
Saldo líquido a 30 de junho de 2013	301 433	101 834	36	31 586	434 889
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012	413 823	107 766	36	33 701	555 326
Saldo líquido a 30 de junho de 2012	347 995	105 498	49	31 660	485 202

(a) O valor do *goodwill* e *VIF* respeita à aquisição de controlo da BES Vida.(b) Inclui 19 682 milhares de euros referente ao desreconhecimento do *goodwill* da Gespastor

(c) Inclui 8 917 milhares de euros referente à aquisição de controlo da BES Vida (ver Nota 54)

(d) Inclui 8 791 milhares de euros referente à aquisição de controlo da BES Vida (ver Nota 54)

(e) Venda parcial do VIF referente à aquisição de controlo da BES Vida, no âmbito da operação de resseguro da carteira de seguros vida; o valor remanescente foi transferido para Outros passivos (ver Nota 43)

NOTA 32 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	(milhares de euros)									
	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
BES VIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES VÉNÉTIE	1 401 049	1 616 961	1 228 117	1 444 715	172 932	172 246	34 433	41 379	605	3 930
LOCARENT	261 821	285 740	251 445	277 404	10 376	8 336	42 499	37 531	617	1 422
BES SEGUROS	110 550	120 243	83 738	89 039	26 812	31 204	33 332	33 199	3 003	3 250
ESEGU	38 479	39 121	27 677	28 526	10 802	10 595	26 154	23 671	340	550
FUNDO ES IBERIA	14 906	13 894	28	169	14 878	13 725	295	21	(31)	(125)
SCI GEORGES MANDEL	11 006	11 271	35	9	10 971	11 262	486	483	300	301
BRB INTERNACIONAL	12 663	12 883	11 759	12 407	904	476	481	3 537	(171)	84
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	650 179	650 179	521 167	521 167	129 012	129 012	-	-	-	(57)
ASCENDI GROUP	4 056 000	4 056 000	3 656 000	3 656 000	400 000	400 000	-	63 000	-	7 400
EMPARK	776 050	782 872	661 227	651 074	114 823	131 798	73 219	44 849	(1 752)	(2 118)
ALVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	216 000	216 000	222 000	222 000	(6 000)	(6 000)	-	3 706	-	19
UNICRE	397 644	305 005	271 874	179 941	125 770	125 064	94 839	216 355	5 681	3 631
MOZA BANCO	270 501	186 719	237 339	154 683	33 162	32 036	15 964	5 624	(1 354)	(2 388)
RODI SINKS & IDEAS	44 035	43 446	20 930	20 537	23 105	22 909	6 138	6 939	462	825

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

	(milhares de euros) (ares de euros)											
	Custo da participação			Interesse económico			Valor de balanço			Resultados de associadas atribuíveis ao Grupo		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012	30.06.2012		
BES VIDA a)	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	2 761	2 761	
ES VÉNÉTIE	42 293	42 293	42 293	42,69%	42,69%	42,69%	73 965	73 672	72 338	258	4 403	1 678
LOCARENT	2 967	2 967	2 967	50,00%	50,00%	50,00%	5 498	4 478	3 892	309	1 298	711
BES SEGUROS	3 749	3 749	3 749	25,00%	25,00%	25,00%	6 700	7 798	5 925	750	1 743	813
ESEGU	9 634	9 634	9 634	44,00%	44,00%	44,00%	11 597	11 506	11 486	150	262	242
FUNDO ES IBERIA	7 087	7 087	8 708	38,67%	38,67%	38,67%	6 097	5 649	5 780	518	261	333
SCI GEORGES MANDEL	2 401	2 401	2 401	22,50%	22,50%	22,50%	2 468	2 534	2 469	68	133	68
BRB INTERNACIONAL	10 659	10 659	10 659	24,93%	25,00%	25,00%	226	119	291	107	(216)	(44)
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA b)	36 678	36 678	36 678	14,33%	14,33%	14,33%	30 802	30 802	27 088	-	3 647	(101)
ASCENDI GROUP	179 772	179 772	179 772	28,66%	28,66%	28,66%	186 955	186 955	183 476	-	6 566	3 881
EMPARK b)	52 429	52 429	52 429	15,92%	15,92%	15,92%	48 371	50 090	52 078	(926)	(2 193)	(99)
ALVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	41 056	41 056	41 056	35,83%	35,83%	35,83%	34 792	34 792	37 358	994	(2 531)	34
UNICRE b)	11 497	11 497	11 497	17,50%	17,50%	17,50%	22 010	21 886	20 198	-	1 970	635
MOZA BANCO	37 647	12 791	11 833	49,00%	25,10%	25,10%	37 314	12 234	12 652	(447)	(826)	(599)
RODI SINKS & IDEAS	1 240	1 240	1 240	24,81%	24,81%	24,81%	8 198	8 129	7 725	70	194	198
Outras	148 430	140 507	139 996	-	-	-	133 307	130 338	134 507	(762)	(9 160)	(3 289)
Total	587 539	554 760	554 912				608 300	580 982	577 263	1 089	8 312	7 282

a) Em Maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a consolidar integralmente no Grupo BES (ver Nota 54)

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo inicial	580 982	806 999
Alienações e outros reembolsos	(3 129)	(58 905)
Aquisições e investimentos adicionais (ver Nota 1)	32 969	32 418
Resultado de associadas	1 089	8 312
Reserva de justo valor de associadas	-	43 084
Dividendos recebidos	(2 642)	(3 423)
Alterações no perímetro de consolidação	-	(243 790)
Diferenças de câmbio e outras	(969)	(3 713)
Saldo final	608 300	580 982

A 31 de dezembro de 2012, a linha “Alterações no perímetro de consolidação” evidencia a alteração do método de consolidação da BES Vida para integral decorrente da aquisição de controlo desta entidade por parte do Grupo (ver Nota 54).

NOTA 33 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	30.06.2013			31.12.2012		
	Seguro directo e resseguro acerte	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro acerte	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	2 660	-	2 660	2 618	-	2 618
Provisão matemática	1 460 015	(10 174)	1 449 841	1 545 079	(129)	1 544 950
Provisão para sinistros	21 916	(803)	21 113	27 447	(1 621)	25 826
Provisão para participação nos resultados	10 001	(1 105)	8 896	2 264	(2 054)	210
	1 494 592	(12 082)	1 482 510	1 577 408	(3 804)	1 573 604

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimentos (ver Nota 39).

O detalhe da provisão matemática apresenta-se como segue:

	30.06.2013			31.12.2012		
	Seguro directo e resseguro acerte	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro acerte	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	29 855	(10 174)	19 681	31 979	(129)	31 850
Capitalização com participação nos resultados	1 430 160	-	1 430 160	1 513 100	-	1 513 100
	1 460 015	(10 174)	1 449 841	1 545 079	(129)	1 544 950

O detalhe da provisão para sinistros apresenta-se como segue:

	30.06.2013			31.12.2012		
	Seguro directo e resseguro acerte	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro acerte	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	13 291	(803)	12 488	14 316	(1 621)	12 695
Capitalização com participação nos resultados	8 625	-	8 625	13 131	-	13 131
	21 916	(803)	21 113	27 447	(1 621)	25 826

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 437 milhares de euros relativos a sinistros ocorridos até 30 de junho de 2013 (31 de dezembro de 2012: 429 milhares de euros) e ainda não reportados (IBNR).

O movimento ocorrido na provisão para sinistros durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012 foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	30.06.2013			31.12.2012		
	Seguro directo e resseguro	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro	Resseguro cedido	Total
Saldo no início do período	27 447	(1 621)	25 826	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	30 194	(1 257)	28 937
Sinistros ocorridos						
Do próprio ano	141 352	(6 581)	134 771	362 235	(1 101)	361 134
De anos anteriores	(12 007)	(403)	(12 410)	1 830	(117)	1 713
Montantes pagos						
Do próprio ano	(120 892)	7 646	(113 246)	(361 834)	640	(361 194)
De anos anteriores	(13 984)	156	(13 828)	(4 978)	214	(4 764)
Saldo no fim do período	21 916	(803)	21 113	27 447	(1 621)	25 826

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido atribuídos ou incorporados na provisão matemática.

O movimento ocorrido na provisão para participação nos resultados durante os primeiros seis meses de 2013 e o exercício de 2012 foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	30.06.2013			31.12.2012		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Saldo no início do período	2 264	(2 054)	210	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	1 326	(804)	522
Montantes pagos	(537)	2 227	1 690	(170)	187	17
Montantes estimados atribuíveis	8 274	(1 278)	6 996	1 108	(1 437)	(329)
Saldo no fim do período	10 001	(1 105)	8 896	2 264	(2 054)	210

Em 30 de junho de 2013, a provisão para compromissos de taxa, referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades, é nula. Este teste foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço, de acordo com a política contabilística referida na nota 3.

NOTA 34 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Devedores e outras aplicações		
Contas caução	1 398 718	1 664 467
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	36 732	38 658
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	7 000	7 000
Setor público administrativo	143 367	144 697
Devedores por operações de seguros	352 078	567
Outros devedores diversos	598 415	628 668
	<u>2 536 310</u>	<u>2 484 057</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(163 322)	(234 987)
	<u>2 372 988</u>	<u>2 249 070</u>
Outros ativos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	10 037	10 834
Outros ativos	202 355	185 994
	<u>212 392</u>	<u>196 828</u>
Proveitos a receber	60 823	48 415
Despesas com custo diferido	136 251	114 766
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	6 563	16 179
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	188 186	154 257
Outras operações a regularizar	68 872	200 037
	<u>263 621</u>	<u>370 473</u>
Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver nota 16)	-	14 602
	<u>3 046 075</u>	<u>2 994 154</u>

A rubrica de devedores por operações de seguros, inclui o valor a receber de 343 417 milhares de euros relativo ao *upfront fee* decorrente da celebração de um tratado de resseguro que ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual 100%, englobando todas as apólices em vigor na BES Vida, com referência a 30 de junho de 2013 (ver Nota 13). Este valor foi recebido em julho de 2013.

Os outros devedores diversos incluem, entre outros:

- 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (31 de dezembro de 2012: 100 milhões de euros);
- 67,8 milhões de euros de suprimentos e prestações suplementares a entidades no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo que se encontram provisionados em 47,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 67,2 milhões de euros; provisões de 30,7 milhões de euros); e
- 87,2 milhões de euros de suprimentos e prestações acessórias na sequência das operações de cedência de créditos, os quais se encontram provisionados em 83,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 94,3 milhões de euros, provisões de 87,7 milhões de euros).

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 30 de junho de 2012, o montante de 75 248 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 64 901 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o setor bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na trade date, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	234 987	83 986	47 861
Dotações	25 991	155 731	38 411
Utilizações	(98 568)	(239)	(116)
Reversões	(1 781)	(9 650)	(3 777)
Outros	2 693	5 159	1 607
Saldo final	163 322	234 987	83 986

NOTA 35 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	145 599	129 382
Outros recursos	9 350 000	10 150 000
	<u>9 495 599</u>	<u>10 279 382</u>
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	546 125	613 938
	<u>546 125</u>	<u>613 938</u>
	<u>10 041 724</u>	<u>10 893 320</u>

Em 30 de junho de 2013, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 9 358 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Grupo (31 de dezembro de 2012: 10 156 milhões de euros), ver Nota 46.

Em 30 de junho de 2013, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 362 milhões de euros de recursos do Banco Nacional de Angola (31 de dezembro de 2012: 431 milhões de euros).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro e 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	930 052	150 206
De um a cinco anos	9 111 672	10 743 114
	10 041 724	10 893 320

NOTA 36 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
No país		
Depósitos	348 024	383 720
Recursos a muito curto prazo	63 369	40 172
Operações com acordo de recompra	14	66 579
Outros recursos	2 295	4 487
	413 702	494 958
No estrangeiro		
Depósitos	530 988	504 679
Empréstimos	2 725 984	2 315 433
Recursos a muito curto prazo	144 518	194 475
Operações com acordo de recompra	1 152 274	1 311 162
Outros recursos	229 676	267 951
	4 783 440	4 593 700
	5 197 142	5 088 658

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito, por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro e 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	2 596 851	2 363 813
De 3 meses a um ano	1 109 461	1 327 967
De um a cinco anos	855 627	669 591
Mais de cinco anos	635 203	727 287
	5 197 142	5 088 658

NOTA 37 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	10 506 273	10 458 336
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	24 772 036	21 719 358
Outros	64 813	56 391
	<u>24 836 849</u>	<u>21 775 749</u>
Depósitos de poupança		
Reformados	152 350	28 022
Outros	1 826 676	1 645 970
	<u>1 979 026</u>	<u>1 673 992</u>
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	229 109	242 150
Outros	360 398	390 096
	<u>589 507</u>	<u>632 246</u>
	<u>37 911 655</u>	<u>34 540 323</u>

O escalonamento dos Recursos de clientes, por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro e 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Exigível à vista	10 506 273	10 458 336
Exigível a prazo		
Até 3 meses	12 220 628	11 024 506
De 3 meses a um ano	8 561 631	6 517 198
De um a cinco anos	6 428 232	6 169 147
Mais de cinco anos	194 891	371 136
	<u>27 405 382</u>	<u>24 081 987</u>
	<u>37 911 655</u>	<u>34 540 323</u>

NOTA 38 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	8 605 088	10 033 382
Certificados de depósitos	378 720	612 033
Obrigações	1 439 362	2 366 119
Obrigações hipotecárias	894 750	864 100
Outras responsabilidades	1 414 352	1 548 427
	12 732 272	15 424 061

Em 30 de junho de 2013, o Grupo tinha emitidas obrigações garantidas Estado Português, no valor nominal de 4 750 milhões de euros, as quais encontravam-se totalmente adquiridas pelo Grupo à data do Balanço (31 de dezembro de 2012: 4 750 milhões de euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizam 4 040 milhões de euros. As características das emissões vivas a 30 de junho de 2013 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating	
							Moody's	DBRS
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	853 715	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	1 000 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 000 000	33	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	41 002	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 000 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
	4 040 000	894 750						

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução n.º13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 30 de junho de 2013 a 5 567,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 5 605,1 milhões de euros) (ver Nota 25).

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2013 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2012	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 30.06.2013
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	10 033 382	973 807	(2 191 757)	(134 514)	(75 830)	8 605 088
Certificados de depósitos	612 033	-	(231 780) ^{b)}	-	(1 533)	378 720
Obrigações	2 366 119	-	(874 808)	(69 000)	17 051	1 439 362
Obrigações hipotecárias	864 100	-	-	49 929	(19 279)	894 750
Outras responsabilidades	1 548 427	2 159 653	(2 325 650)	1 221	30 701	1 414 352
	15 424 061	3 133 460	(5 623 995)	(152 364)	(48 890)	12 732 272

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial

^{b)} No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas até 30 de junho de 2013, o Grupo reconheceu uma perda de 14,8 milhões de euros (30 de junho de 2012: ganho de 60,0 milhões de euros) (ver Notas 14 e 42).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	1 430 452	2 466 103
De 3 meses a um ano	2 651 481	1 345 865
De um a cinco anos	5 118 776	7 367 491
Mais de cinco anos	3 531 563	4 244 602
	12 732 272	15 424 061

O valor de balanço das emissões ocorridas no primeiro semestre de 2013, excluindo os certificados de depósito, é como segue:

(milhares de euros)

30.06.2013						
Entidade	Descrição	Moeda	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BES	BES 4.75% 2018	EUR	486 682	2018	Taxa fixa: 4.75%	
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 02/01/43	EUR	71 897	2043	Taxa fixa - 3.5%	
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 23/01/43	EUR	71 358	2043	Taxa fixa - 3.5%	
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 19/02/2043	EUR	84 758	2043	Taxa fixa - 3.5%	
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 18/03/2043	EUR	55 799	2043	Taxa fixa - 3.5%	
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 FTD CRD LKD	a)	4 547	2015	b)	
ES Investment Plc	ESIP AUTOCALL JAN20 EQL	a)	302	2020	c)	
ES Investment Plc	ESIP SX5E BOOSTER JAN2016	a)	2 296	2016	SX5E Linked	
ES Investment Plc	ESIP SX5E BULLISH JAN2016	a)	2 505	2016	SX5E Linked	
ES Investment Plc	ESIP AUTOCALL EDP EQL JAN2015	a)	1 779	2015	EDP Linked	
ES Investment Plc	ESIP 2Y AUTOCALL EDP EQL FEB2015	a)	1 933	2015	EDP Linked	
ES Investment Plc	ESIP 2Y AUTOCALL EQL3 EDP FEB2015	a)	1 808	2015	EDP Linked	
ES Investment Plc	ESIP 4Y AUTOCALL FEB2017 EQL	a)	9 042	2017	d)	
ES Investment Plc	ESIP 2Y AUTOCALL BES EQL FEB2015	a)	644	2015	BES Linked	
ES Investment Plc	ESIP 2Y AUTOCALL EQL REP FEB2015	a)	1 320	2015	REPSOL Linked	
ES Investment Plc	ESIP BULLISH IBERIA MAR2016	a)	4 230	2016	e)	
ES Investment Plc	ESIP TURKISH LIRA EQL MAR2018	a)	4 035	2018	EUR/TRY Linked	
ES Investment Plc	ESIP 3Y WIN MAR2016	a)	1 683	2016	f)	
ES Investment Plc	ESIP REPSOL 2Y EQTY LINKED MAR15	a)	905	2015	REPSOL Linked	
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS 2Y EQL MAR2015	a)	458	2015	BARCLAYS Linked	
ES Investment Plc	ESIP CLN GALP MAR2018	a)	5 845	2018	EUR GALP CLN Linked	
ES Investment Plc	ESIP 3Y AUTOCALL IBERIA EQL MAR16	a)	926	2016	e)	
ES Investment Plc	ESIP BASKET+NOTES APR2016	a)	1 396	2016	f)	
ES Investment Plc	ESIP BULLISH Paises PERIF APR16	a)	894	2016	Cabaz de Índices PSI20, MIB e IBEX30	
ES Investment Plc	ESIP AC INDICES GLOBAIS APR16	a)	897	2016	Cabaz de índices Eurostoxx, SP500 e Nikkei	
ES Investment Plc	ESIP USD CLN GALP MAR2018	a)	7 768	2018	USD GALP CLN Linked	
ES Investment Plc	ESIP 3Y AC SAN TELE REP APR2016	a)	875	2016	g)	
ES Investment Plc	ESIP AMAZON EQL APR2014	a)	722	2014	Amazon Linked	
ES Investment Plc	ESIP APPLE EQL APR2015	a)	831	2015	Apple Linked	
ES Investment Plc	ESIP BULLISH EUROSTOXX APR2016	a)	1 169	2016	Eurostoxx Linked	
ES Investment Plc	ESIP BULLISH EWZ APR2016	a)	854	2016	EWZ Linked	
ES Investment Plc	ESIP BULLISH HSCEI APR2016	a)	874	2016	HSCEI Linked	
ES Investment Plc	ESIP 3Y AC ENER. EOLICA MAY16	a)	2 410	2016	EDP & Iberdrola Linked	
ES Investment Plc	ESIP 3Y WIN MAY16	a)	1 551	2016	Cabaz de índices Eurostoxx, SP500 e Nikkei	
ES Investment Plc	ESIP AC REPSOL 9.6% MAY2014	a)	996	2014	Repsol Linked	
ES Investment Plc	ESIP AC REPSOL JUN2014	a)	1 828	2014	Repsol Linked	
ES Investment Plc	ESIP CLN PT INT FIN 3.5Y DEC16	a)	11 072	2016	Credit Linked Note Portugal Telecom	
ES Investment Plc	ESIP FEB16 BULLISH ES AFRICA LKD	a)	1 295	2018	Espirito Santo Africa Linked	
ES Investment Plc	ESIP WRC BBVA SAN MAY2014	a)	941	2014	BBVA & Santander Linked	
ES Investment Plc	ESIP CLN TELECOM ITALIA JUN16	a)	5 938	2016	Credit Linked Note Telecom Italia	
ES Investment Plc	ESIP 3Y AC BBVA JUN16	a)	585	2016	BBVA Linked	
ES Investment Plc	ESIP 3Y AC GALP&REPSOL JUN16	a)	637	2016	GALP e REPSOL Linked	
ES Investment Plc	ESIP USD CLN ESFPORUGA 3Y MAY16	a)	5 477	2016	ESFP CLN	
ES Investment Plc	ESIP CLN ESFPORUGAL 3Y MAY16	a)	6 398	2016	ESFP CLN	
ES Investment Plc	ESIP 3Y BULLISH REINO UNID JUN16	a)	398	2016	UKX Linked	
ES Investment Plc	ESIP CLN ESFPORUGAL 3Y N MAY16	a)	7 317	2016	ESFP CLN	
ES Investment Plc	ESIP 3Y BULLISH BRAZ REAL JUN16	a)	1 627	2016	EUR/BRL Linked	
ES Investment Plc	ESIP PT INT. FINANCE DEC16	a)	2 432	2016	PT CLN	
ES Investment Plc	ESIP 3Y AC ENERGIA IBERICA JUN16	a)	2 362	2016	GALP e REPSOL Linked	
ES Investment Plc	ESIP FTD TL ENEL PT CLN SEP16	a)	1 377	2016	TELECOM ITALIA, ENEL, PT CLN	
ES Investment Plc	ESIP FTD BRISA, EDP, PT CL SEP16	a)	1 965	2016	BRISA, EDP, PT CLN	
BESI	BESI MAR2018 FTD CRD LKD	a)	3 096	2018	h)	
BESI	BESI MAR2016 FTD CRD LKD USD	a)	2 107	2016	h)	
BESI	BES INVESTIMENTO DO 4.00000 29/05/2014	USD	7 955	2014	2.90 %	
BESI	LCI - até 1 ano	BRL	3 639	2014	CDI 89% a 98%	
ESPLC	BES0713_09E BESESPLC04/07/2013	EUR	150 252	2013	0.72%	
ESPLC	BES0713_10E BESESPLC08/07/2013	EUR	130 216	2013	0.73%	
ESPLC	BES0813_11E BESESPLC13/08/2013	EUR	123 110	2013	0.70%	
ESPLC	BES0813_12E BESESPLC14/08/2013	EUR	127 102	2013	0.69%	
ESPLC	BES0813_13E BESESPLC28/08/2013	EUR	120 075	2013	0.70%	
ESPLC	BES0913_14E BESESPLC17/09/2013	EUR	160 034	2013	0.70%	
ESPLC	BES0913_15E BESESPLC18/09/2013	EUR	140 027	2013	0.69%	

a) emissões com derivados embutidos ou ao fair value option

b) Indexado a Cabaz de Crédito FTD: Telecom Italia, EDP, Portugal Telecom.

c) Indexado a Cabaz de Ações Repsol, BSCH, Nestle.

d) Indexado a Cabaz de Ações EDP, Portugal Telecom e GALP.

e) Indexado a Cabaz de Índices PSI20 e IBEX.

f) Indexado a Cabaz de Índices Ishares MSCI Brazil Index Fund, Russian Depository Index USD, S&P ASX 200.

g) Indexado a Cabaz de Ações BBVA, BSCH e Repsol.

h) Indexado a Cabaz de Crédito FTD: Arceilor Mittal, Telefonica E Intesa SPA.

i) Cabaz de Ações: Coca-Cola, France Telecom, Vivendi e YUM Brands Inc

NOTA 39 - CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O detalhe dos passivos relativos a contratos de investimento apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Contratos de taxa fixa	1 955 128	1 298 933
Contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1 519 774	2 114 630
	3 474 902	3 413 563

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

O movimento na rubrica de contratos de investimento de taxa fixa durante os primeiros seis meses de 2013 e no exercício de 2012 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do período	1 298 933	-
Alteração no perímetro de consolidação	-	376 975
Novos contratos/ reforços	726 048	1 057 880
Benefícios pagos	(104 899)	(143 288)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(1 800)	(10 601)
Juro técnico do período	36 846	17 967
Saldo no fim do período	1 955 128	1 298 933

O movimento na rubrica de contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro durante o primeiro semestre de 2013 e no exercício de 2012 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do período	2 114 630	-
Alteração no perímetro de consolidação	-	1 916 883
Novos contratos/ reforços	132 013	260 993
Benefícios pagos	(763 977)	(220 506)
Variação nos passivos ao justo valor através de resultados	-	(2 176)
Resultado técnico	37 108	159 436
Saldo no fim do período	1 519 774	2 114 630

NOTA 40 - PROVISÕES

Em 30 de junho de 2013 e 31 dezembro de 2012, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	236 950	186 671	190 450
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	16 945
Reforços / (reposições)	(29 777)	56 300	678
Utilizações	(956)	(2 230)	(15 724)
Diferenças de câmbio e outras	(13 615)	(3 791)	(5 678)
Saldo final	192 602	236 950	186 671

O saldo desta rubrica, cujo valor ascende a 192 602 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 236 950 milhares de euros), visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- * Contingências decorrentes do processo de permuta de ações do Banco Boavista Interatlântico, por ações do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 55,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 60,3 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- * Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem em 30 de junho de 2013 a cerca de 44,2 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 67,7 milhões de euros);
- * Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais para cujas contingências o Grupo mantém provisões de 36,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 36,1 milhões de euros);
- * O valor remanescente, de 57,0 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 72,9 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da atividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 41 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e do exercício de 2012, e no que respeita às entidades do Grupo abrangidas pela legislação fiscal portuguesa, foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e para o exercício de 2012. Assim, para os exercícios em causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas. O imposto diferido ativo relativo aos prejuízos fiscais foi apurado com base na taxa de IRC de 25%.

As declarações de autoliquidação do IRC do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os impostos sobre os lucros das entidades do Grupo localizadas no estrangeiro observam a legislação fiscal prevaiente nos respetivos países onde operam.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Instrumentos financeiros	87 548	74 257	(70 041)	(106 717)	17 507	(32 460)
Imparidade de crédito a clientes	462 261	402 750	-	-	462 261	402 750
Outros ativos tangíveis	263	271	(8 820)	(8 901)	(8 557)	(8 630)
Ativos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(135 866)	(163 986)	(135 866)	(163 986)
Provisões	52 562	54 356	-	-	52 562	54 356
Pensões	243 119	257 901	(35 507)	(35 507)	207 612	222 394
Prémios de antiguidade	7 720	7 726	-	-	7 720	7 726
Débitos representados por títulos	557	-	-	(1 010)	557	(1 010)
Outros	8 621	16 815	-	(4 117)	8 621	12 698
Prejuízos fiscais reportáveis	151 470	80 654	-	296	151 470	80 950
Imposto diferido ativo/(passivo)	1 014 223	894 832	(250 234)	(319 942)	763 989	574 890
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(78 473)	(165 927)	78 473	165 927	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	935 750	728 905	(171 761)	(154 015)	763 989	574 890

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo inicial	574 890	601 624
Reconhecido em resultados	211 753	52 434
Reconhecido em reservas de justo valor	(8 175)	(56 617)
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	(16 667)	9 882
Reconhecido em outras reservas	2 685	(30 280)
Entrada no perímetro de consolidação	-	(291)
Varição cambial e outros	(497)	(1 862)
Saldo final (Ativo / (Passivo))	763 989	574 890

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e o exercício de 2012 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	(58 142)	8 175	(16 371)	60 205
Imparidade de crédito a clientes	(59 511)	-	(69 029)	-
Outros ativos tangíveis	(73)	-	(153)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	(36 734)	10 500	81 689	(3 528)
Provisões	1 794	-	(20 343)	-
Pensões	2 346	12 388	4 005	(6 354)
Prémios de antiguidade	6	-	459	-
Débitos representados por títulos	(1 567)	-	1 214	-
Outros	792	950	(1 633)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(60 664)	(9 856)	(32 272)	26 692
Imposto Diferido	(211 753)	22 157	(52 434)	77 015
Impostos Correntes	108 849	(65 941)	135 350	43 390
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	(102 904)	(43 784)	82 916	120 405

O imposto corrente reconhecido em reservas em 30 de junho de 2013 de 65 941 milhares de euros é relacionado com menos valias não realizadas reconhecidas na reserva de justo valor da atividade seguradora (31 de dezembro de 2012: 59 247 milhares de euros relacionados com mais valias). Em 31 de dezembro de 2012, o imposto reconhecido em reservas incluía ainda um crédito de imposto de 7 773 milhares de euros que traduz, em termos de IRC, o impacto associado à existência de variações patrimoniais negativas (sobretudo relacionadas com as responsabilidades com pensões de reforma).

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2013		31.12.2012	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(340 818)		202 752
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário		12 971		27 910
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		(327 847)		230 662
Taxa de imposto do BES	25,0		31,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		(81 962)		72 659
Dividendos excluídos de tributação	3,3	(10 947)	3,7	(12 147)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(0,9)	2 982	9,9	(32 449)
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	(1,1)	3 445	(19,5)	63 887
Apropriação do <i>equity</i> de associadas	0,1	(234)	0,7	(2 410)
Custos não dedutíveis	(2,7)	8 797	(6,2)	20 375
Alteração de estimativas	5,8	(18 979)	18,3	(59 968)
Efeito das perdas não dedutíveis decorrentes da aquisição de subsidiárias	0,0	-	(10,1)	33 230
Outros	1,8	(6 006)	0,1	(261)
	...	(102 904)	...	82 916

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro. A 30 de junho de 2013 o Grupo reconheceu como custo o valor de 13,0 milhões de euros (30 de junho de 2012: 14,0 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos diretos e indiretos (ver Nota 14).

NOTA 42 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Obrigações	767 092	774 473
Obrigações perpétuas	63 840	65 343
	830 932	839 816

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

		(milhares de euros)					
		30.06.2013					
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	30 843	23 642	Euribor 3M + 2,83%	2013 a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2004	95 767	19 802	4,50%	2015 a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2008	20 000	20 169	Euribor 3M + 1%	2018
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2007	21 134	19 036	1,30%	2014
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	10 099	10 881	1,30%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2005	60 000	11 063	5,33%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2003	10 000	265	5,50%	2033
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2004	25 000	22 588	Euribor 6M + 1,25%	2014
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	41 550	3 868	Euribor 3M + 1%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	638 450	596 464	Euribor 3M + 8,5%	2019
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	50 000	50 077	Euribor 3M + 1,05%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2011	8 174	8 585	Taxa fixa 10%	2021
BES Vida	Obrigações subordinadas	EUR	2002	45 000	24 096	Euribor 3M + 2,20%	2022
BES Vida	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	45 000	20 396	Euribor 3M + 2,50%	2013 a)
				1 101 017	830 932		

a) Data da próxima *call option*

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2013 nos passivos subordinados foi o seguinte:

(milhares de euros)						
	Saldo em 31.12.2012	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^(a)	Saldo em 30.06.2013
Obrigações	774 473	-	(1 945)	(5 287)	(149)	767 092
Obrigações perpétuas	65 343	-	-	(1 023)	(480)	63 840
	839 816	-	(1 945)	(6 310)	(629)	830 932

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e a variação cambial

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efetuadas até 30 de junho de 2013, o Grupo reconheceu um ganho de 26 milhares de euros (30 de junho de 2012: ganho de 39,7 milhões de euros) (ver Notas 14 e 38).

NOTA 43 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Credores e outros recursos		
Setor público administrativo	142 492	135 693
Contas caução	178 046	173 955
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	107 761	89 357
Credores por fornecimento de bens	31 746	49 619
Credores por contratos de <i>factoring</i>	5 865	3 509
Credores por operações de seguros	22 415	2 040
Outros credores	219 993	228 052
	<u>708 318</u>	<u>682 225</u>
Custos a pagar		
Prémios de antiguidade (ver Nota 16)	28 226	28 691
Outros custos a pagar	201 576	127 430
	<u>229 802</u>	<u>156 121</u>
Receitas com proveito diferido	53 186	22 267
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	257 329	92 363
Operações cambiais a liquidar	7 515	19 999
Outras operações a regularizar	88 638	172 627
	<u>353 482</u>	<u>284 989</u>
Responsabilidades líquidas com pensões de reforma (ver nota 16)	5 379	-
	<u>1 350 167</u>	<u>1 145 602</u>

Em 30 de junho de 2013, a rubrica receitas com proveito diferido inclui o valor de 30 375 milhares de euros relativo ao *value in force* dos restantes contratos adquiridos da BES Vida, após a operação de resseguro da carteira de seguros vida realizada no primeiro semestre de 2013 (ver Notas 13 e 31). Este valor será amortizado por contrapartida de resultados durante o período de vida remanescente dos respetivos contratos.

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

NOTA 44 - CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, AÇÕES PRÓPRIAS E AÇÕES PREFERENCIAIS
Ações ordinárias

Em 30 de junho de 2013, o capital social do Banco, no valor de 5 040 124 063,26 euros, encontrava-se representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas, dos quais se destacam (participações diretas):

	% Capital	
	30.06.2013	31.12.2012
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,29%	35,29%
<i>Credit Agricole, S.A.</i> (França)	10,81%	10,81%
<i>Silchester International Investors Limited</i> (Reino Unido)	5,64%	5,76%
Bradport, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	4,83%	4,83%
<i>Capital Research and Management Company</i> (EUA)	2,56%	-
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ⁽²⁾	2,09%	2,09%
<i>Espírito Santo Financial Group, S.A.</i> (Luxemburgo)	1,07%	0,74%
Outros	37,71%	40,48%
	100,00%	100,00%

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

(2) Empresa dominada integral e indiretamente por Portugal Telecom, SGPS, SA

Ações preferenciais

A BES Finance, subsidiária do Grupo BES, emitiu 450 milhares de ações preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em julho de 2003. Em março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de ações preferenciais, formando uma única emissão com as ações emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas ações têm um valor nominal de €1 000 e são removíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal. Durante o exercício de 2011 o Grupo adquiriu 388 milhares de ações preferenciais emitidas pela BES Finance, sendo que 197 milhares dessas ações foram adquiridas no âmbito de uma operação de oferta de troca sobre valores mobiliários. Durante o exercício de 2012 o Grupo adquiriu 19 milhares de ações preferenciais, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto no valor de 4,5 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Durante o primeiro semestre de 2013 o Grupo adquiriu 25 337 milhares de ações preferenciais, tendo registado uma mais valia líquida de imposto de 5 777 milhares de euros. Em 30 de junho de 2013 havia 168 milhares de ações preferenciais em circulação com um valor em balanço de 168,0 milhões de euros.

Estas ações preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de julho de cada ano, com início em 2 de julho de 2004 e fim a 2 de julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das ações preferenciais a 2 de julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de janeiro, 2 de abril, 2 de julho e 2 de outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das ações são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

Estas ações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer ações preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2013, os prémios de emissão totalizavam 1 068 670 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos acionistas nos aumentos de capital.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu no exercício de 2010, obrigações perpétuas subordinadas no montante global de 320 milhões de euros, com juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Deste valor, 270 milhões de euros foram emitidos pelo BES e 50 milhões de euros pelo BESI.

Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 240 448 milhares de euros e os emitidos pelo BESI, registados na rubrica de Interesses que não controlam, foram reduzidos em 46 269 milhares de euros.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelos respetivos emitentes. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

As características das emissões são as seguintes:

Emitente	Data de emissão	Moeda	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	(milhares de euros)
						Possibilidade de reembolso ⁽²⁾
BES	Dez/10	EUR	26 217	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
BES	Dez/10	USD	3 105	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
			29 322			
BESI ⁽¹⁾	Out/10	EUR	3 681	8,50%	20/Abr e 20/Out	A partir de Out/15
			33 003			

⁽¹⁾ A emissão do BESI integra a rubrica de Interesses que não controlam do balanço (ver Nota 45)

⁽²⁾ O reembolso destes títulos poderá ser efetuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

Durante o primeiro semestre de 2013, o Grupo efetuou pagamento de rendimentos no montante de 1 425 milhares de euros, os quais foram registados como uma dedução a reservas.

Ações próprias

Durante o exercício de 2011, o BES adquiriu ações próprias no âmbito do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) (detalhes na Nota 16). Em 27 de janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 ações próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 ações relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o PRVIF aprovado em Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 e na sequência da proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de ações próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2011.

O movimento ocorrido nas ações próprias foi como segue:

	30.06.2013		31.12.2012	
	Nº de ações	Valor (milhares de euros)	Nº de ações	Valor (milhares de euros)
Transações no âmbito do PRVIF				
Saldo no início do período ⁽¹⁾	275 291	801	342 475	997
Ações alienadas ⁽²⁾	-	-	67 184	(196)
	<u>275 291</u>	<u>801</u>	<u>275 291</u>	<u>801</u>
Outras Transações				
Saldo no início do período	10 112 765	6 190	-	-
Alterações no perímetro de consolidação ⁽³⁾	-	-	68 333 226	43 515
Ações adquiridas ⁽⁴⁾	2 084 826	1 868	11 268 161	5 409
Ações alienadas ⁽⁴⁾	<u>12 197 591</u>	<u>(8 058)</u>	<u>69 488 622</u>	<u>(42 734)</u>
	-	-	10 112 765	6 190
Saldo no final do período	<u>275 291</u>	<u>801</u>	<u>10 388 056</u>	<u>6 991</u>

⁽¹⁾ Engloba as ações adquiridas em 2011 ao preço de 2,909 euros por ação

⁽²⁾ Ações alienadas ao preço de 1,315 euros por ação em janeiro de 2012

⁽³⁾ Respeita a ações do BES na carteira da BES Vida, na sequência da aquisição de controlo em maio de 2012

⁽⁴⁾ Ações adquiridas/alienadas que passaram a integrar e/ou deixaram de fazer parte da carteira da BES Vida

NOTA 45 - RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras aprovado pelo Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de Justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados					Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios actuariais (Valor líquido de imposto)	Diferenças Cambiais (Valor líquido de imposto)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(515 827)	70 652	(445 175)	(641 315)	92	85 000	1 361 868	805 645	360 470
Mais valia com ações preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	7 206	7 206	7 206
Desvios actuariais	-	-	-	(48 277)	-	-	-	(48 277)	(48 277)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(1 409)	(1 409)	(1 409)
Dividendos de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	(10 996)	(10 996)	(10 996)
Alterações de justo valor	371 812	(58 070)	313 742	-	-	-	-	-	313 742
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	5 338	-	-	5 338	5 338
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(108 758)	(108 758)	(108 758)
Saldo em 30 de junho de 2012	(144 015)	12 582	(131 433)	(689 592)	6 430	85 000	1 247 911	649 749	518 316
Mais valia com ações preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	(2 728)	(2 728)	(2 728)
Desvios actuariais	-	-	-	(124 894)	-	-	-	(124 894)	(124 894)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(4 55)	(4 55)	(4 55)
Dividendos de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	4 859	4 859	4 859
Alterações de justo valor	375 651	(73 368)	302 283	-	-	-	-	-	302 283
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(43 277)	-	-	(43 277)	(43 277)
Transações com Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	497	497	497
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(9 800)	(9 800)	(9 800)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(2 837)	(2 837)	(2 837)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	231 636	(60 786)	170 850	(814 486)	(36 847)	85 000	1 237 447	471 114	641 964
Mais valia com ações preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	5 777	5 777	5 777
Desvios actuariais	-	-	-	(14 025)	-	-	-	(14 025)	(14 025)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(954)	(954)	(954)
Dividendos de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	(8 035)	(8 035)	(8 035)
Alterações de justo valor	(233 255)	57 869	(175 386)	-	-	-	-	-	(175 386)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(7 298)	-	-	(7 298)	(7 298)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	12 197	93 904	96 101	96 101
Variações de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(6 529)	(6 529)	(6 529)
Transações com Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(17 500)	(17 500)	(17 500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(406)	(406)	(406)
Saldo em 30 de junho de 2013	(1 619)	(2 917)	(4 536)	(828 511)	(44 145)	97 197	1 293 704	518 245	513 709

(a) - valor líquido de impostos

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do período	170 850	(445 175)
Variação de justo valor	(41 767)	1 177 565
Alienações do período	(240 705)	(600 206)
Imparidade reconhecida no período	49 217	99 308
Aquisição de controlo em subsidiárias ^(a)	-	70 796
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas	57 869	(131 438)
Saldo no final do período	(4 536)	170 850

^(a) BES Vida

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES ANGOLA	407 872	8 679	396 369	25 554
BES ^{a)}	3 681	-	3 681	-
AMAN BANK	36 802	1 843	34 974	1 745
ES CONCESSÕES	23 001	(2 569)	25 868	(5 673)
FCR VENTURES II	18 251	(652)	17 676	499
BES Securities	4 967	(112)	5 480	(147)
BES Investimento do Brasil	32 785	413	32 886	2 292
ESAF	13 564	1 132	12 887	1 991
BES AÇORES	17 126	(939)	18 018	530
Espírito Santo Investment Holding	-	(1 521)	3 967	(4 607)
BEST	20 320	2 146	18 161	2 989
FCR VENTURES III	16 565	(2 265)	17 043	(1 855)
FUNGEPÍ	49 738	(6 795)	56 537	(570)
OUTROS	5 549	181	25 898	987
	650 221	(459)	669 445	23 735

^{a)} Corresponde ao valor da emissão de Outros instrumentos de capital (ver Nota 42)

O movimento de interesses que não controlam em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Interesses que não controlam no início do período	669 445	588 447
Alterações de perímetro de consolidação	(7 022)	74 293
Aumentos/ (reduções) de capital de subsidiárias	(2 823)	13 527
Dividendos distribuídos	(906)	(2 924)
Varição da reserva de justo valor	2 455	22
Varição cambial e outros	(10 469)	(27 655)
Resultado líquido do período	(459)	23 735
Interesses que não controlam no final do período	650 221	669 445

NOTA 46 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Passivos contingentes		
Garantias e avales prestados	7 831 396	8 023 520
Ativos financeiros dados em garantia	21 401 985	21 632 555
Créditos documentários abertos	3 872 877	3 776 399
Outros	420 417	531 757
	33 526 675	33 964 231
Compromissos		
Compromissos revogáveis	5 766 662	5 462 823
Compromissos irrevogáveis	3 141 487	3 280 971
	8 908 149	8 743 794

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 30 de junho de 2013, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- Ativos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez, dos quais se encontravam utilizados 11,6 mil milhões de euros, a valores de mercado (31 de dezembro de 2012: 13,5 mil milhões de euros);

- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 17,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 20,8 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 82,6 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 82,6 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 1 432,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 1 822,5 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Grupo nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Depósito e guarda de valores	52 243 962	54 335 220
Valores recebidos para cobrança	257 271	294 295
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	2 571 968	2 671 390
Outras responsabilidades por prestação de serviços	8 892 119	8 784 286
	63 965 320	66 085 191

NOTA 47 - DESINTERMEDIAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Fundos de investimento mobiliário	5 500 735	5 115 043
Fundos de investimento imobiliário	1 080 881	1 075 678
Fundos de pensões	1 874 100	1 783 359
Bancasseguros	99 487	89 662
Gestão de carteiras	1 151 563	1 960 206
Gestão discricionária	1 463 332	1 378 639
	11 170 098	11 402 587

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

NOTA 48 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo BES além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Entidades associadas do Grupo BES

Tranquilidade Corporação Angolana de Seguros, S.A.
 Fin Soluta - Consultoria e Gestão de Créditos, SA
 Polish Hotel Capital SP
 MCO2 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário
 Hic - Centrais de Cogeração, SA
 Coporgest
 Synergy Industry and Technology, S.A.
 Salgar Investments
 ZBCapital, SA
 ZB Capital Luxembourg S.C.A SICAR
 ZB Capital Luxembourg General Partners SARL
 Espírito Santo IBERIA I
 Apolo Films SL
 Brb Internacional, S.A.
 Prosport, SA
 Banque Espírito Santo et de la Vénéitie, SA
 YUNIT - Serviços, SA
 E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, SA
 Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização
 Fundo Bem Comum FCR
 Esiam - Espírito Santo International Asset Management, Ltd
 Société 45 Avenue Georges Mandel, SA
 BES, Companhia de Seguros, SA
 Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA
 Esegur - Empresa de Seguradora, SA
 Ascendi Group, SGPS, SA
 Empark Aparcamentos y Servicios SA
 Concessionaria Autopista Perote-Xaiapa, CV
 Autovia De Lps Vinedos, SA
 SOUSACAMP, SGPS, SA
 GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SG.PS, SA
 OUTSYSTEMS, SA
 Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA
 Multivave Photonics, SA
 BIO-GENESIS
 YDreams - Informática, SA
 Nutrigreen, S.A.
 Advance Cyclone Systems, SA
 WATSON BROWN HSM, Ltd
 Damática, Electrónica e Informática, SA
 MMCI - Multimédia, SA
 Mobile World - Comunicações, SA
 Enkrott SA
 Radi Sinks & Ideas, SA
 Palexpo - Imagem Empresarial, SA
 TLCl2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA
 BANCO DELLE TIRE VENEZIE SPA
 HANULUM, SA
 IDAR LEASING ALGÉRIE
 Ascendi Pinhal Interior Estradas do Pinhal Interior, SA
 Ascendi Douro Estradas do Douro Interior, SA
 Unicre - Cartão Internacional de Crédito, SA
 Edenred Portugal, S.A.
 MOZTA BANCO

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 Banque Privée Espírito Santo
 Banque Privée Espírito Santo Sucursal Portugal
 ES Bank (Panama), SA
 ES Bankers (Dubai) Limited
 Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, SA
 Espírito Santo Financial Group, SA
 ESFG International, Ltd
 Esfil - Espírito Santo Financière, S.A. (Luxemburgo)
 Espírito Santo International SA
 Espírito Santo Saúde SGPS, S.A.
 Clínica Parque dos Poetas, SA
 Clinix - Hospital Privado de Aveiro, SA
 ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.
 Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.
 Genomed, Diagnóstico de Medicina Molecular, SA
 HCI - Health Care International, Inc
 HME Gestão Hospitalar
 Hospital da Arrábida - Gaia, SA
 Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, SA
 Hospital da Luz, SA
 Hospior - Hospitais Portugueses, SA
 Instituto de Radiologia Dr. Idílio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.
 RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA
 Surgicare - Unidades de Saúde, SA
 Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA
 Key Space Investments LLC
 Marignan Gestion, SA
 Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, SA
 Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 Société Antillaise de Gestion Financière, S.A. - SAGEFI
 Société Lyonnaise de Marchandises de Biens
 Companhia de Seguros Tranquilidade, SA
 T - Vida, Companhia de Seguros, SA
 Seguros Logo, SA
 Advancicare - Gestão e Serviços de Saúde, SA
 Pastor Vida, S.A. de Seguros y Reaseguros
 Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA
 Europe Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA
 BESV Courtage SA
 AOC Patrimoine, SA
 ES Consultancy Singapore

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

Group Credit Agricole
 Savo Bank
 The Atlantic Company (Portugal) - Turismo e Urbanização, SA
 Agribahia, S/A
 Atr - Actividades Turísticas e Representações, Lda
 Aveiro Incorporated
 Beach Heath Investments, Ltd
 Companhia Agricola Botucatu, SA
 Casas da Cidade - Residências Sénior, SA
 Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, SA
 Cimenta - Empreendimentos Imobiliários, SA
 Cidadaplatina - Construção SA
 Clarendon Properties, Inc.
 Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda
 Club de Campo Villar Olalla, SA
 Clup Vip - Marketing de Acontecimentos, SA
 Clube Residencial da Boavista, SA
 Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape
 Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
 Construcciones Sarrin, SL
 Ganadera Corina Campos y Haciendas, S/A
 E.S.B. Finance Ltd
 Esteico - Consultoria e Comunicação, SA
 E.S. Asset Administration, Ltd.
 Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário Ltda
 ES Comercial Agrícola, Ltda
 Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário Ltda
 ES Holding Administração e Participações, S/A
 Espírito Santo Hotéis, SGPS, SA
 Espírito Santo Industrial (BVI), SA
 Espírito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário Ltda
 Espírito Santo Industrial, SA
 Espírito Santo Industrial (Portugal) - SGPS, SA
 Espírito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 Espírito Santo Itatiba Desenvolvimento Imobiliário Ltda
 Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário Ltda
 ES Private Equity, Ltd
 Espírito Santo Property (Brasil) S/A
 Espírito Santo Services, SA
 Espírito Santo Tourism, Ltd
 Espírito Santo Tourism (Europe), SA
 Espírito Santo Venture Ltd
 Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 ES Viagens e Turismo, Lda
 Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, SA
 Escac Consultoria, Administração e Empreendimento, Ltda
 Escopar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 ESDI Administração e Participações Ltda
 Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, SA
 Espírito Santo International (BVI), SA
 E.S. International Overseas, Ltd.
 Esim - Espírito Santo Imobiliário, SA
 E.S. - Espírito Santo, Mediação Imobiliária, S.A.
 Espírito Santo Property SA
 Espírito Santo Property Holding, SA
 Espírito Santo Property España, S.L.
 Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, SGPS, SA
 Espírito Santo Resources, Ltd
 Espírito Santo Resources (Portugal), SA
 E.S. Resources Overseas, Ltd
 Espírito Santo Resources SA
 Estoril Inc
 Euroamerican Finance Corporation, Inc.
 Euroamerican Finance SA
 Euroatlantic, Inc.
 Fafer - Empreendimentos Turísticos e de Construção, SA
 Firmoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
 GES Finance Limited
 Gessimo - Espírito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, SA
 Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo, SA
 Goggles Marine, Ltd
 Sociedade Agricola Golondrina, S/A
 HDC - Serviços de Turismo e Imobiliário, SA
 Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA
 Hotéis Tivoli, SA
 Hotelagos, SA
 Hospital Residencial do Mar, SA
 I.A.C. UK, Limited
 Inter-Atlântico, S/A
 Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, SA
 Imopca, SA
 Lote Dois - Empreendimentos Turísticos SA
 Luzboa, SA
 Luzboa Um, SA
 Luzboa Dois, SA
 Luzboa Três, SA
 Luzboa Quatro, SA
 BEMS, SGPS, SA
 Margrimar - Mármore e Granitos, SA
 Marimoteis - Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, SA
 Marmetal - Mármore e Materiais de Construção, SA
 Metal - Lobos Serralharia e Carpintaria, Lda
 Multiger - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA
 Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA
 Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, SA
 Novagest Assets Management, Ltd
 Opca Angola, SA
 Opca Moçambique, Lda
 OpcaTelecom - Infraestruturas de Comunicação, SA

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

OPWAY - Engenharia, SA
 OPWAY Imobiliária, SA
 OPWAY - SGPS, SA
 Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda.
 Pavicentro - Pré-Fabricação, SA
 Pavilis - Pré-Fabricação, SA
 Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, SA
 Pavitel, SARL
 Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA
 Placon - Estudos e Projectos de Construção, Lda
 Pójuca, SA
 Pontave - Construções, SA
 Agência Receptiva Praia do Forte, Lda
 Praia do Forte Operadora de Turismo, Lda
 Grupo Projectos y Servicios Sarrion, SA
 Quinray Technologies Corp.
 Quinta de Areia - Sociedade Agrícola Quinta da Areia, SA
 Sociedade Agrícola Quinta D. Manuel I SA
 Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, SA
 Recigroup - Industrias de Reciclagem, SGPS, SA
 Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda
 Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda
 Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, SA
 Saramagos S/A Empreendimentos e Participações
 Société Congolaise de Construction et Travaux Publicques, SARL
 Series - Serviços Imobiliários Espírito Santo, SA
 Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA
 Sintra Empreendimentos Imobiliários, Lda
 Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

Solferias - Operadores Turísticos, Lda
 Sopol - Concessões, SGPS, SA
 Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
 Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comércio e Excursiones, SA
 Suliglar - Imobiliária do Sul, SA
 TA DMC Brasil - Viagens e Turismo, SA
 Agência de Viagens Tagus, S.A.
 Construtora do Tamega Madeira SA
 Construtora do Tamega Madeira SGPS SA
 Terras de Bragança Participações, Lda
 Timeantube Comércio e Serviços de Confeções, Lda
 Tivoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
 TOP A DMC Viagens, SA
 Top Atlântico - Viagens e Turismo, SA
 Top Atlântico DMC, SA
 Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, SA
 Turifonte, Empreendimentos Hoteleiros, SA
 Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA
 Ushualie - Gestão e Trading Internacional Limited
 Sociedade Agrícola Turística e Imobiliária Várzea Lagoa, SA
 Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda
 Ribeira do Marchante, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.
 Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.
 Angra Moura - Sociedade de Administração de Bens, S.A.
 Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.
 ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
 Dilva, Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.

O valor das transações do Grupo com partes relacionadas no período de seis findo em 30 de junho de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	30.06.2013					31.12.2012				
	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas associadas										
BES VÉNÉTIE	141 747	735	5 636	6	-	726 910	623	5 627	2 705	-
ASCENDI GROUP SGPS	327 013	30 447	26 900	10 274	145	299 462	3 781	28 364	11 278	2
LOCARENT	122 316	875	-	1 479	4 776	129 818	3 723	-	2 692	11 006
AENOR DOURO	271 894	2 783	13 470	4 425	-	271 887	3 461	11 000	8 985	-
NANIUM	34 283	8 616	18 331	129	50	35 327	4 272	18 349	306	4
EMPARK	49 088	-	4 685	1 179	-	49 179	-	4 684	3 872	246
ASCENDI PINHAL INTERIOR	114 775	5 929	16 374	1 877	-	98 356	2 051	15 374	3 073	-
PALEXPO	7 238	178	26	227	-	7 266	124	26	537	-
BES SEGUROS	109	17 268	-	85	9	630	18 456	-	415	16
ESEGUR	7 235	2	2 388	548	159	7 680	3	2 105	1 055	430
ES CONTACT CENTER	1 662	-	40	40	310	1 858	-	43	90	874
UNICRE	-	28	-	-	-	26	2	-	1	-
OUTRAS	65 238	69 138	10 602	1 604	204	58 358	24 459	11 508	12 278	1 250
	1 142 598	135 999	98 452	21 873	5 653	1 686 757	60 955	97 080	47 287	13 828

Os ativos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da atividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante global dos ativos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

30.06.2013									
Activos									
	Aplicações e disponibilidades em instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Acionistas									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	4 244	28	4 272	-	100 065	32	271
ESF PORTUGAL	-	-	99 984	75	100 059	-	4 582	868	1
BESPAR	-	-	-	-	-	-	189	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	5	1 003	107	2 088	918	362	5	-
Subsidiárias e associadas de acionistas									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	21	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	7 645	8 771	-	16 416	-	262 475	334	66
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	87 969	-	385	88 354	21 492	77 338	1 298	722
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	16 297	-	-	6	16 303	8 235	26 635	174	182
ES BANK PANAMA	22 936	-	-	-	22 936	-	9 985	1 596	-
ES SAUDE	-	17 854	48 227	13	66 094	4 006	14 202	336	1
T - VIDA	-	42 447	161 790	1 146	205 383	-	162 296	452	69
ESUMÉDICA	-	1 000	-	6	1 006	4	78	29	49
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	25	1 773	25	7
Outros									
ES IRMÃOS	-	-	-	-	-	-	649	-	-
OPWAY	-	7 080	-	2 206	9 286	45 878	909	89	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	15 960	-	-	15 960	8 747	-	54	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	-	-	9	9	-	275	22	92
OUTRAS	29 265	58 393	20 988	321	108 967	9 885	26 223	4 752	1 106
TOTAL	69 471	238 353	345 007	4 302	657 133	99 190	688 057	10 066	2 566

(milhares de euros)

31.12.2012									
Activos									
	Aplicações e disponibilidades em instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Acionistas									
ES FINANCIAL GROUP	548	-	40 632	2	41 182	-	28	1 186	-
ESF PORTUGAL	-	-	72 666	-	72 666	-	109	2 349	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	386	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	108	1 016	110	2 207	1 080	271	10	-
Subsidiárias e associadas de acionistas									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	22	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	7 579	-	-	7 579	-	153	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	150 150	-	520	150 670	21 979	116 657	1 582	1 200
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	15 794	-	-	11	15 805	8 018	32 904	503	351
ES BANK PANAMA	135 000	-	-	-	135 000	-	35 512	10 139	-
ES SAUDE	-	18 484	45 112	64	63 660	24 269	13 140	464	2
T - VIDA	-	55 560	9 291	163	65 014	-	98 611	492	364
ESUMÉDICA	-	1 000	-	-	1 000	4	24	80	81
EUROP ASSISTANCE	-	24	-	34	58	25	2 749	57	-
Outros									
ES IRMÃOS	-	104 570	-	-	104 570	-	1	4 708	-
OPWAY	-	3 645	-	2 686	6 331	48 029	35 089	362	225
CONSTRUCCIONES SARRION	-	16 527	-	-	16 527	8 745	-	233	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	11	-	19	30	-	2 359	51	221
OUTRAS	-	62 048	20 971	1 075	84 094	17 294	32 368	5 162	2 438
TOTAL	152 315	419 706	189 688	4 684	766 393	129 443	370 383	27 378	4 882

Em 30 de junho de 2013 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 2 833 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 4 047 milhares de euros).

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a atos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (nº 5 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos nºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011 que entrou em vigor em 21 de agosto de 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, quer direta, quer indiretamente:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daqueles membros, com exceção de operações de caráter ou finalidade social, de operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 85º do RGICSF;

- a cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do artigo 85º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artigo 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indireto prevista no n.º 2 do artigo 85º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito a membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou a sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com todas as exigências referidas.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não se verificou qualquer situação de imparidade específica em créditos concedidos a partes relacionadas. Em

consequência, estes créditos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base coletiva tal como referido na Nota 2.5 - Crédito a clientes.

NOTA 49 - SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

Em 30 de junho de 2013, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)				
Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual do crédito	Ativo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	346 548	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	345 939	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	501 483	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	575 529	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	802 469	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	208 298	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	739 384	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	125 174 ⁽¹⁾	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 759 329	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 ⁽²⁾	84 575	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	354 951	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	314 696	Crédito a pequenas e médias empresas

⁽¹⁾ Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC"

⁽²⁾ Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie)

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de janeiro de 2004. Assim, os ativos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 FTC e o Lusitano Mortgages No. 7 são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua atividade, encontrando-se os respetivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à atividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES

Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BEI e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em março de 2012. Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respetivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

NOTA 50 – JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

	Valorizados ao Justo Valor				Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
(milhares de euros)						
30 de Junho de 2013						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 209 218	-	-	-	1 209 218	1 209 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	565 008	-	-	-	565 008	565 008
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1 323 369	1 891 859	3 602	3 218 830	3 218 830
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2 217 735	1 444 764	231 347	3 893 846	3 893 846
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 447 ^{a)}	6 931 121	4 188 966	1 001 738	12 129 272	12 129 272
Aplicações em instituições de crédito	2 453 506	-	-	-	2 453 506	2 453 506
Crédito a clientes	47 554 229	-	422 498	-	47 976 727	45 148 641
Investimentos detidos até à maturidade	1 025 271	-	-	-	1 025 271	939 111
Derivados para gestão de risco	-	-	391 719	-	391 719	391 719
Ativos financeiros	52 814 679	10 472 225	8 339 806	1 236 687	72 863 397	69 949 151
Recursos de bancos centrais	10 041 724	-	-	-	10 041 724	10 041 724
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 568 181	-	1 568 181	1 568 181
Recursos de outras instituições de crédito	4 542 225	-	654 917	-	5 197 142	5 041 068
Recursos de clientes	28 495 993	-	9 415 662	-	37 911 655	37 911 655
Responsabilidades representadas por títulos	9 714 108	-	3 018 164	-	12 732 272	12 481 395
Derivados para gestão de risco	-	-	169 602	-	169 602	169 602
Contratos de investimento	1 955 128	-	1 519 774	-	3 474 902	3 081 527
Passivos subordinados	830 667	-	265	-	830 932	779 744
Passivos financeiros	55 579 845	-	16 346 565	-	71 926 410	71 074 896
31 de dezembro de 2012						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 377 541	-	-	-	1 377 541	1 377 541
Disponibilidades em outras instituições de crédito	681 077	-	-	-	681 077	681 077
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1 484 112	2 441 287	-	3 925 399	3 925 399
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 387 979	1 153 990	279 584	2 821 553	2 821 553
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 605 ^{a)}	5 008 676	4 778 336	959 693	10 755 310	10 755 310
Aplicações em instituições de crédito	5 426 518	-	-	-	5 426 518	5 426 518
Crédito a clientes	47 194 030	-	512 362	-	47 706 392	44 684 122
Investimentos detidos até à maturidade	941 549	-	-	-	941 549	879 265
Derivados para gestão de risco	-	-	516 520	-	516 520	516 520
Ativos financeiros	55 629 320	7 880 767	9 402 495	1 239 277	74 151 859	71 067 305
Recursos de bancos centrais	10 893 320	-	-	-	10 893 320	10 893 320
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2 122 025	-	2 122 025	2 122 025
Recursos de outras instituições de crédito	4 476 381	-	612 277	-	5 088 658	4 898 506
Recursos de clientes	25 743 341	-	8 796 982	-	34 540 323	34 540 323
Responsabilidades representadas por títulos	12 764 479	-	2 659 582	-	15 424 061	15 990 921
Derivados para gestão de risco	-	-	125 199	-	125 199	125 199
Contratos de investimento	1 298 933	-	2 114 630	-	3 413 563	3 615 405
Passivos subordinados	839 553	-	263	-	839 816	811 686
Passivos financeiros	56 016 007	-	16 430 958	-	72 446 965	72 997 385

^{a)} Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Grupo BES, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. Alterações nos parâmetros utilizados, em 2013 e 2012, não têm impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante os primeiros seis meses de 2013 e o exercício de 2012, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do exercício	1 239 277	263 194
Aquisições	117 984	989 342
Saídas	(130 730)	(17 604)
Transferências	36 190	6 593
Variação de valor	(26 034)	(2 248)
Saldo no fim do exercício	1 236 687	1 239 277

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

O justo valor dos recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 51 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Grupo está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	2 790 175	3 799 129
Ativos financeiros detidos para negociação	3 176 378	3 871 474
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 692 438	1 634 419
Activos financeiros disponíveis para venda	9 575 973	8 462 104
Crédito a clientes	47 976 727	47 706 392
Investimentos detidos até à maturidade	1 025 271	941 549
Derivados para gestão de risco	391 719	516 520
Outros activos	532 648	480 754
Garantias e avales prestados	7 831 396	8 023 520
Créditos documentários	3 872 877	3 776 399
Compromissos irrevogáveis	3 141 487	3 280 971
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	472 443	489 884
	83 479 532	82 983 115

A repartição por setores de atividade em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

30.06.2013

	Crédito a clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avais prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	426 110	(27 476)	3 372	-	-	7 485	-	-	-	31 750
Indústrias Extractivas	299 078	(11 532)	6 670	6 430	-	11 407	(724)	-	-	47 422
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	979 274	(44 297)	34 052	102 772	-	124 966	(52)	4 995	-	80 238
Têxteis e Vestuário	356 521	(34 732)	1 093	-	-	9 491	(3 958)	-	-	13 241
Curtes e Calçado	62 566	(7 392)	73	-	-	489	(499)	-	-	2 572
Madeira e Cortiça	146 608	(29 227)	374	25 282	-	86 326	(1 330)	-	-	6 877
Papel e Indústrias Gráficas	399 566	(21 553)	6 100	-	-	16 971	(11 985)	-	-	74 003
Refinação de Petróleo	3 201	(105)	195	17 630	-	38 824	-	-	-	4 979
Produtos Químicos e de Borracha	656 817	(17 158)	22 858	29 233	-	15 199	(12 979)	-	-	111 818
Produtos Minerais não Metálicos	371 544	(30 120)	1 938	-	-	12 730	(7 586)	-	-	18 439
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	871 681	(48 873)	8 355	5 566	-	2 049	-	-	-	148 266
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	272 892	(9 805)	3 085	44 422	-	31 957	(3 583)	-	-	126 947
Fabricação de Material de Transporte	120 437	(3 749)	676	29 902	-	44 717	(108)	-	-	24 514
Outras Indústrias Transformadoras	408 077	(26 365)	628	51 249	-	61 000	(16 425)	9 494	-	42 916
Electricidade, Gás e Água	1 563 238	(14 273)	150 673	20 083	-	414 558	(507)	-	-	472 811
Construção e Obras Públicas	3 651 972	(457 026)	326 302	182 635	-	175 527	(1 688)	4 233	-	2 324 577
Comércio por Grosso e a Retalho	3 263 125	(369 963)	14 542	87 589	-	70 265	(22 437)	3 902	-	550 945
Turismo	1 444 438	(124 236)	4 058	27 399	-	35 954	(391)	-	-	96 883
Transportes e Comunicações	2 903 304	(58 560)	240 724	50 739	-	205 604	(25 595)	10 797	-	984 970
Atividades Financeiras	3 991 871	(178 315)	755 530	1 636 327	391 719	3 400 125	(87 655)	486 822	(14 354)	251 403
Atividades Imobiliárias	5 749 051	(457 670)	30 208	71 953	-	79 333	(4 511)	1 301	-	368 374
Serviços Prestados às Empresas	4 653 276	(468 937)	360 395	97 348	-	774 692	(36 004)	39 223	-	1 377 786
Administração e Serviços Públicos	1 618 529	(24 070)	1 214 296	1 323 905	-	6 341 187	-	403 583	-	201 215
Outras atividades de serviços coletivos	3 271 447	(292 995)	31 605	81 444	-	400 533	(46 838)	86 486	(11 211)	410 064
Crédito à Habitação	10 974 392	(172 710)	-	-	-	-	-	-	-	7
Crédito a Particulares	2 502 284	(198 782)	-	-	-	-	-	-	-	55 223
Outros	149 623	(4 274)	1 028	1 938	-	52 742	(4)	-	-	3 156
TOTAL	51 110 922	(3 134 195)	3 218 830	3 893 846	391 719	12 414 131	(284 859)	1 050 836	(25 565)	7 831 396

(milhares de euros)

31.12.2012

	Crédito a clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avais prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	434 485	(27 152)	14 202	-	-	10 725	(6)	-	-	36 677
Indústrias Extractivas	309 229	(11 966)	3 742	11 708	-	12 969	(675)	-	-	53 656
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	974 407	(50 542)	25 727	2 685	-	10 395	(52)	-	-	102 293
Têxteis e Vestuário	316 309	(31 090)	862	-	-	10 425	(3 958)	-	-	12 779
Curtes e Calçado	63 359	(6 843)	38	-	-	499	(499)	-	-	2 063
Madeira e Cortiça	147 345	(23 121)	480	2 236	-	4 366	(1 330)	-	-	7 466
Papel e Indústrias Gráficas	331 889	(15 601)	6 683	-	-	11 968	(11 968)	-	-	84 260
Refinação de Petróleo	6 976	(45)	4 817	3 385	-	11 618	-	-	-	5 425
Produtos Químicos e de Borracha	616 899	(14 149)	20 744	1 471	-	24 009	(13 276)	-	-	102 280
Produtos Minerais não Metálicos	363 449	(28 435)	431	-	-	13 103	(7 958)	-	-	20 152
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	877 138	(48 939)	14 592	194	-	2 407	-	-	-	155 603
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	280 584	(11 883)	3 079	584	-	31 249	(5 632)	-	-	120 022
Fabricação de Material de Transporte	113 698	(9 677)	630	10 741	14	33 298	(3 438)	-	-	34 662
Outras Indústrias Transformadoras	389 355	(27 340)	1 611	2 642	-	31 758	(11 280)	-	-	38 449
Electricidade, Gás e Água	1 458 334	(11 032)	155 360	23 846	-	687 307	-	-	-	487 693
Construção e Obras Públicas	4 429 927	(368 417)	416 606	57 643	-	27 858	(1 688)	-	-	2 292 619
Comércio por Grosso e a Retalho	3 188 671	(289 276)	10 810	1 366	-	33 764	(15 430)	1 537	-	546 904
Turismo	1 453 173	(91 215)	14 625	65 301	-	39 439	(379)	-	-	101 949
Transportes e Comunicações	2 152 159	(46 964)	291 175	18 483	-	271 487	(8 916)	9 894	-	1 010 767
Atividades Financeiras	3 952 138	(123 257)	1 045 792	1 901 531	516 506	3 650 620	(70 301)	526 584	(20 794)	161 474
Atividades Imobiliárias	6 249 967	(431 611)	52 371	70 000	-	201 741	(1 891)	1 299	-	456 531
Serviços Prestados às Empresas	4 749 180	(369 927)	344 883	91 424	-	1 156 930	(33 197)	39 139	-	1 484 414
Administração e Serviços Públicos	954 941	(22 959)	1 361 185	515 994	-	4 405 389	-	295 271	-	227 198
Outras atividades de serviços coletivos	2 682 267	(268 571)	133 128	38 356	-	303 008	(46 089)	106 936	(18 317)	402 493
Crédito à Habitação	11 133 822	(167 019)	-	-	-	-	-	-	-	9
Crédito a Particulares	2 627 780	(180 039)	-	-	-	-	-	-	-	70 704
Outros	141 253	(15 272)	1 826	1 963	-	6 945	(4)	-	-	4 978
TOTAL	50 398 734	(2 692 342)	3 925 399	2 821 553	516 520	10 993 277	(237 967)	980 660	(39 111)	8 023 520

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a desagregação do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna	(milhões de euros)			
		30.06.2013		31.12.2012	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa:a-]	7	0,01%	8	0,02%
	[bbb+:-bbb-]	2 944	5,76%	2 313	4,59%
	[bb+:bb-]	4 556	8,91%	4 997	9,91%
	[b+:b-]	6 331	12,39%	8 080	16,02%
	ccc+	1 616	3,16%	1 277	2,53%
Modelos de Médias Empresas	8-9	533	1,04%	535	1,06%
	10-11	533	1,04%	532	1,06%
	12-13	588	1,15%	632	1,25%
	14-15	458	0,90%	438	0,87%
	16-17	474	0,93%	567	1,13%
	18-19	284	0,56%	342	0,68%
	20-21	336	0,66%	347	0,69%
	22-23	225	0,44%	294	0,58%
Modelos de Pequenas Empresas	24-25	1 510	2,95%	1 659	3,29%
	A	61	0,12%	71	0,14%
	B	352	0,69%	305	0,61%
	C	563	1,10%	620	1,23%
	D	269	0,53%	311	0,62%
	E	222	0,43%	251	0,50%
Modelos de Crédito Habitação	F	471	0,92%	557	1,11%
	01	1 178	2,30%	1 196	2,37%
	02	4 299	8,41%	4 341	8,61%
	03	1 502	2,94%	1 492	2,96%
	04	720	1,41%	710	1,41%
	05	517	1,01%	503	1,00%
	06	505	0,99%	488	0,97%
	07	654	1,28%	679	1,35%
Modelos de Particulares	08	842	1,65%	953	1,88%
	01	93	0,18%	86	0,17%
	02	60	0,12%	66	0,13%
	03	133	0,26%	130	0,26%
	04	252	0,49%	312	0,62%
	05	123	0,24%	136	0,27%
	06	170	0,33%	198	0,39%
	07	150	0,29%	144	0,29%
	08	116	0,23%	109	0,22%
	09	219	0,43%	260	0,52%
10	4	0,01%	4	0,01%	
Créditos sem <i>rating/scoring</i> Interno		17 241	33,74%	14 456	28,68%
TOTAL		51 111	100,00%	50 399	100,00%

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros	
	30.06.2013	31.12.2012
Risco cambial	10 537	3 399
Risco taxa de juro	8 566	8 793
Ações e mercadorias	13 995	15 026
Volatilidade	6 619	7 112
Spread de Crédito	15 484	13 887
Efeito da diversificação	(11 471)	(10 105)
Total	43 730	38 112

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 43 730 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 38 112 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de repricing.

(milhares de euros)

	30.06.2013						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	4 241 133	315 701	3 761 120	149 505	610	540	13 656
Crédito a clientes	50 175 876	-	29 723 540	8 217 542	3 170 172	6 344 448	2 720 174
Títulos	18 940 562	7 027 917	3 928 330	1 134 410	2 538 967	1 657 657	2 653 282
Provisões Técnicas	344 980	344 980	-	-	-	-	-
Total			37 412 990	9 501 457	5 709 749	8 002 645	5 387 113
Recursos de outras Inst. de Crédito	15 100 226	-	13 689 645	720 753	115 450	321 139	253 239
Depósitos	37 365 854	-	23 281 121	2 882 043	5 236 882	5 930 070	35 737
Títulos emitidos	13 343 390	-	3 386 909	343 261	2 235 073	4 797 328	2 580 819
Contratos de Investimento	3 474 902	1 026 962	-	-	-	1 581 115	866 824
Provisões Técnicas	1 494 592	29 737	14 421	350 636	-	710 356	389 443
Total			40 372 097	4 296 693	7 587 404	13 340 008	4 126 063
GAP de balanço (Activos - Passivos)	(3 708 311)		(2 959 107)	5 204 764	(1 877 656)	(5 337 364)	1 261 050
Fora de Balanço	(3 015)		(11 410 181)	(1 103 150)	6 526 482	6 207 720	(223 886)
GAP estrutural	(3 711 326)		(14 369 288)	4 101 614	4 648 827	870 357	1 037 164
GAP acumulado			(14 369 288)	(10 267 673)	(5 618 847)	(4 748 490)	(3 711 326)

	31.12.2012						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	7 492 060	438 713	6 664 597	269 579	103 370	15 754	46
Crédito a clientes	49 673 250	-	29 712 842	8 957 736	2 736 210	5 965 359	2 301 103
Títulos	16 725 064	7 367 973	4 002 972	1 359 061	1 058 477	1 742 554	1 194 026
Total			40 380 411	10 586 376	3 898 057	7 723 668	3 495 175
Recursos de outras Inst. de Crédito	15 867 594	-	14 182 895	525 694	648 472	270 027	240 506
Depósitos	34 031 479	-	22 337 278	2 929 281	3 066 320	5 685 175	13 424
Títulos emitidos	15 858 652	-	5 139 450	752 979	279 880	6 547 539	3 138 805
Contratos de Investimento	3 319 944	545 779	25 622	371 293	-	1 671 301	705 950
Provisões Técnicas	1 547 697	1 531 105	-	-	-	5 904	10 689
Total			41 685 244	4 579 247	3 994 673	14 179 946	4 109 373
GAP de balanço (Activos - Passivos)	(2 464 796)		(1 304 833)	6 007 129	(96 616)	(6 456 278)	(614 198)
Fora de Balanço			(6 114 471)	(751 350)	509 366	6 289 980	66 475
GAP estrutural	(2 464 796)		(7 419 305)	5 255 779	412 750	(1 166 298)	(547 723)
GAP acumulado			(7 419 305)	(2 163 525)	(1 750 775)	(1 917 073)	(2 464 796)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Grupo, para o período de seis meses findo em 30 e junho de 2013 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	30.06.2013			31.12.2012		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	5 122 937	120 578	4,75%	4 885 099	192 458	3,94%
Crédito a clientes	50 198 737	1 155 127	4,64%	50 315 715	2 527 274	5,02%
Aplicações em títulos	14 440 873	338 062	4,72%	14 242 252	850 845	5,97%
Aplicações diferenciais	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros e diferenciais	69 762 549	1 613 767	4,66%	69 443 065	3 570 577	5,14%
Recursos monetários	15 407 503	172 978	2,26%	17 566 965	419 167	2,39%
Recursos de clientes	36 289 404	511 351	2,84%	34 029 787	1 037 769	3,05%
Outros recursos	14 965 735	459 052	6,19%	16 564 422	933 133	5,63%
Recursos diferenciais	3 099 906	-	-	1 281 892	-	-
Passivos financeiros e diferenciais	69 762 549	1 143 381	3,30%	69 443 066	2 390 069	3,44%
Resultado Financeiro		470 386	1,36%		1 180 508	1,70%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		30.06.2013				31.12.2012			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(151 922)	194 219	195 487	237 784	(802 201)	842 328	32 097	72 224
GBP	LIBRA ESTERLINA	425 974	(395 456)	(8 687)	21 831	466 168	(467 042)	(1 057)	(1 931)
BRL	REAL DO BRASIL	172 519	(120 060)	(53 471)	(1 012)	187 801	(183 686)	(4 738)	(623)
DKK	COROA DINAMARQUESA	12 339	(11 926)	-	413	21 947	(21 579)	-	368
JPY	IENE JAPONÊS	(6 504)	5 411	(1 349)	(2 442)	27 297	5 171	(40 166)	(7 698)
CHF	FRANCO SUÍÇO	47 840	2 586	(60 773)	(10 347)	9 944	(6 962)	(1 286)	1 696
SEK	COROA SUECA	3 227	(1 351)	(1 981)	(105)	7 403	(7 778)	(53)	(428)
NOK	COROA NORUEGUESA	(88 160)	87 896	1 981	1 717	(49 539)	49 807	69	337
CAD	DÓLAR CANADIANO	3 569	(1 203)	(2 969)	(603)	22 866	(23 290)	(7 227)	(7 651)
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	(6 425)	6 733	-	308	(5 569)	4 475	497	(597)
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	(22 679)	36 776	(11 567)	2 530	(8 510)	10 124	17	1 631
AOA	KWANZA DE ANGOLA	(54 912)	(76 967)	-	(131 879)	(53 208)	-	-	(53 208)
CZK	COROA CHECA	(486)	489	-	3	5	-	-	5
MXN	PESO MEXICANO	64 472	(64 112)	-	360	63 789	(75 772)	9 338	(2 645)
	OUTRAS	(40 017)	50 324	21 916	32 222	16 727	45 008	34 626	96 361
		358 835	(286 641)	78 587	150 780	(95 080)	170 804	22 117	97 841

Nota: ativo / (passivo)

Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a exposição do Grupo a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

		30.06.2013				
	Crédito a clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	927 591	862 488	23 301	3 419 987	133 831	5 367 198
Espanha	102 613	675 478	(63)	1 243 848	-	2 021 876
Grécia	-	3 376	-	45 002	-	48 378
Irlanda	-	-	-	-	-	-
Itália	-	403	-	217 185	-	217 588
Hungria	-	-	-	-	-	-
	1 030 204	1 541 745	23 238	4 926 022	133 831	7 655 040

⁽¹⁾ Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

(milhares de euros)

		31.12.2012				
	Crédito a clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	935 771	592 985	31 143	2 468 941	128 147	4 156 987
Espanha	111 121	568	(76)	605 499	-	717 112
Grécia	-	3 439	-	-	-	3 439
Irlanda	-	-	-	-	24 894	24 894
Itália	-	6 225	-	21 290	-	27 515
Hungria	-	-	-	-	-	-
	1 046 892	603 217	31 067	3 095 730	153 041	4 929 947

⁽¹⁾ Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Exceto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base

em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)

30.06.2013						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	3 652 398	3 397 690	22 297	3 419 987	-	16 647
Maturidade até 1 ano	909 903	901 590	57	901 647	-	(725)
Maturidade superior 1 ano	2 742 495	2 496 100	22 240	2 518 340	-	17 372
Espanha	1 243 821	1 235 427	8 421	1 243 848	-	(4 258)
Maturidade até 1 ano	806 200	796 753	166	796 919	-	(1211)
Maturidade superior 1 ano	437 621	438 674	8 255	446 929	-	(3 047)
Grécia	105 003	44 279	723	45 002	-	(9 153)
Maturidade até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Maturidade superior 1 ano	105 003	44 279	723	45 002	-	(9 153)
Itália	220 000	216 771	414	217 185	-	73
Maturidade até 1 ano	100 000	98 645	-	98 645	-	-
Maturidade superior 1 ano	120 000	118 126	414	118 540	-	73
	5 221 222	4 894 167	31 855	4 926 022	-	3 309
Ativos Financeiros de Negociação						
Portugal	178 779	164 715	5 830	170 545	-	-
Espanha	34 926	42 828	7 435	50 263	-	-
	213 705	207 543	13 265	220 808	-	-
Ativos Financeiros ao Justo Valor						
Portugal	662 108	684 090	7 853	691 943	-	-
Espanha	630 434	625 206	9	625 215	-	-
Grécia	7 568	3 324	52	3 376	-	-
Itália	400	402	1	403	-	-
	1 300 510	1 313 022	7 915	1 320 937	-	-
Investimentos até à Maturidade						
Portugal	137 000	135 523	4 585	133 831	-	-
	137 000	135 523	4 585	133 831	-	-

(milhares de euros)

31.12.2012						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	2 669 666	2 421 241	47 700	2 468 941	-	191 142
Maturidade até 1 ano	187 331	186 135	113	186 248	-	498
Maturidade superior 1 ano	2 482 335	2 235 106	47 587	2 282 693	-	190 644
Espanha	616 092	597 401	8 098	605 499	-	2 190
Maturidade até 1 ano	389 350	383 681	325	384 006	-	796
Maturidade superior 1 ano	226 742	213 720	7 773	221 493	-	1 394
Itália	20 000	20 867	423	21 290	-	478
Maturidade até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Maturidade superior 1 ano	20 000	20 867	423	21 290	-	478
	3 305 758	3 039 509	56 221	3 095 730	-	193 810
Ativos Financeiros de Negociação						
Portugal	158 946	141 676	3 807	145 483	-	-
Espanha	304	302	-	302	-	-
	159 250	141 978	3 807	145 785	-	-
Ativos Financeiros ao Justo Valor						
Portugal	523 775	439 544	7 958	447 502	-	-
Espanha	260	259	7	266	-	-
Grécia	129 655	3 439	-	3 439	-	-
Itália	5 969	6 224	1	6 225	-	-
	659 659	449 466	7 966	457 432	-	-
Investimentos até à Maturidade						
Portugal	137 000	126 431	1 716	128 147	-	-
Irlanda	24 000	24 051	844	24 894	-	-
	161 000	150 482	2 560	153 041	-	-

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

O início de 2013, manteve a tendência de melhoria do sentimento do mercado, com a redução dos níveis de aversão ao risco e a diminuição das *yields* da dívida soberana dos países periféricos suportadas por políticas fortemente expansionistas dos bancos centrais. Neste contexto, em fevereiro houve um número significativo de bancos a reembolsar a *LTRO (Long Term Refinancing Operation)* cedida em dezembro de 2011, no montante de 137 mil milhões de euros. O Grupo BES amortizou antecipadamente 1 000 M€ ao abrigo desta linha.

Aproveitando as condições favoráveis, o Grupo acedeu aos mercados de capitais internacionais com uma emissão de dívida sénior, não garantida, com maturidade de cinco anos, no montante de 500M€, antecipando parte dos reembolsos a ocorrer ao longo do ano (1,9mM€).

Contudo, o impasse que resultou das eleições em Itália, bem como as medidas anunciadas no âmbito do pedido de assistência financeira do Chipre, vieram aumentar a incerteza dos agentes financeiros, fazendo novamente aumentar o clima de incerteza e a aversão ao risco, com a consequente subida dos *spreads* dos países da periferia da Europa. Este movimento foi já parcialmente revertido em abril.

No final do semestre, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto era de 24,6mM€, dos quais 21,8mM€ junto do Banco Central Europeu.

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)

	30.06.2013						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	316	316	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito e Bancos Centrais	3 925	3 585	130	31	144	2	34
Crédito a clientes	42 797	599	794	1 461	1 860	1 617	36 466
Títulos	29 282	2 580	1 454	1 658	1 573	2 949	19 068
Provisões Técnicas	345	-	345	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	2 130	738	428	-	3	125	836
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	7 750	820	87	476	457	573	5 336
Total		8 638	3 238	3 626	4 037	5 266	61 740
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	15 329	2 812	587	499	677	193	10 562
Depósitos de clientes	37 137	1 124	2 099	926	300	652	32 035
Títulos Emitidos	13 264	165	271	1 055	159	2 390	9 223
Contratos de investimento	3 475	33	17	44	102	251	3 027
Provisões Técnicas	1 495	3	5	12	23	74	1 378
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 929	1 325	528	-	-	1	75
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	11 130	879	228	660	570	565	8 229
Total		6 341	3 735	3 196	1 831	4 126	64 529
GAP (Ativos - Passivos)		2 297	(497)	428	2 206	1 141	
GAP Acumulado		2 297	1 800	2 228	4 434	5 575	
Buffer de activos liq > 12 meses							2 805

(milhões de euros)

	31.12.2012						superior a 1 ano
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	420	420	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	7 072	5 614	504	607	223	95	30
Crédito a clientes	43 500	561	1 170	1 411	1 501	2 291	36 566
Títulos	25 684	2 601	1 140	2 226	889	1 500	17 328
Provisões Técnicas	4	4	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	1 816	1 816	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	6 570	313	139	268	454	513	4 883
Total		11 329	2 953	4 512	3 067	4 399	58 807
PASSIVOS							
Recursos de instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	16 110	2 092	515	680	479	770	11 573
Depósitos de clientes	33 789	594	957	1 974	731	138	29 396
Títulos Emitidos	15 862	176	441	1 936	927	278	12 103
Contratos de investimento	3 320	21	1	83	63	162	2 989
Provisões Técnicas	1 548	10	5	14	28	71	1 418
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 589	1 589	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 188	330	201	417	624	520	8 096
Total		4 812	2 120	5 104	2 852	1 939	65 575
GAP (Ativos - Passivos)		6 515	833	(593)	214	2 459	
GAP Acumulado		6 515	7 348	6 755	6 970	9 429	
Buffer de activos liq > 12 meses							581

O *gap* acumulado a um ano passou de 9 429 milhões de euros em dezembro de 2012 para 5 575 milhões de euros em junho de 2013. De referir que estes valores incluem a BES Vida.

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido através do indicador (Ativos líquidos – Passivos voláteis) / (Ativo – Ativos líquidos) * 100 em cada escala cumulativa de maturidade residual. Os ativos líquidos incluem os valores de tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do Grupo BES era, a 30 de junho de 2013, de -2,3 que compara com -1,7 em dezembro de 2012. Esta variação negativa não reflete, pela definição do rácio, o aumento de títulos líquidos nos prazos superiores a um ano. De salientar que os valores acima apresentados, calculados no âmbito do reporte da Instrução nº13/2009 ao Banco de Portugal, não incluem a BES Vida, cuja atividade é regulada pelo Instituto de Seguros de Portugal, que estabelece limites de exposição para diversificação e dispersão prudencial.

De forma a tentar antecipar possíveis impactos negativos, são efetuados cenários de stress com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado). No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale*, enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

Já em janeiro de 2013, o *Bank of International Settlements*, no enquadramento de Basileia III, publicou nova legislação referente ao rácio de liquidez *Liquidity Coverage Ratio* (LCR). O Grupo BES, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, cumpria já com o limite estabelecido para 2015 relativamente a este rácio.

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Risco específico da atividade seguradora (ramo vida)

Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

Tarifação

A BES Vida tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows e a posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value* é realizado uma vez por ano pela Companhia e revisto por consultores externos.

Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões

no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos cash-flows futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Gestão de sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem regras claras e formalizadas respeitantes aos procedimentos e controlos na gestão dos processos de sinistros.

Resseguro

A BES Vida celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros.

Risco específico de seguro

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez. O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro. O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de cashflows – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de cash-flows – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
Planos de poupança reforma e produtos de capitalização		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
Seguros em caso de vida		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006	GKM - 3 anos	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) No ano de 2013 a taxa técnica foi de 3% (ano de 2012: 2%)

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco. O modelo usado na BES Vida segue as metodologias emanadas pelo CFO Forum para o efeito.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

Tábua de mortalidade	
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objetivo da gestão de capital no Grupo consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Grupo foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – IRB) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – TSA).

Os elementos de capital do Grupo BES para efeitos da determinação do rácio de solvabilidade, dividem-se em *Core Tier I*, Fundos Próprios de Base (ou *Tier I*), Fundos Próprios Complementares e Fundos Próprios Totais, com a seguinte composição:

- *Core Tier I*: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, os prémios de emissão, as reservas elegíveis, os resultados positivos retidos do exercício quando certificados e os interesses que não controlam. As reservas de justo valor são excluídas com exceção da dedução das reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital; também é dedutível ao *Core Tier I* o valor de balanço dos montantes relativos a “Goodwill” apurado, ativos intangíveis, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do exercício.
- Fundos Próprios de Base (*Tier I*): Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui as ações preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Constituem elementos dedutíveis aos fundos próprios de base metade do valor convertido em participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco da parte que exceda a soma das correções de valor e provisões existentes.

- **Fundos Próprios Complementares (*Tier II*):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco que ultrapassem o valor da soma das correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções:** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que o *Tier II* não exceda os Fundos próprios de base. Adicionalmente, determinadas componentes do *Tier II* (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos Fundos próprios de base.

Em maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deveriam atingir um Rácio Core Tier I não inferior a 9% em 31 de dezembro de 2011, e de 10% até 31 de dezembro de 2012. Simultaneamente os bancos europeus devem observar um rácio *Core Tier I* de 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (*EBA*).

Os principais movimentos ocorridos nos Fundos próprios de base nos termos definidos pelo Banco de Portugal para 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do período	6 439	6 171
Aumento de capital, líquido de despesas de emissão	-	995
Instrumentos híbridos	(24)	(19)
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	(236)	42
Interesses que não controlam, excluindo híbridos	(10)	2
Goodwill	122	(166)
Desvios atuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(24)	(526)
Amortização do período transitório IFRS	(3)	(12)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	(113)	(164)
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	(63)	142
Outros efeitos	36	(26)
Saldo no fim do período	6 124	6 439

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	(milhões de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
A - Fundos Próprios		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias	6 102	6 074
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	1 001	1 237
Interesses que não controlam	577	587
Ativos Intangíveis	(133)	(141)
Desvios Atuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(765)	(741)
Goodwill	(384)	(506)
Reservas de justo valor com impacto prudencial	(115)	(52)
Período transitório IFRS	10	13
Fundos Próprios para determinação do Rácio <i>Core Tier I</i>	(A1)	6 293
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I	202	226
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	(371)	(258)
Fundos Próprios para determinação do Rácio <i>Core Tier I EBA</i>	(C)	5 801
Fundos Próprios de Base (<i>TIER I</i>)	(A2)	6 124
45% das Reservas de justo valor Positivas	53	47
Dívida Subordinada elegível	792	801
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	(371)	(258)
Fundos Próprios Complementares (<i>TIER II</i>)	474	590
Deduções	(77)	(72)
Fundos Próprios Elegíveis	(A3)	6 521
B- Ativos de Risco		
Calculados de acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	55 443	56 484
Calculados de acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)	1 548	1 503
Calculados de acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	3 694	3 694
Total de Ativos de Risco Equivalentes	(B)	60 685
C- Rácios Prudenciais		
Rácio <i>Core Tier I</i>	(A1 / B)	10,4%
Rácio <i>Core Tier I EBA</i>	(C / B)	9,6%
Rácio <i>Tier I</i>	(A2 / B)	10,1%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B)	10,7%

Planos de Financiamento e de Capitalização (2011–2015)

De acordo com o Memorando de Política Económica e Financeira subscrito entre o Governo Português, por um lado, a Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), por outro, os bancos portugueses tem de elaborar trimestralmente planos de financiamento e de capitalização para o período 2011 a 2015 de forma a alcançarem os seguintes objetivos:

- O rácio crédito/depósitos deverá convergir para o valor de 120% a partir de dezembro de 2014, inclusive;
- O rácio de financiamento estável (*stable funding ratio*) deverá ser de 100% a partir de dezembro de 2014, inclusive;
- O rácio *Core Tier I* deverá situar-se acima dos 10% após dezembro de 2012, conforme estabelecido pelo Aviso 3/2011 do Banco de Portugal.

Adicionalmente, os planos de financiamento dos bancos devem considerar que a dependência das sucursais e filiais no estrangeiro de fundos domésticos deverá ser minimizada; devem reduzir a dependência do financiamento do BCE; considerar um acesso moderado ao mercado de curto prazo e uma abertura gradual do mercado internacional de médio e longo prazo a partir do 4.º trimestre de 2013; e deviam ser suportados por políticas comerciais de apoio aos setores da economia portuguesa, designadamente às pequenas e médias empresas.

Para efeitos de elaboração dos planos são fornecidas pelo Banco de Portugal e em articulação com a CE/BCE/FMI projeções sobre as variáveis macroeconómicas relevantes domésticas, de crescimento do PIB nas geografias de maior relevância para a atividade dos bancos e ainda projeções de taxas de juro de referência e outros parâmetros indispensáveis à sua elaboração. No contexto do plano para o período em referência, sublinha-se ainda o facto de o mesmo ser objeto de um exercício de *stress test* onde os bancos deverão, num cenário extremo, apresentar um rácio *Core Tier I* superior a 6% durante o referido período (2011 a 2015).

NOTA 52 - COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Operações de Securitização

Ao longo do ano de 2011 e 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efetuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de proteção de risco, nomeadamente os decorrentes da substituição de contrapartes com notações de risco abaixo dos níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou decorrentes de ações que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES atuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em fevereiro de 2012, esta agência de *rating* fixou em Baa1 o *rating* máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em dezembro de 2010 - Lusitano SME No.2 - perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de março de 2012.

Obrigações Hipotecárias

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

Contract Support Annex (CSA)

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negocia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

NOTA 53 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS

No âmbito do processo de reestruturação do setor imobiliário português, foram lançadas várias iniciativas no sentido de serem criadas condições financeiras, operacionais e de gestão que pudessem revitalizar aquele setor. Nesse sentido, o Governo, em estreita ligação com as empresas e o setor financeiro, incluindo o Grupo BES, encorajou a criação de sociedades e de fundos especializados que, através de operações de concentração, agregação, fusão e gestão integradas, permitissem a obtenção das sinergias necessárias à recuperação das empresas. Tendo em vista os referidos objetivos foram constituídas sociedades (empresas-mãe), com participação minoritária do Grupo BES, que, por sua vez, passaram a deter a quase totalidade do capital de certas subsidiárias (subsidiárias daquelas empresas-mãe) com o objetivo de adquirirem certos créditos bancários imobiliários.

No exercício de 2012 e no primeiro semestre de 2013, o BES realizou um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para aquelas últimas entidades (subsidiárias das empresas-mãe). Estas entidades são responsáveis pela gestão dos ativos recebidos em colateral que, após a cedência dos créditos, têm como objetivo a implementação de um plano de valorização dos mesmos. A quase totalidade dos ativos financeiros cedidos nestas operações foi desconhecida do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para as referidas entidades terceiras a parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes bem como o respetivo controlo.

As referidas entidades adquirentes têm uma estrutura de gestão específica, totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é selecionada na data da sua constituição e tem como principais responsabilidades:

- definir o objetivo da entidade;

- administrar e gerir em regime exclusivo e independente os ativos adquiridos, determinar os objetivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios da entidade.

As entidades adquirentes são financiadas, predominantemente, através da emissão de instrumentos de capital de natureza sénior que são totalmente subscritos pelas sociedades empresa-mãe. O valor do capital representado por títulos sénior iguala o justo valor do ativo objeto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efetuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflete o risco da sociedade detentora dos ativos. Adicionalmente, o financiamento pode ser complementado pela subscrição pelos bancos de instrumentos de capital júnior pela diferença entre o valor de balanço dos créditos cedidos e o justo valor que teve por base a valorização do título sénior. Estes instrumentos juniores, quando subscritos pelo Grupo BES, darão direito a um valor positivo contingente, caso o valor dos ativos transferidos ultrapasse o montante das prestações seniores acrescido da remuneração das mesmas, e encontra-se normalmente limitado a um máximo de 25% do valor global que resulta dos títulos sénior e títulos júnior emitidos.

Considerando que estes títulos júnior refletem um diferencial de avaliação dos ativos cedidos, tendo por base avaliações efetuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se integralmente provisionados no balanço do Grupo.

Assim, na sequência das operações de cedência de ativos o Grupo subscreeveu:

- instrumentos de capital, representativos do capital das sociedades empresas-mãe em que os cash flows que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de ativos cedidos pelos vários bancos. Estes títulos encontram-se registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados a mercado, com valorização divulgada regularmente pelas referidas empresas cujas contas são auditadas no final de cada ano;
- instrumentos juniores, emitidos pelas sociedades adquirentes dos créditos que se encontram a ser totalmente provisionados por refletirem a melhor estimativa da imparidade dos ativos financeiros cedidos.

sendo que das referidas subscrições pelo Grupo BES resultou uma posição claramente minoritária no capital das referidas entidades.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo com algum risco e benefício, o Grupo BES, nos termos da IAS 39.21, procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos ativos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído que não reteve substancialmente a maior parte dos riscos e benefícios. Adicionalmente e considerando que também não tem controlo, procedeu, nos termos da IAS 39.20c(i), ao desreconhecimento dos ativos transferidos e ao reconhecimento dos ativos recebidos como contrapartida, como se mostra no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Valores à data da transferência							
	Valores associados à Cedência de Activos			Subscrição de Títulos				
	Activos Líquidos Cedidos	Valor da Transferência	Resultado Apurado com a Transferência	Ações (Títulos Senior)	Títulos Junior	Total	Imparidade	Valor líquido
Até 31 de dezembro de 2012								
Fundo Recuperação Turismo, FCR	282 121	282 121	-	256 891	34 906	291 797	(34 906)	256 891
FLIT SICAV	252 866	254 547	1 681	235 303	23 247	258 550	(23 247)	235 303
Discovery Portugal Real Estate Fund	96 196	93 208	(2 988)	96 812	-	96 812	-	96 812
Fundo Vallis Construction Sector	66 272	66 272	-	81 002	21 992	102 994	(21 992)	81 002
1º semestre de 2013								
Fundo Vallis Construction Sector	16 980	16 980	-	1 607	2 874	4 481	(2 874)	1 607
FLIT SICAV	75 835	74 135	(1 700)	11 332	(7 115)	4 217	7 115	11 332
Discovery Portugal Real Estate Fund	1 331	900	(4 31)	4 365	-	4 365	-	4 365
Fundo Recuperação Turismo, FCR	-	-	-	1 249	-	1 249	-	1 249
	791 601	788 163	(3 438)	688 561	75 904	764 465	(75 904)	688 561

Conforme evidenciado no quadro acima, no âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada (títulos júnior) especificamente relacionados com os ativos cedidos, encontram-se provisionados na sua totalidade. O valor das provisões constituídas na sequência destas operações ascende a cerca de 75,9 milhões de euros.

Apesar de os títulos juniores se encontrarem totalmente provisionados, o Grupo mantém também uma exposição indireta aos ativos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os ativos cedidos por outras instituições financeiras, por via das ações das empresas-mãe subscritas. Existiu porém uma operação com a sociedade FLITPTREL VIII em que, pelo facto de a sociedade adquirente deter substancialmente ativos cedidos pelo Grupo BES e considerando a detenção dos títulos júnior, o teste da variabilidade resultou numa exposição substancial a todos os riscos e benefícios. Nessa circunstância, a operação, no montante de 60 milhões de euros, manteve-se reconhecida no balanço na rubrica de crédito a clientes.

NOTA 54 - CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS OCORRIDAS NO PERÍODO

BES VIDA

Até 30 de abril de 2012, o BES detinha uma participação de 50% no capital social da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A. ("BES Vida"), uma companhia de seguros do ramo vida que distribui os seus produtos em Portugal e Espanha. O controlo sobre as atividades da BES Vida era exercido pelo Credit Agricole, S.A., detentor dos 50% remanescentes do respetivo capital social.

Conforme referido na Nota 1, em maio de 2012 o BES adquiriu a participação de 50% detida pelo Credit Agricole, S.A. com o objetivo de potenciar a comercialização dos produtos oferecidos pela BES Vida.

Assim, após esta aquisição, o BES passou a deter a totalidade das ações representativas do capital social da BES Vida e a controlar as suas atividades operacionais e financeiras. Como tal, a participação na BES Vida, que previamente à referida aquisição qualificava como um investimento em associada e era registada nas contas consolidadas do BES pelo método da equivalência patrimonial, passou a qualificar como um investimento em subsidiária pelo que as respetivas demonstrações financeiras passaram a ser consolidadas pelo método integral a partir de maio de 2012.

O investimento total adicional efetuado em 2012 ascendeu a cerca de 225 milhões de euros, tendo a BES Vida reembolsado as prestações acessórias, em outubro de 2012, no valor de 125 milhões de euros.

Esta transação foi contabilizada de acordo com o disposto no parágrafo 42 do IFRS 3 relativo a concentrações de atividades empresariais alcançadas por etapas, o qual requer que numa aquisição de partes de capital da qual resulte a obtenção de controlo, qualquer participação anteriormente detida na adquirida, seja mensurada ao justo valor na data da aquisição e que o ganho ou perda daí decorrente seja reconhecido em resultados. Os montantes previamente registados na reserva de justo valor devem ser transferidos para resultados.

O balanço da BES Vida reportado a 1 de maio de 2012 e utilizado para efeitos da primeira consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BES foi o seguinte:

	Balanço da BES Vida 01.05.2012 (milhares de euros)
Ativo	
Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	198 648
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 759 100
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 917 328
Investimentos detidos até à maturidade	159 551
Ativos tangíveis	93 864
Ativos intangíveis	107 768
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 512
Ativos por impostos	112
Outros ativos	178 712
	5 417 595
Passivo	
Provisões técnicas	1 880 631
Contratos de investimento	3 053 344
Outros passivos financeiros	194 434
Passivos por impostos	33 469
Outros passivos	40 291
	5 202 169
Capital próprio	
Capital	50 000
Outras reservas e resultados transitados	165 426
	215 426
	5 417 595

O justo valor dos ativos e passivos adquiridos inclui o montante de 107 768 milhares de euros (76 515 milhares de euros, líquido de imposto), reconhecido na rubrica de ativos intangíveis, relativo ao *value in force* da carteira de seguros do ramo vida. Este ativo será amortizado durante a vida remanescente dos contratos adquiridos.

O *goodwill* reconhecido na sequência da referida da aquisição ascende a cerca de 234 574 milhares de euros e explica-se como segue:

	%	milhares de euros
<i>Goodwill como o excesso de:</i>		
Montante pago		225 000
Justo valor, determinado na data da aquisição, da participação de 50% previamente detida na BES Vida		225 000
		450 000
<i>Sobre:</i>		
Justo valor dos ativos e passivos adquiridos	100	215 426
Goodwill		234 574

O *goodwill* é atribuível à expectativa de crescimento do mercado em que a BES Vida opera e da geração futura de valor que o Grupo espera vir a beneficiar com o controlo da companhia.

O impacto nos resultados do período findo em 30 de junho de 2012, resultante da mensuração da participação de 50% previamente detida na BES Vida, conforme requerido pelo parágrafo 42 do IFRS 3 pode ser analisado como segue:

	milhares de euros
Participação de 50% previamente detida na BES Vida:	
Justo valor	225 000
Valor contabilístico	243 790
Perda resultante da mensuração ao justo valor da participação previamente detida na BES Vida	(18 790)
Reconhecimento em resultados da reserva de justo valor da BES Vida apropriada pelo BES na consolidação até à data da aquisição	(70 796)
Perda decorrente da aquisição de controlo na BES Vida	(89 586)

O impacto da consolidação da BES Vida nos resultados consolidados do Grupo BES no primeiro semestre de 2012 traduziu-se num ganho de 68,7 milhões de euros, decomposto como segue:

- mensuração da participação de 50% anteriormente detida pelo Grupo, conforme discriminado acima, no valor de -89,6 milhões de euros; efeito da eliminação de operações intragrupo no valor de 35,5 milhões de euros, perfazendo um efeito total líquido de impostos de -54,1 milhões de euros apurados na primeira consolidação integral;
- apropriação pelo método do *equity* do resultado gerado pela BES Vida desde 1 de janeiro a 30 de abril de 2012, no valor de 2,8 milhões de euros;
- apropriação pelo método integral do resultado gerado pela BES Vida de 1 de maio até 31 de dezembro de 2012, líquido de ajustamentos de consolidação, no valor de 120,0 milhões de euros.

Caso a BES Vida tivesse sido consolidada integralmente desde o dia 1 de janeiro de 2012, o resultado do período seria superior em cerca de 2 761 milhares de euros.

○ **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS**

BANCO ESPÍRITO SANTO

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012**

(milhares de euros)

	Notas	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
		30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Juros e proveitos similares	4	565 571	759 838	1 154 519	1 587 623
Juros e custos similares	4	477 211	580 220	988 482	1 220 238
Margem financeira		88 360	179 618	166 037	367 385
Rendimentos de instrumentos de capital	5	59 445	50 148	61 167	86 169
Rendimentos de serviços e comissões	6	253 292	161 819	406 105	322 644
Encargos com serviços e comissões	6	(75 093)	(55 142)	(143 242)	(105 022)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(136 676)	(44 583)	(207 568)	(48 218)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	10 216	192 894	98 363	215 261
Resultados de reavaliação cambial	9	(13 686)	(4 466)	(5 422)	(7 390)
Resultados de alienação de outros ativos	10	(209)	(8 127)	536	(12 469)
Outros resultados de exploração	11	(9 019)	41 255	(17 056)	69 945
Proveitos operacionais		176 630	513 416	358 920	888 305
Custos com pessoal	12	87 408	90 720	175 643	178 728
Gastos gerais administrativos	14	78 124	84 164	155 175	159 869
Depreciações e amortizações	26 e 27	20 367	21 326	40 378	42 527
Provisões líquidas de anulações	34	(33 199)	1 712	(31 050)	(23 877)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	374 338	169 236	500 729	290 952
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20,21 e 23	49 313	27 850	60 759	29 740
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 28 e 29	29 063	(33 480)	55 319	11 970
Custos operacionais		605 414	361 528	956 953	689 909
Resultado antes de impostos		(428 784)	151 888	(598 033)	198 396
Impostos sobre o rendimento					
Correntes	35	447	(10 710)	3 140	22 422
Diferidos	35	(107 723)	52 191	(135 369)	20 456
Resultado líquido do exercício		(321 508)	110 407	(465 804)	155 518
Resultados por ação básicos (em euros)	15	-0,08	0,04	-0,12	0,07
Resultados por ação diluídos (em euros)	15	-0,08	0,04	-0,12	0,07

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(milhares de euros)

Notas	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Resultado líquido do período	(321 508)	110 407	(465 804)	155 518
Outro rendimento integral do período				
Itens que não serão reclassificados para resultados				
Benefícios de longo prazo	(12 991)	(48 599)	(12 991)	(48 599)
Pensões - regime transitório	(2 360)	(2 696)	(2 360)	(5 385)
Diferenças de câmbio	13 375	-	13 375	-
	(1 976)	(51 295)	(1 976)	(53 984)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Ganhos e perdas do período	(70 326)	250 400	(45 588)	315 358
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período	39 518	(164 356)	(36 372)	(183 718)
Impostos diferidos	8 266	(64 920)	23 979	(38 311)
	(22 542)	21 124	(57 981)	93 329
Total do rendimento integral do período	(346 026)	80 236	(525 761)	194 863

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
BALANÇO
EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	Notas	30.06.2013	31.12.2012
(milhares de euros)			
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	451 915	626 558
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	176 147	275 887
Ativos financeiros detidos para negociação	18	1 386 109	1 851 506
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	19	3 092 980	1 286 075
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	9 309 806	9 007 032
Aplicações em instituições de crédito	21	6 501 337	9 565 134
Crédito a clientes	22	37 920 793	37 263 514
Investimentos detidos até à maturidade	23	635 590	692 093
Derivados para gestão de risco	24	340 280	468 184
Ativos não correntes detidos para venda	25	1 342 110	1 308 088
Outros ativos tangíveis	26	329 417	342 553
Ativos intangíveis	27	105 545	113 460
Investimentos em subsidiárias e associadas	28	2 095 581	2 056 228
Ativos por impostos correntes		1 552	1 292
Ativos por impostos diferidos	35	971 608	833 310
Outros Ativos	29	2 770 945	3 056 852
Total de Ativo		67 431 715	68 747 766
Passivo			
Recursos de bancos centrais	30	9 254 714	10 238 986
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 248 467	1 630 363
Recursos de outras instituições de crédito	31	5 106 462	7 138 799
Recursos de clientes	32	34 169 149	30 271 265
Responsabilidades representadas por títulos	33	8 887 163	9 933 899
Passivos financeiros associados a Ativos transferidos		775 072	953 613
Derivados para gestão de risco	24	108 218	79 667
Provisões	34	515 598	554 526
Passivos por impostos correntes		33 330	60 134
Passivos por impostos diferidos	35	123 987	138 810
Passivos subordinados	36	796 665	796 643
Outros passivos	37	683 067	682 063
Total de Passivo		61 701 892	62 478 768
Capital Próprio			
Capital	38	5 040 124	5 040 124
Prémios de emissão	38	1 060 774	1 061 621
Ações próprias	38	(801)	(801)
Outros instrumentos de capital	38	220 756	225 714
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	39	(125 226)	(179 621)
Resultado líquido do exercício		(465 804)	121 961
Total de Capital Próprio		5 729 823	6 268 998
Total de Passivo e Capital Próprio		67 431 715	68 747 766

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013, 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 30 DE JUNHO DE 2012

(milhares de euros)

	Capital	Prêmios de emissão	Ações próprias	Outros instrumentos de Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transferidos e outro rendimento integral	Total	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4 030 232	1 076 522	(997)	244 502	(159 606)	114 008	(45 088)	(133 089)	5 171 482
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	93 329	-	93 329	-	93 329
Desvios actuariais	-	-	-	-	(48 599)	-	(48 599)	-	(48 599)
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(5 385)	-	(5 385)	-	(5 385)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	155 518	155 518
Total de rendimento integral no período					93 329	(53 984)	39 345	155 518	194 863
Aumento de capital	1 008 892	(17 460)	-	-	-	-	-	-	992 436
- emissão de 2.555.682 novas ações	1 009 882	(17 460)	-	-	-	-	-	-	1 002 422
- custos com aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(7 986)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(133 089)	(133 089)	133 089	-
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	(18 500)	4 860	-	4 860	-	(13 640)
Variação de ações próprias	-	-	190	-	-	-	190	-	190
Juros de outros instrumentos de capital (a)	-	-	-	-	-	(1 251)	(1 251)	-	(1 251)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(12 874)	(12 874)	-	(12 874)
Outros movimentos	-	-	-	(44)	-	2 097	2 097	-	2 053
Saldo em 30 de junho de 2012	5 040 124	1 059 036	(801)	225 938	(60 367)	(80 233)	(146 600)	155 518	6 333 235
Outro rendimento integral:									
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	(122 101)	(122 101)	-	(122 101)
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	-	(8 358)	(8 358)	-	(8 358)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(33 557)	(33 557)
Total de rendimento integral no período						(130 459)	(130 459)	(33 557)	(166 016)
Aumento de capital	2 385	-	-	-	-	-	-	-	2 385
- custos com aumento de capital	2 585	-	-	-	-	-	-	-	2 585
Constituição de reservas	-	-	-	(280)	95 105	-	95 105	-	95 105
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	(382)	-	(382)	-	(382)
Juros de outros instrumentos de capital (a)	-	-	-	-	(297)	-	(297)	-	(297)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	4 860	-	4 860	-	4 860
Outros movimentos	-	-	-	44	-	(1 848)	(1 848)	-	(1 804)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5 040 124	1 061 621	(801)	225 714	28 738	(208 359)	(179 621)	121 961	6 268 938
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(57 981)	-	(57 981)	-	(57 981)
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	(12 991)	(12 991)	-	(12 991)
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(2 360)	-	(2 360)	-	(2 360)
Variação cambial	-	-	-	-	-	13 375	13 375	-	13 375
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(465 804)	(465 804)
Total de rendimento integral no período					(57 981)	(1 976)	(59 957)	(465 804)	(525 761)
Constituição de reservas	-	-	-	-	121 961	-	121 961	(121 961)	-
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	(4 365)	913	-	913	-	(4 072)
Juros de outros instrumentos de capital (a)	-	-	-	-	(950)	-	(950)	-	(950)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(8 035)	(8 035)	-	(8 035)
Outros movimentos	-	(847)	-	27	-	463	463	-	(357)
Saldo em 30 de junho de 2013	5 040 124	1 060 774	(801)	220 756	(29 243)	(95 983)	(125 226)	(465 804)	5 229 823

(a) Correspondem a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 6,5% (para as emissões em euros) e de 8,0% (para as emissões em dólares) em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BES (ver Nota 38)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2013	30.06.2012
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		1 133 950	1 629 757
Juros e custos pagos		(1 022 390)	(1 255 574)
Serviços e comissões recebidas		418 421	337 904
Serviços e comissões pagas		(146 901)	(108 379)
Recuperações de créditos		11 364	11 818
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(232 700)	(179 438)
		161 744	436 088
<i>Varição nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		1 154 986	4 295 394
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		(1 942 655)	(255 254)
Aplicações em instituições de crédito		942 891	1 494 294
Recursos de instituições de crédito		(2 001 808)	(2 366 218)
Crédito a clientes		(1 539 346)	(2 641 090)
Recursos de clientes e outros empréstimos		3 897 290	(1 763 649)
Derivados para gestão do risco		65 327	182 751
Outros ativos e passivos operacionais		312 528	(53 089)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		1 050 957	(670 773)
Impostos sobre os lucros pagos		(37 096)	(6 877)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		1 013 861	(677 650)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(35 155)	(165 502)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		787	6
Dividendos recebidos		61 167	86 169
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(27 034 660)	(39 967 989)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		26 688 940	40 888 593
Investimentos detidos até à maturidade		71 431	73 527
Compra de imobilizações		(13 392)	(16 007)
Venda de imobilizações		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(260 882)	898 797
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	992 406
Compra de outros instrumentos de capital		(4 072)	(18 544)
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		831 080	3 199 286
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(1 848 865)	(3 941 761)
Reembolso de passivos subordinados		-	(83 883)
Ações próprias		-	196
Juros de outros instrumentos de capital		(1 266)	(1 251)
Dividendos de outros instrumentos de capital		(10 713)	(12 874)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(1 033 836)	133 575
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(280 857)	354 722
Caixa e equivalentes no início do período		871 866	701 525
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(5 216)	19 153
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(280 857)	354 722
Caixa e equivalentes no fim do período		585 793	1 075 400
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	181 082	168 857
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	270 833	736 588
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		(42 269)	(38 402)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	176 147	208 357
Total		585 793	1 075 400

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Banco Espírito Santo, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais intercalares
em 30 de junho de 2013

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 – ATIVIDADE

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde atua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a atividade como banco comercial em 1920 na sequência da aquisição da Espírito Santo & C^a, casa bancária que já desenvolvia operações de banca de retalho. Em 1937 ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de julho de 1999 passou a adotar a firma Banco Espírito Santo, S.A..

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na *NYSE Euronext Lisbon*.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 660 balcões (31 de dezembro de 2012: 670), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 10 escritórios de representação no estrangeiro.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal à data de apresentação de contas.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao período findo em 30 de junho de 2013. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas a 31 de dezembro de 2013.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2013 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de

juízo ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de julho de 2013.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros ativos (ver Nota 29) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

* Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

* Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

* Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de ativos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivativos (derivados para gestão de risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivativos (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- * a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- * a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- * a existência de credores privilegiados;
- * a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- * o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- * o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

O Banco classifica os outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 24 contém um sumário dos ativos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

• Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de

instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes ativos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas

regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- * são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- * tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.11. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do Banco) é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam

indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

2.12. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

* Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

* Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento teórico dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Banco reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

Semestralmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 30 de junho de 2013, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos atuariais relativos à tábua de mortalidade efetuados posteriormente a 1 de janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º

7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de dezembro de 2014.

Premios de antiguidade

No âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado semestralmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Piano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Acionistas de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associado um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de ações e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre ações do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os diretores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os diretores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.22. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.24. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O Banco Espírito Santo é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros através da venda de contratos de seguro dos ramos vida e não vida. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco recebe comissões que estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros revestem as seguintes modalidades:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa predeterminada sobre o valor das subscrições efetuadas através do Banco e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios preestabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;
- outras comissões variáveis, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros Ativos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao valor de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a

reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	715 721	886 216
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	25 511	49 963
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	116 728	127 575
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	88 340	270 683
Juros de investimentos detidos até à maturidade	10 440	10 813
Juros de derivados para gestão de risco	189 415	231 216
Outros juros e proveitos similares	8 364	11 157
	1 154 519	1 587 623
Juros e custos similares		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	360 988	285 083
Juros de recursos de clientes	375 087	455 594
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	123 293	255 925
Juros de derivados para gestão de risco	92 861	185 249
Juros de passivos subordinados	31 847	31 671
Outros juros e custos similares	4 406	6 716
	988 482	1 220 238
	166 037	367 385

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

NOTA 5 - RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	52 451	42 103
Dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda	8 716	44 066
	61 167	86 169

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	163 225	162 898
Por garantias prestadas	97 969	102 852
Por operações realizadas com títulos	3 600	3 033
Por compromissos perante terceiros	13 022	17 724
Outros rendimentos de serviços e comissões	128 289	36 137
	406 105	322 644
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	33 408	32 335
Por operações realizadas com títulos	4 562	4 272
Por garantias recebidas	101 592	65 390
Outros encargos com serviços e comissões	3 680	3 025
	143 242	105 022
	262 863	217 622

Em 30 de junho de 2013, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 30,0 milhões de euros (30 de junho de 2012: 27,4 milhões de euros) relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (ver Nota 33).

NOTA 7 - RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2013			30.06.2012		
	Proveltos	Custos	Total	Proveltos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	6 199	3 305	2 894	93 254	5 184	88 070
De outros emissores	761	471	290	570	23 031	(22 461)
Ações	5 071	19 474	(14 403)	4 307	4 573	(266)
	12 031	23 250	(11 219)	98 131	32 788	65 343
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	161 443	178 310	(16 867)	198 791	212 312	(13 521)
Contratos sobre taxas de juro	1 559 337	1 738 767	(179 430)	2 134 483	2 091 649	42 834
Contratos sobre Ações/índices	938 490	967 090	(28 600)	341 365	346 800	(5 435)
Contratos sobre créditos	275 150	304 791	(29 641)	295 793	329 798	(34 005)
Outros	6 820	7 867	(1 047)	6 908	8 853	(1 945)
	2 941 240	3 196 825	(255 585)	2 977 340	2 989 412	(12 072)
	2 953 271	3 220 075	(266 804)	3 075 471	3 022 200	53 271
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	10 258	4 949	5 309	28 189	-	28 189
De outros emissores	5 954	20 210	(14 256)	4 655	8 671	(4 016)
Ações	-	146	(146)	225	1	224
Outros títulos de rendimento variável	15 335	23 287	(7 952)	15 124	82 740	(67 616)
	31 547	48 592	(17 045)	48 193	91 412	(43 219)
Outros Ativos financeiros (1)	36 256	7 978	28 278	12 667	12 936	(269)
Passivos financeiros (1)	116 043	68 040	48 003	102 587	160 588	(58 001)
	183 846	124 610	59 236	163 447	264 936	(101 489)
	3 137 117	3 344 685	(207 568)	3 238 918	3 287 136	(48 218)

(1) Inclui a variação de justo valor de Ativos/passivos objecto de cobertura ou ao fair value option

Em 30 de junho de 2013, esta rubrica inclui um efeito negativo de 35,6 milhões de euros (30 de junho de 2012: efeito positivo de 12,2 milhões de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

NOTA 8 - RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	30.06.2013			30.06.2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	109 704	10 829	98 875	234 434	7 690	226 744
De outros emissores	5 474	7 692	(2 218)	8 756	17 009	(8 253)
Ações	2 009	320	1 689	6 583	7 550	(967)
Outros títulos de rendimento variável	310	293	17	5 704	7 967	(2 263)
	117 497	19 134	98 363	255 477	40 216	215 261

Durante os primeiros seis meses de 2012, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de acções da EDP tendo obtido uma menos-valia de 7,1 milhões de euros. Em 2013 não ocorreram transações de valor material.

As transações com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 41.

NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	30.06.2013			30.06.2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	418 978	424 400	(5 422)	407 678	415 068	(7 390)
	418 978	424 400	(5 422)	407 678	415 068	(7 390)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 - RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Créditos a clientes	(489)	(7 775)
Ativos não correntes detidos para venda	(927)	(2 655)
Outros	1 952	(2 039)
	536	(12 469)

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 7,1 milhões de euros relativa à venda de 43,6 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de activos do Banco (*deleverage*). Em 2013, não ocorreram vendas com valor material.

NOTA 11 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Prestação de serviços diversos	3 794	5 688
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	11 364	11 818
Impostos directos e indirectos	(15 520)	(15 433)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(4 208)	(3 237)
Quotizações e donativos	(2 529)	(2 423)
Ganhos/ (perdas) na aquisição de dívida emitida pelo banco	735	91 952
Outros	(10 692)	(20 948)
	(17 056)	67 417

Os impostos directos e indirectos incluem 12,3 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (30 de junho de 2012: 13,3 milhões de Euros), criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro (ver Nota 35).

NOTA 12 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Vencimentos e salários	129 400	133 088
Remunerações	128 395	131 075
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	1 005	2 013
Encargos sociais obrigatórios	28 889	34 747
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)	6 124	3 609
Outros custos	11 230	7 284
	175 643	178 728

Em 30 de junho de 2013, incluído em Outros Custos encontra-se o valor de 463 milhares de euros relativos ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF (30 de junho de 2012: 752 milhares de euros) conforme política contabilística na Nota 2.15. O detalhe deste plano é analisado na Nota 13.

Em 30 de junho de 2012, o número de colaboradores do Banco é de 6 656 (30 de Junho de 2012: 6 694).

NOTA 13 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Em 30 de dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT e ainda as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efetuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respetivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como se segue:

	Pressupostos			
	30-06-2013		31-12-2012	
	1º ao 4º ano	5º ano e subsequentes	1º ao 4º ano	5º ano e subsequentes
Pressupostos Atuariais				
Taxas de rendimento esperado		4,50%		5,50%
Taxa de desconto		4,50%		4,50%
Taxa de crescimento de pensões	0,00%	0,75%	0,00%	0,75%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,75%	1,00%	1,75%
Tábua de Mortalidade masculina		TV 73/77 - 1 ano		
Tábua de Mortalidade feminina		TV 88/90		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	30.06.2013	31.12.2012
Ativos	5 646	4 933
Reformados e sobreviventes	5 682	5 672
TOTAL	11 328	10 605

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Total das responsabilidades	(1 142 640)	(1 143 429)
Pensionistas	(433 048)	(442 757)
Ativos	(709 592)	(700 671)
Coberturas		
Saldo dos Fundos	1 126 669	1 145 642
Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Nota 29 e 37)	(15 971)	2 213
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 097 750	1 086 467
Regime transitório	7 807	10 955

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Responsabilidades no início do exercício	1 143 429	1 025 439
Custo do serviço corrente	6 124	10 698
Custo dos juros	25 695	56 538
Contribuições dos participantes	1 553	3 060
(Ganhos) e perdas actuariais no período:		
- Alteração de pressupostos	-	65 366
- (Ganhos) e perdas de experiência	(16 136)	33 421
Pensões/ benefícios pagos pelo fundo	(14 808)	(27 231)
Custos com serviços passados	-	(21 622)
Diferenças cambiais e outros	(3 217)	(2 240)
Responsabilidades no final do exercício	1 142 640	1 143 429

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo dos fundos no início do exercício	1 145 642	1 116 693
Rendimento real do fundo	(2 500)	(31 160)
Contribuições do Banco	-	86 411
Contribuições dos empregados	1 553	3 060
Pensões pagas pelo fundo	(14 808)	(27 481)
Diferenças cambiais e outros	(3 218)	(1 881)
Saldo dos fundos no final do exercício	1 126 669	1 145 642

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Ações	188 040	147 452
Obrigações	331 555	310 118
Imóveis	430 020	369 522
Outros	177 054	318 550
Total	1 126 669	1 145 642

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Imóveis	221 604	291 886
Total	221 604	291 886

Durante o primeiro semestre de 2013, não houve qualquer transação com o fundo de pensões (ver Nota 41).

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Desvios atuariais diferidos no início do exercício	1 086 467	897 170
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	-	65 366
- (Ganhos) e perdas de experiência	11 419	123 899
Outros	(136)	32
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	1 097 750	1 086 467

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do exercício	10 955	26 300
Amortização por reservas	(3 148)	(15 345)
Saldo no final do exercício	7 807	10 955

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Custo do serviço corrente	6 124	10 698
Custo/(proveito) de juros	640	(2 779)
Custos com benefícios pós emprego	6 764	7 919

A evolução dos ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
No início do exercício	13 168	117 554
Custo do exercício	(6 764)	(7 919)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(11 283)	(189 297)
Amortização do regime transitório (por reservas)	(3 148)	(15 345)
Contribuições pagas pelo Banco	-	86 411
Outros ^(a)	(137)	21 764
No final do exercício	(8 164)	13 168

(a) Em 31 de dezembro de 2012 inclui o proveito de 21,6 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	30.06.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades	(1 142 640)	(1 143 429)	(1 025 439)	(2 139 468)	(2 065 493)
Saldo dos fundos	1 126 669	1 145 642	1 116 693	2 139 598	2 137 129
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(15 971)	2 213	91 254	130	71 636
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(16 136)	33 421	(107 534)	24 878	52 516
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	27 555	90 477	257 804	66 493	(87 618)

De acordo com o referido na Nota 2.15, a partir de 1 de janeiro de 2013 e na sequência da alteração do IAS 19 – Benefícios dos empregados, os custos/proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) e similares.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência das recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, na Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 foi aprovada uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os restantes 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rentabilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos de valorização das opções	
	1ª atribuição	2ª atribuição
Data inicial de referência	12-04-2011	12-10-2012
Data final de referência	31-03-2014	15-01-2016
Número de ações atribuídas	2 250 000	6 280 045
Preço de exercício (euros)	3,47	0,67
Taxa de Juro	2,31%	0,67%
Volatilidade	40,0%	65,00%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130	1 940

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado nos primeiros seis meses de 2013 um custo de 463 milhares de euros respeitantes à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo (30 de junho de 2012: 752 milhares de euros).

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efetiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 30 de junho de 2013, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 25 654 milhares de euros (30 de junho de 2012: 25 435 milhares de euros) (ver Nota 37). Os custos reconhecidos no período com o prémio por antiguidade foram de 1 005 milhares de euros (30 de junho de 2012: 2 013 milhares de euros).

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 14 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2013	30.06.2012
Rendas e alugueres	24 817	24 959
Publicidade e publicações	10 398	14 470
Comunicações e expedição	11 297	12 309
Conservação e reparação	7 739	8 352
Deslocações e representação	6 666	7 635
Água, energia e combustíveis	4 368	4 569
Transporte de valores	2 948	3 463
Material de consumo corrente	1 750	2 058
Serviços Informáticos	27 250	27 372
Mão-de-obra eventual	1 967	2 161
Trabalho independente	2 532	2 855
Sistema eletrónico de pagamentos	5 162	6 018
Estudos e consultas	5 808	4 203
Judiciais, contencioso e notariado	8 493	8 062
Consultoria e auditoria	3 044	2 400
Segurança e vigilância	2 466	2 162
Outros custos	28 470	26 821
	155 175	159 869

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, formação e custos com serviços prestados pelos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) em que o BES participa.

NOTA 15 - RESULTADOS POR AÇÃO
Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco ⁽¹⁾	(462 353)	124 575	161 482
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas (milhares)	4 017 928	3 096 971	2 176 013
Número médio ponderado de ações próprias em carteira (milhares)	(275)	(280)	(16 201)
Número médio de ações ordinárias em circulação (milhares)	4 017 653	3 096 691	2 159 812
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	(0,12)	0,04	0,07

⁽¹⁾ Corresponde ao resultado líquido do período ajustado da remuneração das obrigações perpétuas atribuível ao período (o qual é registado como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos, na medida em que as ações subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

NOTA 16 -- CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Caixa	181 082	196 304
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	11 703	25 220
Outros bancos centrais	259 130	405 034
	270 833	430 254
	451 915	626 558

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de caráter obrigatório, no montante de 11 703 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 25 220 milhares de euros), que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de junho de 2013 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 0,50% (31 de dezembro de 2012: 0,89%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de junho de 2013 foi incluído no período de observação de 12 de junho de 2013 a 9 de julho de 2013, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 258,8 milhões de euros.

NOTA 17 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	73 771	105 751
Depósitos à ordem	15 554	64 316
	<u>89 325</u>	<u>170 067</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	86 822	105 251
Cheques a cobrar	-	569
	<u>86 822</u>	<u>105 820</u>
	<u>176 147</u>	<u>275 887</u>

Os

cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 18 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	143 338	141 701
De outros emissores	634	4 324
Ações	12 030	15 811
	<u>156 002</u>	<u>161 836</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 230 107	1 689 670
	<u>1 386 109</u>	<u>1 851 506</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 248 467	1 630 363
	<u>1 248 467</u>	<u>1 630 363</u>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o escalonamento dos títulos detidos por prazos de maturidade é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	960	3 861
De 3 meses a um ano	4 321	3 765
De um a cinco anos	88 361	12 450
Mais de cinco anos	50 330	125 949
Duração indeterminada	12 030	15 811
	<u>156 002</u>	<u>161 836</u>

Em 30 de junho de 2013, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 44 – Gestão dos riscos de atividade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	30.06.2013			31.12.2012		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 182 118			766 535		
- vendas	1 181 013	10 380	8 729	773 838	7 646	9 778
Currency Swaps						
- compras	3 453 670			3 403 153		
- vendas	3 448 815	1 317	2 321	3 387 749	1 960	2 365
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	80 972			111 729		
- vendas	77 962	24 511	12 457	104 254	31 429	13 647
Currency Options	4 171 128	56 037	57 242	2 089 732	40 900	47 084
	13 595 678	92 245	80 749	10 636 990	81 935	72 874
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	900 000	486	-	200 000	-	16
Interest Rate Swaps	17 502 613	1 032 946	1 000 720	19 220 451	1 380 496	1 350 950
Swaption - Interest Rate Options	87 000	96	96	263 000	1 556	1 556
Interest Rate Caps & Floors	840 637	17 003	16 466	967 587	20 057	18 722
	19 330 250	1 050 531	1 017 282	20 651 038	1 402 109	1 371 244
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps	779 831	13 024	60 182	543 093	79 729	20 039
Equity / Index Options	963 956	20 780	59 354	3 195 206	60 072	130 286
Equity / Index Futures (a)	12 079	-	-	6 750	-	-
Future Options (a)	509 899	-	-	82 234	-	-
	2 265 765	33 804	119 536	3 827 283	139 801	150 325
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	2 331 211	53 527	30 900	2 962 901	65 825	35 920
Total	37 522 904	1 230 107	1 248 467	38 078 212	1 689 670	1 630 363

(a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente em resultados por contrapartida da conta margem.

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o escalonamento dos instrumentos financeiros derivados de negociação, por prazos de vencimento, é como segue:

	30.06.2013		31.12.2012	
	Nocional	Justo valor líquido	Nocional	Justo valor líquido
Até 3 meses	11 757 372	(7 709)	9 766 942	52 942
De 3 meses a um ano	5 245 573	(44 252)	5 842 131	(17 664)
De um a cinco anos	9 393 475	(56 215)	10 106 566	(65 440)
Mais de cinco anos	11 126 484	89 816	12 362 573	89 469
	37 522 904	(18 360)	38 078 212	59 307

NOTA 19 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 224 176	187 806
De outros emissores	133 624	69 036
Ações	235 580	216 010
Outros títulos	1 499 600	813 223
Valor de balanço	3 092 980	1 286 075

A opção do Banco para designar estes ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	87 194	75 540
De 3 meses a um ano	1 231 460	29 582
De um a cinco anos	121 993	57 649
Mais de cinco anos	198 790	428 985
Duração indeterminada	1 453 543	694 319
Total	3 092 980	1 286 075

NOTA 20 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3 121 601	4 618	(30 246)	-	3 095 973
De outros emissores	4 252 623	12 166	(59 194)	(25 418)	4 180 177
Ações	728 433	46 174	(9 317)	(139 658)	625 632
Outros títulos de rendimento variável	1 530 888	19 556	(20 788)	(121 632)	1 408 024
Saldo a 30 de junho de 2013	9 633 545	82 514	(119 545)	(286 708)	9 309 806
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 741 889	-	-	-	1 741 889
De outros emissores	5 239 147	266 574	(79 726)	(14 897)	5 411 098
Ações	711 926	87 284	(45 387)	(136 968)	616 855
Outros títulos de rendimento variável	1 309 785	16 472	(4 908)	(84 159)	1 237 190
Saldo a 31 de dezembro de 2012	9 002 747	370 330	(130 021)	(236 024)	9 007 032

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 30 de junho de 2013, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 44 – Gestão dos riscos de atividade.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	236 024	160 600	129 329
Dotações	72 141	82 320	32 406
Utilizações	(10 022)	(3 962)	(714)
Reversões	(10 150)	(1 854)	(863)
Diferenças de câmbio e outras	(1 285)	(1 080)	442
Saldo final	286 708	236 024	160 600

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o escalonamento dos títulos disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	1 393 386	2 145 075
De 3 meses a um ano	1 632 763	813 543
De um a cinco anos	825 429	696 141
Mais de cinco anos	3 407 411	3 496 712
Duração indeterminada	2 050 817	1 855 561
	9 309 806	9 007 032

As principais exposições em ações, com referência a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

(milhares de euros)					
30.06.2013					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	59 681	9 619	-	-	69 300
	59 681	9 619	-	-	69 300

(milhares de euros)					
31.12.2012					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	59 681	4 355	-	-	64 036
	59 681	4 355	-	-	64 036

Durante os primeiros seis meses de 2012 o Banco alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de ações da EDP, tendo registado uma menos-valia de cerca de 7,1 milhões de euros (ver Nota 8). Em 2013 não ocorreram transações de valor material.

NOTA 21 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos no Banco de Portugal	1 200 000	3 350 000
Depósitos em outras instituições de crédito	1 013 907	1 135 192
Empréstimos	115 502	134 972
Aplicações de muito curto prazo	127 467	139 009
Outras aplicações	3 615	83 357
	<u>2 460 491</u>	<u>4 842 530</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	3 412 545	3 795 241
Aplicações de muito curto prazo	314 116	298 053
Empréstimos	269 349	564 935
Outras aplicações	44 891	64 501
	<u>4 040 901</u>	<u>4 722 730</u>
Perdas por imparidade	(55)	(126)
	<u>6 501 337</u>	<u>9 565 134</u>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de junho de 2013, venciam juros à taxa média anual de 1,46% (31 de dezembro de 2012: 1,73%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e a 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	3 362 269	9 084 923
De 3 meses a um ano	1 791 811	78 898
De um a cinco anos	1 253 889	397 617
Mais de cinco anos	93 423	3 749
Duração indeterminada	-	73
	<u>6 501 392</u>	<u>9 565 260</u>

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	126	84	190
Dotações	36	250	1 086
Reversões	(109)	(198)	(1 194)
Diferenças de câmbio e outras	2	(10)	2
Saldo final	<u>55</u>	<u>126</u>	<u>84</u>

NOTA 22 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	4 896 373	5 208 153
Empréstimos	12 808 830	12 200 131
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	404 800	451 841
Factoring	1 404 661	1 412 476
Descobertos	42 531	76 107
Locação financeira	2 382 396	2 560 544
Outros créditos	39 579	51 368
A particulares		
Habituação	7 168 690	7 286 286
Consumo e outros	1 469 736	1 606 366
	30 617 596	30 853 272
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	4 197 689	3 538 755
Créditos em conta corrente	1 175 156	1 169 974
Descobertos	88 937	74 593
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	143 895	135 802
Locação financeira	72 418	69 732
Factoring	56 692	52 494
Outros créditos	221 081	233 638
A particulares		
Habituação	758 116	761 620
Consumo e outros	378 051	376 294
	7 092 035	6 412 902
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	223 002	204 617
De 3 meses a 1 ano	659 379	500 110
De 1 a 3 anos	1 104 985	760 504
Há mais de 3 anos	647 700	537 812
	2 635 066	2 003 043
	40 344 697	39 269 217
Perdas por imparidade	(2 423 904)	(2 005 703)
	37 920 793	37 263 514

Em 30 de junho de 2013, o crédito vivo inclui 5 567,5 milhões de euros de crédito à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de dezembro de 2012: 5 605,1 milhões de euros) (ver Nota 33).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	7 314 583	7 009 119
De 3 meses a um ano	5 053 340	5 067 790
De um a cinco anos	7 338 225	7 009 921
Mais de cinco anos	18 003 483	18 179 344
Duração indeterminada	2 635 066	2 003 043
	40 344 697	39 269 217

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no ativo como correção aos valores do crédito foram os seguintes:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	2 005 703	1 763 881	1 522 472
Dotações	621 048	414 453	325 155
Utilizações	(82 364)	(138 571)	(45 016)
Reversões	(120 246)	(34 144)	(34 095)
Diferenças de câmbio e outras	(237)	84	(4 635)
Saldo final	2 423 904	2 005 703	1 763 881

Adicionalmente, em 30 de junho de 2013, o Banco tem 387 916 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de dezembro de 2012: 396 387 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 34).

NOTA 23 - INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	86 535	103 476
De outros emissores	574 620	627 728
	661 155	731 204
Perdas por imparidade	(25 565)	(39 111)
	635 590	692 093

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e a 31 de dezembro de 2012, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	6 750	3 828
De 3 meses a um ano	25 744	36 166
De um a cinco anos	161 693	182 684
Mais de cinco anos	466 968	508 526
	661 155	731 204

O detalhe da imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

Período de seis meses findo em

	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	39 111	29 691	31 959
Dotações / Reversões	(1 232)	9 420	(1 803)
Utilizações	(12 315)	-	(467)
Diferenças de câmbio e outros	1	-	2
Saldo final	25 565	39 111	29 691

NOTA 24 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2013			31.12.2012		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
Derivados para gestão de risco						
Derivados para gestão de risco - Ativo	135 567	204 713	340 280	155 264	312 920	468 184
Derivados para gestão de risco - Passivo	(77 052)	(31 166)	(108 218)	(42 321)	(37 346)	(79 667)
	58 515	173 547	232 062	112 943	275 574	388 517
Componente de justo valor dos Ativos e Passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros						
Crédito a clientes	45 504	-	45 504	17 294	-	17 294
	45 504	-	45 504	17 294	-	17 294
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	(57 054)	50 483	(6 571)	(67 996)	70 388	2 392
Recursos de clientes	(646)	(53 868)	(54 514)	(787)	(88 784)	(89 571)
Débitos representados por títulos	(20 456)	(7 391)	(27 847)	(35 146)	(9 583)	(44 729)
	(78 156)	(10 776)	(88 932)	(103 929)	(27 979)	(131 908)
	(32 652)	(10 776)	(43 428)	(86 635)	(27 979)	(114 614)

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritas e os respetivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 30 de junho de 2013, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 1,0 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: custo de 0,6 milhões de euros), foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, traduz-se numa redução acumulada em 30 de junho de 2013 do passivo em 132,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 168,1 milhões de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	1 357 031	6 042	1 670 152	13 416
De 3 meses a um ano	6 356 926	15 334	2 623 096	22 799
De um a cinco anos	6 656 244	113 110	6 509 238	197 261
Mais de cinco anos	1 155 635	97 576	1 018 866	155 041
	15 525 836	232 062	11 821 352	388 517

NOTA 25 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Ativos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	1 533 219	1 471 554
Equipamento	3 708	2 524
Outras imobilizações	18 764	18 763
	1 555 691	1 492 841
Perdas por imparidade	(213 581)	(184 753)
	1 342 110	1 308 088

Os valores apresentados referem-se a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 30 de junho de 2013, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 20 629 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 21 598 milhares de euros), tendo o Banco registado imparidade para estes ativos no valor total de 10 585 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 11 193 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	184 753	175 177	180 519
Dotações / (Reversões)	48 605	23 565	15 092
Utilizações	(19 120)	(9 145)	(20 435)
Diferenças de câmbio e outras	(657)	(4 844)	1
Saldo final	213 581	184 753	175 177

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo inicial	1 492 841	948 261
Entradas	222 970	761 344
Vendas	(160 120)	(216 816)
Outros movimentos	-	52
Saldo final	1 555 691	1 492 841

O Banco tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. No entanto, face às atuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, o Banco continua a desenvolver esforços com vista à concretização do plano de alienação estabelecido.

Na sequência das alienações de imóveis ocorridas no primeiro semestre de 2013, o Banco registou numa perda de 927 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 3 208 milhares de euros).

NOTA 26 · OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Imóveis		
De serviço próprio	322 783	320 119
Beneficiações em edifícios arrendados	196 460	199 398
	<u>519 243</u>	<u>519 517</u>
Equipamento		
Equipamento informático	248 471	265 499
Instalações interiores	126 612	128 903
Mobiliário e material	113 266	112 652
Equipamento de segurança	33 850	33 820
Máquinas e ferramentas	29 428	29 441
Material de transporte	1 488	1 473
Outros	1 170	1 170
	<u>554 285</u>	<u>572 958</u>
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	176	322
Imóveis	24	1
Equipamento	469	198
Outros	2	32
	<u>671</u>	<u>553</u>
	1 074 199	1 093 028
Depreciação acumulada	(744 782)	(750 475)
	<u>329 417</u>	<u>342 553</u>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de dezembro de 2011	522 617	560 583	21 014	1 104 214
Adições	680	9 202	1 250	11 132
Abates / vendas	(16 736)	(3 037)	-	(19 773)
Transferências (a)	16 093	940	(22 503)	(5 470)
Variação cambial	87	119	510	716
Saldo a 30 de junho de 2012	522 741	567 807	271	1 090 819
Adições	270	6 653	1 107	8 030
Abates / vendas	(1 851)	(1 740)	-	(3 591)
Transferências (a)	(1 612)	316	42	(1 254)
Variação cambial	(29)	(83)	(867)	(979)
Outros movimentos	(2)	5	-	3
Saldo a 31 de dezembro de 2012	519 517	572 958	553	1 093 028
Adições	17	2 930	1 131	4 078
Abates / vendas	(3 502)	(21 347)	-	(24 849)
Transferências (a)	(718)	218	(1 012)	(1 512)
Variação cambial	3 929	(474)	(1)	3 454
Saldo a 30 de junho de 2013	519 243	554 285	671	1 074 199
Depreciações				
Saldo a 31 de dezembro de 2011	264 960	467 307	-	732 267
Amortizações do período	8 141	13 825	-	21 966
Abates / vendas	(16 736)	(3 017)	-	(19 753)
Transferências (a)	(946)	(262)	-	(1 208)
Variação cambial	23	136	-	159
Saldo a 30 de junho de 2012	255 442	477 989	-	733 431
Amortizações do período	7 931	13 157	-	21 088
Abates / vendas	(1 851)	(1 723)	-	(3 574)
Transferências (a)	(264)	(51)	-	(315)
Variação cambial	(23)	(132)	-	(155)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	261 235	489 240	-	750 475
Amortizações do período	7 463	12 181	-	19 644
Abates / vendas	(3 502)	(21 346)	-	(24 848)
Transferências (a)	(368)	(104)	-	(472)
Variação cambial	(674)	657	-	(17)
Saldo a 30 de junho de 2013	264 154	480 628	-	744 782
Saldo a 30 de junho de 2013	255 089	73 657	671	329 417
Saldo a 31 de dezembro de 2012	258 282	83 718	553	342 553
Saldo a 30 de junho de 2012	267 299	89 818	271	357 388

(a) respeitam a imobilizado (imóveis e equipamento proveniente de balções descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda.

NOTA 27 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2013	31.12.2012
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	62 290	55 388
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	581 355	577 176
Imobilizações em curso	23 811	22 382
	667 456	654 946
Amortização acumulada	(561 911)	(541 486)
	105 545	113 460

Nos ativos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)		
	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizações em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 31 de dezembro de 2011	598 836	19 265	618 101
Adições:			
Geradas internamente	-	3 357	3 357
Adquiridas a terceiros	4 495	5 850	10 345
Transferências	5 235	(5 235)	-
Variação cambial	658	-	658
Saldo a 30 de junho de 2012	609 224	23 237	632 461
Adições:			
Geradas internamente	54	4 324	4 378
Adquiridas a terceiros	5 243	13 011	18 254
Transferências	18 198	(18 198)	-
Variação cambial	(155)	-	(155)
Outros movimentos	-	8	8
Saldo a 31 de dezembro de 2012	632 564	22 382	654 946
Adições:			
Geradas internamente	-	3 659	3 659
Adquiridas a terceiros	3 972	5 342	9 314
Transferências	6 904	(6 904)	-
Variação cambial	205	(668)	(463)
Saldo a 30 de junho de 2013	643 645	23 811	667 456
Amortizações			
Saldo a 31 de dezembro de 2011	499 859	-	499 859
Amortizações do período	20 561	-	20 561
Variação cambial	122	-	122
Saldo a 30 de junho de 2012	520 542	-	520 542
Amortizações do período	21 053	-	21 053
Variação cambial	(109)	-	(109)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	541 486	-	541 486
Amortizações do período	20 734	-	20 734
Variação cambial	(309)	-	(309)
Saldo a 30 de junho de 2013	561 911	-	561 911
Saldo a 30 de junho de 2013	81 734	23 811	105 545
Saldo a 31 de dezembro de 2012	91 078	22 382	113 460
Saldo a 30 de junho de 2012	88 682	23 237	111 919

NOTA 28 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	30.06.2013				31.12.2012			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BES AÇORES	2 144 191	57,52%	5,00	10 308	2 013 303	57,52%	5,00	9 653
BES FINANCE	100 000	100,00%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	99,75%	95,67	21 341	199 500	99,75%	94,94	21 341
BES ANGOLA	9 856 548	51,94%	7,64	61 351	8 856 548	51,94%	7,57	61 351
BES-VIDA	50 000 000	100,00%	1,00	620 472	50 000 000	100,00%	1,00	620 472
BESI	65 253 800	100,00%	5,00	416 103	65 253 800	100,00%	5,00	416 103
BESNAC	1 000	100,00%	0,76	36	1 000	100,00%	0,75	36
BEST	20 181 680	32,03%	1,00	20 182	20 181 680	32,03%	1,00	20 182
AVISTAR	300 000 000	100,00%	1,00	300 000	300 000 000	100,00%	1,00	300 000
BIC INTERNATIONAL BANK	10 200 000	100,00%	1,00	224 197	10 200 000	100,00%	1,00	224 197
E.S. BANK	3 188 525	99,99%	3,82	71 027	3 188 525	99,99%	3,78	71 027
E.S. PLC	29 997	99,99%	5,00	38	29 997	99,99%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	24,99%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
E.S. TECH VENTURES	71 500 000	100,00%	1,00	71 500	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	2 114 700	89,99%	5,00	60 388	2 114 700	89,99%	5,00	60 388
ESCLINC	-	0,00%	-	-	100	100,00%	6 151,24	786
ES CONCESSÕES	682 306	71,66%	5,00	20 602	682 306	71,66%	5,00	20 602
ESEGUR	242 000	44,00%	5,00	9 634	242 000	44,00%	5,00	9 634
ESGEST	20 000	100,00%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99,99%	0,34	39	49 995	99,99%	0,36	39
LOCARENT	525 000	50,00%	5,00	2 967	525 000	50,00%	5,00	2 967
QUINTA DOS CÔNEGOS	599 400	81,00%	5,00	4 893	599 400	81,00%	5,00	4 893
PARSUNI	1	100,00%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22,57%	152,45	2 401	15 750	22,57%	152,45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100,00%	25 000,00	365 025	1	100,00%	25 000,00	365 025
ES SERVICIOS	13 998	100,00%	0,39	1 057	13 998	100,00%	0,39	1 057
ESAF ESPANHA	975 000	50,00%	10,00	42 765	975 000	50,00%	10,00	42 765
ES VANGUARDA	500 000	100,00%	1,00	500	500 000	100,00%	1,00	500
PRAÇA DO MARQUÊS	3 185 000	100,00%	4,99	27 724	3 185 000	100,00%	4,99	27 724
OBLOG	199 900	66,63%	5,00	-	199 900	66,63%	5,00	-
BES ÁFRICA	11 600 000	100,00%	5,00	58 000	6 000 000	100,00%	5,00	30 000
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA	5 275	20,00%	1 000,00	8 926	5 275	20,00%	1,00	8 926
AMAN BANK	4 000 802	40,00%	5,99	40 269	4 000 802	40,00%	6,01	40 269
UNICRE-AM	350 029	17,50%	5,00	11 497	350 029	17,50%	5,00	11 497
IJAR	122 499	35,00%	95,37	12 362	122 499	35,00%	96,90	12 363
EDENRED	101 477 601	50,00%	0,01	4 985	-	0,00%	-	-
			2 494 468				2 455 115	
Perdas por imparidade			(398 887)				(398 887)	
			2 095 581				2 056 228	

No decorrer do primeiro semestre de 2013 ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- O Banco subscreveu na sua totalidade o aumento de capital da ESTV no valor de 6,5 milhões de euros;
- O Banco subscreveu integralmente o aumento de capital do BES África no valor de 28 milhões de euros;
- Em junho de 2013, no âmbito da cedência do negócio dos cartões de refeição À La Card, o BES entrou no capital da Edenred Portugal, SA, passando a deter uma participação de 50%.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	398 887	420 637	450 937
Reversões	-	(21 750)	(30 300)
Saldo final	398 887	398 887	420 637

NOTA 29 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros ativos a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Devedores e outras aplicações		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	35 875	38 131
Contas caução	1 025 273	1 192 264
Sector público administrativo	140 819	142 596
Outros devedores diversos	1 334 999	1 397 710
	<u>2 536 966</u>	<u>2 770 701</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(113 442)	(115 549)
	<u>2 423 524</u>	<u>2 655 152</u>
Outros ativos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	9 778	9 899
Outros ativos	130 553	158 125
	<u>140 331</u>	<u>168 024</u>
Proveitos a receber	40 329	63 826
Despesas com custo diferido	109 880	94 473
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	5 896	12 835
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	50 985	60 329
	<u>56 881</u>	<u>73 164</u>
Pensões de reforma	-	2 213
	<u>2 770 945</u>	<u>3 056 852</u>

Os outros devedores diversos incluem:

- 550 milhões de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Avistar, SGPS, SA (31 de dezembro de 2012: 800 milhões de euros);
- 67,8 milhões de euros de suprimentos e prestações acessórias na sequência das operações de cedência de créditos, os quais se encontram provisionados em 47,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 94,3 milhões de euros; provisões de 87,7 milhões de euros); e
- 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (31 de dezembro de 2012: 100 milhões de euros).

Em 30 de junho de 2013, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 74 596 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 64 307 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Setor Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida ativa remanescente do colaborador.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros ativos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2012
Saldo inicial	115 549	66 710	38 258
Dotações	6 878	50 491	30 264
Utilizações	(9 475)	(26)	-
Reversões	(164)	(8 668)	(3 086)
Outros	654	7 042	1 274
Saldo final	113 442	115 549	66 710

NOTA 30 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	135 702	122 052
Outros recursos	9 000 000	10 000 000
	<u>9 135 702</u>	<u>10 122 052</u>
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	119 012	116 934
	<u>119 012</u>	<u>116 934</u>
	<u>9 254 714</u>	<u>10 238 986</u>

Em 30 de junho de 2013, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 9 008 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Banco (31 de dezembro de 2012: 10 006 milhões de euros), ver Nota 40.

Em 30 de junho de 2013, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 4 milhões de euros de recursos do Banco Central de Angola (31 de dezembro de 2012: 4 milhões de euros).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	143 042	150 296
De um a cinco anos	9 111 672	10 088 690
	9 254 714	10 238 986

NOTA 31 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
No país		
Depósitos	459 240	541 684
Recursos a muito curto prazo	63 369	80 175
Operações com acordo de recompra	-	66 579
Outros recursos	2 075	1 845
	524 684	690 283
No estrangeiro		
Depósitos	2 624 939	4 074 151
Empréstimos	1 371 469	1 402 639
Recursos a muito curto prazo	255 375	245 591
Operações com acordo de recompra	238 799	590 440
Outros recursos	91 196	135 695
	4 581 778	6 448 516
	5 106 462	7 138 799

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	2 088 278	2 221 618
De 3 meses a um ano	548 097	1 343 794
De um a cinco anos	1 543 561	1 968 173
Mais de cinco anos	926 526	1 605 214
	5 106 462	7 138 799

NOTA 32 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	8 420 482	8 247 331
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	23 381 576	19 906 717
Outros	61 246	56 282
	23 442 822	19 962 999
Depósitos de poupança		
Reformados	151 771	27 664
Outros	1 808 321	1 629 102
	1 960 092	1 656 766
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	76 938	124 104
Outros recursos	268 815	280 065
	345 753	404 169
	34 169 149	30 271 265

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Exigível à vista	8 420 482	8 247 331
Exigível a prazo		
Até 3 meses	11 789 264	10 519 021
De 3 meses a um ano	8 140 529	5 985 804
De um a cinco anos	5 653 474	5 349 109
Mais de cinco anos	165 400	170 000
	25 748 667	22 023 934
	34 169 149	30 271 265

NOTA 31 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	6 651 551	7 380 306
Certificados de depósitos	378 720	612 032
Obrigações	647 538	739 053
Obrigações hipotecárias	894 750	864 100
Outras responsabilidades	314 604	338 408
	8 887 163	9 933 899

Em 30 de junho de 2013, as obrigações garantidas Estado Português, no valor nominal de 4 750 milhões de euros, encontravam-se totalmente adquiridas pelo Banco à data do Balanço (31 de dezembro de 2012: 4 750 milhões de euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizaram 4 040 milhões de euros. As características das emissões vivas a 30 de junho de 2013 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating	
							Moody's	DBRS
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	853 715	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	1 000 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 000 000	33	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	41 002	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 000 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
	4 040 000	894 750						

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contra garantem esta emissão, em 30 de junho de 2013, ascende a 5 567,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 5 605,1 milhões de euros) (ver Nota 22).

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2013 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2012	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 30.06.2013
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	7 380 306	831 080	(1 403 624)	(148 451)	(7 760)	6 651 551
Certificados de depósitos	612 032	-	(231 775) ^{b)}	-	(1 537)	378 720
Obrigações	739 053	-	(90 347)	(7 182)	6 014	647 538
Obrigações hipotecárias	864 100	-	-	49 929	(19 279)	894 750
Outras responsabilidades	338 408	-	(18 150)	-	(5 654)	314 604
	9 933 899	831 080	(1 743 896)	(105 704)	(28 216)	8 887 163

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial
^{b)} No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

A duração residual das responsabilidades representadas por títulos, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2013	31.12.2012
Até 3 meses	586 225	1 318 940
De 3 meses a um ano	2 277 905	852 747
De um a cinco anos	3 769 830	5 400 302
Mais de cinco anos	2 253 203	2 361 910
	8 887 163	9 933 899

As emissões ocorridas no primeiro semestre de 2013 são como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	30.06.2013		
			Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	BES 4,75% 2018	EUR	490 578	2018	Taxa fixa: 4,75%
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 02/01/43	EUR	71 897	2043	Taxa fixa - 3,5%
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 23/01/43	EUR	71 358	2043	Taxa fixa - 3,5%
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 19/02/2043	EUR	88 259	2043	Taxa fixa - 3,5%
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3.5% 18/03/2043	EUR	77 117	2043	Taxa fixa - 3,5%
			799 209		

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas no primeiro semestre de 2013, o Banco reconheceu um ganho de 735 mil euros (ver Notas 11 e 36) (30 de junho de 2012: 52,3 milhões de euros).

NOTA 34 - PROVISÕES

A 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	Provisão para riscos gerais de crédito	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2011	433 450	147 655	581 105
Dotações / (reposições)	(13 372)	(10 505)	(23 877)
Utilizações	-	(12 447)	(12 447)
Diferenças de câmbio e outras	800	(126)	674
Saldo a 30 de junho de 2012	420 878	124 577	545 455
Dotações / (reposições)	(24 581)	36 824	12 243
Utilizações	-	(2 170)	(2 170)
Diferenças de câmbio e outras	90	(1 092)	(1 002)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	396 387	158 139	554 526
Dotações / (reposições)	(8 730)	(22 320)	(31 050)
Utilizações	-	(956)	(956)
Diferenças de câmbio e outras	259	(7 181)	(6 922)
Saldo a 30 de junho de 2013	387 916	127 682	515 598

As Outras provisões, cujo valor ascende a 127,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 158,1 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de ações do Banco Boavista Interatlântico, por ações do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 55,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 60,3 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 44,2 milhões de euros em 30 de junho de 2013 (31 de dezembro de 2012: 67,7 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 12,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 13,2 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 15,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 16,9 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da atividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 35 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Os impostos diferidos ativos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 16 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respetivamente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de dezembro de 2012 e a 30 de junho de 2013. Assim, para o período em causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas. O imposto diferido ativo relativo aos prejuízos fiscais foi apurado com base na taxa de IRC de 25%.

As declarações de autoliquidação do IRC do Banco ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras individuais, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Instrumentos financeiros	76 305	64 930	(24 028)	(38 575)	52 277	26 355
Crédito a clientes	437 129	375 365	-	-	437 129	375 365
Outros ativos tangíveis	-	-	(8 820)	(8 901)	(8 820)	(8 901)
Ativos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	28 408	14 258	(52 220)	(55 708)	(23 812)	(41 450)
Provisões	35 296	41 284	-	-	35 296	41 284
Pensões	240 782	255 440	(34 965)	(34 965)	205 817	220 475
Prémios de antiguidade	7 586	7 592	-	-	7 586	7 592
Prejuízos fiscais reportáveis	140 372	67 857	-	-	140 372	67 857
Outros	5 628	6 482	(3 954)	(661)	1 674	5 821
Ativo/(passivo) por imposto diferido	971 608	833 310	(123 987)	(138 810)	847 621	694 500

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo inicial	694 500	675 744
Reconhecido em resultados	135 369	76 923
Reconhecido em reservas de justo valor	23 979	(71 350)
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	(1 708)	6 354
Reconhecido em outras reservas	(824)	6 814
Varição cambial e outros	(3 695)	15
Saldo no final (Ativo/(Passivo))	847 621	694 500

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros	(1 943)	(23 979)	(58 876)	71 350
Crédito a clientes	(61 764)	-	(65 117)	-
Outros ativos tangíveis	(81)	-	(167)	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	(17 638)	-	86 142	-
Provisões	5 988	-	(13 232)	-
Pensões	2 270	1 708	4 524	(6 354)
Prémios de antiguidade	6	-	(430)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(62 659)	824	(29 063)	(6 814)
Outros	452	-	(704)	-
Impostos Diferidos	(135 369)	(21 447)	(76 923)	58 182
Impostos Correntes	3 140	(9 586)	62 549	(15 857)
Total de imposto reconhecido	(132 229)	(31 033)	(14 374)	42 325

O imposto corrente reconhecido em reservas em 30 de junho de 2013 inclui, nomeadamente, um crédito de imposto de 10 680 milhares de euros que traduz, em termos de Derramas Estadual e Municipal, o impacto do regime fiscal das pensões de reforma previsto no artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (31 de dezembro de 2012: 5 553 milhares de euros). Em 31 de dezembro de 2012, o imposto reconhecido em reservas incluía ainda um crédito de imposto de 7 773 milhares de euros que traduz, em termos de IRC, o impacto associado à existência de variações patrimoniais negativas (sobretudo relacionadas com as responsabilidades com pensões de reforma).

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)				
	30.06.2013		31.12.2012	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(598 033)		107 587
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário		12 326		26 513
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		(585 707)		134 100
Taxa de imposto	25,0		31,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(146 427)		42 242
Dividendos excluídos de tributação	2,5	(15 172)	6,1	(36 215)
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	(0,5)	2 737	(0,1)	887
Custos não dedutíveis	(2,4)	14 414	(3,7)	22 019
Alteração de estimativas	(2,3)	13 819	6,8	(40 654)
Outros	0,3	(1 600)	0,4	(2 653)
Imposto do exercício	22,1	(132 229)	(10,7)	(14 374)

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro. A 30 de junho de 2013, o Banco reconheceu como custo o valor de 12,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 26,5 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos diretos e indiretos (ver Nota 11).

NOTA 36 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)		
	30.06.2013	31.12.2012
Obrigações	732 970	731 510
Empréstimos	63 695	65 133
	796 665	796 643

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2013 nos passivos subordinados foi o seguinte:

(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2012	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^(a)	Saldo em 30.06.2013
Obrigações	731 510	-	-	1 460	732 970
Empréstimos	65 133	-	-	(1 438)	63 695
	796 643	-	-	22	796 665

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

Designação	Moeda	Data de emissão	30.06.2013		Taxa de juro actual	Maturidade
			Valor de emissão	Valor de balanço		
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2002	23 535	23 643	Euribor 3M + 2,83%	2013 a)
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2004	19 247	19 889	4,50%	2015 a)
Empréstimos Subordinados	EUR	2008	20 000	20 164	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2004	25 000	22 588	Euribor 6M + 1,25%	2014
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	41 550	3 868	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	638 450	647 851	Euribor 3M + 8,5%	2019
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	50 000	50 077	Euribor 3M + 1,05%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2011	8 174	8 585	10,00%	2021
			825 956	796 665		

a) data da próxima call option

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. No primeiro semestre de 2013, o Banco não realizou compras de passivos subordinados (3m 30 de junho de 2012 o Banco reconheceu mais valias no valor de 39,7 milhões de euros.

NOTA 37 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 30 de junho de 2013 e a 31 de dezembro de 2012 é analisada como segue:

	30.06.2013		31.12.2012	
	(milhares de euros)		(milhares de euros)	
Credores e outros recursos				
Sector público administrativo		125 214		118 044
Contas caução		104 940		173 106
Credores diversos				
Credores por fornecimento de bens		27 791		42 352
Credores por operações sobre valores mobiliários		50 141		25 205
Outros credores		148 114		96 736
		456 200		455 443
Custos a pagar				
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)		25 654		26 178
Outros custos a pagar		118 413		94 658
		144 067		120 836
Receitas com proveito diferido		18 933		19 724
Outras contas de regularização				
Outras operações a regularizar		47 896		86 060
		47 896		86 060
Responsabilidades líquidas com pensões de reforma (ver nota 13)		15 971		-
		683 067		682 063

NOTA 38 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E AÇÕES PRÓPRIAS
Ações ordinárias

Em 30 de junho de 2013, o capital social do Banco, no valor de 5 040 124 063,26 euros, encontrava-se representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas, dos quais se destacam (participações diretas):

	% Capital	
	30.06.2013	31.12.2012
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,29%	35,29%
<i>Credit Agricole, S.A. (França)</i>	10,81%	10,81%
<i>Silchester International Investors Limited (Reino Unido)</i>	5,64%	5,76%
Bradport, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	4,83%	4,83%
Capital Research and Management Company (EUA)	2,56%	-
<i>PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A.</i> ⁽²⁾	2,09%	2,09%
Espírito Santo Financial Group, S.A. (Luxemburgo)	1,07%	0,74%
Outros	37,71%	40,48%
	100,00%	100,00%

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto
(2) Empresa dominada integral e indiretamente por Portugal Telecom, SGPS, SA

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2013, os prémios de emissão totalizavam 1 060 774 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos acionistas nos aumentos de capital.

Outros instrumentos de capital

No exercício de 2010 o Banco procedeu à emissão de obrigações perpétuas no valor de 270 milhões de euros, e de um empréstimo subordinado perpétuo no valor de 600 milhões de euros. Todas as emissões têm juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

As características das emissões são as seguintes:

Descrição	Data de emissão	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	(milhares de euros)
							Possibilidade de reembolso ⁽¹⁾
Obrigações perpétuas	Dez/10	EUR	176 497	26 217	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Obrigações perpétuas	Dez/10	USD	5 080	3 105	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Empréstimo perpétuo	Dez/10	EUR	600 000	191 434	5,58%	02/Jul ⁽²⁾	A partir de Jul/14
			781 577	220 756			

⁽¹⁾ O reembolso destes títulos poderá ser efetuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

⁽²⁾ A partir de julho de 2014 o juro será pago trimestralmente com base na aplicação da taxa Euribor a três meses, acrescida de 2,67%, sobre o montante utilizado.

Durante o exercício de 2012 o Banco adquiriu 18,8 milhões de euros do empréstimo subordinado, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto de 4 478 milhares de euros reconhecida em Outras reservas. Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital

emitidos pelo BES foram reduzidos em 437 893 milhares de euros. Durante o primeiro semestre de 2013, o Banco adquiriu 5,0 milhões de euros do empréstimo subordinado, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto de 913 milhares de euros reconhecido em Outras Reservas.

Durante o primeiro semestre de 2013, o Banco efetuou pagamento de rendimentos no montante de 1 266 milhares de euros relativos às obrigações perpétuas.

Estas emissões são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco. Face às suas características são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

Ações próprias

Durante o exercício de 2011, o BES adquiriu ações próprias no âmbito do PRVIF (ver Nota 13). Em 27 de janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 ações próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 ações relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 e na sequência da proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de ações próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2011.

O movimento ocorrido nas ações próprias foi como segue:

	30.06.2013		31.12.2012	
	Nº de ações	Valor (milhares de euros)	Nº de ações	Valor (milhares de euros)
Transações no âmbito do PRVIF				
Saldo no início do período/exercício ⁽¹⁾	275 291	801	342 475	997
Ações adquiridas	-	-	-	-
Ações alienadas ⁽²⁾	-	-	67 184	(196)
Saldo no final do período/exercício	275 291	801	275 291	801

⁽¹⁾ Em 31/12/2012 engloba as ações adquiridas em 2011 ao preço de 2,909 euros por ação

⁽²⁾ Ações alienadas ao preço de 1,315 euros por ação em janeiro de 2012

NOTA 39 - RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Ativos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios atuariais (valor líquido de impostos)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(217 050)	57 354	(159 696)	(649 381)	85 000	678 389	114 008
Alterações de justo valor	131 639	(38 310)	93 329	-	-	-	-
Compra de Outros Instrumentos de Capital ^(a)	-	-	-	-	-	4 860	4 860
Desvios atuariais	-	-	-	(48 599)	-	-	(48 599)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(133 089)	(133 089)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(1 251)	(1 251)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(12 874)	(12 874)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	(5 385)	(5 385)
Outros movimentos	-	-	-	(23)	-	2 120	2 097
Saldo em 30 de junho de 2012	(85 411)	19 044	(66 367)	(698 003)	85 000	532 770	(80 233)
Alterações de justo valor	128 145	(33 040)	95 105	-	-	-	-
Compra de Outros Instrumentos de Capital ^(a)	-	-	-	-	-	(382)	(382)
Desvios atuariais	-	-	-	(122 101)	-	-	(122 101)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	(12 492)	(12 492)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	11 326	11 326
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(2 629)	(2 629)
Outros movimentos	-	-	-	23	-	(1 871)	(1 848)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	42 734	(13 996)	28 738	(820 081)	85 000	526 722	(208 359)
Alterações de justo valor	(81 960)	23 979	(57 981)	-	-	-	-
Compra de Outros Instrumentos de Capital ^(a)	-	-	-	-	-	913	913
Desvios atuariais	-	-	-	(12 991)	-	-	(12 991)
Constituição de reservas	-	-	-	-	12 197	109 764	121 961
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	(2 360)	(2 360)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(950)	(950)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(8 035)	(8 035)
Variação cambial	-	-	-	-	-	13 375	13 375
Outros movimentos	-	-	-	-	-	463	463
Saldo em 30 de junho de 2013	(39 226)	9 983	(29 243)	(833 072)	97 197	639 892	(95 983)

(a) Valor líquido de imposto

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do período	28 738	(159 696)
Varição de justo valor	(45 588)	718 556
Alienações do período	(98 363)	(570 781)
Imparidade reconhecida no período	61 991	112 009
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (ver nota 35)	23 979	(71 350)
Saldo no final do período	(29 243)	28 738

NOTA 40 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Passivos contingentes		
Garantias e avales prestados	9 937 665	12 119 879
Ativos financeiros dados em garantia	20 721 489	21 196 688
Créditos documentários abertos	3 573 734	3 532 645
Outros	203 951	356 207
	<u>34 436 839</u>	<u>37 205 419</u>
Compromissos		
Compromissos revogáveis	7 166 411	6 843 238
Compromissos irrevogáveis	2 991 177	3 147 536
	<u>10 157 588</u>	<u>9 990 774</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 30 de junho de 2013, a rubrica de ativos dados em garantia inclui:

- Ativos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez, dos quais se encontram utilizados 11,6 mil milhões de euros a valores de mercado (31 de dezembro de 2012: 13,5 mil milhões de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 15,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 17,9 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 81 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 81 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 1 433 milhões de euros (31 de dezembro de 2012: 1 823 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Banco nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expreso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Depósito e guarda de valores	56 258 802	57 966 126
Valores recebidos para cobrança	250 828	294 037
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	5 999 664	6 367 117
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 322 159	4 295 683
	<u>65 831 453</u>	<u>68 922 963</u>

NOTA 41 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Banco com partes relacionadas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

	30.06.2013					31.12.2012				
	Ativos	Passivos	Garantias	Provetos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias	Provetos	Custos
Empresas subsidiárias										
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	464	-	-	2.564	-	540	-	-	5.543
ES CONCESSÕES	207.660	12	55.135	6.780	-	125.880	311	61.080	14.971	-
ES ACE 2	-	313	-	616	2.556	-	230	-	1.278	5.364
ESAF	-	37.921	4.024	7.330	157	-	33.455	4.035	13.375	1.561
ESAF ESPANHA	412	49.702	-	2.487	361	375	47.281	-	4.685	326
ES SERVICIOS	59.561	186	-	759	1.058	53.662	144	-	1.172	2.670
ESGEST	-	444	-	-	-	-	175	-	-	891
ESINF	-	699	-	41	1.921	-	775	-	156	4.943
BESNAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BESI	1.135.073	137.160	38.838	7.873	4.050	1.234.572	109.936	30.452	25.492	11.799
BES GMBH	-	6.065	1.068.073	31	23	-	6.068	1.086.151	78	58
BES ORIENTE	45	232.569	-	-	5.553	270	345.028	-	1	9.363
BES FINANCE	53.143	1.265.808	2.929.002	7.178	77.084	184.036	2.858.824	6.292.416	68.052	300.670
ES PLC	813.077	1.161.750	1.955.046	4.034	9.061	181.410	587.768	1.172.785	1.975	20.125
ES BANK	19.169	4.028	1.650	-	-	19.016	4.169	1.650	-	18
ES TECH VENTURES	46.672	1.363	975	122	15	44.977	3.253	-	123	19
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
ESCLINC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.472
BEST	4.053	60.887	-	18	384	7.375	124.222	-	347	3.740
BES AÇORES	35.816	39.352	10.120	1.273	63	99.927	63.618	10.000	4.045	139
BES ANGOLA	3.271.364	12.229	126.312	89.516	1	2.840.789	23.424	97.485	163.464	108
QUINTA DOS CONEGOS	1.059	-	10	-	-	1.047	-	14	38	-
BIBL	359.595	645.959	3.174.679	3.870	73.105	439.470	496.522	2.872.376	26.531	102.322
FCR PME	-	1.588	-	-	10	-	1.593	-	-	50
FIQ VENTURES II	17.482	3.924	518	567	-	16.342	288	1.658	1.200	19
SPE-LM6	184.601	-	-	1.421	19	185.989	-	-	3.954	805
SPE-LM7	1.276.025	-	-	2.306	19	1.316.459	-	-	13.006	157
FT LPF1	19.880	7.708	-	1.265	-	20.759	7.482	-	3.574	-
PRAÇA DO MARQUES	-	536	-	-	881	220	107	-	-	1.440
PARSUNI	27	-	-	-	-	17	-	-	-	-
SPE-SME1	2.275	-	-	1.130	-	3.922	-	-	1.720	-
AVISTAR	550.000	177.900	-	23	277	800.000	308.656	-	84	5.183
FCR_BES_GROWTH	-	51	-	-	-	-	141	-	-	-
FCR_VENTURES_III	18.206	7	6.794	482	-	16.095	874	8.905	1.478	-
AMAN BANK	-	38.199	-	30	157	-	22.742	-	134	327
OBLOG	-	1.156	-	-	1	-	660	-	-	1
BES ÁFRICA	-	2.981	-	1	-	-	376	-	-	2
BANCO DE CABO VERDE	9	87.280	-	3	-	2	80.077	2.637	24	-
BES VIDA	1.343.005	647.994	-	115.854	15.327	1.047.449	599.809	-	26.789	19.776
ES VANGUARDA	-	599	-	-	1.097	-	21	-	-	3
FLITPTREL VIII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNGEPI	20.000	26.059	949	523	-	20.000	25.232	-	177	-
FUNGEPI_II	-	24.524	-	-	6	-	39.820	-	-	9
FUNGERE	-	29.076	431	-	245	-	38.999	-	-	91
IMOINVESTIMENTO	-	3.203	-	-	-	-	3.376	-	-	-
PREDILOCC	-	581	-	124	-	-	-	-	-	-
	9.438.209	4.710.277	9.392.556	255.657	195.995	8.660.060	5.835.996	11.641.644	377.923	499.005
Empresas associadas										
ES VENÉTE	141.747	735	5.636	6	-	726.910	593	5.627	1.138	-
LOCARENT	122.298	875	-	1.434	3.641	129.818	3.723	-	2.591	8.311
BES SEGUROS	69	12.592	-	9	9	608	14.474	-	161	16
ESEGUR	6.890	2	2.388	83	-	7.259	3	2.105	145	-
ES CONTACT CENTER	1.454	-	40	40	-	1.650	-	43	90	-
EMPARK	39.011	-	-	932	-	39.084	-	-	1.895	-
ASCENDI GROUP SGPS	312.899	30.447	26.900	9.555	145	299.462	3.781	28.364	9.620	2
NANIUM	34.283	8.616	18.331	129	50	35.327	4.272	18.349	306	4
ASCENDI PINHAL INTERIOR	114.767	5.929	16.374	1.758	-	98.348	2.051	15.374	2.947	-
AENOR DOURO	271.894	2.783	13.470	4.377	-	271.887	3.461	11.000	8.668	-
PALEXPO	7.238	178	26	227	-	7.266	124	26	537	-
UNICRE	-	15	-	-	-	26	-	-	1	-
OUTRAS	37.630	69.115	3.708	925	36	36.596	24.395	4.054	1.326	140
	1.090.180	131.287	86.873	19.475	3.881	1.654.241	56.877	84.942	29.625	8.473

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o montante global dos ativos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

30.06.2013									
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveltos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Acionistas									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	100 064	-	85
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	4 579	-	1
BESPAR	-	-	-	-	-	-	189	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	5	1 003	107	2 088	918	362	5	-
Subsidiárias e associadas de acionistas									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	20	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	7 645	-	-	7 645	-	262 475	334	66
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	87 969	-	-	87 969	21 492	77 173	330	121
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	671	-	-	-	671	7 580	16 492	-	33
ES BANK PANAMA	22 936	-	-	-	22 936	-	9 985	-	-
ES SAUDE	-	17 854	33 117	-	50 971	4 006	14 202	321	1
T - VIDA	-	42 447	161 790	-	204 237	-	78 613	141	68
ESUMÉDICA	-	1 000	-	-	1 000	4	78	24	-
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	25	1 773	-	7
Outros									
ES IRMÃOS	-	-	-	-	-	-	648	-	-
OPWAY	-	7 080	-	-	7 080	45 878	909	77	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	13 059	-	-	13 059	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	-	-	-	-	-	275	-	-
OUTRAS	-	54 345	20 070	-	74 415	9 885	25 471	966	36
TOTAL	24 580	231 404	215 980	107	472 071	89 788	593 308	2 198	418

(milhares de euros)

31.12.2012									
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveltos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Acionistas									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	17	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	105	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	386	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	91	1 016	110	2 190	1 080	271	10	-
Subsidiárias e associadas de acionistas									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	21	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	7 579	-	-	7 579	-	153	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	150 150	-	-	150 150	21 979	116 495	65	55
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	742	-	-	-	742	7 580	17 637	-	36
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	35 512	-	-
ES SAUDE	-	18 484	30 002	-	48 486	24 269	13 140	363	2
T - VIDA	-	55 560	9 291	-	64 851	-	56 635	17	26
ESUMÉDICA	-	1 000	-	-	1 000	4	24	20	-
EUROP ASSISTANCE	-	24	-	-	24	25	2 749	-	-
Outros									
ES IRMÃOS	-	104 570	-	-	104 570	-	-	4 708	-
OPWAY	-	3 645	-	-	3 645	48 029	35 089	208	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	13 523	-	-	13 523	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	11	-	-	11	-	2 359	-	-
OUTRAS	-	55 928	20 064	-	75 992	17 294	32 190	1 409	21
TOTAL	1 715	410 565	60 373	110	472 763	120 260	312 783	6 800	140

Em 30 de junho de 2013 o valor dos créditos concedidos pelo Banco aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 2 833 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 4 047 milhares de euros).

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a atos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (nº 5 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos nºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011 que entrou em vigor em 21 de agosto de 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, quer direta, quer indiretamente:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daqueles membros, com exceção de operações de carácter ou finalidade social, de operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 85º do RGICSF;

- a cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do artigo 85º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artigo 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indireto prevista no n.º 2 do artigo 85º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito a membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou a sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com todas as exigências referidas.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não se verificou qualquer situação de imparidade específica em créditos concedidos a partes relacionadas. Em consequência, estes créditos são

integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base coletiva tal como referido na Nota 2.4 - Crédito a clientes.

No exercício de 2012 o Banco adquiriu 30 779 e 22 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Banco.

NOTA 42 - SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

A 30 de junho de 2013, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo BES:

(milhares de euros)

Emissão	Data de Início	Montante Inicial	Montante actual de crédito	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	346 548	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	345 939	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	501 483	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	575 529	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	802 469	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	208 298	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	739 384	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	125 174 ⁽¹⁾	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 759 329	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 ⁽²⁾	84 575	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	354 951	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	314 696	Crédito a pequenas e médias empresas

⁽¹⁾ Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC"

⁽²⁾ Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie)

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de janeiro de 2004. Assim, os ativos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano *Leverage Finance* No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES1 e do *ES Vénétie* e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em março de 2012. Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respetivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

NOTA 43 -- JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor				Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
30 de junho de 2013						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	451 915	-	-	-	451 915	451 915
Disponibilidades em outras instituições de crédito	176 147	-	-	-	176 147	176 147
Ativos financeiros detidos para negociação	-	155 414	1 230 695	-	1 386 109	1 386 109
Ativos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 233 698	1 859 282	-	3 092 980	3 092 980
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 413	3 980 307	3 978 035	1 346 051	9 309 806	9 309 806
Aplicações em instituições de crédito	6 501 337	-	-	-	6 501 337	6 501 337
Crédito a clientes	37 507 882	-	412 911	-	37 920 793	35 820 997
Investimentos detidos até à maturidade	635 590	-	-	-	635 590	544 082
Derivados para gestão do risco	-	-	340 280	-	340 280	340 280
Ativos financeiros	45 278 284	5 369 419	7 821 203	1 346 051	59 814 957	57 623 653
Recursos de bancos centrais	9 254 714	-	-	-	9 254 714	9 254 714
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 248 467	-	1 248 467	1 248 467
Recursos de outras instituições de crédito	4 370 521	-	735 941	-	5 106 462	4 950 388
Recursos de clientes e outros empréstimos	24 863 466	-	9 305 683	-	34 169 149	34 169 149
Responsabilidades representadas por títulos	7 279 219	-	1 607 944	-	8 887 163	8 697 220
Passivos financeiros associados a activos transferidos	775 072	-	-	-	775 072	775 072
Derivados para gestão do risco	-	-	108 218	-	108 218	108 218
Passivos subordinados	796 665	-	-	-	796 665	769 478
Passivos financeiros	47 339 657	-	13 006 253	-	60 345 910	59 972 706
31 de dezembro de 2012						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	626 558	-	-	-	626 558	626 558
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275 887	-	-	-	275 887	275 887
Ativos financeiros detidos para negociação	-	161 178	1 690 328	-	1 851 506	1 851 506
Ativos finan. ao justo valor através de resultados	-	188 274	1 089 012	8 789	1 286 075	1 286 075
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 570 ^{a)}	2 306 566	5 404 210	1 289 686	9 007 032	9 007 032
Aplicações em instituições de crédito	9 565 134	-	-	-	9 565 134	9 565 134
Crédito a clientes	36 766 340	-	497 174	-	37 263 514	35 028 254
Investimentos detidos até à maturidade	692 093	-	-	-	692 093	623 807
Derivados para gestão do risco	-	-	468 184	-	468 184	468 184
Ativos financeiros	47 932 582	2 656 018	9 148 908	1 298 475	61 035 983	58 732 437
Recursos de bancos centrais	10 238 986	-	-	-	10 238 986	10 238 986
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 630 363	-	1 630 363	1 630 363
Recursos de outras instituições de crédito	6 225 040	-	913 759	-	7 138 799	6 948 647
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 580 433	-	8 690 832	-	30 271 265	30 271 265
Responsabilidades representadas por títulos	8 946 369	-	987 530	-	9 933 899	10 783 070
Derivados para gestão do risco	-	-	79 667	-	79 667	79 667
Passivos subordinados	796 643	-	-	-	796 643	782 085
Passivos financeiros	47 787 471	-	12 302 151	-	60 089 622	60 734 083

^{a)} Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. Alterações nos parâmetros utilizados, em 2013 e 2012, não têm impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante os primeiros seis meses de 2013 e o exercício de 2012, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do exercício	1 298 475	141 116
Aquisições	164 780	1 199 901
Saídas	(77 527)	(7 859)
Transferências	(16)	14 461
Variação de valor	(39 661)	(49 144)
Saldo no fim do exercício	1 346 051	1 298 475

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfólio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 44 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Banco. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objeto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	5 736 102	6 890 596
Ativos financeiros detidos para negociação	1 374 079	1 835 695
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 357 800	256 842
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 276 150	7 152 987
Crédito a clientes	37 920 793	37 263 514
Investimentos detidos até à maturidade	635 590	692 093
Derivados para gestão de risco	340 280	468 184
Outros ativos	1 297 761	1 384 118
Garantias e avals prestados	9 937 665	12 119 879
Créditos documentários	3 573 734	3 532 645
Compromissos irrevogáveis	2 991 177	3 147 536
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	257 995	243 859
	72 699 126	74 987 948

A repartição por setores de atividade, para o exercício findo em 30 de junho de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

30.06.2013											
Credito sobre clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação		Outros ativos fin. ao justo valor através de resultados		Derivados para gestão de risco		Ativos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avais prestados
	Valor bruto	Imparidade ⁽¹⁾	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	401 169	(27 104)	1 731	-	-	-	7 482	-	-	-	31 744
Indústrias Extrativas	280 745	(13 822)	4 076	-	-	-	1 320	(724)	-	-	44 543
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	831 628	(41 249)	6 760	571	-	-	375	(52)	-	-	74 952
Têxteis e Vestuário	351 228	(34 455)	724	-	-	-	2 196	(2 240)	-	-	12 803
Curtações e Calçado	62 128	(7 331)	73	-	-	-	489	(499)	-	-	2 572
Madeira e Cortiça	143 730	(27 964)	374	-	-	-	1 304	(1 330)	-	-	6 877
Papel e Indústrias Gráficas	336 161	(21 113)	3 554	-	-	-	6 971	(1 985)	-	-	72 542
Refinação de Petróleo	3 201	(105)	195	-	-	-	-	-	-	-	4 979
Produtos Químicos e de Borracha	468 098	(15 211)	7 288	-	-	-	10 752	(10 752)	-	-	104 116
Produtos Minerais não Metálicos	283 573	(26 144)	293	-	-	-	7 496	(7 496)	-	-	18 382
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	683 359	(43 366)	709	-	-	-	-	-	-	-	144 895
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	174 942	(9 482)	1 577	-	-	-	2 595	(2 078)	-	-	126 831
Fabricação de Material de Transporte	117 455	(3 570)	338	-	-	-	572	(99)	-	-	20 520
Outras Indústrias Transformadoras	258 040	(29 496)	611	7	-	-	6 591	(6 139)	-	-	42 606
Electricidade, Gás e Água	1 074 008	(10 242)	84 521	-	-	-	68 944	-	-	-	390 482
Construção e Obras Públicas	3 056 977	(435 284)	125 851	56 000	-	-	80 779	(1 688)	-	-	2 193 645
Comércio por Grosso e a Retalho	2 439 539	(289 349)	3 283	-	-	-	45 294	(21 337)	-	-	546 294
Turismo	1 329 606	(104 024)	3 671	-	-	-	601	(391)	-	-	92 786
Transportes e Comunicações	2 590 894	(74 506)	104 720	229	-	-	140 994	(3 330)	10 015	-	967 767
Atividades Financeiras	3 240 963	(175 431)	773 655	1 606 190	340 280	-	5 454 217	(163 919)	478 118	(14 354)	2 619 777
Atividades Imobiliárias	3 934 844	(420 111)	24 608	70 000	-	-	19 504	(4)	-	-	350 564
Serviços Prestados às Empresas	4 179 070	(357 719)	67 376	90 001	-	-	355 580	(19 026)	-	-	1 419 673
Administração e Serviços Públicos	1 555 140	(21 974)	143 505	1 224 176	-	-	3 095 973	-	86 535	-	201 188
Outras atividades de serviços colectivos	2 355 189	(280 409)	25 584	45 806	-	-	285 743	(43 614)	86 487	(11 210)	389 457
Crédito à Habitação	7 926 806	(152 002)	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Crédito a Particulares	1 847 787	(186 585)	-	-	-	-	-	-	-	-	54 888
Outros	418 417	(3 772)	1 032	-	-	-	742	(5)	-	-	2 775
TOTAL	40 344 697	(2 811 820)	1 386 109	3 092 980	340 280	9 596 514	(286 708)	661 155	(25 564)	9 937 665	

⁽¹⁾ Inclui provisão para imparidade no valor de 2 423 904 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 387 916 milhares de euros (ver Nota 34)

(milhares de euros)

31.12.2012											
Credito sobre clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação		Outros ativos fin. ao justo valor através de resultados		Derivados para gestão de risco		Ativos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avais prestados
	Valor bruto	Imparidade ⁽¹⁾	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	414 145	(19 990)	13 340	-	-	-	10 722	(8 553)	-	-	36 666
Indústrias Extrativas	286 099	(8 731)	1 870	-	-	-	945	(675)	-	-	45 727
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	833 951	(47 750)	8 794	-	-	-	52	(52)	-	-	96 998
Têxteis e Vestuário	310 062	(30 399)	833	-	-	-	2 240	(2 240)	-	-	12 341
Curtações e Calçado	62 690	(6 786)	38	-	-	-	499	(499)	-	-	2 063
Madeira e Cortiça	144 340	(21 957)	480	-	-	-	1 329	(1 330)	-	-	7 466
Papel e Indústrias Gráficas	264 679	(15 104)	4 675	-	-	-	1 968	(1 968)	-	-	82 799
Refinação de Petróleo	6 976	(45)	4 817	-	-	-	-	-	-	-	5 425
Produtos Químicos e de Borracha	445 721	(12 259)	10 716	-	-	-	18 975	(11 049)	-	-	98 651
Produtos Minerais não Metálicos	276 448	(24 370)	431	-	-	-	7 496	(7 496)	-	-	20 095
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	699 363	(46 501)	2 216	-	-	-	540	-	-	-	152 230
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	188 842	(11 574)	2 331	-	-	-	13 806	(2 078)	-	-	119 982
Fabricação de Material de Transporte	406 933	(9 545)	434	-	14	-	3 888	(3 429)	-	-	30 668
Outras Indústrias Transformadoras	248 767	(28 485)	679	-	-	-	6 716	(6 255)	-	-	38 441
Electricidade, Gás e Água	937 211	(9 665)	78 274	-	-	-	370 252	-	-	-	406 129
Construção e Obras Públicas	3 688 798	(353 294)	151 927	56 000	-	-	13 420	(1 688)	-	-	2 161 057
Comércio por Grosso e a Retalho	2 450 999	(236 878)	9 864	-	-	-	27 052	(15 430)	-	-	537 748
Turismo	1 356 263	(85 603)	5 174	-	-	-	610	(379)	-	-	97 898
Transportes e Comunicações	1 625 639	(43 849)	124 762	-	-	-	216 469	-	9 894	-	992 490
Atividades Financeiras	2 856 462	(141 416)	1 079 322	882 266	468 170	-	5 778 977	(115 302)	510 899	(20 794)	4 524 643
Atividades Imobiliárias	4 149 138	(377 015)	40 968	70 000	-	-	180 432	(1 818)	-	-	442 131
Serviços Prestados às Empresas	4 088 910	(263 671)	139 904	90 001	-	-	661 058	(16 514)	-	-	1 527 234
Administração e Serviços Públicos	872 059	(20 920)	142 265	187 808	-	-	1 741 889	-	103 476	-	225 028
Outras atividades de serviços colectivos	2 217 838	(258 508)	25 565	-	-	-	183 718	(39 265)	106 935	(18 317)	381 016
Crédito à Habitação	8 047 906	(148 597)	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Crédito a Particulares	1 982 660	(177 238)	-	-	-	-	-	-	-	-	70 346
Outros	406 318	(1 940)	1 826	-	-	-	3	(4)	-	-	4 598
TOTAL	39 269 217	(2 402 090)	1 851 506	1 286 075	468 184	9 243 056	(236 024)	731 204	(39 111)	12 119 879	

⁽¹⁾ Inclui provisão para imparidade no valor de 2 005 703 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 396 387 milhares de euros (ver Nota 34)

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros	
	30.06.2013	31.12.2012
Risco cambial	8 099	4 028
Risco taxa de juro	6 106	6 785
Acções e Mercadorias	14 786	15 191
Volatilidade	6 600	6 606
Spread de Crédito	14 554	12 803
Efeito da diversificação	(9 488)	(8 616)
Total	40 657	36 797

O BES apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 40 657 milhares de euros para as suas posições de negociação (31 de dezembro de 2012: 36 797 milhares de euros).

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

	30.06.2013						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em ICs	7 067 544	254 853	4 057 370	446 427	1 346 456	944 425	18 013
Crédito a clientes	40 139 069	-	26 322 142	6 408 473	2 587 147	3 769 300	1 052 007
Títulos	15 261 742	6 020 346	4 265 413	731 123	2 268 536	651 006	1 325 317
Total			34 644 925	7 586 023	6 202 138	5 364 731	2 395 338
Recursos de outras ICs	14 227 609	-	12 459 371	430 625	192 169	601 690	543 754
Depósitos	33 693 621	-	20 573 715	2 695 913	4 902 970	5 510 082	10 941
Títulos Emitidos	9 528 699	-	1 723 068	200 864	1 812 955	3 596 989	2 194 823
Total			34 756 155	3 327 401	6 908 094	9 708 762	2 749 517
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	(1 256 773)		(111 229)	4 258 622	(705 956)	(4 344 031)	(354 179)
Fora de Balanço	(3 793)		(11 228 036)	(1 036 464)	6 442 111	5 911 393	(92 796)
GAP estrutural	(1 260 566)		(11 339 265)	3 222 158	5 736 155	1 567 362	(4 46 976)
GAP acumulado			(11 339 265)	(8 117 107)	(2 380 952)	(813 590)	(1 260 566)

(milhares de euros)

	31.12.2012						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em ICs	10 456 524	302 624	9 840 808	159 906	108 718	44 423	46
Crédito a clientes	39 066 793	-	25 319 578	7 141 838	2 421 648	3 438 277	745 452
Títulos	13 167 435	5 101 298	5 348 989	495 504	457 366	538 516	1 225 762
Total			40 509 374	7 797 247	2 987 733	4 021 216	1 971 260
Recursos de outras ICs	17 245 615	-	14 208 646	353 649	509 394	1 038 153	1 135 773
Depósitos	29 820 137	-	19 069 841	2 673 339	2 813 246	5 251 271	12 440
Títulos Emitidos	10 481 232	-	2 828 531	211 039	291 803	4 781 431	2 368 428
Total			36 107 018	3 238 026	3 614 444	11 070 855	3 516 641
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	(260 154)		4 402 357	4 559 221	(626 711)	(7 049 639)	(1 545 382)
Fora de Balanço			(5 447 448)	(978 296)	362 132	6 014 931	48 682
GAP estrutural	(260 154)		(1 045 092)	3 580 925	(264 579)	(1 034 709)	(1 496 700)
GAP acumulado			(1 045 092)	2 535 833	2 271 254	1 236 546	(260 154)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e o exercício findo 31 de dezembro de 2012, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	30.06.2013			31.12.2012		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	8 443 451	213 339	5,10%	8 089 765	371 400	4,59%
Crédito a clientes	40 102 843	715 721	3,60%	40 153 464	1 676 468	4,18%
Aplicações em títulos	9 503 187	128 192	2,72%	12 790 980	568 823	4,45%
Aplicações diferenciais	1 634 906	-	-	1 107 220	-	-
Ativos financeiros	59 684 387	1 057 252	3,57%	62 141 430	2 616 691	4,21%
Recursos monetários	15 941 567	123 293	1,56%	20 535 987	431 197	2,10%
Recursos de clientes	32 622 424	375 087	2,32%	30 359 431	829 968	2,73%
Outros recursos	11 120 396	392 835	7,12%	11 246 012	697 372	6,20%
Passivos financeiros	59 684 387	891 215	3,01%	62 141 430	1 958 537	3,15%
Resultado Financeiro		166 037	0,56%		658 154	1,06%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, por moeda, é analisado como segue:

		30.06.2013				31.12.2012			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(192 170)	157 982	188 660	154 472	(828 906)	882 562	17 782	71 438
GBP	LIBRA ESTERLINA	295 065	(280 575)	(9 632)	4 858	361 259	(377 041)	(1 057)	(16 839)
BRL	REAL BRASILEIRO	34 151	(4 478)	(54 043)	(24 370)	33 786	(57 928)	(1 364)	(25 506)
DKK	COROA DINAMARQUESA	12 044	(11 926)	-	118	21 767	(21 579)	-	188
JPY	YENE JAPONÊS	(6 666)	5 359	(1 379)	(2 686)	27 081	5 171	(40 150)	(7 898)
CHF	FRANCO SUÍÇO	42 439	2 586	(60 773)	(15 748)	4 344	(6 962)	-	(2 618)
SEK	COROA SUECA	2 632	(1 351)	(2 512)	(1 231)	7 271	(7 778)	(475)	(982)
NOK	COROA NORUEGUESA	(88 591)	87 896	1 450	755	(49 628)	49 807	(353)	(174)
CAD	DOLAR CANADIANO	(3 910)	3 865	132	87	17 559	(20 337)	388	(2 390)
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	(6 637)	6 733	-	96	(5 692)	4 475	497	(720)
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	(23 251)	36 776	(11 567)	1 958	(8 910)	10 124	17	1 231
CZK	COROA CHECA	(486)	489	-	3	5	-	-	5
MXN	PESO MEXICANO	88 850	(61 005)	-	27 845	90 106	(75 772)	9 338	23 672
	OUTROS	99 654	50 316	20 920	170 890	118 900	55 859	33 406	208 165
		253 124	(7 333)	71 256	317 047	(211 058)	440 601	18 029	247 572

Nota: activo / (passivo)

Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 30 de junho de 2013 a exposição do Banco a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

30.06.2013					
	Crédito sobre clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	915 880	742 761	1 287	2 216 113	3 876 041
Espanha	80 136	624 753	(63)	617 755	1 322 581
Itália	-	-	-	196 046	196 046
	996 016	1 367 514	1 224	3 029 914	5 394 668

⁽¹⁾ Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

31.12.2012					
	Crédito sobre clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	915 817	329 507	37 561	1 315 136	2 598 021
Espanha	88 310	-	(76)	374 776	463 010
	1 004 127	329 507	37 485	1 689 912	3 061 031

⁽¹⁾ Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Exceto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e de Ativos Financeiros Detidos para Negociação é como segue:

(milhares de euros)						
30.06.2013						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	2 345 975	2 204 004	12 109	2 216 113	-	(26 552)
Maturidade até 1 ano	908 424	900 091	49	900 140	-	(786)
Maturidade superior 1 ano	1 437 551	1 303 913	12 060	1 315 973	-	(25 766)
Espanha	623 522	617 545	210	617 755	-	(1 000)
Maturidade até 1 ano	600 000	593 678	-	593 678	-	(1 122)
Maturidade superior 1 ano	23 522	23 867	210	24 077	-	122
Itália	200 000	196 046	-	196 046	-	(363)
Maturidade até 1 ano	100 000	98 645	-	98 645	-	-
Maturidade superior 1 ano	100 000	97 401	-	97 401	-	(363)
	3 169 497	3 017 595	12 319	3 029 914	-	(27 915)
Ativos Financeiros de Negociação e ao Justo Valor						
Portugal	776 453	735 078	7 683	742 761	-	-
Espanha	630 000	624 753	-	624 753	-	-
	1 406 453	1 359 831	7 683	1 367 514	-	-
(milhares de euros)						
31.12.2012						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	1 404 693	1 296 219	18 917	1 315 136	-	57 723
Maturidade até 1 ano	179 707	178 495	1	178 496	-	315
Maturidade superior 1 ano	1 224 986	1 117 724	18 916	1 136 640	-	57 408
Espanha	380 073	374 749	27	374 776	-	876
Maturidade até 1 ano	376 200	370 825	-	370 825	-	929
Maturidade superior 1 ano	3 873	3 924	27	3 951	-	(53)
	1 784 766	1 670 968	18 944	1 689 912	-	58 599
Ativos Financeiros de Negociação e ao Justo Valor						
Portugal	371 453	323 486	6 021	329 507	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-
	371 453	323 486	6 021	329 507	-	-

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

O início de 2013, manteve a tendência de melhoria do sentimento do mercado, com a redução dos níveis de aversão ao risco e a diminuição das *yields* da dívida soberana dos países periféricos suportadas por políticas fortemente expansionistas dos bancos centrais. Neste contexto, em fevereiro houve um número significativo de bancos a reembolsar a *LTRO (Long Term Refinancing Operation)* cedida em dezembro de 2011, no montante de 137 mil milhões de euros. O Grupo BES amortizou antecipadamente 1 000 M€ ao abrigo desta linha.

Aproveitando as condições favoráveis, o Banco acedeu aos mercados de capitais internacionais com uma emissão de dívida sénior, não garantida, com maturidade de cinco anos, no montante de 500M€, antecipando parte dos reembolsos a ocorrer ao longo do ano (1,9mM€).

Contudo, o impasse que resultou das eleições em Itália, bem como as medidas anunciadas no âmbito do pedido de assistência financeira do Chipre, vieram aumentar a incerteza dos agentes financeiros, fazendo novamente aumentar o clima de incerteza e a aversão ao risco, com a consequente subida dos *spreads* dos países da periferia da Europa. Este movimento foi já parcialmente revertido em abril.

No final do semestre, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto era de 22,1mM€, dos quais 19,4mM€ junto do Banco Central Europeu.

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)

	30.06.2013						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	316	316	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	3 925	3 585	130	31	144	2	34
Crédito a clientes	42 797	599	794	1 461	1 860	1 617	36 466
Títulos	29 282	2 580	1 454	1 658	1 573	2 949	19 068
Outros ativos líquidos	2 130	738	428	-	3	125	836
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	7 750	820	87	476	457	573	5 336
Total		8 638	3 238	3 626	4 037	5 266	61 740
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	15 329	2 812	587	499	677	193	10 562
Depósitos de clientes	37 137	1 124	2 099	926	300	652	32 035
Títulos Emitidos	13 264	165	271	1 055	159	2 390	9 223
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 929	1 325	528	-	-	1	75
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	11 130	879	228	660	570	565	8 229
Total		6 341	3 735	3 196	1 831	4 126	64 529
GAP (Ativos - Passivos)		6 342	3 735	3 197	1 831	4 125	
GAP Acumulado		2 297	(497)	428	2 206	1 141	
Buffer de activos liq > 12 meses							2 805

(milhões de euros)

	31.12.2012						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	303	303	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	10 154	5 170	3 590	729	179	112	374
Crédito a clientes	33 132	367	872	1 391	1 270	1 960	27 272
Títulos	20 825	330	775	1 856	700	838	16 327
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	1 162	1 119	-	2	3	5	33
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	5 403	24	35	150	134	176	4 883
Total		7 313	5 272	4 128	2 286	3 091	48 889
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	17 370	1 505	362	720	606	629	13 547
Depósitos de clientes	29 696	815	627	1 905	1 027	42	25 281
Títulos Emitidos	10 478	7	200	1 108	495	288	8 380
Contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 006	1 071	8	29	43	89	766
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 229	47	88	273	244	181	9 398
Total		3 445	1 285	4 035	2 415	1 229	57 372
GAP (Ativos - Passivos)		3 868	3 987	93	(128)	1 863	
GAP Acumulado		3 868	7 855	7 948	7 820	9 684	
Buffer de activos liq > 12 meses							(645)

O *gap* acumulado a um ano passou de 9 684 milhões de euros em dezembro de 2012 para 1 141 milhões de euros em junho de 2013.

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido como $(\text{Ativos líquidos} - \text{Passivos voláteis}) / (\text{Ativo} - \text{Ativos líquidos}) * 100$ em cada escala cumulativa de maturidade residual. Os ativos líquidos incluem os valores de tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem a tesouraria, as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização da posição de liquidez do risco de *wholesale* das instituições. O *gap* de liquidez até um ano do BES era, a 30 de junho de 2013, de 8,6, que compara com 8,6 no exercício de 2012.

De forma a tentar antecipar possíveis impactos negativos, são efetuados cenários de *stress* com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado). No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale*, enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

Já em janeiro de 2013, o *Bank of International Settlements*, no enquadramento de Basileia III, publicou nova legislação referente ao rácio de liquidez *Liquidity Coverage Ratio* (LCR). O Banco, a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, cumpria já com o limite estabelecido para 2015 relativamente a este rácio.

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objetivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Banco foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de dezembro de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – *IRB*) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – *TSA*).

Os elementos de capital do Grupo BES para efeitos da determinação do rácio de solvabilidade, dividem-se em *Core Tier I*, Fundos Próprios de Base (ou *Tier I*), Fundos Próprios Complementares e Fundos Próprios Totais, com a seguinte composição:

- ***Core Tier I***: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, os prémios de emissão, as reservas elegíveis, os resultados positivos retidos do exercício quando certificados e os interesses que não controlam. As reservas de justo valor são excluídas com exceção da dedução das reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital; também é dedutível ao *Core Tier I* o valor de balanço dos montantes relativos a ativos intangíveis, desvíos atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do exercício.
- **Fundos Próprios de Base (*Tier I*)**: Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui as ações preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Constituem elementos dedutíveis aos fundos próprios de base metade do valor convertido em participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Decorrente da aplicação do método *IRB* para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco da parte que exceda a soma das correções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (*Tier II*)**: Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco que ultrapassem o valor da soma das correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método *IRB* para risco de crédito.
- **Deduções**: Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que o *Tier II* não exceda os Fundos próprios de base. Adicionalmente, determinadas componentes do *Tier II* (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos Fundos próprios de base.

Em dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de dezembro de 2009 a dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios atuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos ativos do fundo relativos a este mesmo ano. Este período transitório terminou em dezembro de 2012, que coincide com a última amortização prudencial.

Em maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio Core Tier I, em base consolidada, não inferior a 9% em 31 de dezembro de 2011, e de 10% a partir de 31 de dezembro de 2012. Simultaneamente os bancos europeus devem observar um rácio *Core Tier I* de 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (*EBA*). No caso das Instituições Financeiras não integrarem nenhum grupo financeiro sujeito a supervisão em base consolidada, os novos patamares devem ser observados em base individual.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	30.06.2013	31.12.2012
Saldo no início do exercício	5 785	5 395
Aumento de capital, líquido de despesas de emissão	-	995
Instrumentos híbridos	(5)	(19)
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	(431)	79
Variação dos desvios atuariais de benefícios pós-emprego fora do corredor	(24)	(506)
Amortização do período transitório dos IFRS	(3)	(11)
Dedução de participações em Sociedades Financeiras e outros elementos	35	(125)
Ativos intangíveis	7	5
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	(6)	(7)
Outros efeitos	21	(21)
Saldo no fim do exercício	5 379	5 785

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES em base individual para 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

(milhões de euros)

		30.06.2013	31.12.2012
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias		6 094	6 073
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)		176	607
Ativos Intangíveis		(106)	(113)
Desvios Atuariais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		(775)	(751)
Reservas de Reavaliação com impacto prudencial		(23)	(17)
Período transitório IFRS		9	12
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	5 375	5 811
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I		221	226
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(217)	(252)
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2)	5 379	5 785
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas		30	23
Dívida Subordinada elegível		775	774
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(217)	(252)
Fundos Próprios Complementares (TIER II)		588	545
Deduções		(128)	(119)
Fundos Próprios Elegíveis	(A3)	5 839	6 211
B- Activos de Risco Equivalentes			
Calculados de acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		48 500	49 027
Calculados de acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		885	790
Calculados de acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		1 853	1 853
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	51 238	51 670
C- Rácios Prudenciais			
Rácio Core Tier 1	(A1 / B)	10,5%	11,2%
Rácio Tier 1	(A2 / B)	10,5%	11,2%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B)	11,4 %	12,0%

NOTA 45 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Em 30 de junho de 2013 e 2012, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros têm a seguinte composição:

	(milhares de euros)	
	30.06.2013	30.06.2012
Ramo Vida		
Unit Link	2 922	9 971
Seguros proteção ao crédito (parte vida)	36	121
Produtos tradicionais	13 051	14 304
Valor atual das comissões relacionadas com a carteira objeto da operação de resseguro	101 802	-
	117 811	24 396
Ramo Não Vida		
Seguros a particulares	3 303	3 223
Seguros a empresas	861	666
Seguros Proteção ao Crédito (parte não vida)	109	240
	4 273	4 129
	122 084	28 525

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

NOTA 47 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Operações de Securitização

Ao longo do ano de 2011 e durante o exercício de 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de rating, na sequência dos downgrades efetuados pelas várias agências de rating à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de proteção de risco, nomeadamente os decorrentes da substituição de contrapartes com notações de risco abaixo dos níveis mínimos exigidos pelas agências de rating ou decorrentes de ações que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES atuava como contraparte de swap em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de rating estabelecidos pelas agências de rating. Assim, na sequência dos downgrades, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do downgrade da República Portuguesa por parte da Moody's, em fevereiro de 2012, esta agência de rating fixou em Baa1 o rating máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2 – perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de março de 2012.

Obrigações Hipotecárias

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

Contract Support Annex (CSA)

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negocia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (“CVM”), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, do Banco Espírito Santo, S.A., (Banco), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 82.615.739 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 6.581.521 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos accionistas do Banco de 237.455 milhares de euros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira consolidada adicional, são as que constam dos registos contabilísticos consolidados.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira consolidada;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante no Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 14 de Agosto de 2013



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

Representada por

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC N.º 1131)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários ("CVM"), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, do Banco Espírito Santo, S.A., (Banco), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 67.431.715 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.729.823 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 465.804 milhares de euros), nas Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação do IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's") e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.





ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 14 de Agosto de 2013

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

Representada por

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC N.º 1131)